



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

JULIA BRUSCHI DOS SANTOS

OCUPAR E RESISTIR:

A COBERTURA DA IMPRENSA PARANAENSE DIANTE DA
AÇÃO POLÍTICA DO MOVIMENTO SECUNDARISTA DE
OCUPAÇÃO DAS ESCOLAS ESTADUAIS EM 2016

JULIA BRUSCHI DOS SANTOS

OCUPAR E RESISTIR:

A COBERTURA DA IMPRENSA PARANAENSE DIANTE DA
AÇÃO POLÍTICA DO MOVIMENTO SECUNDARISTA DE
OCUPAÇÃO DAS ESCOLAS ESTADUAIS EM 2016

Dissertação apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Rozinaldo Antonio Miani

Londrina
2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Santos , Julia Bruschi Claudino dos .

OCUPAR E RESISTIR : A cobertura da imprensa paranaense diante da ação política do movimento secundarista de ocupação das escolas estaduais em 2016 / Julia Bruschi Claudino dos Santos . - Londrina, 2022.
283 f.

Orientador: Rozinaldo Antonio Miani.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social, 2022.
Inclui bibliografia.

1. Ocupação das escolas - Tese. 2. Participação Política - Tese. 3. Direitos da Infância e Juventude - Tese. 4. Imprensa - Tese. I. Miani, Rozinaldo Antonio. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Estudos Sociais Aplicados. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social. III. Título.

CDU 36

JULIA BRUSCHI DOS SANTOS

OCUPAR E RESISTIR:
A COBERTURA DA IMPRENSA PARANAENSE DIANTE DA
AÇÃO POLÍTICA DO MOVIMENTO SECUNDARISTA DE
OCUPAÇÃO DAS ESCOLAS ESTADUAIS EM 2016

Dissertação apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Rozinaldo Antonio Miani
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Prof^a. Dr^a. Silvia Alapanian
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Prof^a. Dr^a. Márcia Pastor
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Londrina, 10 de maio de 2022.

AGRADECIMENTOS

O processo de pesquisa de mestrado é um caminho, via de regra, solitário. O compromisso do pesquisador para com o objeto de estudo é elemento ímpar para o desenvolvimento de uma pesquisa científica que traga conhecimentos à sociedade.

Embora solitário, a participação direta e indireta de algumas pessoas contribuíram para que o processo da pesquisa se tornasse permeado de reflexões e aprendizados cada vez mais ricos.

Portanto, gostaria de agradecer, primeiramente, aos meus familiares, meu pai e minha mãe que, desde a graduação, sempre me incentivaram a seguir em frente. Não importavam quais seriam os desafios que encontraria no caminho, eles sempre estavam e ainda estão juntos de mim. Também agradeço ao meu companheiro, Jonathan, que mesmo não sendo da área social, compartilhava das minhas reflexões e nunca me deixou desistir.

Agradeço ao meu querido orientador Rozinaldo Miani, professor que conheci durante a graduação e logo desenvolvi afeto. Rozinaldo que, com seu jeito sereno, ajudava a desacelerar minha mente ansiosa e sempre trouxe grandes reflexões e debates durante as orientações, auxiliando a me tornar não só uma melhor pesquisadora como também uma melhor pessoa. Rozinaldo, sem você esta pesquisa não teria sido concluída!

À professora Silvia Alapanian também agradeço, carinhosamente, pois foi em uma conversa, durante o *coffee break* da capacitação para conselheiros tutelares, que, com toda sua sabedoria, me deixou inquieta ao discutirmos sobre o referido tema e me guiou aos rumos desta pesquisa. Obrigada Silvia, você também foi fundamental! Também agradeço à professora Márcia Pastor que, embora não tive a oportunidade de conhecê-la na graduação, trouxe contribuições riquíssimas desde a banca de qualificação.

Agradeço também à minha amiga Isabella Bolzan que, desde a graduação, desenvolvemos uma amizade afetuosa. Isa sempre esteve ao meu lado (mesmo longe durante a pandemia) dividindo as reflexões, compartilhando das minhas angústias, dúvidas e também das alegrias e conquistas. Tornou-se uma parceira de profissão, uma irmã de vida e fez com que esse percurso da pesquisa não fosse tão solitário.

Também agradeço às amigas que fiz durante o mestrado. As conversas durante os intervalos das aulas, as reflexões feitas durante as disciplinas, as angústias

e d vidas compartilhadas que também tornaram o processo da pesquisa menos solitário. Enfim, agradeço a todos que de forma direta ou indireta contribuíram para que esta pesquisa pudesse ser realizada.

Eu vejo na TV o que eles falam sobre o jovem, não é sério.
O jovem no Brasil nunca é levado a sério.

“Não é Sério” de Charlie Brown Jr. e Negra Li

SANTOS, Julia Bruschi dos. **Ocupar e resistir**: a cobertura da imprensa paranaense diante da ação política do movimento secundarista de ocupação das escolas estaduais em 2016. 126 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) - Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2022.

RESUMO

O objetivo geral da presente pesquisa foi analisar o tratamento dado pela imprensa paranaense à ação política protagonizada pelos adolescentes e jovens secundaristas no contexto do movimento de ocupação das escolas estaduais ocorridos em 2016. Para tanto, foram discutidos alguns aspectos teóricos que respaldam a análise, sendo eles: a construção da adolescência e juventude ao longo da história; a consolidação da jurisprudência que garante direitos a essa população; os aspectos centrais do movimento de ocupação das escolas; o papel social da imprensa no âmbito da sociedade capitalista, bem como o histórico e os direcionamentos dos jornais analisados. A *Gazeta do Povo* e a *Folha de Londrina* foram os jornais utilizados como fonte de coleta dos dados. Para a pesquisa foram utilizados, fundamentalmente, dois procedimentos metodológicos: a revisão bibliográfica e a seleção e análise das reportagens por meio da metodologia de Análise de Conteúdo. Dentre os principais resultados obtidos, foram identificadas diferenças substanciais entre os dois jornais no que se referiu ao tratamento das informações, com um jornal revelando postura mais comedida e o outro com posicionamentos explícitos de crítica ao tratar da ação política dos secundaristas. Concluiu-se que, via de regra, as reportagens noticiaram aspectos da ação política apontando para uma criminalização e deslegitimação do movimento e, portanto, da ação política. Neste sentido, verificamos que o tratamento dado pela imprensa paranaense objetivava a deslegitimação e o não reconhecimento da ação política dos jovens enquanto um direito à participação na vida política.

Palavras-chave: ocupação das escolas; ação política; participação política; direitos da infância e juventude; imprensa; Paraná.

SANTOS, Julia Bruschi dos. **Ocupar e resistir**: a cobertura da imprensa paranaense diante da ação política do movimento secundarista de ocupação das escolas estaduais em 2016. 126 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) - Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2022.

ABSTRACT

The general objective of the present research was to analyze the treatment given by the Paraná press to the political action carried out by teenagers and young people in high school in the context of the occupation movement of state schools that took place in 2016. To this end, some theoretical aspects that support the analysis were discussed, being them: the construction of adolescence and youth throughout history; the consolidation of jurisprudence that guarantee rights to this population; the central aspects of the school occupation movement; the social role of the press within the scope of capitalist society, as well as the history and directions of the analyzed newspapers. The *Gazeta do Povo* and *Folha de Londrina* were the newspapers used as a source of data collection. For the research, two methodological procedures were used: the bibliographic review and the selection and analysis of the reports through the Content Analysis methodology. Among the main results obtained, substantial differences were identified between the two newspapers with regard to the treatment of information, with one newspaper revealing a more restrained posture and the other with explicit positions of criticism when dealing with the political action of high school students. It was concluded that, as a rule, the reports reported aspects of political action pointing to a criminalization and delegitimization of the movement and, therefore, of political action. In this sense, we verified that the treatment given by the Paraná press aimed at the delegitimization and non-recognition of the political action of young people as a right to participate in political life.

Palavras-chave: occupation of schools; political action; rights of children and youth; press; Paraná.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AC	Análise de Conteúdo
ALEP	Assembleia Legislativa do Paraná
ANJ	Associação Nacional de Jornais
BNCC	Base Nacional Curricular Comum
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
Ejuve	Estatuto da Juventude
Fundeb	Fundo de Manutenção da Educação Básica
GRPCOM	Grupo Paranaense de Comunicação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ibope	Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
MBL	Movimento Brasil Livre
MEC	Ministério da Educação
MP	Medida Provisória
MPL	Movimento Passe Livre
MVPR	Movimento Vem Pra Rua
ONU	Organização das Nações Unidas
PM	Polícia Militar
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
RPC	Rede Paranaense de Comunicação
RO	Revoltados Online
SAM	Serviço de Atendimento ao Menor
UBES	União Brasileira de Estudantes Secundaristas
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UNE	União Nacional dos Estudantes
Unicef	Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 A INFÂNCIA, A ADOLESCÊNCIA E A JUVENTUDE AO LONGO DA HISTÓRIA	19
1.1 O SURGIMENTO DA INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE	20
1.2 A INTERVENÇÃO DO ESTADO E A CONSTRUÇÃO DE UM ORDENAMENTO LEGAL..	30
1.3 O DIREITO À LIBERDADE, RESPEITO E DIGNIDADE E A OCUPAÇÃO DAS ESCOLAS ESTADUAIS.....	39
2 O MOVIMENTO DE OCUPAÇÃO DAS ESCOLAS ESTADUAIS	42
2.1 O CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO	42
2.2 AS INVESTIDAS NEOLIBERAIS CONTRA A EDUCAÇÃO	47
2.3 CARACTERÍSTICAS E ORGANIZAÇÃO DAS OCUPAÇÕES.....	57
3 A IMPRENSA E A COBERTURA DO MOVIMENTO DE OCUPAÇÃO DAS ESCOLAS	69
3.1 O JORNALISMO E A IMPRENSA NA SOCIEDADE CAPITALISTA.....	69
3.2 APRESENTAÇÃO DOS JORNAIS FONTE DE PESQUISA	78
4 CAMINHOS METODOLÓGICOS: A COBERTURA DA IMPRENSA PARANAENSE SOBRE A OCUPAÇÃO DOS SECUNDARISTAS	84
4.1 PRÉ-ANÁLISE	85
4.2 DESCRIÇÃO ANALÍTICA E EXPLORAÇÃO DO MATERIAL	86
4.2.1 Análise das categorias.....	88
4.3 O FOCO NA AÇÃO POLÍTICA COMO CATEGORIA DE ANÁLISE	92
4.4 A ANÁLISE DOS JORNAIS FRENTE À AÇÃO POLÍTICA DOS SECUNDARISTAS	105
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
REFERÊNCIAS	118

ANEXOS	126
ANEXO 1 – Reportagens obtidas dos jornais Folha de Londrina e Gazeta do Povo a partir das palavras de busca “movimento secundarista” e “ocupações das escolas”	127
ANEXO 2 – Reportagem 1	167
ANEXO 3 – Reportagem 2	172
ANEXO 4 – Reportagem 3	176
ANEXO 5 – Reportagem 4	178
ANEXO 6 – Reportagem 5	181
ANEXO 7 – Reportagem 6	183
ANEXO 8 – Reportagem 7	185
ANEXO 9 – Reportagem 8	192
ANEXO 10 – Reportagem 9	196
ANEXO 11 – Reportagem 10	200
ANEXO 12 – Reportagem 11	204
ANEXO 13 – Reportagem 12	209
ANEXO 14 – Reportagem 13	215
ANEXO 15 – Reportagem 14	220
ANEXO 16 – Reportagem 15	227
ANEXO 17 – Reportagem 16	233
ANEXO 18 – Reportagem 17	237
ANEXO 19 – Reportagem 18	241
ANEXO 20 – Reportagem 19	245
ANEXO 21 – Reportagem 20	250
ANEXO 22 – Reportagem 21	257
ANEXO 23 – Reportagem 22	264
ANEXO 24 – Reportagem 23	271
ANEXO 25 – Reportagem 24	274

INTRODUÇÃO

A participação da juventude em movimentos sociopolíticos que marcaram momentos históricos no Brasil e no mundo não é novidade. No contexto da história do Brasil, adolescentes e jovens protagonizaram movimentos sociais e políticos que tensionaram, de alguma forma, os processos de luta de classes, assim como a sua própria compreensão enquanto sujeitos e, portanto, possuidores de direitos.

Um desses movimentos, que será objeto de estudo desta pesquisa, foi a ocupação de escolas estaduais ocorridas entre os anos de 2015 e 2016 no Brasil. Devido à dimensão do movimento, este tomou uma proporção jamais imaginada pelos próprios estudantes e mesmo pela sociedade. Foi o segundo maior movimento de ocupação de escolas do mundo, com mais de 850 escolas ocupadas somente no estado do Paraná.

A ocupação das escolas estaduais retratou a resposta da juventude diante das contrarreformas arbitrariamente impulsionadas no contexto das políticas educacionais neoliberais. A ação política realizada pelos secundaristas chamou a atenção da sociedade brasileira e do mundo quando jovens estudantes - predominantemente com idade entre 15 e 18 anos -, se utilizaram da estratégia da ação direta para protestarem contra as medidas propostas pelo governo.

Todavia, a compreensão deste movimento requer uma análise da condição histórica dos adolescentes e dos jovens, principalmente, no contexto da sociedade capitalista neoliberal. Como veremos adiante, a infância, a adolescência e a juventude são categorias que se constituíram com o desenvolvimento histórico, econômico, político e social. Desta forma, os determinantes sociais derivados do sistema econômico capitalista interferem nas condições de vida dos jovens, assim como em suas perspectivas de futuro.

O que queremos afirmar é que as condições e trajetórias de vida de adolescentes e jovens se desenvolvem e devem ser analisadas em concordância com as desiguais estruturas econômicas, políticas e sociais que historicamente estão postas na sociedade e que, atualmente, são determinadas pela lógica capitalista. Nesse contexto, as condições de vida destes sujeitos são impactadas pelas consequências perversas do capitalismo neoliberal; ou seja, a pobreza, a fome, o desemprego e o subemprego atingem de maneira contundente a realidade de milhares de jovens e adolescentes brasileiros (e também no mundo).

Para além dessas questões, a adolescência e a juventude também são acometidas por questões específicas de suas faixas etárias, considerando sua condição peculiar de desenvolvimento e de formação educacional - como é o caso das situações de evasão ou abandono escolar -, além da ausência de uma preparação para o mercado de trabalho, o qual tem se tornado cada vez mais competitivo. Alguns dados recentes do IBGE apresentados por Osvaldo de Souza (2020, p.94) demonstram que:

Em 2015, ainda segundo o IBGE, o total de jovens entre 15 e 29 anos era de 48,3 milhões, 23,6% da população brasileira. No mesmo período, a juventude representava 42% dos desempregados. Já em 2017, dos 48,5 milhões de jovens, mais da metade (25,2 milhões) não havia concluído o ensino superior e nem frequentava escola, curso, universidade ou qualquer outra instituição regular de ensino. São mais 330 mil pessoas em comparação a 2016 (IBGE, 2018). No mesmo ano, 23,0% (11,2 milhões) não trabalhavam nem estudavam ou se qualificavam, contra 21,9% em 2016. No ano seguinte esse contingente cresceu 5,9%, o que equivale a mais 619 mil pessoas nessa condição.

Souza ainda aponta que em 2016, “39,6% dos jovens brasileiros começaram a trabalhar com menos de 14 anos. Entre os trabalhadores que não completaram o ensino fundamental, essa porcentagem sobe para 62%” e expõe que “entre aqueles que trabalham, mais da metade (51%), trabalha de 40 até 44 horas semanais. Este número sobe para 62% se as horas trabalhadas forem de 40 até 48 horas por semana”. Com relação à remuneração, o autor revela que “os jovens que trabalham ganham menos que a média nacional (65,4% menos)” (SOUZA, 2020, p.94).

O que se observa é a deterioração das condições de vida dos adolescentes e jovens por vários fatores. O espaço escolar, de preparação para a vida adulta, tem se tornado cada vez mais excludente ao jovem trabalhador. Os jovens representam a maior parcela de desempregados, além do aumento do número daqueles que estão desempregados e que também não estão em espaços de qualificação ou de estudo. Entre aqueles que trabalham, eles possuem longas jornadas de trabalho, na maioria das vezes em espaços laborais precários e ganhando menos do que a média dos trabalhadores.

É dentro deste contexto de precarização das condições de vida dos adolescentes e jovens - desvinculação do espaço escolar, ausência de qualificação, falta de emprego e submissão a condições precárias de trabalho - que uma parcela

significativa desse segmento etário é empurrada para a vida na criminalidade e/ou fica exposta a diversos tipos de violência, conforme indica Souza (2020, p.95):

Em 2017, 35.783 jovens foram assassinados no Brasil, 69,9 para cada 100 mil jovens, taxa recorde nos últimos dez anos (IPEA, 2019). O homicídio foi a principal causa, 51,8% do grupo mais jovem (15 a 19 anos). [...] As séries históricas não são mais animadoras, de 2016 para 2017 esta taxa cresceu 6,4% e na década, 2007-2017, o crescimento da taxa foi de 38,3%.

Portanto, é frente a este contexto que buscamos compreender o movimento de ocupação das escolas estaduais do Paraná por estudantes secundaristas. As condições precárias de vida que tem tornado cada vez mais difícil a construção de perspectivas concretas de futuro aos jovens, associadas a uma proposta de reformulação do ensino médio - proposta por um governo neoliberal - que visa produzir ainda mais exclusão entre jovens e adolescentes e reafirma as condições desiguais em que estão inseridos, se apresentaram como motivações para estes sujeitos buscarem meios para demonstrar sua insatisfação diante dessa realidade.

Esse movimento de ocupação das escolas estaduais também foi chamado, por alguns estudantes, como “primavera secundarista”. Essa nomenclatura foi utilizada em algumas escolas ocupadas para (tentar) caracterizar o próprio movimento, sabidamente, como uma (re)apropriação dos eventos que ficaram conhecidos como “Primavera Árabe”, que foram episódios que marcaram a conjuntura internacional no início da década de 2010 e que se referiam aos movimentos de luta “emancipatória” ocorridos em diversos países do norte da África, de origem árabe, contra seus respectivos governos tiranos.

Entretanto, em um levantamento bibliográfico exploratório, percebemos que tal denominação não foi utilizada ou discutida nos estudos e pesquisas sobre o tema. Portanto, considerando que a expressão “primavera secundarista” não se “institucionalizou” e que todos os indícios que temos apontam para uma inadequação - ou até mesmo equívoco - para o seu uso, a referida expressão não será reforçada nesta pesquisa.

O fato é que esse movimento de ocupação das escolas colocou em evidência o direito à participação política dos jovens secundaristas que lutavam contra as mudanças no ensino médio instituídas pelo governo federal. Foi um movimento que

“agitou” a cena política nacional e, de modo particular, por sua abrangência, teve significativo impacto no estado do Paraná.

Como não poderia deixar de ser, a mídia foi um agente bastante importante durante o movimento de ocupação das escolas, uma vez que os diferentes jornais - sejam eles eletrônicos ou impressos -, bem como as emissoras de rádio e televisão noticiavam, constantemente, a ação política realizada pelos secundaristas, disseminando diferentes informações e opiniões sobre o movimento. Ou seja, a cobertura e as narrativas produzidas pela mídia sobre o movimento secundarista também são parte da realidade que se estabeleceu em torno desse que foi, certamente, um dos momentos da história brasileira recente mais significativo no que diz respeito ao exercício político de adolescentes e jovens.

A partir dos elementos até aqui apresentados, determinantes para a definição deste projeto de pesquisa, podemos formular da seguinte forma o nosso problema de pesquisa: qual o tratamento dado pela imprensa paranaense à ação política protagonizada pelos adolescentes (e jovens) durante o movimento de ocupação das escolas estaduais no ano de 2016?

Neste sentido, a presente dissertação tem como objeto de estudo o tratamento dado pela imprensa paranaense à ação política (e, conseqüentemente, ao respectivo direito à participação política) dos adolescentes e jovens durante o movimento de ocupação das escolas estaduais. Por sua vez, o objetivo geral é analisar a cobertura e o tratamento dado pela imprensa paranaense à ação política protagonizada pelos adolescentes e jovens durante o movimento de ocupação das escolas estaduais em 2016.

Com relação aos objetivos específicos, almeja-se compreender a construção social e histórica da concepção de infância, adolescência e juventude, bem como o processo de constituição dos direitos desses segmentos etários da população, sobretudo, no que se refere ao direito à participação política; descrever sobre o que foi, como se constituiu e como se organizou o movimento de ocupação das escolas estaduais no Brasil entre 2015 e 2016; apreender o papel social cumprido pela imprensa na sociedade capitalista, bem como alguns elementos que lhe são intrínsecos; e identificar a produção jornalística dos principais veículos de comunicação do Paraná relativa à referida ação política protagonizada pelos secundaristas no contexto do movimento de ocupação das escolas estaduais.

Portanto, trata-se de uma pesquisa qualitativa, na modalidade descritiva. A pesquisa qualitativa tem como objetivo o contato direto com o universo do que será pesquisado, proporcionando assim diferentes problematizações. Compreendemos que o conhecimento não é definitivo e, portanto, está em constante construção e transformação; nesta perspectiva, a pesquisa será baseada em dois processos dialeticamente articulados: a revisão bibliográfica e a pesquisa e análise documental.

A pesquisa documental, conforme Antonio Joaquim Severino (2017, p. 90), “tem como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só documentos impressos, mas sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações e documentos legais”. Isso possibilita analisar, a partir das reportagens veiculadas pelos jornais, o tratamento dado pela mídia diante da ação política protagonizada pelos estudantes secundaristas.

Para o tratamento e interpretação dos dados, utilizamos o método de análise de conteúdo que é constituído por um “conjunto de técnicas de análise das comunicações” (BARDIN, 1977, p.42) que visa obter indicadores a partir de “procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (BARDIN, 1977, p.42), possibilitando decodificar os elementos e as mensagens transmitidas por meio das reportagens que versaram sobre o movimento de ocupação das escolas.

A motivação para a realização desta pesquisa se deu, principalmente, a partir de atuação profissional como conselheira tutelar no município de Ibiporã/PR. A partir das experiências profissionais na área da infância e da juventude e das reflexões e desafios que tal experiência proporcionou, surgiram várias indagações sobre os direitos dessa população, sobretudo, quando relacionado ao direito de liberdade, respeito e dignidade. Além disso, no âmbito do Serviço Social, essa temática vem sendo bastante discutida, uma vez que muitos profissionais da área, inseridos em diferentes políticas públicas, lidam diretamente com as múltiplas expressões da questão social que incidem, com certas especificidades, sobre a infância, a adolescência e a juventude.

Para além da vinculação profissional, também compreendemos que é necessário discutir e problematizar os direitos da infância, da adolescência e da juventude, visto que já se passaram mais de 30 anos da implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Porém, o que se percebe é uma sociedade conservadora que não mede esforços para a supressão dos direitos políticos e sociais

que impactam diretamente na condição de vida de jovens e crianças. Portanto, discutir o ECA ou discutir o direito à participação política de jovens, adolescentes e crianças é não perder de vista que trata-se de sujeitos de direitos e que estão inseridos nas contradições da sociedade capitalista.

Para cumprir com nossos objetivos, a presente dissertação foi organizada em quatro capítulos, acrescidos da introdução, considerações finais, referências e anexos. O primeiro capítulo tem como propósito compreender, de maneira crítica, o processo de construção histórica da infância, da adolescência e da juventude, de modo a situá-las enquanto categorias que surgiram ao longo do desenvolvimento da humanidade e que, com o passar dos tempos, foi adquirindo características particulares de acordo com sua inserção no contexto econômico, político e social de cada sistema social instituído.

Também é neste capítulo que abordamos a compreensão de crianças, adolescentes e jovens como sujeitos de direitos, bem como o arcabouço jurídico implementado visando regulamentar e assegurar os direitos desse segmento etário da população. E, para finalizar o capítulo, apresentamos algumas reflexões sobre o direito à liberdade, respeito e dignidade, uma vez que se trata do direito fundamental que embasa o objeto de estudo desta pesquisa e, como é sabido, ainda há muitos que relutam em reconhecer cotidianamente tal direito.

No segundo capítulo dissertamos sobre a ação política protagonizada pelos secundaristas. Abordamos os principais aspectos do contexto sociopolítico da época do movimento como as Jornadas de Junho em 2013, o processo de *impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff e a ascensão dos movimentos de direita nos anos posteriores. As investidas neoliberais contra a Educação também mereceram atenção, visto que culminaram na Medida Provisória 746/2016 e na PEC 55/2016 que foram os principais alvos das críticas e, conseqüentemente, das reivindicações do movimento secundarista.

Posteriormente, ainda nesse mesmo capítulo, apresentamos as características e particularidades do movimento de ocupação das escolas estaduais. Pontuamos os elementos e movimentos que influenciaram no modo de organização da ação política secundarista, na dinâmica das ocupações, na configuração de seus atores, bem como refletimos como o direito à participação política se expressou na vida dos adolescentes e jovens. Os escassos momentos em que os secundaristas puderam expor o

posicionamento do movimento frente aos representantes do Estado também foram citados.

No terceiro capítulo, considerando que o objeto de estudo é o tratamento dado pela imprensa à ação política dos secundaristas, apresentamos alguns aspectos que perpassam a história e a prática do jornalismo, além de destacarmos o papel social da imprensa na sociedade capitalista. A lógica de constituição da mídia na ordem capitalista confere aos veículos de comunicação e seus conglomerados a condição de empresas capitalistas e que, portanto, tem na informação e na notícia a mercadoria produtora de seus respectivos lucros. Compreender esta condição da mídia é parte intrínseca do objeto de estudo desta pesquisa, visto que tal questão determina de que forma a ação política protagonizada pelos secundaristas foi disseminada pela imprensa.

Na sequência, apresentamos os jornais que foram utilizados como fonte de pesquisa; são eles: *Folha de Londrina* e *Gazeta do Povo*. A apresentação dos referidos jornais leva em conta os aspectos históricos, bem como alguns valores e posicionamentos políticos específicos de cada um desses veículos.

É preciso salientar que a escolha pelos referidos jornais não se deu por uma escolha aleatória. A partir do objetivo geral da pesquisa utilizamos como fonte de dados aqueles jornais da chamada “grande imprensa” que têm história e importância estratégica no estado do Paraná. E, de acordo com a Associação Nacional de Jornais (ANJ), a *Gazeta do Povo* e a *Folha de Londrina* são os jornais de maior circulação no estado e, desta forma, estão cotidianamente narrando os mais diversos acontecimentos de interesse da população paranaense.

No quarto capítulo foram abordados, primeiramente, os procedimentos de análise da pesquisa em que discorreremos sobre o método de análise escolhido - Análise de Conteúdo (AC) - e os caminhos metodológicos percorridos durante a pesquisa. Na sequência, foram apresentados o número de reportagens obtidas, as categorias de análise e a quantificação das reportagens referentes a cada categoria, e também discorreremos sobre as especificidades de cada categoria identificando, de modo geral, alguns padrões de manipulação utilizados pela imprensa.

Em seguida, foram analisadas as reportagens contidas na categoria “ação política”, visto que se trata do objetivo principal da pesquisa. A partir dos trechos das notícias, dos temas apresentados e da forma como os conteúdos foram dispostos, foram sendo identificados alguns padrões de manipulação utilizados e, portanto,

observado o tratamento dado pela imprensa à ação política protagonizada pelos secundaristas.

Por fim, nas considerações finais, apresentamos sinteticamente os elementos teóricos que embasaram a pesquisa, a metodologia utilizada e o percurso de análise das reportagens, bem como reafirmamos as percepções e conclusões obtidas.

Enfim, a presente pesquisa teceu algumas reflexões sobre o tratamento dado pela imprensa à ação política protagonizada pelos secundaristas no contexto do movimento de ocupação das escolas estaduais durante o ano de 2016. O referido movimento teve destaque mundial devido à sua magnitude, mas, principalmente, pelo protagonismo político dos secundaristas de uma forma inédita na história do país.

1. A INFÂNCIA, A ADOLESCÊNCIA E A JUVENTUDE AO LONGO DA HISTÓRIA

Para que seja possível compreendermos o movimento protagonizado pelos secundaristas, primeiramente, é necessário demarcar os diferentes aspectos que abordam as categorias “infância” e “adolescência”. Isto é, faz-se necessário discutirmos sobre um tema que, de tão presente na vida cotidiana, nos parece ser natural e óbvio ¹. Os conceitos de “infância” e “adolescência”, bem como o conjunto de características que os determinam, foram constituídos a partir de um processo histórico influenciado por fatores econômicos, sociais e políticos.

Na atualidade, a infância, a adolescência e a juventude possuem suas particularidades bem demarcadas em face da relação que estabelecem com a sociedade, com a família, com a escola e com outras instituições. Portanto, é corriqueiramente disseminado que adolescentes e jovens têm comportamentos “transgressores” ou que têm atitudes e pensamentos que questionem a ordem. Também parece natural que crianças tenham atitudes e comportamentos pueris, engraçados e ingênuos, pois é assim que os caracterizamos ao longo da história.

Todavia, os conceitos de infância, de adolescência e de juventude como os conhecemos hoje, nem sempre existiram. É fato que sempre houve crianças, adolescentes e jovens; entretanto, esses segmentos de faixa etária, “objetos” de um aparato de proteção social, com papéis sociais delimitados e divergentes do universo adulto, são resultado de uma construção social das sociedades modernas.

Neste sentido, neste capítulo, buscamos compreender os processos sociais que levaram à construção social da infância, da adolescência e da juventude e de como estas “categorias sociais” se recriam dialeticamente ao longo do percurso da história. Trata-se de categorias que estão em constante transformação e, conseqüentemente, são influenciadas pelo contexto histórico, social e econômico em que vivem os respectivos sujeitos pertencentes a cada um desses segmentos. Posteriormente, ainda neste mesmo capítulo, buscamos compreender o processo de

¹ Vejamos o que dizia Paulo Freire a respeito do óbvio: “[...] a propósito do óbvio, eu tenho dito e redito que uma das coisas que eu descobri, sobretudo no meu exílio longo, é que nem sempre o óbvio é tão óbvio quanto a gente pensa que ele é. E, às vezes, quando a gente se aproxima da obviedade e toma a obviedade na mão, e dá uma rachadura na obviedade, e tenta entrar na obviedade para vê-la desde dentro e de dentro e por dentro (isto é, ver o óbvio de dentro e de dentro dele olhar para fora), é que a gente vê mesmo que nem sempre o óbvio é tão óbvio.” (FREIRE, 1982, p.92-93).

construção dos direitos dessa parcela da população, principalmente, no que se refere ao direito de liberdade de opinião, de expressão e de participação política.

Portanto, analisar o movimento de ocupação das escolas estaduais em 2016 implica na compreensão e reflexão sobre o surgimento e a constituição da infância, da adolescência e da juventude, possibilitando, assim, que a análise do referido movimento se dê a partir de uma perspectiva crítica que compreende a ação política dos secundaristas como exercício de seus direitos políticos.

1.1 O SURGIMENTO DA INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE

Há diferentes aspectos que nos permitem demarcar a passagem da infância para a adolescência. O mais comum deles se dá a partir das mudanças biológicas e naturais que são visivelmente observadas. A esse respeito, Wanda Maria Junqueira Aguiar, Ana Mercês Bahia Bock e Sérgio Ozella (2001, p.168) afirmam:

Exemplo disso são os seios na menina e a força muscular nos meninos. Sabemos que os seios e o desenvolvimento da massa muscular acontecem na mesma fase da adolescência, mas a menina que tem seus seios desenvolvidos não os vê, sente e significa como possibilidade de amamentar seus filhos no futuro, o que seria vê-los como naturais. Com certeza, em algum tempo ou cultura isso já foi assim. Hoje, os seios tornam as meninas sedutoras e sensuais. Esse é o significado atribuído ao nosso tempo. A força muscular dos meninos já foi significada como possibilidade de trabalhar, guerrear e caçar. Hoje é beleza, sensualidade e masculinidade.

Também é comum e recorrente observarmos a demarcação destas fases da vida relacionadas aos limites etários, a partir de quantos anos é possível ser considerado adolescente ou jovem. Contudo, trata-se de um processo que, para além das questões físicas e biológicas, é permeado por fatores históricos, sociais, econômicos e políticos que determinam a condição da infância, da adolescência e da juventude.

Os estudos científicos a respeito do surgimento dessas categoriais sociais - sobretudo, da infância - são recentes e tiveram como ponto de partida as análises de Phillipe Ariès (1981) que buscava compreender a concepção da infância a partir da Idade Média e dos períodos seguintes, uma vez que tais momentos históricos provocaram mudanças na estrutura social desencadeando um processo de distinção entre crianças e adultos.

A fim de analisarmos, de um ponto de vista histórico, recorremos a Ariès (1981) que apresenta algumas representações sociais em relação à infância. Embora se faça necessário algumas ponderações aos aspectos teóricos e políticos das teses de Ariès, o autor buscava traçar um perfil da infância a partir do século XII, o que se revelou fundamental para o estudo do tema. Por meio de um estudo da arte com os materiais do referido século - como iconografias leigas e religiosas -, Ariès demonstrou que a Idade Média “desconhecia” a infância, uma vez que as imagens infantis eram apresentadas como réplicas e miniaturas das imagens adultas.

Após reflexões sobre o modo de organização da sociedade medieval, assim como das estruturas sociais daquela época, Ariès (1981) conclui que, de fato, não havia espaço para a infância, ou seja, não se tinha a preocupação com a educação moral e pedagógica das crianças e adolescentes, nem lugares destinados a essa parcela da população. Tais conclusões do autor indicam que, apesar de sempre ter existido crianças e adolescentes, a infância e a adolescência, cumprindo papel social da forma como conhecemos hoje, nem sempre existiu.

Ariès (1981) aponta que, por um longo período da história, crianças e adultos vivenciavam as mesmas situações, ou seja, desempenhavam as mesmas atividades, vestiam as mesmas roupas, tinham acesso aos mesmos conteúdos, mesmo aqueles de teor sexual ou violento, independente do grau de maturidade. Quando as crianças possuíam condições de sobreviver sem o auxílio de uma pessoa mais velha, já poderiam então ser consideradas como adultos.

Nestas sociedades a preocupação fundamental era a sobrevivência e a subsistência da comunidade, da família e de seus membros. Portanto, não havia espaço para a infância; as crianças eram consideradas mão-de-obra e acompanhavam os adultos em suas atividades, conforme afirmação de Rita de Cássia Luiz da Rocha (2002, p.54):

A criança seria vista como substituível, **como ser produtivo que tinha uma função utilitária para a sociedade**, pois a partir dos sete anos de idade era inserida na vida adulta e **tornava-se útil na economia familiar**, realizando tarefas imitando seus pais e suas mães, acompanhando-os em seus ofícios, cumprindo, assim, seu papel perante a coletividade. (*grifos nosso*).

É possível verificar que com o desenvolvimento dos diferentes modos de produção e a transformação da sociedade, criou-se uma periodização das fases da

vida humana. Segundo Ariès (1981, p.16). “Tem-se a impressão de que, a cada época corresponderia uma idade privilegiada e uma periodização particular da vida humana: a ‘juventude’ é a idade privilegiada do século XVII, a ‘infância’, do século XIX, e a ‘adolescência’, do século XX.”.

Nesse mesmo sentido, concordamos com Neil Postman (1999, p.29) quando afirma que:

[...] no mundo medieval não havia nenhuma concepção de desenvolvimento infantil, nenhuma concepção de pré-requisitos de aprendizagem sequencial, nenhuma concepção de escolarização como preparação para o mundo adulto. [...] Também não tinha, devemos desde já acrescentar, um conceito de vergonha, pelo menos como entenderia um moderno.

A criação e a socialização de crianças e jovens, assim como sua educação não eram controladas nem aconteciam no âmbito da família e também não eram realizadas em espaços específicos de aprendizagem, mas sim por meio das tarefas cotidianas que eram desempenhadas junto dos adultos. Logo, certamente, as particularidades inerentes à condição da infância e da adolescência, bem como suas diferenças com relação aos adultos não eram consideradas nesse processo.

A necessidade de as crianças e jovens realizarem as mesmas atividades dos adultos, devido à necessidade de sobrevivência, fez com que estes sujeitos - mesmo ainda sem a vivência suficiente para lidar com algumas questões da vida - não só presenciassem como também participassem de assuntos e práticas da vida cotidiana, como é o caso do acesso a conteúdos explícitos de sexo e também de violência.

A exemplo disso, nos casos em que a sentença de morte era por apedrejamento - o que era muito comum na Idade Média -, os jovens e as crianças não só assistiam tais situações como muitos deles eram responsáveis por atirar as pedras e retirar os corpos apedrejados posteriormente ao ato, conforme descrito por Ariès (*apud* QVORTRUP, 2014). Portanto, o autor demonstra que na era medieval crianças e adolescentes não eram poupados de uma série de acontecimentos brutais e participavam ativamente da vida em sociedade.

É importante demarcar tal aspecto, visto que com as transformações da sociedade e as mudanças no modo de produção, a participação de adolescentes e crianças na vida social se alterou drasticamente. As reflexões de Ariès (1981) apontam para a ausência de alguns fatores na sociedade que, conseqüentemente, levavam à

inexistência da infância e da adolescência, como por exemplo, a ausência da vergonha e do pudor, e também do caráter eminentemente público das relações humanas e sociais.

Por sua vez, Postman (1999) revela que em sociedades anteriores existiu certa preocupação com essas categorias sociais, mesmo não compartilhando das concepções modernas. Os gregos, por exemplo, em que pese a falta de “restrições morais e legais sobre infanticídio” (POSTMAN, 1999, p.20), tinham uma grande preocupação com a educação, sendo uma das primeiras civilizações a constituírem espaços específicos de aprendizagem aos jovens, demonstrando um cuidado com a sua formação.

Já os romanos, por meio de suas artes, revelavam uma atenção em relação à criança pequena e em crescimento, sendo que tal preocupação só seria vista novamente na arte ocidental após o período do Renascimento. Segundo Postman (1999, p.21), os romanos também “começaram a estabelecer uma conexão, aceita pelos modernos, entre a criança em crescimento e a noção de vergonha. Foi este um passo crucial na evolução do conceito de infância”.

Todavia, as preocupações e inquietações trazidas pelas civilizações grega e romana foram suprimidas ao longo do percurso histórico. As condições objetivas da Idade Média fizeram emergir uma civilização iletrada, sem escolas e sem noção de vergonha ou pudor. Portanto, tornava-se, naquele período, impossível conceber uma concepção de infância ou de adolescência devido à organização social e às condições materiais de tal sociedade.

Podemos então afirmar que o conceito de infância e de adolescência apenas pode emergir, de forma gradual, com as mudanças no modo de produção que, conseqüentemente, demandaram transformações na organização e na dinâmica social. Sendo assim, a necessidade de construção de um novo mundo adulto fez surgir um universo simbólico e material que constitui a infância e adolescência e também a juventude.

É possível, ainda, compreender que a infância, a adolescência e a juventude se constituem enquanto categorias sociais que são dotadas de um universo simbólico específico e só surgiram com as grandes transformações sociais que demandaram a separação dos conhecimentos e hábitos entre crianças e adultos. Neste sentido, observamos que alguns elementos surgidos com o desenvolvimento histórico foram fundamentais para uma mudança na compreensão da infância e da adolescência.

O primeiro destes elementos foi o surgimento de uma sociedade letrada. A cultura letrada proporcionou a criação de instituições que tinham como objetivo regular e ensinar o conhecimento e o saber, além de preparar as crianças, os adolescentes e os jovens para a vida adulta. Tais instituições ficaram conhecidas como “escolas”. Concordamos com Postman (1999, p.31) quando expõe que

A falta de alfabetização, a falta do conceito de educação, a falta do conceito de vergonha - estas são as razões pelas quais o conceito de Infância não existiu no mundo medieval. Devemos incluir na história, é claro, não só a dureza da vida, mas, em especial, a alta taxa de mortalidade.

Assim, com a ausência de uma cultura letrada durante a Idade Média, a disseminação dos conhecimentos, histórias, hábitos e culturas eram realizados por meio da oralidade, ou seja, da palavra falada e sua compreensão. Neste sentido, como as crianças conviviam com adultos, sem nenhuma separação ou privacidade, a partir do momento em que estes compreendiam as palavras e seus significados já pertenceriam ao universo adulto podendo assimilar e compreender conteúdos e informações.

O surgimento da imprensa e da cultura letrada criou um grande hiato entre a infância e a vida adulta; a partir de então, o homem letrado havia sido criado e as crianças foram “expulsas” do mundo adulto, sendo necessário encontrar um novo espaço onde elas pudessem habitar; foi aí que se constituiu a infância e, posteriormente, a adolescência (POSTMAN, 1999). Ou seja, para Postman, o marco do surgimento da infância se deu no século XVI a partir da escrita e da leitura, com a criação da imprensa e da socialização da educação.

Se antes todos se comunicavam da mesma forma e compartilhavam da mesma linguagem, com o acesso à leitura algumas divisões foram criadas e outro universo simbólico precisaria ser assimilado e interpretado. Foi, então, necessário que aquelas sociedades se organizassem para poder integrar todos os sujeitos - principalmente, as crianças e os adolescentes - à cultura letrada e, portanto, ao novo mundo adulto.

Com o advento da sociedade capitalista esses fatores se tornaram ainda mais latentes; isto é, esse hiato entre a infância e a vida adulta precisava ser preenchido por um grupo social que, afastado do espaço do trabalho, pudesse se capacitar e se aperfeiçoar para a vida adulta, bem como para as exigências do mundo do trabalho

que se tornavam cada vez mais sofisticadas. A esse respeito, Ana Mercês Bahia Bock (2007, p.68) expõe que:

A sociedade moderna, com suas revoluções industriais, gerou grandes modificações nas formas de vida. Com as revoluções industriais, o trabalho se sofisticou, do ponto de vista tecnológico e passou a exigir um tempo prolongado de formação, adquirida na escola, reunindo em um mesmo espaço os jovens e afastando-os do trabalho por algum tempo.

Outro aspecto importante destacado por Bock (2007) é que nas sociedades capitalistas o desemprego se apresenta como algo constante e estrutural. Portanto, adiar o processo de inserção no mercado de trabalho daqueles que ainda não são considerados adultos tornara-se uma exigência, afinal “o desemprego crônico/estrutural da sociedade capitalista trouxe a exigência de retardar o ingresso dos jovens no mercado e aumentar os requisitos para este ingresso, o que era respondido pelo aumento do tempo na escola.” (BOCK, 2007, p.68).

Nesse contexto, a constituição de um novo grupo social para além da infância passa a ser considerada. A extensão do tempo na escola foi uma estratégia, tanto para retardar a inserção destes no mercado de trabalho quanto para o seu aperfeiçoamento nos moldes desejados pela sociedade capitalista. Logo, com o aumento do período nas escolas, houve também o distanciamento desses sujeitos em relação aos seus pais e à família e a aproximação com seus pares, que não eram nem crianças e nem adultos. Portanto,

A adolescência se refere, assim, a esse período de latência social constituída a partir da sociedade capitalista gerada por questões de ingresso no mercado de trabalho e extensão do período escolar, da necessidade do preparo técnico. Essas questões sociais e históricas vão constituindo uma fase de afastamento do trabalho e o preparo para a vida adulta. (BOCK, 2007, p.68).

A partir de então, as escolas se tornam uma necessidade concreta de instrumentalização dos adolescentes com a finalidade de instruí-los à vida adulta e ao mercado de trabalho. Se na era medieval as crianças já eram entendidas como adultos a partir dos sete anos de idade, com estas transformações, criaram-se “novas” categorias sociais - infância e adolescência - que se estendem até o período final da educação formal.

Todas essas transformações alteraram drasticamente o que se entendia por criança e fizeram emergir o conceito de adolescência, visto que a partir de então estes seriam inseridos nas escolas para se tornarem adultos instruídos. Portanto, não eram mais “adultos em miniaturas” (POSTMAN, 1999, p.55), mas sim adultos ainda não formados, em processo de instrução, de acordo com as necessidades desta nova sociedade. Neste sentido, a educação que antes era realizada por meio das vivências cotidianas com os adultos, passou a ser desenvolvida em um espaço institucional, a escola.

Nesse novo contexto, os adolescentes não teriam mais que assumir as obrigações e responsabilidades do mundo adulto e, ao mesmo, passariam grande parte do tempo de suas vidas dentro das instituições de ensino. A mudança na forma como as crianças e os adolescentes eram compreendidos culminou, conseqüentemente, em mudanças na forma como estes se relacionavam com o mundo. Alana Nogueira Volpato (2014, p.27) afirma:

É preciso apontar que o lugar da criança na sociedade foi intensamente alterado com a cultura letrada e a educação formal. Somente por meio desses fenômenos é que se pode transformar as relações entre adultos e crianças e a percepção que se tinha delas enquanto adultos em miniatura.

A institucionalização da educação foi um fator protetivo importante na vida dos adolescentes, assim como em seu processo de desenvolvimento, sendo que suas vidas passaram a ser orientadas em torno da educação formal. Entretanto, por serem agora compreendidos enquanto adultos em formação, os adolescentes perderam muitos dos espaços de participação que tinham na sociedade até então, pois o mundo do trabalho se distancia cada vez mais e, com ele, a possibilidade de obter autonomia.

A cultura letrada, a educação formal e a preparação ao mercado de trabalho - todas estas emergidas a partir das necessidades concretas da sociedade capitalista - ocasionaram transformações nas relações humanas e sociais. A educação das crianças e dos adolescentes, que antes acontecia publicamente, passou a acontecer em um espaço privado. Os adultos passaram a dominar o universo simbólico da adolescência delimitando o que deveria ser aprendido em cada faixa etária.

Logo, se tornou necessário que os adultos acompanhassem este processo, assim como o acesso gradual ao mundo adulto. A partir de então, a família moderna assumiu uma grande responsabilidade. A escola ensinaria a educação formal,

enquanto os pais se responsabilizariam pela educação moral e religiosa, dentre outras questões. A esse respeito, Rita de Cássia Luiz da Rocha (2002, p.57) afirma:

Com a evolução nas relações sociais que se estabeleceram na Idade Moderna, a criança passa a ter um papel central nas preocupações da família e da sociedade. A nova percepção e organização social fizeram com que os laços entre adultos e crianças, pais e filhos, fossem fortalecidos. A partir deste momento, a criança começa a ser vista como indivíduo social, dentro da coletividade, e a família tem grande preocupação com sua saúde e sua educação.

Entretanto, embora a escola passasse a se apresentar como um espaço privilegiado da educação ao mercado de trabalho e de preparação à vida adulta e as famílias fossem responsáveis pela educação de seus adolescentes nos outros aspectos, preocupados com seu desenvolvimento, o que se observa, a partir das considerações de (BOCK, 2007, p.69), é que:

A moratória na qual se encontram os jovens não é um período necessário do seu desenvolvimento e sim, um período no qual o mundo adulto considerou necessário colocar seus jovens para poderem, os adultos, estar mais tempo no mercado de trabalho e, os jovens mais bem preparados para responderem às exigências do novo mundo do trabalho tecnológico.

O surgimento da educação formal foi um dos principais fatores que concatenou na expansão da infância e, conseqüentemente, na construção da categoria social adolescência. A necessidade de este grupo social ser inserido em um espaço que lhes proporcionasse a preparação necessária para a vida adulta, de modo a atender as exigências do mercado de trabalho que se tornavam cada vez mais sofisticadas e complexas, demandou o processo de criação e de institucionalização das escolas, bem como da caracterização da adolescência como etapa de desenvolvimento específico, tal como conhecemos atualmente.

Contudo, há também um aspecto - bastante diferente dos anteriores - que foi responsável por distanciar, ainda mais, o mundo adulto em relação aos adolescentes. O processo de civilização da sociedade levou o indivíduo ao movimento de esconder alguns impulsos, ficando estes sob o jugo da razão e da privacidade. Este movimento desencadeou o surgimento dos sentimentos de vergonha e de pudor, os quais foram fundamentais para diferenciar os comportamentos públicos e privados.

O acesso a determinadas ações e comportamentos foi impedido, diferentemente do que acontecia na época medieval quando os adolescentes e os jovens compartilhavam diversos tipos de assuntos e ações, inclusive, aqueles que se relacionavam ao sexo e à violência. Neste sentido, as grandes transformações econômicas, sociais e políticas da sociedade demandaram transformações também em seu estatuto social.

De fato, a compreensão da adolescência tal qual conhecemos atualmente se desenvolveu dialeticamente por séculos e, ainda hoje, continua em processo de construção. Compreender a infância, a adolescência e a juventude enquanto grupos etários que possuem suas particularidades e que fazem parte das fases da vida humana é também compreender as relações sociais, os contextos históricos e econômicos que perpassam as configurações desses segmentos da população.

Desta forma, a compreensão da adolescência e da juventude vai além de uma mera explicação demarcada por fatores estritamente biológicos. Souza (2020) contribui com essa reflexão quando afirma que:

[...] a juventude, ainda que possua certas características biológicas de desenvolvimento do ser humano, é determinada por **condições históricas, econômicas e sociais**. Sendo sua concepção e sua existência demandadas por situações concretas que aquele determinado período de desenvolvimento social estava submetido em cada tempo e cada espaço. (SOUZA, 2020, p.97, *grifos nosso*).

Como qualquer fenômeno construído socialmente - dialético, complexo e multifacetado -, assim é a adolescência. Faz-se necessário salientar que tal categoria social é permeada pelas contradições das classes sociais e das frações de classes. Ariès (1981) e Postman (1999) sinalizaram que a preocupação com a infância e a adolescência se deu nas camadas mais abastadas da sociedade, pois eram estas que poderiam sustentar tais concepções material e ideologicamente.

A partir de tais reflexões compreendemos que a adolescência está "imersa no atual modo de produção social e entrecortada pela luta de classes" (SOUZA, 2020, p.88). Essa compreensão nos permite afirmar que houve e ainda há diferenças sociais entre os adolescentes dependendo da posição social que estes ocupam no interior da sociedade. Com relação a estas diferenças, Souza (2020, p.90) ainda salienta que:

Os jovens filhos dos burgueses e pequeno burgueses mais abastados são liberados do trabalho e podem fazer deste período da vida uma fase de preparação para a vida adulta. Já os jovens filhos dos proletários (prole) eram colocados na fábrica desde muito cedo, ainda crianças, e utilizados como força de trabalho mais barata. Sobre o período de ascenso do capitalismo industrial dos séculos XVIII e XIX, período próprio da formação de uma classe operária, o proletariado, também existem poucos materiais que retratam a formação da juventude proletária.

Nesse sentido, quando se faz referência ao Brasil Colonial, tais diferenciações com relação às posições sociais também podem ser observadas. Os adolescentes, filhos e filhas das elites possuidoras de riquezas, ocupavam espaços de preocupação com a instrução e a educação para a vida adulta (MOREIRA, 2010). No entanto, quando nos referimos aos escravos, estes eram submetidos ao trabalho exaustivo e desumano desde tenra idade, isso quando não eram usados como forma de divertimento às outras crianças, para além dos estupros sofridos pela grande maioria das meninas quando estas atingiam a puberdade ².

A partir do processo de desenvolvimento nacional, tornou-se necessário que jovens fossem submetidos ao disciplinamento e ao controle. Para aqueles inseridos nas camadas médias e altas da sociedade era necessário a profissionalização visando a qualificação dessa “nova” força de trabalho em consonância com as transformações exigidas pela sociedade. Nesse contexto, é preciso salientar que a adolescência pobre no Brasil teve - e ainda têm - diferenças significativas em seu tratamento e em suas relações com a sociedade.

Tais diferenças podem ser observadas a partir da forma como o Estado interviu nesta fase da vida. Um longo caminho foi percorrido até que os adolescentes fossem reconhecidos como detentores de direitos e sujeitos que necessitam de proteção e de condições para chegarem até a vida adulta. Todavia, reconhecê-los enquanto seres possuidores de direitos e em condição peculiar de desenvolvimento (BRASIL, 1990) ainda é um constante desafio e se torna ainda mais penoso aos adolescentes pobres.

1.2 A INTERVENÇÃO DO ESTADO E A CONSTRUÇÃO DE UM ORDENAMENTO LEGAL

² Trata-se do período em que acontecem mudanças físicas e biológicas no corpo humano, tornando-o maduro mental e fisicamente para a procriação. Todavia, não deve ser confundido com o conceito de adolescência, visto que tal período constitui apenas um dos fatores que permeiam a adolescência.

Considerando as transformações sociais que propiciaram o surgimento da adolescência, tornou-se então necessário que o Estado passasse a intervir nas diferentes questões e nos problemas sociais que se apresentavam diante da realidade diversa desses adolescentes. Portanto,

Essa visão ganha força social e passa a ser respaldada por normas legais de proibição do trabalho neste período da vida e de compulsoriedade da educação escolar. Essas medidas acabam conferindo status jurídico para a existência da adolescência como categoria de idade (BOCK, 2007, p.69).

É a partir da constituição dessas normas legais que a compreensão da adolescência, assim como de seus direitos, apresenta avanços, mas também retrocessos, uma vez que estão inseridos no bojo da sociedade capitalista, a qual em essência manifesta as contradições de classe. Portanto, trilhou-se um longo percurso para que se pudesse reconhecer crianças, adolescentes e jovens enquanto sujeitos possuidores de direitos.

A primeira legislação brasileira que tratou especificamente da infância e da adolescência, datada de 1927, foi o Código de Menores³ que discorria sobre as ações do Estado perpassadas por um cunho controlador e criminalizador da infância e da adolescência pobre, conforme apontado por Márcio Alan Menezes Moreira (2010, p.71):

[...] reconhecia a pobreza como origem da delinquência infanto-juvenil, e o Código de Menores de 1927 - decreto Nº 17.343/A de 12 de outubro de 1927 - que instituiu, pela primeira vez, a internação como medida para quem estivesse em situação de abandono e correção penal para quem praticasse alguma conduta delituosa. **Era o entendimento da criança pobre como perigosa, já que era uma política voltada àqueles que estivessem na mendicância, por consequência, para os pobres.** Não se destinava o Código de Menores de 1927 a garantir direitos a todas as crianças, indistintamente, e sim apenas para atuar de forma correccional aos desviados da ordem social. (*grifos nosso*).

Foi apenas a partir da década de 1950 que se iniciaram as preocupações com respostas mais eficazes relacionadas aos problemas sociais que incidiam na realidade dos adolescentes. Maria Ângela Silveira Paulilo (2013) aponta que neste período as

³ Muitas discussões e debates ainda são realizados a respeito do marco histórico que foi o Código de Menores. Entretanto, o debate não se insere no escopo desta pesquisa.

ações educacionais ganharam importância nesse contexto e que o financiamento da educação se tornava “uma das principais respostas dos estados à necessidade de incorporação de crianças, adolescentes e jovens nos ensinos primário e médio” (PAULILO, 2013, p.140).

Nos anos subsequentes, tais ações sofreram uma retração devido ao período ditatorial vivenciado no país, que teve como foco “o controle social exercido de forma autoritária pelas ditaduras então instaladas, em resposta às diversas manifestações populares, entre as quais, a intensa mobilização estudantil do período.” (PAULILO, 2013, p.140).

Foi apenas da década de 1980, com o processo de transição democrática, que se registrou diferentes projetos e espaços de discussões para se pensar nos problemas sociais que permeavam a adolescência. Em 1985, a ONU estabeleceu aquele ano como o “Ano Internacional da Juventude” e, segundo Paulilo (2013, p.140), tinha “a finalidade de aumentar a visibilidade dos jovens na agenda pública dos estados latinoamericanos”. Entretanto, não podemos deixar de mencionar o protagonismo de crianças e adolescentes nos espaços de luta tencionando por seus direitos. A esse respeito, Isis Sousa Longo (2010, p.8) afirma:

O protagonismo infanto-juvenil, com as manifestações críticas de crianças e adolescentes que expressavam suas ideias e opiniões sobre política, saúde, trabalho, escola, direito, sexualidade e violência, deu maior visibilidade à luta pela defesa dos direitos do segmento infanto-juvenil.

Com a positivação da Constituição Federal de 1988 se abriu então o espaço necessário para se pensar em ações e políticas públicas destinadas à infância e à adolescência, concebendo-os enquanto sujeitos, possuidores de direitos. Foi demarcado, pela primeira vez, de forma universal, o papel do Estado, da sociedade e da família na defesa dos direitos de crianças, adolescentes e jovens. Sobre esse tema, a Constituição (BRASIL, 1988) dispõe:

Art. 227. - **É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem**, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, **à dignidade, ao respeito, à liberdade** e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (*grifos nossos*).

Outro importante acontecimento foi a Convenção organizada pela ONU e acontecida em 1989⁴ que, aliada à Constituição Federal, concretizaram uma nova compreensão da infância e da adolescência que vinha sendo construída. A sociedade brasileira passava por um momento de substituição da Doutrina de Situação Irregular para a Doutrina de Proteção Integral⁵.

A partir de então, de acordo com a lei, todas as crianças e adolescentes, indistintamente das condições em que viviam, seriam reconhecidos enquanto sujeitos de direitos. Neste sentido, foi criado um conjunto de leis, normativas e princípios que embasaram essa nova concepção, levando-se em consideração a condição peculiar de desenvolvimento desses sujeitos.

Na década de 1990, o Brasil e a América Latina foram marcados pela expansão das políticas direcionadas às crianças, adolescentes e jovens. Tais políticas são “voltadas à incorporação dos jovens excluídos do mercado de trabalho e, em consequência, surgiram diversos programas associados à capacitação para o trabalho, promovidos por organismos internacionais.” (PAULILO, 2013, p.140).

No Brasil, o ano de 1990 marca a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - instituído pela Lei Federal nº 8069 de 1990 - que positiva não só os direitos dessa população como também estabelece diretrizes de atendimento para a rede de proteção. Apoiada, fundamentalmente, nos argumentos de Marília Sposito, Paulilo (2013) reafirma que o ECA é fruto da Política Nacional de Promoção,

⁴ A Convenção de 1989, organizada pela ONU, ficou conhecida como “Convenção dos Direitos da Criança” que teve como objetivo incentivar os países membros a implementar mecanismos que assegurassem o desenvolvimento sadio e harmonioso das crianças e adolescentes. A Convenção surgiu a partir da necessidade de garantir cuidados especiais às crianças e adolescentes, inclusive, de proteção jurídica, diante da condição de desenvolvimento em que estes se encontram, assim como diante da condição adversa que vivem muitas crianças e adolescentes ao redor do mundo. (FERREIRA; ALBERNAZ JÚNIOR, s/d).

⁵ De maneira breve, a Doutrina da Situação Irregular refere-se ao arcabouço jurídico que havia se constituído no Brasil, mas que tinha como objeto as crianças e adolescentes considerados em situação irregular. Já a Doutrina da Proteção Integral garante a proteção e os direitos a todo o público infanto-juvenil, independente da situação em que se encontram. Contudo, trata-se de uma discussão bastante extensa e complexa, a qual não é objetivo de nosso trabalho.

Atendimento e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes e que deve ser considerado

[...] um dos exemplos históricos mais importantes de uma política pública, sustentada por uma concepção plena de direitos. A partir desta década [...] começou a emergir, no conjunto das ações desenvolvidas pelo Executivo Federal, o reconhecimento de problemas que, de maneira visível, afetam os jovens: saúde, violência e desemprego. (PAULILO, 2013, p.141).

De acordo com Longo (2010, p.12), nessa doutrina jurídica o “segmento infanto-juvenil tem garantias jurídicas que asseguram os seus direitos e adotam as medidas de proteção e as medidas socioeducativas, como substituição do caráter repressivo e punitivo da Doutrina da Situação Irregular.”. Em que pese as dificuldades de concretizar estes direitos ainda nos dias de hoje, reconhecemos se tratar de um avanço a sua garantia em lei.

O Estatuto considera, conforme seu sexto artigo, a “condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento” (BRASIL, 1990) e garante a proteção integral a todo esse público. Portanto, concordamos com Moreira (2010, p.7110) quando o referido autor aponta que a Lei Federal Nº 8069/90

[...] rompeu com a normatização jurídica anterior, instituindo uma legislação para todas as crianças e adolescentes, sem distinção de raça, cor, sexo e classe social, na qual as políticas públicas pautam-se pela universalidade e pela garantia de direitos, reconhecendo crianças e adolescentes como sujeitos de direito.

Reconhecida a condição de sujeito de direitos de crianças e adolescentes, a norma jurídica então reafirma os direitos fundamentais já positivados por meio da Constituição Federal. Os direitos fundamentais são definidos como um conjunto de direitos que tem como finalidade garantir o desenvolvimento humano por meio do respeito à vida, à educação, à saúde, à liberdade e à dignidade. Contudo, esses direitos tiveram que ser “exigidos politicamente e sua interpretação e aplicação acabam sempre enveredando pela disputa política.” (DIMOULIS; MARTINS, 2011, p.18), uma vez que a relação entre o indivíduo e o Estado é intermediada pelos direitos fundamentais.

É neste sentido que o Estatuto busca clarificar que crianças e adolescentes também são titulares desses direitos, conforme afirmam Luciano Alves Rossato, Paulo Eduardo Lépure e Rogério Sanches Cunha (2019, p.80):

Ademais, por serem pessoas em desenvolvimento, deverão as crianças e os adolescentes ter todas as oportunidades e faculdades para potencializarem o seu estado físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

O Estatuto da Criança e do Adolescente é também um reflexo do artigo 5º da CF que confere a todos a igualdade em direito e deveres individuais e coletivos, estendendo-se também às crianças e adolescentes. Além disso, por estarem em um período de desenvolvimento lhes são assegurados outros direitos específicos, conforme apontado por Vercelone (*apud* ROSSATO; LÉPURE; CUNHA, 2019, p.80/81):

Sujeitos de direitos plenos, eles têm, inclusive, mais direitos que os outros cidadãos, isto é, direitos específicos que são indicados nos títulos sucessivos da primeira parte. Estes direitos são exatamente aqueles que lhe asseguram o desenvolvimento, o crescimento, o cumprimento de suas potencialidades, tornando-os cidadãos adultos.

Neste sentido, a primeira parte da legislação contempla os cinco direitos fundamentais das crianças e adolescentes, sendo eles: o direito à vida e à saúde; direito à liberdade, respeito e à dignidade; direito à convivência familiar e comunitária; direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer; e direito à profissionalização e à proteção ao trabalho.

No âmbito do direito à vida e à saúde, “crianças e adolescentes têm direito a proteção à vida e à saúde, através da efetivação de políticas sociais públicas que permitam o desenvolvimento sadio e harmonioso.” (BRASIL, 1990). Nesse capítulo, é reforçado o papel do Estado como responsável pela efetivação de políticas públicas que possam garantir tal direito. Para além dos direitos de atenção à saúde da criança e do adolescente, também se garantiu os direitos da gestante e de proteção à maternidade.

Sobre o direito à convivência familiar e comunitária, este vem na contramão da perspectiva de institucionalização da infância, naturalizada até então (RIZZINI;

RIZZINI, 2004)⁶. Tal direito afirma a importância dos vínculos familiares e o direito da criança e do adolescente em serem criados no seio de suas famílias de origem. Todavia, também sinaliza em quais situações é possível a colocação em família substituta e quais os meios para isso, como a guarda, a tutela e a adoção.

O direito à educação, à cultura, ao lazer e ao esporte regula o direito à educação conforme as legislações já vigentes até então. Porém, traz um novo elemento que é a liberdade e o respeito à criança e ao adolescente dentro do espaço escolar. A legislação expõe que “a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.” (BRASIL, 1990). O ECA também trata a cultura, o esporte e o lazer como coadjuvantes nesse processo.

No capítulo referente ao direito à educação também é exposto o direito de crianças e adolescentes de organizarem e participarem de entidades estudantis. Em que pese a dificuldade de sua compreensão, o Estatuto aponta à importância de informar crianças e adolescente sobre seus direitos, assim como sua formação política:

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:
I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
II - direito de ser respeitado por seus educadores;
III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;
V - acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica.
(BRASIL, 1990).

No capítulo da profissionalização e proteção ao trabalho fica vedado qualquer tipo de trabalho aos menores de 14 (quatorze) anos, salvo na condição de aprendiz. A legislação também regula as condições de trabalho aos menores de idade e busca a garantia da profissionalização. É válido também ressaltar que existe ainda uma

⁶ Era costumeira a retirada de crianças e jovens do seio da família para serem colocados em instituições de “internação”, visto que, a partir do século XVIII, o internato de menores visava “educação” de crianças pobres, fossem elas abandonadas, órfãs, indígenas ou negras; a reabilitação dos menores abandonados e delinquentes, nos séculos XIX e XX, também reforçava esse caráter institucionalista (conf. RIZZINI; RIZZINI, 2004, p.15).

legislação específica que regulamenta o trabalho aprendiz ⁷. Todas essas diretrizes buscam salvaguardar a condição de desenvolvimento das crianças, adolescentes e jovens.

É importante também destacarmos a relevância deste direito, visto que a inserção precoce de crianças e adolescentes no mercado de trabalho é histórica, como já afirmamos, e ainda é a realidade de muitas crianças e adolescentes em situação de pobreza. Portanto, criar mecanismos que possam coibir o trabalho infantil e que regulem a inserção dos jovens no mercado de trabalho, bem como possam garantir os demais direitos é salutar.

É no âmbito do direito à liberdade, ao respeito e à dignidade que nosso objeto de estudo ganha espaço para discussão. A legislação legitima os direitos das crianças e adolescentes de serem escutados, de opinarem e de interferirem, inclusive, na vida pública. O artigo 15 do Estatuto da Criança e do Adolescente descreve que crianças e adolescentes “têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.” (BRASIL, 1990). O artigo 16 define o que compreende o direito à liberdade:

Art. 16. - O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos:
I - ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais;
II - opinião e expressão;
III - crença e culto religioso;
IV - brincar, praticar esportes e divertir-se;
V - participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação;
VI - participar da vida política, na forma da lei;
VII - buscar refúgio, auxílio e orientação. (BRASIL, 1990 - *grifos nosso*)

Este artigo resguarda o direito à liberdade de crianças e adolescentes em diferentes aspectos. Por exemplo, é a partir dele que se reforça a obrigatoriedade da criança e/ou do adolescente, passarem por oitiva, ou seja, serem escutados, nos casos de necessidade de aplicação de medidas de proteção ou socioeducativas, para aqueles que foram vítimas ou testemunha de violências ou que cometeram algum ato infracional ⁸.

⁷ Trata-se da Lei 10.097 de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110097.htm

⁸ É este artigo do Estatuto que embasa outras legislações como, por exemplo, as que instituíram a escuta especializada e o depoimento especial, como forma de garantir o direito à liberdade, ao respeito

Além dessas previsões legais, que estruturam a rede de atendimento como disposto nos incisos V e VI, também é garantido o direito não só à participação no âmbito da vida familiar e comunitária, mas também na vida política. Este dispositivo, por exemplo, garante o direito ao voto facultativo àqueles maiores de 16 e menores de 18 anos. No entanto, a participação na vida política não se limita apenas ao sufrágio; ela deve ser estendida a toda participação política que faz parte do processo de formação dos cidadãos, neste caso, de crianças e adolescentes.

Desta forma, o dispositivo também garante a participação de adolescentes e jovens em diferentes movimentos sociais, organizações coletivas de caráter diverso, fóruns, associações de bairro e, no caso das instituições de ensino, nos grêmios estudantis e diretórios acadêmicos de estudantes. Tais espaços propiciam a participação e o debate político de diferentes questões que perpassam a realidade e os direitos das crianças e adolescentes, além de proporcioná-los a sua própria construção histórica por meio da experiência política.

Via de regra, crianças e adolescentes são excluídos de participarem da vida política e social, principalmente, pela compreensão que vigorou por muito tempo de que estes sujeitos por estarem em processo de desenvolvimento não teriam maturidade suficiente para opinarem e participarem da vida pública e também da vida privada, sendo apenas objeto de controle e de proteção. Entretanto, o ECA postula que, respeitando a condição peculiar de desenvolvimento destes sujeitos, crianças e adolescentes têm o direito de participarem de diferentes instâncias da vida social - como a família, a comunidade, a escola - e também da vida política.

Além disso, não podemos deixar de mencionar o Estatuto da Juventude (Ejuve) - Lei nº 12.852 de 2013 - o qual também garante o direito à liberdade e à participação política do respectivo segmento etário da população. Pelo fato de os jovens serem definidos como aqueles que estão entre os 15 e os 29 anos, o Ejuve também contempla os sujeitos de nossa pesquisa:

Isso porque o próprio Estatuto da Juventude trouxe norma segundo a qual aos adolescentes com idade entre 15 e 18 anos aplicam-se tanto o ECA quanto o Ejuve, e, no caso de o Estatuto da Juventude conflitar com as normas de proteção integral do Estatuto da Criança e do Adolescente, aplica-se somente este último. Assim, entre 15 e 17 anos o sujeito será um adolescente-jovem, gozando de dupla proteção: do

e à dignidade de crianças e adolescentes, estabelecendo-se que estes devem ser ouvidos de forma digna e condizente com o processo de desenvolvimento no qual se encontram.

ECA e do Ejuve, e, no caso de algum conflito, aplica-se apenas o Estatuto da Criança e do Adolescente. (ROSSATO; LÉPORE; CUNHA, 2019, p.93).

O Estatuto da Juventude dispõe sobre “o direito à participação social e política e na formulação, execução e avaliação das políticas públicas de juventude.” (BRASIL, 2013). E segue o texto em seu artigo 4º:

Parágrafo único. Entende-se por **participação juvenil**:

I - a inclusão do jovem nos espaços públicos e comunitários a partir da sua concepção como pessoa ativa, livre, responsável e **digna de ocupar uma posição central nos processos políticos e sociais**;

II - o envolvimento ativo dos jovens em ações de políticas públicas que tenham por objetivo o próprio benefício, o de suas comunidades, cidades e regiões e o do País;

III - **a participação individual e coletiva do jovem em ações que contemplem a defesa dos direitos da juventude ou de temas afetos aos jovens**; e

IV - **a efetiva inclusão dos jovens nos espaços públicos de decisão com direito a voz e voto**.

Art. 5º A interlocução da juventude com o poder público pode realizar-se por intermédio de associações, redes, movimentos e organizações juvenis.

Parágrafo único. **É dever do poder público incentivar a livre associação dos jovens**. (BRASIL, 2013 - *grifos nosso*).

Portanto, é reconhecido às crianças, adolescentes e jovens o direito à liberdade, à opinião e expressão, bem como sua participação na vida familiar e comunitária e política. Diferentes legislações foram surgindo ao longo do percurso histórico como forma de reforçar e garantir tais direitos. Entretanto, é possível observar a dificuldade e as diversas barreiras impostas na efetivação destes direitos, o que ficou claro durante o processo de ocupação das escolas paranaenses durante o ano de 2016.

1.3 O DIREITO À LIBERDADE, RESPEITO E DIGNIDADE E A OCUPAÇÃO DAS ESCOLAS ESTADUAIS

A ocupação das escolas estaduais ocorridas tanto em 2015, no estado de São Paulo, como em 2016, que se espalhou pelos diferentes estados do país, colocou em xeque o direito à liberdade, principalmente, no que tange o direito à participação política dos secundaristas que atuavam no movimento. Os estudantes se mobilizaram

e se manifestaram contra as medidas instituídas pelo governo federal, uma vez que estas impactariam diretamente no cotidiano e na trajetória de vida escolar dos adolescentes.

Contudo, o próprio Estado, que tinha como obrigação fornecer meios para efetivação dos direitos desses adolescentes e jovens não os escutou e os espaços de negociação e participação do movimento junto aos governos federal e estaduais foram mínimos. Os episódios que marcaram as ações dos estudantes secundaristas demonstram que, mesmo tendo seus direitos garantidos por lei, eles não foram, nem de longe, considerados. A respeito disso, Marcos Nobre (2019, p.11) afirma:

A invisibilidade política dos adolescentes e jovens decorre então da moratória social que lhes é imposta. Por não terem voz nos espaços de tomada de decisões, seus interesses quase sempre são articulados ou mediados pelos adultos que os representam, o que acaba por lhes negar a possibilidade de serem sujeitos políticos plenos.

Por esta afirmação, Nobre (2019) aponta para a dificuldade, ainda presente, em reconhecer adolescentes enquanto sujeitos de direitos e, portanto, enquanto protagonistas de movimentos políticos e sociais por reconhecimento de seus direitos. O que usualmente observamos é que a participação de crianças e adolescentes “em decisões, seja no âmbito privado da família e da escola ou no público do Estado e das leis, não é exercida ou incentivada.” (VOLPATO, 2014, p.67).

Entretanto, o movimento de ocupação das escolas se destacou justamente em razão do protagonismo dos adolescentes e jovens na luta pelos seus direitos e por demonstrar uma consciência em relação às consequências decorrentes das mudanças propostas pelo governo federal, colocando em xeque os discursos que banalizavam os secundaristas e o movimento. A esse respeito, Luís Antonio Groppo (2018, p.34), afirma:

Há também uma novidade deste movimento: adolescentes tomando a linha de frente de um movimento social, inspirando até mesmo o movimento estudantil universitário, demonstrando a fragilidade dos discursos do senso comum e até de certos pedagogos midiáticos, que diziam que pouco poderia se esperar das/dos adolescentes do ensino médio, supostamente alienados pelo consumismo e redes sociais, individualistas, com pouca atenção às questões políticas e sociais e “sem esforço”.

Com poucos espaços de diálogo com o governo federal ou estadual, os secundaristas buscaram, pela ação direta de ocupar as escolas, impactar e chamar a atenção, não só do estado, mas também da sociedade para suas reivindicações. Por meio de suas ações, os adolescentes almejavam a “*construção política da legitimidade social* destas ações diretas, o que teve potencial para torná-las casos de *desobediência civil*.” (JANUÁRIO; MEDEIROS; MELO, 2019, p.24).

As ocupações se concretizaram, portanto, enquanto um espaço de defesa das liberdades democráticas. Além disso, proporcionou aos secundaristas envolvidos um processo único de construção de si mesmos por meio da ação política e do aprendizado com as constantes contradições. Os estudantes se opuseram à arbitrariedade estatal com uma verdadeira aula de participação e de democracia dentro das ocupações, conforme argumentam Antonia Malta Campos, Jonas Medeiros e Márcio Moretto Ribeiro (2016, p. 85):

A participação direta nos processos de tomada de decisões dentro das ocupações era fundamental para os estudantes na medida em que garantia autenticidade para a ação política, sendo esta vivida (e não contemplada) pelos adolescentes.

Desta forma, traçar o processo histórico do surgimento da infância e da adolescência nos permite compreender que tais categorias foram construídas socialmente a partir de aspectos econômicos, sociais e políticos de cada fase da história. Para além disso, também é possível destacar que, com o passar do tempo, crianças, adolescentes e jovens se tornaram sujeitos que devem ser protegidos pela sociedade, pela comunidade e pelo Estado, devido à fase peculiar de desenvolvimento na qual se encontram.

A partir desta compreensão, crianças e adolescentes passaram a possuir uma gama de direitos que foram legitimados por meio da instituição do Estatuto da Criança e do Adolescente e também do Estatuto da Juventude. Dentre os direitos assegurados está resguardado o direito à participação política, o direito de participação e opinião nas diversas instâncias da vida social e política. Portanto, a compreensão dessas categorias, assim como do arcabouço jurídico que garante direitos a esta população, são elementos basilares para a análise do movimento de ocupação das escolas estaduais em sua totalidade, visto que tal movimento foi

iniciado e impulsionado, majoritariamente, por adolescente e jovens que, no exercício de seus direitos políticos, protestavam contra as mudanças no ensino médio.

Isto posto, o próximo capítulo tem como objetivo apresentar o movimento de ocupação das escolas estaduais, explicar os motivos que culminaram nessa ação política e apresentar os sujeitos que compunham o movimento, bem como suas principais características e estratégias de organização.

2. O MOVIMENTO DE OCUPAÇÃO DAS ESCOLAS ESTADUAIS

2.1 O CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO

A compreensão do movimento de ocupação das escolas estaduais ocorrido no ano de 2016, bem como suas características e particularidades, requer uma breve análise acerca da conjuntura econômica, social e política do respectivo período. Enquanto um movimento social de manifestação protagonizado pelos adolescentes, não deve ser analisado de maneira isolada. Afinal, foi a partir do contexto social, marcado pela crise econômica e política, que os adolescentes expressaram sua revolta contra a retirada de direitos protagonizando ações em diferentes esferas sociais.

Entendemos que a ação política protagonizada pelos secundaristas se constituiu enquanto um movimento social de mobilização em esfera pública (SCHERER-WARREN, 2006, p.4), visto que foi organizado e impulsionado por atores locais, ou seja, pelos secundaristas de diferentes escolas estaduais do país que buscavam, por meio de grandes mobilizações, demonstrar a incoerência e o descontentamento com as propostas de reforma do Ensino Médio encaminhadas pelo governo federal.

Neste sentido, Ilse Scherer-Warren (2006) expõe que as mobilizações em esfera pública são resultado das articulações de atores de movimentos sociais localizados e que

[...] buscam transcendê-los por meio de grandes manifestações na praça pública, incluindo a participação de simpatizantes, com a finalidade de produzir visibilidade através da mídia e efeitos simbólicos para os próprios manifestantes (no sentido político-pedagógico) e para a sociedade em geral, como uma forma de pressão política das mais expressivas no espaço público contemporâneo. (SCHERER-WARREN, 2006, p.4).

Diante da crise econômica e política, acentua-se a desigualdade social com a consequente desproteção da classe trabalhadora a partir dos retrocessos nos direitos sociais e trabalhistas e o desmonte das políticas sociais. Os reflexos da precarização das condições de vida, do aumento da desigualdade social e da violência, incidem na realidade de muitos adolescentes e jovens. Estes, em diversos momentos históricos,

buscaram estratégias e mecanismos de resistência frente a tais condições, conforme afirma Soraia de Carvalho (2020a, p.23):

Tamanha violência descarregada sobre os trabalhadores e a juventude oprimida faz fermentar uma forte tendência de luta. Esta tendência vem se manifestando desde as jornadas de junho de 2013, os atos radicalizados contra a Copa em 2014 e nas ocupações de escolas em 2015 e 2016.

As Jornadas de Junho, ocorrida no ano de 2013, foi um importante movimento social que marcou a história do país, além de ser um elemento impulsionador do movimento de ocupação das escolas estaduais acontecido alguns anos mais tarde. Segundo Carvalho (2020a), as explosões sociais conhecidas como “Jornadas de Junho” tiveram início como uma resposta ao aumento nas tarifas dos transportes coletivos em São Paulo e, em 2013, se espalharam para diversas cidades no país. Os atos já vinham sendo organizados pelo Movimento Passe Livre (MPL).

O movimento tomou grandes proporções e, historicamente, foi analisado a partir de diferentes momentos, visto que as Jornadas se iniciaram com pautas direcionadas ao transporte público e, posteriormente, se ampliou para outras reivindicações de caráter diverso. As Jornadas de Junho se tornaram mobilizações de massa incorporando reivindicações diversas, mas foi a partir do jargão “não é só por 20 centavos” que as manifestações se disseminaram pelo país. Posteriormente, o movimento passou a ser utilizado pela pequena-burguesia que mudava suas estratégias e redirecionava suas pautas.

Para além do extensivo combate ⁹ iniciado pela mídia contra as Jornadas de Junho, também podemos apontar outra semelhança com o movimento de ocupação das escolas. Assim como as ocupações, as Jornadas de Junho foram movimentos agitados, mobilizados e iniciados por setores de adolescentes e jovens do país. A pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope) e disponibilizada por Carolina Simões Pacheco (2018, p.56), expõe alguns dados:

[...] As manifestações foram compostas por homens (50%) e mulheres (50%). Dentre esses, 63% de jovens - 14 a 24 anos (43%) e 25 a 29 anos (20%), sendo maioria que trabalha (76%) e estuda, (52%). André

⁹ A mídia combateu fortemente as manifestações logo no seu início, pois enxergava nelas uma ameaça à ordem. Quando percebeu que os ventos das “manifestações” mudaram, ou seja, a pequena-burguesia também havia se apropriado do movimento, passou então a apoiá-las.

Singer (2013) avalia as manifestações como um processo majoritariamente jovem.

Podemos então concordar com André Singer (2013) que a primeira etapa das Jornadas de Junho de 2013 foram protagonizadas por “trabalhadores, em geral jovens, que conseguiram emprego com carteira assinada no período na década lulista (2003-2013), mas que padecem com baixa remuneração, alta rotatividade e más condições de trabalho” (SINGER, 2013, p.27). Foram as experiências vivenciadas nos protestos de rua, em 2013, que fizeram emergir alguns aspectos importantes para a compreensão das ocupações das escolas, dentre eles, a aglutinação de adolescentes em “coletivos”, organizações de caráter autonomista e a desobediência civil por meio da ação direta.

Neste sentido, Adrian Januário, Jonas Medeiros e Rúrion Melo (2019) apontam que as ocupações nas escolas seriam desdobramentos do movimento ocorrido em 2013 e ainda identificam três fatores de conexão observados:

1) Uma conexão entre as organizações catalisadoras destes dois processos (o Movimento Passe Livre de São Paulo e coletivo, também autonomista, O Mal Educado); 2) a experiência individual dos secundaristas participando nas ruas ou acompanhando pela mídia e pelas redes sociais os protestos contra o aumento da tarifa dos transportes públicos; 3) a emergência de uma ampla disposição de luta entre os secundaristas, que participaram do apoio às greves de seus professores de 2013 e 2015 e atos descentralizados contra o aumento da tarifa antes dos grandes atos de Junho, demonstrando uma cultura política de defesa democrática de direitos. (JANUÁRIO; MEDEIROS; MELO, 2019, p.20).

As Jornadas de Junho de 2013 são um dos movimentos sociais importantes e que favoreceram a emergência do movimento de ocupações das escolas públicas em 2015 e 2016, marcado pela efervescência e pela revolta dos adolescentes, pela organização do movimento a partir de princípios espontaneístas e pela ação direta como forma de oposição. Todos esses fatores, aliados à vivência prática das manifestações das Jornadas, na qual muitos dos estudantes participaram ou acompanharam o movimento, nos levam a concordar com a afirmação de Antônia Malta Campos, Jonas Medeiros e Márcio Moretto Ribeiro (2016, p.15) de que “o movimento dos estudantes secundaristas pode ser visto como a primeira flor de junho, o primeiro desdobramento pleno dos protestos de Junho de 2013”.

Apesar dos protestos de junho terem influenciado o movimento de ocupação das escolas, não podemos deixar de mencionar que as etapas que se seguiram das Jornadas de Junho contemplaram pautas de caráter mais genérico, como por exemplo, “contra a corrupção”. As ruas e o movimento se tornaram então uma arena de disputa ideológica de divergentes projetos políticos.

Pacheco (2018, p.63) aponta que a disputa se deu entre aqueles que lutavam pela distribuição de renda e centralização do poder estatal e aqueles que, com uma roupagem democrática, por meio de um discurso contra a “corrupção petista”, defendiam a concentração de privilégios e a hierarquia social. Há que se demarcar que essa pauta se referiu a um momento *a posteriori*, inserido pelos diferentes partidos da direita nacional e que de nada convergiam com a revolta dos secundaristas.

As Jornadas de Junho de 2013 demonstraram a revolta e o protagonismo juvenil, seja essa de cunho contestatório e progressista ou de cunho moral e conservador. Foi a partir de tal movimento que grupos políticos conservadores se construíram e se consolidaram, sendo estrategicamente relevantes para os acontecimentos dos anos subsequentes de 2014, 2015 e 2016. Dentre os principais, podemos apontar o surgimento do Movimento Brasil Livre (MBL) e do Movimento Vem Pra Rua (MVPR).

O ano de 2014 marcou a reeleição presidencial de Dilma Rousseff, porém, por sua vez, os grupos de extrema direita ganharam maior visibilidade e apoio da população. A reeleição da presidente marcou o descontentamento das elites que realizaram atos em diversas cidades do país, convocados pelos movimentos MVPR, MBL e RO (Revoltados Online) e impulsionaram o processo do golpe de Estado ¹⁰, posteriormente, destituindo do cargo a referida presidente. Pacheco (2018) aponta que os atos frisaram o combate à corrupção e a pauta do *impeachment*.

O ano de 2015 também foi marcado por manifestações importantes nas quais os secundaristas e a população jovem estiveram envolvidos. Dentre eles, o massacre contra o funcionalismo público do estado do Paraná, ocorrido no Centro Cívico da cidade de Curitiba/PR no dia 29 de abril de 2015, que ficou conhecido como “Massacre de 29 de Abril”, “devido à truculência da Polícia Militar para com os

¹⁰ Utilizamos aqui o termo “golpe”, pois compartilhamos da tese de Michael Löwy quando expõe que: “o que aconteceu no Brasil, com a destituição da presidente Dilma Rousseff, foi um golpe de Estado. Golpe de Estado pseudolegal, “constitucional”, “institucional”, parlamentar ou o que se preferir, mas golpe de Estado.” (LÖWY, 2016, p.78).

professores e servidores que tentavam impedir a aprovação da proposta do governo” (TAVARES; MASSUCHIN, 2015, p.34) que alterava o fundo previdenciário do funcionalismo estadual. A manifestação do dia 29 de abril ocorreu no contexto da greve dos servidores e professores do Paraná que havia iniciado no dia 27 de abril, mas que já havia passado por outros períodos de mobilização e confronto com as propostas do governador desde fevereiro de 2015 (TAVARES; MASSUCHIN, 2015, p.34).

Os estudantes secundaristas e universitários tiveram um papel importante durante o confronto, uma vez que atuaram de forma protagonista na contenção da violência policial, conforme apontado por Pacheco (2018). Há de se demarcar que a luta dos professores e servidores públicos paranaenses contra o governo de Beto Richa (PSDB), que não media esforços para implementar medidas que atacavam os direitos sociais e trabalhistas, foi acompanhada de perto pelos secundaristas o que, posteriormente, influenciou a explosão de ocupações no estado do Paraná.

No final do ano de 2015 iniciaram-se as primeiras ocupações das escolas estaduais no Brasil, acontecidas no estado de São Paulo. No referido estado, os secundaristas protagonizaram o movimento político opondo-se às medidas de reorganização da rede escolar que havia sido proposta pelo governo estadual paulista, representado pelo então governador Geraldo Alckmin (PSBD). Posteriormente, no início de 2016 houve diversas tentativas de destituição da presidente eleita pelo voto popular, Dilma Rousseff (PT).

Nesse período, os adolescentes e jovens também tiveram um protagonismo importante durante o processo de *impeachment*, conforme afirma Pacheco (2018, p.72):

Para além da participação civil, em especial da juventude, que se reivindica neoliberal e apoia pautas conservadoras, outra parcela da juventude também mobilizada em 2013 e posteriormente organizada em grupos culturais e artísticos foi importante no processo de impeachment de Dilma Rousseff, por se manifestar contrariamente e denunciar o golpe político em curso no país.

É neste contexto, diante de uma crise social, econômica e política, que no período de 2013 a 2016 proliferaram uma série de manifestações com diferentes pautas e características por todo país. Seja nas Jornadas de Junho em 2013, nos movimentos pró ou contra a reeleição de Dilma Rousseff em 2014, nas greves e

manifestações feitas pelos professores e servidores públicos paranaenses em 2015; em todos estes movimentos, os adolescentes secundaristas marcaram presença acompanhando e participando das manifestações.

Portanto, as experiências vivenciadas por meio de tais protestos e manifestações forneceram subsídios para que os adolescentes protagonizassem o movimento de ocupação das escolas estaduais. Para além disso, Carvalho (2020a, p.23) aponta que “o quadro de deterioração das condições de vida dos trabalhadores, em geral, incide de forma particular sobre a juventude que é mais atingida pelo desemprego, subemprego e precariedade”. É neste sentido que o contexto de deterioração das condições de vida se torna um ingrediente importante que perpassou o movimento secundarista.

Entretanto, a motivação dos secundaristas para iniciarem as ocupações se deu, principalmente, a partir da celeridade dos governos em instituírem mudanças no ensino médio que impactariam diretamente na realidade dos adolescentes. O ritmo das contrarreformas foi intensificado e não seria diferente com a política de educação, na medida em que a ofensiva neoliberal se expressa pelo "desfinanciamento da educação pública, fechamento de escolas e maior mercantilização no setor." (CARVALHO, 2020a, p.23).

A partir disso, abordaremos, a seguir, as principais medidas propostas pelos diferentes governos e que demonstram o ataque à educação pública, gratuita e de qualidade e que também fomentaram a participação política dos secundaristas.

2.2 AS INVESTIDAS NEOLIBERAIS CONTRA A EDUCAÇÃO

Já fora observado que o contexto sócio-político forneceu experiências e elementos relevantes para que o processo de ocupação das escolas acontecesse posteriormente. Contudo, as novas medidas propostas inquietaram ainda mais as angústias dos adolescentes que já reconheciam e viviam a precarização da educação pública. Em que pese as medidas terem suas especificidades em cada estado, com proposições diferentes, é preciso reconhecer que todas elas gravitavam em torno de princípios neoliberais.

Como já observado, as ocupações no estado de São Paulo antecederam todas as outras, tendo seu início no final do ano de 2015. No referido estado, as ocupações iniciaram a partir da medida proposta pelo governo estadual. O então governador

Geraldo Alckmin (PSDB) apresentou uma proposta de reorganização da rede escolar estadual que pretendia dividir as escolas por ciclos ¹¹, prevendo assim o fechamento de 94 unidades escolares e o remanejamento de alunos de outras 754 escolas (CORROCHANO; CORTI; SILVA, 2016). No discurso do governo, a reorganização tinha como objetivo “otimizar espaços e reduzir o número de salas de aula ociosas” ¹², mas, na realidade, se tratava de um ataque aos direitos fundamentais dos adolescentes e jovens.

Sem qualquer tipo de diálogo, fórum ou discussão com estudantes, funcionários, pais ou responsáveis, o governo paulista buscava rapidamente implementar a medida proposta. Porém, a decisão do governo não foi aceita de forma pacífica e quando a comunidade escolar tomou conhecimento sobre as consequências que a medida traria, logo começaram as manifestações. A esse respeito, Campos, Medeiros e Ribeiro (2016, p.37) afirmam:

Ficou muito claro que a medida da “reorganização”, enquanto política pública, foi rejeitada pela maioria. E que a incrível disposição para luta foi alimentada não apenas pelo choque e pela revolta, com forte conteúdo emocional, como também pelo raciocínio lógico, que leva à conclusão de que não se trataria de uma medida positiva para a qualidade da educação pública.

A partir de então teve início uma série de atos e manifestações de rua que culminaram nas ocupações das escolas de São Paulo. Naquela ocasião, os secundaristas, diante da forte pressão realizada pelo movimento, conseguiram reverter as medidas propostas pelo governo do estado. Posteriormente, em 2016, as ocupações voltaram a acontecer com mais potência, primeiramente no Paraná e se propagaram em todos os estados do país.

Com o golpe parlamentar-jurídico-midiático e, conseqüentemente, com as ações do então empossado presidente Michel Temer (MDB), “remetemos ao neoliberalismo mais regressivo cuja referência principal é a modernização tecnológica, no plano da produção, aliado ao capitalismo financeiro.” (FERRETI; SILVA, 2017, p.392). Diante disso, os efeitos dessa “modernização” neoliberal seriam refletidos em todas as ações do Estado, principalmente, nas ações sociais, como revela Salomão

¹¹ As unidades escolares seriam apenas Ensino Fundamental I ou Ensino Fundamental II ou ainda Ensino Médio. Januário, Medeiros e Melo (2019) apontam que das mais de 5.000 escolas estaduais quase 3.000 atendem dois ciclos.

¹² Para outras informações, acessar: <https://projeto colabora.com.br/ods4/primavera-secundarista/>.

Barros Ximenes (2019, p.57): “O golpe parlamentar de 2016 pôs em marcha uma política educacional orientada a rapidamente perenizar retrocessos: ‘teto de gastos’, reformas do ensino médio e trabalhista, Base Nacional Curricular Comum, etc.”.

No Paraná, os secundaristas buscaram resistir contra as mudanças propostas pelo governo federal, fundamentalmente, a Reforma do Ensino Médio - oficializada pela MP 746/2016¹³ - e contra a PEC 55/2016 no Senado Federal (ou PEC 241/2016 da Câmara de Deputados) que congelava os investimentos públicos por 20 anos, principalmente, nas áreas de saúde e educação. As ocupações no referido estado foram intensificadas no segundo semestre de 2016, próximo do final do ano, atingindo mais de 800 escolas ocupadas, conforme relatado por Allan Andrei Steimbach (2018, p.19): “(850 pelos dados do “Movimento Ocupa Paraná” e 831 pelos dados apresentados pela Secretaria de Estado da Educação). Em todo o Brasil, somado ao estado do Paraná, as ocupações chegaram a 1.108 escolas, ao mesmo tempo”.

De imediato, é possível observar o caráter autoritário da reforma proposta pelo governo federal. Implementada por meio de uma medida provisória, feita sem nenhum tipo de diálogo com a sociedade, com os professores ou com os estudantes, a MP 746/2016 impunha mudanças significativas a serem incorporadas no ensino médio. Na “Exposição de Motivos” apresentada pelo governo, enviada ao Congresso Nacional, estão dispostos os argumentos para tentar justificar tal reforma. Segundo o documento, a reforma preconiza “a organização dos currículos do ensino médio, ampliação progressiva da jornada escolar deste nível de ensino e criação da Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.” (BRASIL, 2016).

Para o governo, a reforma partia de um “contexto real”, ou seja, de uma educação que, supostamente, não dialogava com a realidade de muitos dos adolescentes, acarretando no descontentamento com a política educacional que se refletia nos altos índices de evasão, baixo rendimento escolar e indisciplina. O documento de Exposição de Motivos demonstrava este panorama em seu sexto e sétimo motivos:

6. Em relação à matrícula, somente 58% dos jovens estão na escola com a idade certa (15 a 17 anos). Do total de matriculados, 85% frequentam a escola pública e, destes, por volta de 23,6% estudam no

¹³ Posteriormente, transformada na Lei nº 13.415 de 2017.

período noturno. A falta de escolaridade reflete diretamente nos resultados sociais e econômicos do país.

7. Os dados educacionais publicados recentemente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP evidenciaram resultados aquém do mínimo previsto, isto é, 41% dos jovens de 15 a 19 anos matriculados no ensino médio apresentaram péssimos resultados educacionais. (BRASIL, 2016).

Este contexto também era identificado pelos próprios adolescentes e pela comunidade escolar, como podemos observar no Boletim *Juventude Informa*, ainda em 2014:

Ainda que todos os jovens de 15 a 17 anos que estudam estivessem cursando o ensino médio, a frequência obtida seria de aproximadamente 80%. É importante compreender a razão pela qual há tantos jovens afastados da escola. Os motivos podem ser incompatibilidade em razão de trabalho e/ou família, mas também desinteresse pela escola e pelos estudos. Mais de 10% dos jovens entre 15 e 17 anos apenas trabalham, o que significa que pouco mais da metade dos jovens fora da escola foram atraídos pelo mercado de trabalho. O restante nem trabalha nem estuda e é importante entender qual o motivo para o desinteresse destes jovens pelo estudo. Outro fator importante neste contexto é a proporção de 7% dos jovens nesta faixa de idade com filhos. Vale mencionar também que cerca de 20% dos jovens de 15 a 17 anos trabalham e estudam, o que cria uma série de constrangimentos na conciliação dos horários e deslocamento para cada uma destas atividades (PARTICIPATÓRIO, 2014, p.15).

O primeiro fator a ser modificado pela reforma era o currículo escolar, apresentado como uma dificuldade pelos representantes do Ministério da Educação (MEC). Sendo este enrijecido, “não favorece a aprendizagem e induz os estudantes a não desenvolverem suas habilidades e competências, pois são forçados a cursar, no mínimo, treze disciplinas obrigatórias que não são alinhadas ao mundo do trabalho”, conforme apontado no décimo terceiro motivo (BRASIL, 2016). Desta feita, uma das principais mudanças instituídas pela MP era a flexibilização do currículo:

Neste sentido, a presente medida provisória propõe como principal determinação a flexibilização do ensino médio, por meio da oferta de diferentes itinerários formativos, inclusive a oportunidade de o jovem optar por uma formação técnica profissional dentro da carga horária do ensino regular. (BRASIL, 2016).

O ensino médio no Brasil era composto por 13 disciplinas obrigatórias. A partir da reforma, o currículo passaria a ser formado pela Base Nacional Curricular Comum

(BNCC) ¹⁴ - que define os conhecimentos essenciais a serem ofertados nos três anos do ensino médio - e por itinerários formativos, sendo destinadas 1200 horas ao cumprimento da BNCC.

A partir da medida provisória, as disciplinas obrigatórias passaram a ser matemática, língua portuguesa e língua inglesa e o restante do tempo será distribuído em disciplinas eletivas ou cursos técnicos definidos nas áreas: I - linguagem e suas tecnologias; II - matemática e suas tecnologias; III - ciências da natureza e suas tecnologias; IV - ciências humanas e sociais aplicadas; V - formação técnica e profissional. Trata-se, então, de uma reforma que visava flexibilizar a grade curricular. Portanto, a análise limitada do governo creditava o problema do “fracasso escolar” à rigidez do currículo e à grande quantidade de disciplinas obrigatórias a serem cursadas.

Utilizando-se do falso discurso da possibilidade de escolha pelos estudantes de seus itinerários formativos, o governo demonstrava a flexibilização do currículo como um atrativo. O documento de Exposição de Motivos descreve que a flexibilização tem como perspectiva “ofertar um ensino médio atrativo para o jovem, além da liberdade de escolher seus itinerários, de acordo com seus projetos de vida.” (BRASIL, 2016).

Todavia, concordamos com a afirmação de Celso João Ferreti e Nora Krawczyk (2017) que descrevem que a flexibilização nada mais é do que a precarização e a desregulamentação da política de educação.

O termo flexibilização é muito tentador porque remete, na fantasia das pessoas, à autonomia, livre escolha, espaço de criatividade e inovação. Mas flexibilização pode ser também desregulamentação, precarização, instabilidade da proteção contra a concentração da riqueza material e de conhecimento, permitindo a exacerbação dos processos de exclusão e desigualdade social. Flexibilizar uma política pode ser também o resultado da falta de consenso sobre ela. Estamos mais uma vez frente a uma equação economicista para pensar a educação, com análises reducionistas e propostas imediatistas. (FERRETI; KRAWCZYK, 2017, p.36).

A flexibilização do currículo também impede que os estudantes tenham contato com todas as disciplinas, uma vez que não é obrigatório que a Instituição de Ensino

¹⁴ O texto da BNCC pode ser acessado em <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> (BRASIL, 2017). Para uma análise crítica da BNCC, consultar o artigo “Base Nacional Comum Curricular e Novo Ensino Médio: uma análise à luz de categorias de Florestan Fernandes” (ANDRADE; MOTTA, 2020).

oferte todas as áreas, além de impelir os estudantes a uma educação profissionalizante voltada para o mercado de trabalho, conforme aponta Ximenez (2019, p.60):

Em nome de uma dissimulada valorização da “escolha” por parte dos estudantes, a Lei nº 13.415, que aprovou a Medida Provisória nº 746 de 2016, regride à estrutura dual de ensino médio, dividido, de um lado, entre formação propedêutica - no caso, subdividida em quatro itinerários: linguagens, matemática, ciências da natureza e ciências humanas e sociais aplicadas - e, como opção pretensamente terminal, **a formação técnica e profissional, a ser moldada segundo as possibilidades e os interesses locais.** (*grifos nosso*).

Outro elemento importante que podemos considerar é sobre o ensino técnico e profissionalizante. A falta de empregos aos jovens aliada ao pouco sentido que as escolas fazem em suas vidas, fizeram com que o governo criasse grande expectativa na comunidade em torno do ensino técnico/profissionalizante, o qual, de fato, dificilmente será viabilizado. Este é apenas contemplado na MP como um dos itinerários formativos e, como apontado por Ximenes (2019), estará condicionado às possibilidades, estrutura e interesse de cada Instituição de Ensino.

A reforma também instituiu o ensino médio em período integral. O documento de Exposição de Motivos aponta, em seu vigésimo quarto motivo, a criação “da Política de Educação em Tempo Integral de Fomento à Implantação de Escolas em Tempo Integral para o ensino médio de escolas estaduais” (BRASIL, 2016). Entretanto, a referida proposta gera ainda mais desigualdade e exclusão, pois “a implementação do ensino integral inviabilizaria a conclusão do ensino médio por aqueles que precisam conciliar os estudos com trabalhos formais ou informais.” (FERMINO; RIBEIRO, 2019, p.204). Ainda a esse respeito, concordamos com Ximenes (2019, p.61) quando afirma que:

Na teoria, a transformação de uma escola em escola de tempo integral asseguraria mais inclusão, mais tempo para atividades didáticas, oferta de novas oportunidades de curso e de prática cultural e esportiva. Na prática, criam-se escolas especiais seletivas, com reduzida oferta e de difícil acesso e permanência à juventude pobre.

A pesquisa realizada por Steimbach (2018), quando entrevistou os adolescentes que ocuparam as escolas no estado Paraná, também demonstra as

condições dos alunos que estão inseridos na rede pública de ensino e, conseqüentemente, aponta para o caráter excludente da reforma:

[...] uma das grandes queixas dos sujeitos da pesquisa quanto à Reforma do Ensino Médio estava na questão de cursar esta etapa em tempo integral. Uma das razões era a de que muitos jovens não poderiam cursá-lo, justamente, por já terem essa inserção, mesmo que em condições precárias, junto ao mundo do trabalho. O jovem deveria, já que o Ensino Médio não é senão etapa do nível básico de escolarização no Brasil, apenas estudar. O dado que concluímos é preocupante, pois os jovens não possuem, por razões as mais diversas, a condição de somente estudar e, na queixa deles próprios, a reforma do Ensino Médio, pouco esteve interessada em entender e se preocupar com este contexto. (STEIMBACH, 2018, p.103).

Ao criar a política de fomento ao ensino médio em período integral, a reforma possibilita o convênio entre as instituições estatais e as instituições privadas para a oferta do ensino técnico/profissionalizante, fazendo com que as instituições privadas recebam verbas do Fundo de Manutenção da Educação Básica (Fundeb). Isto é, na prática, uma forma de privatização da educação pública e do ensino médio:

Com vistas a garantir a oferta de formação técnica e profissional, passa a ser permitido o uso de recursos do Fundo de Manutenção da Educação Básica (FUNDEB) para realização de parcerias entre as redes públicas e o setor privado, anunciando uma ampla ação de privatização da escola pública de Ensino Médio. Ao final da tramitação, a lei incorporou ainda a possibilidade de que tais parcerias sejam destinadas à oferta de estudos na modalidade à distância, que poderão ser cursados pelos estudantes e integralizados em seus currículos. (FERREIRA; SILVA, 2019, p.289).

O discurso do governo, amplamente divulgado nas diversas emissoras de televisão, gravitava em torno da “modificação”. Era preciso modificar para “modernizar” e adequar o currículo escolar às mudanças no mundo trabalho do século XXI, possibilitando o progresso econômico nacional. De acordo com os dirigentes do Ministério da Educação (MEC), a reforma “é urgente porque é necessário destravar as barreiras que impedem o crescimento econômico.” (FRIGOTTO; MOTTA, 2017, p.357).

É importante salientar que a ideia de investimento em capital humano (FRIGOTTO; MOTTA, 2017, p.358) sempre esteve presente na política de educação nacional. Entretanto, a partir do acirramento da ideologia neoliberal no país, era

necessário “reorientar os propósitos tecnicistas aos arranjos da economia política neoliberal e à nova configuração do Estado daí decorrente, [...] na qual emerge a globalização do capital.” (XIMENES, 2019, p.59).

Em suma, o que podemos verificar é o rearranjo da política educacional sob os ditames de um governo neoliberal. A reforma trabalhista, a reforma da previdência e a reforma do ensino materializam o contexto de retirada de direitos. No âmbito da educação, portanto, podemos constatar sua perspectiva mercadológica, privatista, excludente, “de viés elitista e reacionário, que retoma a segregação oficial no currículo da educação básica.” (XIMENES, 2019 p.55).

A outra bandeira levantada pelos secundaristas, e que se alia ao pacote de reformas de retirada de direitos, foi a luta contra a PEC 55/2016, também conhecida como PEC do “teto dos gastos” ou também PEC do “fim do mundo”. O projeto de emenda constitucional que limita os gastos do governo federal, a cada ano, ao que foi gasto no ano anterior apenas acrescido da inflação, por um período de 20 anos, nas políticas de saúde e de educação revela sua natureza perversa. Segundo Gaudêncio Frigotto e Vânia Cardoso da Motta (2017, p.366) “o caráter desumano e criminoso da PEC nº 55 é que, ao congelar por 20 anos o investimento público na área social, reserva toda a riqueza produzida para ganhos do capital, em especial mediante juros criminosos acobertados por leis injustas.”.

Neste sentido, é incompatível que as duas propostas caminhem juntas; isto é, se atualmente a política educacional e as escolas já se encontram defasadas, sem estrutura mínima para fornecer um ensino de qualidade, como será possível ofertar um ensino médio em período integral e com ensino técnico/profissionalizante se os recursos serão congelados por 20 anos? A esse respeito, Veridiana Vilharquide Fermino e Márcio Moretto Ribeiro (2019, p.205) afirmam:

A constatação da precariedade da estrutura de suas escolas contrasta com os planos de ampliação do período de aulas, especialmente considerando o congelamento dos gastos públicos por meio da Emenda Constitucional contra a qual eles também lutavam.

O que se pode identificar é a intensificação do sucateamento da educação básica e pública aliada ao processo de privatização da educação, visto que há a entrega do ensino médio ao setor privado com o pretexto da educação profissionalizante. Ademais, trata-se de uma medida que acentua ainda mais a

desigualdade e acarreta na exclusão dos estudantes trabalhadores, demonstrando seu caráter classista e uma fase obscurantista da educação, como relatado por Ximenes (2019, p.70):

[...] caso se consolide o golpe e não sejamos capazes de revogar as medidas educacionais por ele impulsionadas, podemos estar entrando não em uma mera fase da história da educação brasileira mas em uma etapa obscurantista, articulada às tentativas de destituição de direitos sociais, civis e políticos das classes populares e dos educadores que temiam em resistir e se expressar nas escolas públicas.

O governo de Temer aprofundou as medidas de caráter neoliberal, constituindo-se enquanto um (des)governo de supressão dos direitos sociais, dentre eles a educação. Todavia, essas propostas foram recebidas pela população com muita resistência, ocorrendo desde greves gerais, manifestações de rua e ocupações de prédios públicos, como foi o caso do movimento de ocupação das escolas estaduais em todo o Brasil.

Tendo em vista o contexto político, econômico e social que circundou o movimento de ocupação das escolas, bem como as medidas governamentais que também foram determinantes para tal processo, analisaremos a seguir as características e a organização do movimento, que teve suas particularidades e que tomou dimensões mundiais.

2.3 CARACTERÍSTICAS E ORGANIZAÇÃO DAS OCUPAÇÕES

O movimento de ocupação das escolas estaduais manifestou características, até então, inéditas em território nacional. Sua dinâmica, a dimensão tomada pelo movimento, as bandeiras de lutas e os próprios sujeitos que o compunham, chamaram a atenção da sociedade, da mídia e dos governos, colocando em evidência uma série de questões que iam desde a educação pública até a participação política protagonizada pelos secundaristas.

O movimento era composto por adolescentes e jovens, em sua grande maioria com idade entre 15 e 18 anos, ocupando o espaço escolar de forma literal. Por semanas - e em algumas situações por meses - os secundaristas realizaram a autogestão do ambiente escolar. Desenvolveram as mais diversas atividades necessárias na escola, desde preparação da própria comida até coordenação de

aulas públicas, debates, oficinas e atividades culturais, além de defenderem seus posicionamentos e reivindicações frente a deputados e senadores.

É preciso demarcar o caráter “subversivo” da ação protagonizada pelos secundaristas. Os estudantes em protesto às reformas anunciadas, que acentuariam ainda mais as dificuldades no acesso da educação básica e de sua qualidade, aliado aos poucos espaços de diálogo com o governo, utilizaram de uma estratégia própria da luta da classe operária, a ação direta. Ao ocuparem as escolas e colocá-las sob o comando e a organização dos próprios estudantes, tirando-as do comando do Estado, os adolescentes e jovens subverteram a lógica do espaço escolar e romperam com a normalidade e a legalidade do funcionamento da Instituição.

As primeiras ocupações aconteceram em meados do mês de novembro de 2015, no estado de São Paulo. Entretanto, no decorrer do ano seguinte, ganharam tamanha força e adesão que as ocupações se disseminaram para os mais diversos estados do Brasil, como pontuado por Januário, Medeiros e Melo (2019, p.19):

Dentro do período de um ano, o repertório da ocupação de escolas estaduais se espalhou por todo o país, atingindo intensidades diversas: quase trinta escolas foram ocupadas tanto em Goiás quanto no Ceará, cerca de oitenta no Rio de Janeiro e cerca de 150 tanto em Minas Gerais quanto no Rio Grande do Sul. O pico em um único estado foram as quase 850 ocupações de colégios estaduais no Paraná, o que pode ser considerado o segundo maior movimento de ocupação de escolas que ocorreu no mundo.

As reivindicações de cada colégio estadual ocupado tinham especificidades em cada estado, entretanto “o ponto de partida foi uma oposição, por meio da ação direta, a políticas governamentais consideradas pelos estudantes injustas ou arbitrárias.” (JANUÁRIO; MEDEIROS; MELO, 2019, p.20). Todavia, houve aspectos que convergiam dentre todas as ocupações:

1) o *conteúdo* (majoritariamente liberal-econômico e minoritariamente moral-conservador) de determinadas reformas educacionais (como a “reorganização escolar” em SP; as propostas de terceirização em GO, MT e RS; o projeto de lei “escola sem partido” em RS; e a reforma do ensino médio nos casos do PR, MG e ES); 2) a *forma* da política educacional, marcado por imposições autoritárias e a falta de diálogo e participação democrática (em praticamente todos os estados); e 3) a *precariedade* da educação pública. (JANUÁRIO; MEDEIROS; MELO, 2019, p.21).

A política educacional foi o alvo de grandes embates entre adolescentes que reivindicavam participar e se apropriar do espaço da escola - contestando o governo autoritário e impositivo; apontando as escolas sem estruturas mínimas; e recusando reformas que iam na contramão das necessidades dos estudantes - e entre governos arbitrários e políticas neoliberais ¹⁵.

Nossa atenção nesta pesquisa incidirá, principalmente, nas ocupações ocorridas no Paraná, estado em que o movimento se intensificou e ganhou notoriedade em nível internacional. Contudo, sejam as ocupações ocorridas em São Paulo, Paraná, Minas Gerais ou outros estados, estas partilharam de princípios comuns que caracterizaram o movimento estudantil de ocupação das escolas como um todo.

Anteriormente à proposta de ocupação das escolas, os adolescentes secundaristas já vinham manifestando seu descontentamento com a realidade educacional e escolar de diferentes maneiras por meio de passeatas, abaixo-assinados, manifestações de rua e trancamento de avenidas. Porém, nenhuma das estratégias havia sido eficaz, conforme indicam Campos, Medeiros e Ribeiro (2016, p.53-54):

[...] a disposição de luta dos estudantes já se desdobrava, desde o início, em um repertório variado de formas de protesto, desde uma demonstração como um abraço coletivo até táticas mais radicais, como o ato de colocar fogo em entulho e bloquear ruas. Enquanto a ineficácia destas táticas ficava cada vez mais evidente, a ocupação das escolas já estava espreitando a mente dos estudantes.

As mídias sociais tiveram um papel de grande relevância para que as ocupações acontecessem, pois foi a partir dos grupos de whatsapp criados contra a reorganização do sistema escolar que os secundaristas tiveram acesso à cartilha “Como ocupar um colégio?” (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016). O referido manual foi formulado a partir da experiência de ocupação das escolas no Chile nos anos de 2006 a 2011 ¹⁶.

¹⁵ Conforme pudemos constatar a partir da análise das medidas propostas pelos governos de São Paulo e também do governo federal.

¹⁶ Deixamos aqui como sugestão para uma maior compreensão da Revolta dos Pinguins, acontecida no Chile, o documentário de Carlos Pronzato que retratou o movimento:
<https://www.youtube.com/watch?v=kYzkDqI56yw>

Os secundaristas chilenos - também conhecidos por “pinguins” devido às cores de seus uniformes - tomaram as ruas do Chile e ocuparam as escolas, tendo como principais itens de reivindicação: gratuidade do exame de seleção para universidades, passe escolar gratuito e sem restrição de horários para transporte municipal, melhoria e aumento da merenda escolar e reforma das instalações sanitárias em mau estado em muitas escolas (ZIBAS, 2008). Durante meses, os estudantes do país inteiro montaram acampamentos, tomaram os prédios das escolas chilenas e ficaram em vigília durante o dia e a noite como forma de protesto até que suas reivindicações fossem atendidas.

As manifestações no Chile, em 2006, chegaram à imprensa internacional e foram amplamente divulgadas pela internet diante da sua grande proporção, de suas estratégias e dinâmicas. Essas experiências foram registradas no manual “Como ocupar um colégio?” que, no Brasil, foi traduzido e adaptado pelo coletivo “O Mal Educado”; tais experiências foram assim apresentadas:

A luta dos estudantes não começou agora, e está longe de terminar. Em 2006 e 2011, o Chile viveu a ‘Revolta dos Pinguins’, um movimento imenso de estudantes secundaristas que exigia uma educação pública gratuita e de qualidade. Durante meses, as escolas do país inteiro foram ocupadas pelos alunos - que entravam, tomavam o prédio, montavam acampamentos, e ali ficavam dia e noite como forma de protesto, até as reivindicações serem atendidas. (O MAL EDUCADO, 2015).

Concordamos com Campos, Medeiros e Ribeiro (2016) quando apontam que a referida cartilha apresentava o movimento de ocupação como uma forma de radicalização quando outros recursos de pressão se esgotassem, bem como se mostrava uma possibilidade de organizar e unificar a luta criando um “movimento dos estudantes”.

Com relação ao “O Mal Educado”, tratou-se de um coletivo que surgiu a partir de experiências de lutas entre estudantes de uma escola estadual da região sul de São Paulo, de grêmios de colégios particulares da capital e de grêmios de Escolas Técnicas Estaduais (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016, p.60-61). O Mal-Educado, coletivo de caráter anarquista, fomentou as mobilizações realizadas pelos secundaristas:

O Mal Educado não atuou como dirigente do processo político, mas meramente como um catalisador que detonou uma virada tática - das manifestações de rua às ocupações -, apresentando uma nova forma de ação coletiva, desconhecida ou impensável para os alunos. (CAMPOS, MEDEIROS; RIBEIRO, 2016, p.79).

A cartilha, uma espécie de manual, explicitava “os princípios básicos e as tarefas para a organização da ocupação” (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016, p.56). O manual evidencia a relevância da assembleia como sendo “o órgão mais importante durante a ocupação. As decisões mais importantes devem passar por ela e serem discutidas nelas.” (O MAL EDUCADO, 2015). Era por meio da assembleia que se definiam as comissões que comporiam a ocupação: comida, segurança, imprensa, informação, limpeza e relações externas. É claro que cada escola ocupada poderia adequar as comissões dispostas no manual de acordo com as necessidades apresentadas durante o movimento, mas estas eram comissões consideradas indispensáveis.

Cada comissão tinha suas respectivas tarefas, as quais foram descritas no manual. Além disso, o manual também explica sobre as atividades a serem desenvolvidas pelos estudantes das ocupações. A escola autogerida pelos estudantes ganhou destaque em vários aspectos e a organização de atividades e/ou oficinas foi uma delas, pois os secundaristas superaram “a forma tradicional e passiva da sala de aula.” (JANUÁRIO; MEDEIROS; MELO, 2019, p.22).

A gama de atividades culturais, políticas e formativas, bem como a diversidade de conteúdos contemplados, preencheram o dia a dia em todas as unidades escolares e propiciaram que os adolescentes além de se organizarem também pudessem se construir no processo. Januário, Medeiros e Melo (2019, p.22) detalham algumas dessas atividades:

[...] apresentações artísticas (batalhas de rap, exibição de filmes, peças de teatro, saraus literários, show musicais e de talentos), atividades físicas, aulas e aulões (estas últimas voltadas para o vestibular ou o ENEM), debates e cine-debates, oficinas (de artesanato, cartazes, dança, estencil, fanzine, fotografia, lambe), palestras, prestação de serviços para a comunidade, reuniões com os pais e rodas de conversa. Os conteúdos também foram extremamente variados: defesa pessoal, dívida pública, feminismo, gênero, libras, preconceito, racismo, sexualidade, transporte público, dentre muitos outros.

A peculiaridade do movimento se deu pelas relações democráticas estabelecidas entre seus membros, isto é, o que sobressaía no ambiente das ocupações era o respeito ao caráter essencialmente democrático. O anseio de que o espaço escolar pudesse ser mais participativo e democrático, contemplando suas demandas e percepções sobre a realidade e a escola, fez com que os secundaristas fizessem das ocupações este espaço.

Estas relações perpassavam por todos os âmbitos da ocupação, “qualquer atividade ou decisão, por mínima que seja, [...] mesmo as questões mais prosaicas são submetidas a um processo decisório reflexivo coletivo - a assembleia”, como apontado por Campos, Medeiros e Ribeiro (2016, p.128). O relato de uma das escolas ocupadas apresentado pelos referidos autores também nos apontam essa questão:

[EE ARLINDO BITTENCOURT - FACEBOOK - 25/11/15]
[...] Decidimos que todos os dias iremos fazer assembleias de votação do almoço e da janta, assim como todas as atividades da ocupação. O dia terminou muito bem, recebemos muito apoio e diversas doações, o que agradecemos a todos de coração! [...].

As relações democráticas fizeram com que os estudantes secundaristas vivessem a participação política, por meio das assembleias e das tomadas de decisões de tudo que envolvesse as ocupações. Tiveram que construir, coletivamente, pautas, demandas, atividades e tarefas que contemplassem a todos os envolvidos no movimento. O caráter dessas relações fez com que as mais diversas questões se tornassem uma discussão política entre os estudantes.

Na maior parte das bibliografias pesquisadas ressalta-se a horizontalidade do movimento de ocupação das escolas, apontando que tal movimento não se constituiu por líderes ou dirigentes. Entretanto, embora realmente não tenha existido um representante ou líder oficial das ocupações, o que se observou é que em todas as escolas ocupadas sempre teve algum estudante que assumia a “frente” do movimento e, portanto, acabava se tornando uma referência aos demais, mesmo que não formalmente. Neste sentido, o que pretendemos enfatizar é o caráter democrático que orientou o caminho de todo o movimento, além de ser um princípio prático para se fazer qualquer movimento de massa.

O protagonismo das meninas dentro do movimento também foi um aspecto observado. Se as estudantes protagonizaram o processo de ocupar “por que deveriam aceitar passivamente os papéis atribuídos de forma discriminatória às mulheres?”

(CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016, p.137). Os autores também expõem que durante as atividades diárias, as estudantes assumiram papéis na organização mais geral do movimento, fazendo com que este não perdesse o objetivo de luta.

Foi possível verificar, a partir das bibliografias ou de notícias e fotos sobre o movimento, que as adolescentes meninas assumiram tarefas que tradicionalmente não seriam desempenhadas por mulheres, como por exemplo, a segurança, a comunicação com a mídia e até mesmo a liderança e organização de protestos de rua. O relato de uma estudante de uma escola no sul da capital de São Paulo aponta isso:

[EE TANCREDO NEVES - EVENTO ESP - 03/02/16]

- Na minha escola, o protagonismo feminino foi bem grande [...]. Por quê? Porque toda noite a gente tinha visita de policial, gente! Toda noite tinha policial lá batendo na porta. E rapazes para conversar com policial, não dá certo. Porque um bicudo com outro, os dois vão se bicar. Isso é literário, isso é normal. Então as meninas saíam lá fora pra conversar, até para que as coisas não fugissem do controle. (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016, p.137).

O relato de outra estudante, apresentado por Francisco Uribam Xavier de Holanda (2019), também demonstra como as relações democráticas estabelecidas entre os secundaristas fizeram com que as ocupações se tornassem um espaço de questionamento e de reflexão:

- Dentro da ocupação muitos tabus foram quebrados, como, por exemplo, esse negócio de homem e mulher dormir em quartos diferentes. A famosa frase 'lugar de mulher é na cozinha', esse tabu também foi quebrado, tinha muito homem na cozinha e muita mulher na segurança. (HOLANDA, 2019, p.167).

Ainda sobre as relações democráticas, Campos (2019, p.79) aponta que: “[...] a democracia direta que as ocupações mantinham internamente no seu cotidiano acabou fortalecendo a unificação do movimento”. Isso também fortaleceu a identidade dos estudantes e do movimento de ocupação, mesmo que este tenha acontecido em diversos estados e em momentos diferentes.

Nas relações extrínsecas ao movimento, o que se verificou a partir das bibliografias era a preocupação dos secundaristas em manter o princípio autonomista, tanto na relação com a comunidade, com outros movimentos sociais e estudantis, com organizações partidárias, com sindicalistas e com grupos de oposição às ocupações,

como nas interações com representantes das instâncias legais e com a mídia - seja ela burguesa ou alternativa.

A população se dividiu em torno do apoio ou de críticas às ocupações; havia aqueles que apoiavam, entendiam a reivindicação dos estudantes e auxiliavam a ocupação com doações; aqueles que apenas apoiavam o movimento; os que não apoiavam; e os que não apoiavam e tentavam boicotar as ocupações. O apoio por parte da população, de movimentos sociais e grupos favoráveis às ocupações foi de grande importância para que o movimento realmente acontecesse.

Houve aqueles indivíduos ou grupos que auxiliaram com doações de comida e aqueles que se dispuseram a ministrar aulas, atividades e oficinas. Vários movimentos sociais e partidários prestaram apoio e solidariedade; advogados que contribuíram juridicamente de forma gratuita com os estudantes; e lideranças de movimentos sindicais que auxiliaram no processo de organização e de divulgação do movimento.

A relação que buscavam estabelecer com esses movimentos era pautada a partir da *autonomia e independência* (CAMPOS, 2019, p.87). Por mais que os diferentes movimentos auxiliassem os estudantes no que era preciso com as ocupações, eles deveriam entender que o movimento, bem como todas as pautas, seriam decididas e encaminhadas pelos próprios secundaristas e homogeneizá-los ou dirigir o movimento como um todo, era algo que não iria acontecer, conforme aponta Campos, Medeiros e Ribeiro (2016, p.155).

Se quem era secundarista tinha uma posição de legitimidade e protagonismo no interior das ocupações, “os sindicatos, movimentos sociais, partidários e entidades ocuparam o lugar de ‘apoio’” (CAMPOS, 2019, p.88). Embora zelassem pela independência do movimento, em todas as ocupações houve a presença de jovens vinculados a diferentes partidos políticos - como PCB, PSTU, PSOL e PT - que participaram diretamente do movimento, assim como jovens atrelados a partidos com princípios autonomistas e anarquistas.

Outras organizações, como movimentos sociais - no caso do MTST e outros -, e movimentos sindicais também apoiaram o movimento. Foi observado, a partir das bibliografias sobre o tema, que os secundaristas buscavam preservar a autonomia do movimento, mesmo que houvesse um apoio significativo por parte de movimentos partidários. Sendo assim, tornava-se cada vez “mais forte a presença do autonomismo e a rejeição a formas organizativas impulsionadas por partidos e sindicatos” (CARVALHO, 2020b, p.142). Ainda para Carvalho (2020b, p.142),

Trata-se de uma nova geração que começa sua participação em meio a uma profunda crise política em que todos partidos institucionalizados parecem estar envolvidos, e em que as esquerdas partidárias e sindicais mostram-se engessadas em sua resposta.

É em meio a uma crise política e de representação nos mecanismos de participação que o movimento estudantil de ocupação das escolas floresceu. Em que pese a participação de adolescentes e jovens que representavam movimentos sociais e partidos políticos dentro das ocupações, os secundaristas buscavam sua autonomia enquanto movimento. Inclusive, os grêmios estudantis foram estruturas questionadas pelos estudantes e foram raras as escolas que tiveram suas ocupações incentivadas por essa organização representativa.

Uma das principais críticas dos estudantes para com os grêmios e as entidades de representação estudantil seria exatamente a falta de participação dos próprios estudantes, bem como o fato de que muitas das vezes estas instâncias estão atreladas à direção escolar, como pontuado por Pacheco (2018, p.164):

A participação no grêmio estudantil é narrada como **engessada**, por ser **atrelada à direção da escola**, que, segundo os estudantes, não deixava eles gerenciarem a entidade de fato, reiterando a escola como este espaço da não-agência e o reforço do engajamento estudantil como desorganizado ou inconsequente. (*grifos nosso*).

Os grêmios, enquanto espaços de organização dos estudantes, nunca foram bem aceitos pela direção das escolas. Estes, quando existiam, serviam como um braço da burocracia escolar, auxiliando a direção com as questões que se fizessem necessárias e apenas repassando aos estudantes as informações pertinentes à direção. Sendo assim, Campos, Medeiros e Ribeiro (2016, p.307) apontam que os “grêmios livres” também foram uma das reivindicações recorrentes dos secundaristas.

Todavia, é preciso salientar a diferença entre um grêmio estudantil e um grêmio livre, visto que as discussões sobre o espaço de participação e a direção do grêmio estudantil não foram a tônica do movimento de ocupação das escolas estaduais. Contudo, trata-se de um espaço ímpar de organização coletiva e política dos interesses dos secundaristas e, portanto, a luta para a busca da autonomia na direção dos grêmios estudantis, a fim de afirmá-los como espaço permanente de resistência e organização coletiva por parte dos estudantes, ainda se faz necessária.

Portanto, as instâncias burocráticas e de representação dos estudantes já não os representavam mais e foi diante destas insatisfações que a corrente autonomista ganhou tamanha adesão em todas as ocupações, como afirmam Januário, Medeiros e Melo (2019, p.88):

Esta postura aparecia como recomendação na cartilha “Como ocupar um colégio”, que trazia consigo um tom autonomista, mas isso aconteceu menos por uma decisão combinada de seguir uma ideologia e mais por uma predisposição do conjunto de estudantes mobilizados, que carregam consigo uma profunda descrença no sistema partidário e em instituições representativas no geral.

É fato que, enquanto uma forma de resistência, o movimento de ocupação das escolas foi disputado por diferentes correntes políticas. Os movimentos de caráter mais autonomista e anarquista estiveram presentes desde o início das ocupações e influenciaram, em grande parte, na forma como estas se organizaram. Apesar disso, as entidades estudantis - como a União Nacional dos Estudantes (UNE), a União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES) e outras - também estiveram presentes.

O relato de uma aluna paranaense, do Colégio Estadual Costa Viana em São José dos Pinhais/PR, aponta para essa preocupação dos estudantes - em não apoiar qualquer movimento - quando surge uma discussão sobre qual nome dariam à página de informações a ser criada na plataforma digital *Facebook*:

- Ela tinha a ideia de criar [uma página] com o nome ‘MEI’ (Movimento Estudantil Independente). Daí foi onde começou a minha briga com a M. A gente brigou muito por causa disso porque eu... Assim a gente em São José tem um grande problema com a união estudantil. **A gente não quer nenhuma união estudantil porque eles levantam bandeira. Então a gente prefere ficar meio que... estudante por estudante mesmo.** A gente quer ser independente. Daí ela queria colocar uma página com o começo ‘Movimento Estudantil’. Eu não concordei porque gente que não sabe disso acha que é uma união, um movimento mesmo, uma organização estudantil e não é. Daí eu dei a ideia de criar ‘DEPE’ (De Estudante Para Estudante). Daí ela falou que ‘de’ e ‘para’ não se abrevia então colocou EE que é ‘De Estudante Para Estudante’. (FERMINO; RIBEIRO, 2019, p.206 - *grifos nosso*).

Há de se considerar que a recusa à aproximação com as organizações representativas dos estudantes, como apontado nos grifos do relato acima, também

trouxe prejuízos ao movimento autonomista que, após as reintegrações de posse das escolas, se extinguiu. A vinculação do movimento com as referidas organizações poderia levar a uma perspectiva mais politizada de disputa da burocracia estudantil e da direção do movimento unificado, visto que

[...] é a partir do trabalho partidário que ocorre a politização da massa estudantil e o reconhecimento de que a solução dos problemas “sindicais” dos estudantes, as condições de estudo, as questões pedagógicas, está em conexão com os grandes problemas políticos nacionais, sendo necessário vincular-se ao movimento mais amplo dos trabalhadores. Nesta busca de conexão com interesses mais gerais da classe antagônica à burguesia, o proletariado, os estudantes defrontam-se com as diversas expressões político-partidárias. (SILVA; SANTOS; CARVALHO, 2020, p.111).

Outro aspecto importante no movimento de ocupações foi a forma como os estudantes se apropriaram das redes sociais, uma vez que estas foram, durante todo o movimento, o principal meio de comunicação entre os estudantes, seja para contabilização das escolas ocupadas, para informação ou troca de ideias ou para a exposição dos fatos acontecidos, devido à grande dificuldade com a grande mídia. Majoritariamente, as escolas ocupadas criaram páginas na plataforma digital *Facebook* e estas tiveram diversas funcionalidades. Antes das ocupações, as páginas no *Facebook* divulgavam e agitavam a sociedade sobre os atos e as manifestações que aconteceriam, bem como as investidas do governo contra a política de educação e contra os estudantes.

No início e durante as ocupações, as redes sociais tiveram um importante papel, pois era por meio delas que os estudantes se manifestavam contestando o que era noticiado pela imprensa burguesa ¹⁷ (BORGES, 2010), além de denunciarem a precariedade do espaço escolar e os materiais didáticos aos quais eles nunca tiveram acesso, como no caso de uma escola de São Paulo onde os estudantes denunciaram focos de proliferação de larvas e mosquitos. (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016, p.144).

Foi a utilização das redes sociais, como um instrumento de comunicação, que possibilitou a interlocução entre diferentes escolas, mesmo que estas fossem de

¹⁷ Para Altamiro Borges, a imprensa burguesa é aquela imprensa privada que “objetiva o lucro e que faz da notícia uma mera mercadoria [mas que] tenta se aparentar como representante da esfera pública. [Ela] organiza e amalgama os interesses das várias frações de classe da burguesia.” (BORGES, 2010).

estados distintos. A esse respeito, Bruna Amaral Lanzillotti Barreto (2019, p.140) afirma:

A grande maioria das ocupações teve suas páginas em redes como o Facebook, onde puderam, por exemplo, dar suas versões dos fatos, onde convocavam mobilizações onde ocorreram debates entre estudantes contrários e favoráveis. Através dessas redes também se comunicavam entre si e trocavam experiências por textos, vídeos e fotos.

As redes sociais foram instrumentos que possibilitaram e facilitaram a realização das ocupações. Fermino e Ribeiro (2019, p.210) apontam que as redes sociais das escolas estaduais do Paraná eram utilizadas para divulgar “pedidos de ajuda, doações de alimentos e outros materiais, organizando o apoio da sociedade civil”. As *hashtags* usadas incessantemente nas redes sociais também auxiliaram na divulgação do movimento como foi o caso da “#NãoFecheMinhaEscola” e a “#OcupaTudo”.

Por sua vez, a relação com a grande mídia foi conflituosa desde o começo. O governo, os diretores e coordenadores das escolas se utilizaram da grande imprensa para atacar o movimento de todas as formas e, a partir daí, teve início um intenso processo de criminalização do movimento, ou seja, de criminalização da participação política dos adolescentes e jovens.

As diretorias tentavam boicotar o movimento alegando que estariam sendo mantidos em cárcere privado. A polícia era acionada e quando chegavam ao local se deparavam com os estudantes incentivando a saída de funcionários (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016, p.119). Na prática, tais informações eram noticiadas com o intuito de desmobilização e de difamação do movimento. Januário, Medeiros e Melo (2019, p.26) explicitam as estratégias utilizadas pelos governos para deslegitimar o movimento das ocupações:

Os governos de cada estado em inúmeros momentos buscaram justamente o contrário: a deslegitimação dos movimentos de ocupação das escolas, utilizando táticas variadas, desde a ofensa, a desmoralização e a estigmatização, até a criminalização e, em última instância, o uso da violência para agredir fisicamente os ocupantes ou então para invadir a escola e forçar a sua desocupação.

A ideologia que se buscava disseminar na sociedade era de que os adolescentes sequer sabiam o porquê estavam ocupando e os ocupantes eram estigmatizados como “vândalos”, “baderneiros” e “vagabundos”. A disseminação de tais ideias deveria ser incorporada pela sociedade para que não houvesse apoio às ocupações, principalmente, porque elas estavam crescendo em todos os estados.

Em noticiários e páginas contrários ao movimento era comum ver a desqualificação sofrida pelos adolescentes com o argumento de que os estudantes nem sabiam o porquê estavam lutando. Porém, desde o início das ocupações, as reivindicações eram explícitas. Por meio de assembleias e reuniões - em algumas escolas ocorreu, inclusive, o debate com a comunidade; nestas escolas as ocupações obtiveram maior apoio popular - era tomada a decisão de ocupar, assim como eram tomadas as demais decisões pertinentes aos desdobramentos do movimento.

Apesar da tentativa incessante da mídia em depreciar o movimento dos secundaristas, um estudo feito por Steimbach (2019) sobre as ocupações das escolas no Paraná demonstra que os estudantes tinham o conhecimento do que estavam fazendo:

[...] sim, os jovens que participaram das ocupações tinham, de modo claro e correto, um entendimento sobre os impactos curriculares propostos pela reforma do Ensino Médio, desde conteúdos e disciplinas ameaçadas, escolhas que deveriam ser feitas, seja de áreas, seja a escolha entre trabalhar e estudar, quem poderia ser professor e “executar” esse currículo, por exemplo. (STEIMBACH, 2019, p.55).

O Estado respondia à ofensiva dos secundaristas de diversas formas, tanto com o uso da repressão e da força policial, quanto com o uso da mídia atuando na depreciação e desvalorização das ocupações promovidas pelos secundaristas. Com isso, o movimento de ocupação das escolas estaduais, enquanto uma expressão da manifestação dos adolescentes frente ao descontentamento com a política educacional, foi criminalizado de diferentes formas, tanto pela via da desmoralização do movimento como pela intimidação.

Um dos poucos espaços de diálogo que os estudantes tiveram com o governo foi a partir do convite de deputados para que discursassem na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (ALEP). O relato da secundarista Ana Julia, que participava e apoiava as ocupações, confrontou alguns deputados que se sentiram incomodados

com o movimento e se tornou uma notícia bastante publicizada nos diferentes jornais e *sites* noticiosos. Também foi convidado para fazer um discurso o estudante contrário ao movimento de ocupação das escolas.

Para além disso, em alguns casos, houve uso de violência por parte da Polícia Militar (PM). Conforme o movimento ia tomando maiores proporções, novos embates com o governo e com a imprensa aconteciam. Os grupos e movimentos que eram contra as ocupações também influenciaram na criminalização do movimento, conforme dinâmica apresentada por Fermino e Ribeiro (2019, p.213):

Os órgãos estatais construíram uma relação de apoio mútuo com os grupos insatisfeitos com as ocupações: tanto o estado usava os grupos descontentes com o movimento dos secundaristas, quanto os grupos contra as ocupações impulsionaram as ações do estado.

Neste sentido, a imprensa burguesa, o governo e os grupos contrários se aliaram a fim de propagar à sociedade a ideia de que as ocupações não seriam algo positivo, apenas uma forma de os estudantes fazerem “baderna” e depredarem o espaço público. É válido ressaltar que a não adesão da sociedade, de imediato, a essa ideia sobre as ocupações foi de grande importância para que elas pudessem acontecer.

Contudo, as ocupações trouxeram um saldo positivo àqueles que as protagonizaram. Os adolescentes secundaristas vivenciaram, de fato, a participação política. O debate, a vivência das relações democráticas, a desconstrução de (pre)conceitos, a autogestão do espaço escolar e a reflexão sobre o sucateamento da política de educação proporcionaram não só um movimento estudantil de ocupação das escolas estaduais, mas também a construção destes adolescentes e jovens a partir de uma consciência política e coletiva.

Apresentados os aspectos relevantes para a compreensão do movimento de ocupação das escolas estaduais por parte do movimento secundarista, as reflexões no próximo capítulo se darão em torno da questão da imprensa, sua natureza e seu papel social e político. Tais elementos precisam ser pontuados para que seja possível analisar a participação política dos adolescentes e jovens durante o referido movimento a partir das notícias veiculadas pela mídia paranaense.

3. A IMPRENSA E A COBERTURA DO MOVIMENTO DE OCUPAÇÃO DAS ESCOLAS

Os aspectos históricos, sociais, políticos e econômicos que propiciaram a eclosão do movimento de ocupação das escolas, assim como a compreensão dos processos econômicos, históricos e sociais que culminaram no surgimento da adolescência e da juventude, são fatores que foram examinados nos capítulos anteriores a fim de compreendermos este movimento em sua totalidade.

Entretanto, também se faz importante a discussão sobre os aspectos que perpassam a história do jornalismo e da imprensa, uma vez que é nesse contexto que pretendemos analisar como a ação política dos estudantes foi noticiada. Portanto, neste capítulo nossa discussão será pautada nos elementos que constituem a imprensa e seu papel na sociedade, elementos estes que precisam ser examinados para que possamos analisar o movimento a partir da ótica dos jornais locais.

3.1 O JORNALISMO E A IMPRENSA NA SOCIEDADE CAPITALISTA

A imprensa, nas sociedades capitalistas, adquire um papel de grande responsabilidade e, portanto, poder. Assim como o sacerdote ou o catedrático que, em sociedades anteriores, tinham em sua propriedade o saber, a imprensa tem em sua propriedade a informação.

Deter as informações, saber como explorá-la, como manipulá-las e como disseminá-las à sociedade é, portanto, deter poder e influenciar as relações de classe e de dominação, conforme apontado por Ciro Marcondes Filho (1989, p.24). A partir do discurso da impessoalidade, da imparcialidade e da “neutralidade” a imprensa busca afirmar sua soberania enquanto uma instituição que tem como dever informar e disseminar “a verdade”.

Contudo, Marcondes Filho (1989) quando analisou o jornalismo e a imprensa no contexto da economia política capitalista, expôs que o simples fato de criá-los é “[...] uma forma de elevar a uma alta potência o interesse que têm indivíduos e grupos em afirmar publicamente suas opiniões e informações.” (MARCONDES FILHO, 1989, p.17). Portanto, a imprensa adquire

[...] papéis extremamente significativos, tais como: influir na formação das agendas públicas e governamentais; [...] influenciar a opinião de inúmeras pessoas sobre temas específicos; participar das contendas políticas, em sentido lato (defesa ou veto de uma causa, por exemplo) e estrito (apoio a governos, partidos ou candidatos); e atuar como “aparelhos ideológicos” capazes de organizar interesses. (FONSECA, 2011, p.42).

Tais papéis, conforme abordados por Francisco Fonseca (2011), só são compreendidos se entendemos que a imprensa (englobando aqui os diferentes tipos de jornais, telejornais, rádio, portais e *sites*) se constitui a partir de conglomerados industriais e tecnológicos que trabalham na esfera do ideológico, das informações e de sua manipulação para reforçar ou aniquilar determinadas ideias, opiniões e fatos. A imprensa é, portanto, um aparato utilizado estrategicamente com o fim de disseminar ideologias que coadunam com as necessidades concretas do modo de produção, influenciando nas opiniões, intervindo nos mais diversos assuntos e organizando interesses.

Enquanto uma instituição que opera no plano da ideologia é responsável por manter o bom funcionamento da ordem vigente. Desta forma, busca-se a explicação dos fatos noticiados de uma forma (supostamente) coerente e “neutra”, explicando as diferenças sociais, econômicas e políticas sem atribuí-las, de fato, à sua raiz que é a sociedade de classes. Os conflitos sociais ora são ocultados ora são noticiados, tensionados a um determinado interesse. É neste sentido que Marcondes Filho (1989, p.11), ao analisar o jornalismo, apontou que:

O jornalismo, via de regra, atua junto com grandes forças econômicas e sociais: um conglomerado jornalístico raramente fala sozinho. Ele é ao mesmo tempo a voz de outros conglomerados econômicos ou grupos políticos que querem dar às suas opiniões subjetivas e particulares o foro de objetividade.

Assim como qualquer outra instituição na sociedade capitalista, a imprensa se constitui como uma empresa; empresa esta que tem em sua propriedade a informação e que precisa torná-la uma mercadoria lucrativa sendo vendida para poder gerar lucros. É então que se inicia o processo de manipulação e de transformação das informações em notícias. A esse respeito Marcondes Filho (1989, p.13) afirma:

Notícia é a informação transformada em mercadoria como com todos os seus apelos estéticos, emocionais e sensacionais; para isso a

informação sofre um tratamento que a adapta às normas mercadológicas de generalização, padronização, simplificação e negação do subjetivismo. **Além do mais, ela é um meio de manipulação ideológica de grupos de poder social e uma forma de poder político.** Ela pertence, portanto, ao jogo de forças da sociedade e só é compreensível por meio de sua lógica. (*grifos nosso*).

Assim, a matéria-prima “informação” é especialmente tratada e se transforma na mercadoria notícia, sendo exposta de “forma atraente” (MARCONDES FILHO, 1989, p.24). Esta, por sua vez, quando chega ao receptor da mensagem já não contempla os diferentes aspectos que poderiam lhe garantir a compreensão plena dos fatos; ou seja, ela se apresenta como uma forma “quebrada” da realidade (MARCONDES FILHO, 1989, p.14), em que o que interessa é apenas o fato específico que originou a notícia. Desta forma, cria-se também a política da produção da notícia que opera com a atemorização e/ou tranquilização da sociedade diante do fato noticioso.

Tal política influencia na repercussão social das notícias veiculadas, basta observarmos, por exemplo, a oscilação da Bolsa de Valores quando há a especulação de algum fato que, na maioria das vezes, é iniciado e disseminado pela própria imprensa. Outro exemplo é a intensa produção de notícias de determinados fatos que podem gerar, na sociedade, o clima de temor ou de passividade diante do noticiado.

Desta forma, “transformar um fato em notícia não é o mesmo que reproduzir singelamente o que ocorreu. Transformar um fato em notícia é também alterá-lo, dirigi-lo, mutilá-lo” (MARCONDES FILHO, 1989, p.29). Sendo assim, até transformar-se em notícia, a informação passa por diferentes processos de manipulação:

Entre a ocorrência de um fato social relevante, o acontecimento “objetivo”, e sua apresentação ao público surgem diversas formas de intervenção que alteram sensivelmente o caráter e, principalmente, o efeito dessas notícias. **E nessa altura que se opera a adaptação ideológica, a estruturação da informação com fins de valorização e de interesse de classe** (MARCONDES FILHO, 1989, p.39, *grifos nosso*).

Marcondes Filho (1989) ainda aponta que existem três principais mecanismos de manipulação das notícias que determinam a forma como estas chegarão ao receptor, sendo elas: “a visão fragmentada e personalizada dos processos sociais, o uso da técnica e da linguística e a sonegação das informações ‘indesejáveis’.” (MARCONDES FILHO, 1989, p.40). A fragmentação e a personalização dos

processos sociais são acompanhadas pela lógica da imediatividade dos fatos, ou seja, são veículos que trabalham com o fato imediato ¹⁸ e, portanto, os apresentam de maneira diluída, difusa, sem nexos, perdendo-se de vista os elementos da totalidade que o explicam. A esse respeito, Marcondes Filho (1989, p.42) explica:

A compartimentalização da história, sua redução a fragmentos desconexos é a técnica manipulativa que se opera no jornal, que mantém os leitores e o público em geral incapazes de, separados da visão conjunta dos processos sociais, seu entrelaçamento interdependência, discernir no meio desse amontoado, quem, em última análise, detém as rédeas desse processo e para onde leva. Essa forma de exposição das coisas, que não é privilégio só de jornalistas, mas também de políticos, administradores públicos, comentadores em geral, especialistas, historiadores, transfere para ordem social um modo de interpretação difuso da vida política econômica e etc.

Desta forma, a fragmentação e a personalização são técnicas que simplificam os fatos e desinformam as pessoas. As notícias são disseminadas à sociedade, pensadas a partir da lógica do consumo, meramente como um produto, um entretenimento. O uso da técnica e da linguística é apontado como mecanismo de manipulação na medida em que, ao buscarem padronizar as notícias nos moldes do jornal, estão sendo moldadas ideologicamente. Segundo Marcondes Filho (1989, p.39), as “normalizações técnicas” de como produzir uma notícia atuam de tal forma que castram grande parte do potencial crítico e da “periculosidade da notícia”.

Perseu Abramo (2016) também nos oferece algumas contribuições importantes sobre a manipulação das informações pela imprensa. O autor aponta que existem alguns padrões de manipulação das informações que podem ser observados na grande imprensa. Tais padrões podem ser considerados como “tipos ou modelos de manipulação” (ABRAMO, 2016, p.39), os quais são usados pela imprensa a fim de manipular não só as informações, mas também a realidade.

Abramo (2016) salienta que não é todo material e toda imprensa que manipula sempre as informações, pois assim seria um “fenômeno autodestruidor e autodesmitificador” (ABRAMO, 2016, p.39). Portanto, o referido autor caracteriza quatro principais padrões de manipulação da grande imprensa, além de um padrão

¹⁸ Tal situação é ainda mais perceptível quando analisamos os diferentes *sites* e portais de notícias na internet que, via regra, noticiam os fatos no momento que estes estão acontecendo, além de terem um alcance mundial.

específico ao telejornalismo. O primeiro padrão apresentado pelo autor é o da *ocultação*; trata-se da ausência ou da presença de fatos reais na produção da notícia. O “padrão da ocultação” (ABRAMO, 2016, p 40) está relacionado com aquilo que se compreende enquanto fato jornalístico e fato não-jornalístico, isto é, cabe à imprensa decidir qual fato real é jornalístico e, portanto, deve ser noticiado, deixando de lado os fatos reais que são não-jornalísticos.

A ocultação é um padrão decisivo na manipulação do real, pois os fatos considerados pela imprensa como “não jornalísticos” não chegam ao conhecimento do público. Nesse sentido, Abramo (2016, p.40) afirma que:

Esse é um padrão que opera nos antecedentes, nas preliminares da busca da informação. Isto é, no “momento” das decisões de planejamento da edição, da programação ou da matéria particular daquilo que na imprensa geralmente se chama de pauta.

Outro padrão de manipulação apresentado por Abramo (2016) é a *fragmentação*. Numa perspectiva similar à apresentada por Marcondes Filho (1989), Abramo aponta que a partir do padrão de fragmentação as informações são disseminadas pela imprensa não em sua totalidade, contemplando as dinâmicas e os processos da realidade, mas sim de maneira despedaçada “fragmentada em milhões de minúsculos fatos particularizados, na maior parte dos casos desconectados entre si.” (ABRAMO, 2016, p.43).

O autor ainda complementa que a fragmentação é permeada por duas operações básicas: a seleção de aspectos do fato e a descontextualização. Com relação à seleção de aspectos, observamos que os fatos reais são decompostos e divididos em suas particularidades, sendo selecionados pela imprensa os aspectos do fato real que são considerados merecedores de ser noticiados. Neste sentido, o autor explica que:

[...] os critérios para essa seleção não residem necessariamente na natureza ou nas características do fato decomposto, mas sim nas decisões, na linha, no projeto do órgão de imprensa, e que são transmitidos, impostos ou adotados pelos jornalistas desse órgão. (ABRAMO, 2016, p.42).

Por sua vez, com relação à descontextualização, o autor considera que se trata de uma consequência da seleção de aspectos do fato, uma vez que o fato e a

informação real são apresentados de maneira isolada e, portanto, descontextualizada, perdendo todo o significado original da informação. A descontextualização é uma operação importante no processo de distorção da realidade.

O terceiro padrão apresentado por Abramo (2016) é a *inversão*. Tal padrão opera, principalmente, no processo final de edição da notícia ou do conjunto de notícias, pois se trata de um padrão que tem como característica principal a troca de lugares e o reordenamento das partes da notícia. Abramo pontua que há diversas formas de inversão e, corriqueiramente, muitas delas são usadas em uma mesma notícia. A primeira forma de inversão exposta pelo autor é a *inversão da relevância dos aspectos*, isto é, “o secundário é apresentado como o principal e vice-versa; o particular pelo geral e vice-versa; o acessório e supérfluo no lugar do importante e decisivo.” (ABRAMO, 2016, p.43/44).

A segunda forma é a *inversão da versão pelo fato*; é neste momento que o que passa a importar não é o fato em si, mas sim a versão do fato descrito pela própria imprensa ou por outra pessoa. Isto significa que a imprensa desconsidera a exposição dos fatos da realidade para apresentar as suas próprias declarações ou de outros atores sobre os fatos, mesmo que estas versões entrem em contradição com os fatos reais (ABRAMO, 2016, p.44). O autor salienta que nesta forma é possível chegar a dois extremos, o do frasismo - quando uma frase, expressão ou palavra é a versão apresentada como realidade - e a do oficialismo - quando o fato real é apresentado por meio da versão de uma autoridade no assunto.

Ainda no padrão da inversão é possível identificar a *inversão da opinião pela informação*. É por meio deste padrão que a informação é substituída, total ou parcialmente, pela opinião, ou seja, a imprensa apresenta a “opinião no lugar da informação” (ABRAMO, 2016, p.46). Portanto, o leitor não acessa o fato real e como o mesmo aconteceu, mas sim um *juízo de valor* de determinado fato que é exposto como uma narração ou descrição da realidade. Afirma o referido autor:

[...] o fato é apresentado ao leitor arbitrariamente escolhido dentro da realidade, fragmentado no seu interior, com seus aspectos correspondentes selecionados e descontextualizados, reordenados invertidamente quanto à sua relevância, seu papel e seu significado, e, ainda mais, tendo suas partes reais substituídas por versões opiniáticas dessa mesma realidade. (ABRAMO, 2016, p.47).

Outro padrão de manipulação apresentado por Abramo (2016) é a *indução*. O autor expõe que a indução é, ao mesmo tempo, o resultado e a articulação final dos outros padrões de manipulação, uma vez que a partir da combinação dos diferentes padrões, “o leitor é induzido a ver o mundo como ele não é, mas sim como querem que ele o veja” (ABRAMO, 2016, p.49). Portanto, a indução é um padrão que se relaciona com todo o processo de produção e edição da informação até transformá-la em notícia. Explica o autor:

A indução se manifesta pelo reordenamento ou recontextualização dos fragmentos da realidade, pelo subtexto - aquilo que é dito sem ser falado - da diagramação e da programação, das manchetes, notícias e comentários, sons e imagens, pela presença/ausência de temas, segmentos do real, de grupos da sociedade e de personagens. (ABRAMO, 2016, p.50).

Desta forma, a indução, assim como os demais padrões de manipulação, impossibilita a população de conhecer e compreender os fatos em sua totalidade, induzindo-a ao conhecimento de uma realidade, muitas das vezes, fragmentada. Portanto, é a partir do processo de transformação dos fatos e informações em notícias que se operam os diferentes padrões de manipulação a fim de torná-las um produto consumível que atenda aos interesses dos grandes conglomerados empresariais capitalistas de comunicação.

Neste sentido, a imprensa, entendida enquanto uma empresa capitalista de produção de notícias por meio da manipulação das informações, torna-se um veículo de transmissão da ideologia das classes dominantes. Atua, portanto, na esfera pública, a partir de interesses privados, intermediando e traduzindo as relações sociais em informações e notícias, conforme afirma Fonseca (2011, p.42):

Note-se, contudo, que os órgãos da mídia - emissoras de tv, rádios, jornais, revistas, portais - atuantes na esfera pública são em larga medida empresas privadas que, como tal, objetivam o lucro e agem segundo a lógica e os interesses privados dos grupos que representam.

É importante destacar que além dos meios de comunicação considerados tradicionais, a internet se apresenta como um novo espaço de informação e de embates ideológicos. Neste sentido, vem sendo disputada por grandes conglomerados empresariais e também por uma infinidade de movimentos e

organizações sociais. A velocidade da circulação de informações na internet, assim como a disputa pelo seu espaço, gera perspectivas positivas e negativas sobre seu uso. Entretanto, é preciso considerar a grande influência que este veículo possui nas sociedades atuais.

Os conglomerados de imprensa atuam na esfera pública, divulgando diferentes notícias e informações à sociedade. Entretanto, trata-se de empresas capitalistas que têm como produto principal a notícia e se constituem como porta-vozes dos diferentes monopólios que constituem a sociedade capitalista. Eles se utilizam de um (suposto) discurso de neutralidade e imparcialidade para obter uma condição mais favorável para o consumo das notícias pelas pessoas. Neste sentido, Marcondes Filho (1989, p.35) afirma:

[...] há de fato uma intervenção na opinião e no posicionamento do público, porque a imprensa é veículo formador de opinião e de comportamento: a longo prazo, os jornais - todos -, por defenderem interesses particularistas e setorizados, influem em realidade na orientação política da sociedade; não são, de forma alguma, neutros. São veículos de manifestação de facções políticas, grupos econômicos e poderes militares, religiosos e sociais. Intervêm, portanto, de fato. A neutralidade mercadológica, aí, de atender o “gosto do público”, cai por terra.

Enfim, a imprensa atua na manipulação da informação e na produção de notícias, atende à necessidade de disseminação da ideologia dominante e de concessão de voz aos diferentes conglomerados econômicos e políticos, além de atuar na influência da consciência social e coletiva a partir da forma como os fatos são noticiados. No Brasil, segundo Leopoldo Volanin (2007, p.9) os principais veículos de comunicação, “sempre tiveram uma relação de destaque com as elites privadas e os interesses do capital financeiro.”. E segue o autor:

Na história da sociedade brasileira, a chamada grande mídia brasileira sempre tem servido aos interesses políticos e econômicos, estes interesses vêm embasados em uma linhagem tradicional temporal e espacial. A imprensa, não muito distante, já servia como aparelho ideológico do Estado. Os períodos ditatoriais do Brasil tiveram sua sustentação e sua divulgação pelos meios de comunicação de massa. (VOLANIN, 2007, p.9).

A concentração de grande parte da imprensa e dos veículos de comunicação nas mãos de poucos grupos e empresas é uma marca histórica que ganha contornos

acentuados no Brasil, conforme apontado por Volanin (2007). Com o crescimento dos monopólios e a concentração da imprensa nas mãos de poucos, torna-se cada vez mais difícil encontrar jornais com opiniões e perspectivas divergentes da lógica existente. Também a esse respeito, Marcondes Filho (1989, p.71) afirma:

Com a concentração e os monopólios reduzem-se mais ainda as possibilidades de *variedade* de opiniões. Esta torna-se, na atualidade, um verdadeiro mito, produto ideológico da dominação econômica, para encobrir a verdadeira situação sufocada em que vive a comunicação de pequeno porte.

Desta forma, os conglomerados da imprensa influenciam a dinâmica das sociedades intervindo na agenda pública, influenciando opiniões, defendendo ou aniquilando fatos e ideias. Embora o discurso seja o da neutralidade com o fim de informar, tais conglomerados são empresas de comunicação que reforçam os interesses dos monopólios econômicos. Portanto, noticiar os fatos decorrentes dos embates travados pelos movimentos sociais é um trabalho cauteloso.

Os movimentos sociais, assim como o movimento de ocupação das escolas, expressam as contradições inerentes ao capitalismo. Os secundaristas buscaram, por meio da ação direta de ocupar o espaço escolar, expressar a revolta diante de medidas do governo federal que tornam a educação básica, principalmente, o ensino médio, ainda mais excludente e precário. Dar visibilidade a essas questões, fazendo com que a sociedade compreenda os diferentes aspectos do retrocesso que representa a alteração do ensino médio seria ameaçar as estruturas do capitalismo.

Portanto, noticiar os movimentos sociais, assim como o movimento de ocupação das escolas estaduais, é colocar em evidência as contradições do capitalismo, os embates sociais e políticos, a luta de classes. Sendo assim, seria necessário que a imprensa utilizasse de suas estratégias de manipulação para que esses movimentos pudessem ser noticiados de tal forma que não representassem perigo às estruturas básicas do capitalismo.

É neste sentido que a grande imprensa influencia no processo de desqualificação e criminalização desses movimentos. Na condição de aparelho ideológico de dominação, a imprensa cria estereótipos e dissemina notícias que buscam deslegitimar os movimentos sociais, a fim de que a sociedade tenha a compreensão de que a luta pelos direitos é um atentado contra a ordem, reforçando assim a perspectiva do atual projeto neoliberal de supressão de direitos.

Irados editoriais, grandes manchetes, fotos provocadoras, notícias exageradas, produções novelistas, literárias, colunas e o jornalismo tendencioso buscam fazer constantes críticas aos movimentos sociais, tratando-os de subversivos, revolucionários entre outros “títulos” ora dados. (VOLANIN, 2007, p.14).

Compreendendo os diferentes aspectos que envolvem a grande empresa que é a imprensa, seus fatores históricos, seu papel no âmbito da sociedade capitalista, assim como sua função ao noticiar os movimentos sociais, apresentaremos a seguir os dois jornais paranaenses utilizados como fonte de pesquisa para analisar como a ação política dos secundaristas, durante o movimento de ocupação das escolas estaduais, foi noticiada pela imprensa.

3.2 APRESENTAÇÃO DOS JORNAIS FONTE DE PESQUISA

A presente pesquisa tem como objetivo analisar como a ação política dos estudantes, a partir do movimento de ocupação das escolas estaduais no Paraná em 2016, foi noticiado pela imprensa. O estado do Paraná foi considerado o epicentro do movimento de ocupação das escolas devido sua amplitude, bem como o grande número de instituições escolares ocupadas. A fim de buscar os jornais que pudessem contemplar a realidade do estado, elencamos os dois principais jornais de maior circulação, *Gazeta do Povo* e *Jornal de Londrina*, sendo então utilizados para coleta das reportagens.

A escolha desses jornais se deu, principalmente, pela tradição histórica que ambos construíram no estado do Paraná, o que tem garantido uma grande circulação destes veículos juntos à população paranaense. De acordo com a Associação Nacional de Jornais (ANJ), os dois maiores jornais do estado em termos de circulação são a *Gazeta do Povo* (média de 42 mil exemplares por dia) e *Folha de Londrina* (média de 31 mil exemplares) (ASSOCIAÇÃO, 2014). Entretanto, os jornais possuem suas particularidades históricas que incidem em maior alcance de circulação em uma determinada localidade, dependendo do jornal.

O jornal *Gazeta do Povo*, por exemplo, surgiu em Curitiba no ano de 1919, tendo como fundadores os advogados Benjamin Lins e Oscar Joseph de Plácido e Silva. À época, os fundadores definiram o referido jornal como um “veículo popular e independente” (TEIXEIRA, 2018, p.8) e, no decorrer de seus conteúdos, defendia a

imparcialidade do periódico. Porém, na própria edição comemorativa do jornal em 2015, foi apontado que o veículo recebeu apoio financeiro das grandes famílias detentoras da erva-mate e da madeira:

Benjamim Lins e De Plácido e Silva ao deflagrarem a saída deste jornal procuraram antecipadamente o **apoio das classes conservadoras do Paraná**, que na época eram formadas pelos **proprietários dos grandes engenhos de erva-mate e industriais da madeira** (Gazeta do Povo, 2/2/1992: 16 *apud* SEVERO; NETO, 2010 - *grifos nosso*).

Com a chegada da televisão, e ainda sofrendo os impactos da Segunda Guerra Mundial em meados da década de 1960, a *Gazeta do Povo* foi comprada por Edmund Leminski e Francisco da Cunha Pereira Filho. Além de paramentar o jornal na década de 1970, os sócios iniciaram a compra de canais de televisão e a partir de então, tiveram como sócio Roberto Marinho, dono da Rede Globo, maior conglomerado de comunicação do país. Em 2002, a família Marinho rompeu a sociedade com a *Gazeta do Povo* (SEVERO; NETO, 2010). Apesar disso, a emissora da Rede Paranaense de Comunicação (RPC) continua filiada à Rede Globo ¹⁹.

Enfim, o jornal *Gazeta do Povo* é um jornal impresso e editado na capital, tem grande alcance de circulação no estado todo devido sua trajetória histórica e por pertencer a uma das maiores empresas de comunicação do país. O periódico possui edições diárias e sua organização se apresenta da seguinte forma:

O espaço destinado à publicidade é de 33%. O modelo “Standard” engloba em seu primeiro caderno a capa com manchete e os assuntos em destaque do dia; a “Gazetinha”; “Paraná”, o qual destaca assuntos de todo o estado. Paraná - Política onde fica a editoria política do jornal, é voltada para os assuntos referentes à política a nível estadual. O editorial chamado de “Opinião do jornal” também aborda, na maioria das edições, opiniões políticas. (SEVERO; NETO, 2010).

Enfim, a *Gazeta do Povo* participa e influencia na dinâmica e na realidade paranaense, pois além de ser pertencente à maior empresa de comunicação do estado tem interfaces, de forma indireta, com a Rede Globo de Comunicações. É expressivo o caráter político do jornal quando defende a máxima da “sociedade democrática”, porém mantém em sua equipe jornalistas e colunistas que defendem

¹⁹ Em 2010, a RPC virou Grupo Paranaense de Comunicação (GRPCOM) e se tornou uma das maiores empresas de comunicação do país, envolvendo televisão, rádios, impressos e mídia digital.

posições reacionárias e conservadores que, dentre outras posições, criminalizam os movimentos sociais e o aborto:

4. DEFESA DA VIDA DESDE A CONCEPÇÃO

Dentre os seres humanos cuja dignidade é mais aviltada, o nascituro é o mais indefeso e inocente deles. É incapaz de fazer valer os seus direitos por si só, e por isso precisa de uma proteção ainda mais enfática da sociedade. A defesa da vida não é uma posição de cunho religioso; ela deriva das observações irrefutáveis da própria ciência, e da reflexão ético-filosófica. Mas a defesa da vida também exige o cuidado e a compaixão com as mães que pensam não ter outra escolha a não ser o aborto. Veja mais no box ao fim desta página (GAZETA DO POVO) ²⁰.

O trecho acima citado foi retirado do editorial do referido jornal onde são apresentadas as 28 convicções do veículo de comunicação. Dentre as 28 convicções é apontada a “valorização da mulher”, entretanto, apresenta o movimento feminista como um movimento que desvaloriza a maternidade “enquanto muitas vezes ignora as reais agressões à dignidade da mulher” (GAZETA DO POVO, 2019) ²¹. Ressaltam ainda o papel fundamental da comunicação “na construção de uma sociedade livre, democrática e saudável.” (GAZETA DO POVO, 2019).

A partir do ano de 2017, a *Gazeta do Povo* se “modernizou”, veiculando suas edições também de forma digital e integrando em sua equipe colunistas declaradamente de direita. É importante ressaltar que este jornal lançou uma ferramenta intitulada “Monitor da Doutrinação”, onde poderiam ser publicados vídeos de professores que estariam “doutrinando” seus estudantes ²².

O outro jornal utilizado como fonte para seleção de reportagens, a *Folha de Londrina*, é um jornal criado e editado na segunda maior cidade do estado do Paraná, Londrina. Localizada na região norte paranaense, Londrina tem uma relevância significativa para todo o estado. Além da forte presença da agricultura, a cidade também é um pólo industrial, tendo destaque o comércio e a prestação de serviços. Londrina também possui uma das maiores universidades do país, a Universidade Estadual de Londrina (UEL), que também é a principal instituição estadual de ensino superior.

²⁰ Conforme: <https://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/nossas-conviccoes/>. Acesso em: 30/05/2021.

²¹ Conforme: <https://especiais.gazetadopovo.com.br/100-anos/conviccoes-editoriais-gazeta-povo-resumo/?ref=explore>. Acesso em: 30/05/2021.

²² Ver na íntegra: <https://theintercept.com/2018/12/09/gazeta-do-povo-quinada-direita-bolsonaro/>. Acesso em 31/05/2021.

Embora exista certa imprecisão com relação à data de surgimento do jornal *Folha de Londrina*²³, diante do crescimento econômico que a cidade apresentava, em 1948 circulou pela primeira vez o “Semanário Folha de Londrina” (SEVERO; NETO, 2010). O jornal foi fundado pelo agricultor catarinense João Milanez e seu sócio, o jornalista Correia Neto, os quais investiram na abertura do jornal, a princípio, artesanal, conforme descrito por Romer Mottinha Santos (2014, p.55):

Embora existissem diversas dificuldades para a produção e distribuição do jornal, com características ainda artesanais, a lógica da Folha de Londrina foi, desde sua fundação, empresarial. O crescimento do jornal está relacionado ao fato deste publicar notícias e anúncios locais e regionais, **caracterizado por uma linha editorial “moralista e conservadora”**, dedicada em projetar a imagem da cidade de Londrina como “cidade progresso”. (*grifos nosso*).

Desde seu surgimento até meados de 1950, o referido jornal contou com três chefes de redação, sendo eles: Moacir Arcoverde, Rafael Lamastra e A. Damasceno da Silva. Daquele ano até 1965 o chefe de redação passou a ser então Nilson Rímoli (GURGEL, 2015, p.7). O intenso crescimento da região norte do Paraná fez com que a *Folha de Londrina* disputasse o espaço como um dos jornais “formadores de opinião”, devido à busca de sua circulação em todo o estado.

Na década de 1950, o jornal deixou de ser semanal e se tornou diário com oito páginas e notícias internacionais na primeira página²⁴. O fundador do jornal, João Milanez, expandiu seus negócios na área da comunicação e criou a *TV Tarobá* em 1979, na cidade de Cascavel/PR. Milanez se tornou um grande empresário da comunicação e, conforme Londrina se desenvolvia, mais era investido em toda a linha de produção do jornal.

Durante todos esses anos João Milanez foi um ator importante ao jornal, pois além de participar de diversas campanhas pelos municípios da região também estava à frente de causas filantrópicas, políticas e econômicas que tornaram a *Folha de Londrina* uma empresa lucrativa. Nesse contexto,

²³ Conforme: <https://1library.org/document/q0pw2pvz-generos-jornalisticos-na-folha-de-londrina-1-eduardo-amaral-gurgel-2-universidade-metodista-de-sao-paulo-umesp.html>. Acesso em 31/05/2021.

²⁴ Conforme: <https://www.folhadelondrina.com.br/grupofolha#:~:text=Na%20Folha%20de%20Londrina%2C%20s%C3%A3o,atualiza%C3%A7%C3%B5es%20frequentemente%20das%20not%C3%ADcias%20mais>. Acesso em: 04/06/2021.

A Folha conquistou espaço hegemônico na cidade por várias razões. Era diário; seus diretores conseguiam sólido apoio das elites e dos poderes locais e regionais, deles fazendo-se porta-vozes e representantes; e, porque nesse contexto favorável, a Folha foi o único jornal que se transformou rapidamente em indústria da comunicação. (GURGEL, 2015, p.7).

A partir de 1998, José Eduardo de Andrade Vieira tornou-se sócio do jornal *Folha de Londrina*. Andrade Vieira também foi uma figura importante ao jornal devido sua influência política, por ter sido senador pelo Paraná entre os anos de 1991 a 1999, em uma coligação entre o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Democrático Social (PDS) (SANTOS, 2014, p.56). O ex-senador também foi dono do Banco Bamerindus que fez vários investimentos na área da comunicação, adquirindo ações no jornal *Folha de Londrina*, *TV Londrina* e algumas emissoras de rádios, conforme demonstrado por Santos (2014, p.57).

O referido jornal, além de circular por mais de 300 localidades no estado do Paraná, também circula no Mato Grosso do Sul e no sul do estado de São Paulo, sendo considerado o segundo maior jornal de circulação do Paraná ficando atrás apenas da *Gazeta do Povo* (SANTOS, 2014, p.57). Desta forma, é possível identificar a influência do jornal *Folha de Londrina* no cotidiano dos paranaenses. Desde seu surgimento, o jornal contou com importantes figuras que, atrelado ao desenvolvimento da região, o tornaram uma empresa de comunicação lucrativa.

Diferentemente do jornal *Gazeta do Povo*, a *Folha de Londrina* busca manter os posicionamentos ideológicos de maneira mais implícita. No *site* do jornal, a missão do veículo de comunicação está assim definida: “fornecer informações com credibilidade e prestar serviços de qualidade.” (FOLHA DE LONDRINA). Também disponível no *site*, são apresentados os valores que conduzem o Grupo Folha de Comunicação:

Independência editorial com imparcialidade, ética e responsabilidade;
Incentivo aos princípios da democracia;
Estímulo a práticas sustentáveis que promovam o desenvolvimento da sociedade e a preservação do planeta;
Compromisso com a qualidade e transparência;
Busca contínua da agilidade e inovação;
Atenção aos objetivos de clientes, colaboradores, parceiros e acionistas;
Engajamento e amor pelo que fazemos. (FOLHA DE LONDRINA) ²⁵.

²⁵ Conforme: <https://www.folhadelondrina.com.br/grupofolha/ideologia>. Acesso: 05/01/2022.

De modo geral, trata-se de valores genéricos e que, *a priori*, poderiam revelar um comprometimento com a informação ao leitor, com a imparcialidade e com a democracia. Todavia, como já abordado anteriormente, toda informação até ser transformada em notícia passa por diferentes processos de manipulação que caracterizam o jornal, suas perspectivas ideológicas e políticas, assim como seus interesses.

Enfim, a partir da apresentação dos jornais, de uma reflexão a respeito do processo de construção e de consolidação enquanto veículos de comunicação no Paraná, bem como dos posicionamentos e valores que direcionam a produção de suas notícias analisaremos, no próximo capítulo, as reportagens extraídas da *Gazeta do Povo* e da *Folha de Londrina* relacionadas ao noticiário do movimento de ocupação das escolas estaduais em 2016, a fim de identificar como a ação política protagonizada pelos secundaristas foi tratada e disseminada pela imprensa.

4. CAMINHOS METODOLÓGICOS: A COBERTURA DA IMPRENSA PARANAENSE SOBRE A OCUPAÇÃO DOS SECUNDARISTAS

Este capítulo tem como objetivo analisar os conteúdos dispostos nas reportagens selecionadas dos jornais *Gazeta do Povo* e *Folha de Londrina*, tendo como enfoque aquelas que noticiaram a ação política dos secundaristas em relação às ocupações das escolas estaduais. Para tanto, faz-se necessário delimitarmos uma metodologia de análise condizente com o universo da pesquisa, bem como com seu objeto e seus objetivos. Desta forma, levando-se em consideração que a Análise de Conteúdo (AC) “é um conjunto de técnicas de análise da comunicação” (BARDIN, 1977), tal metodologia nos auxiliará a compreender de que forma a imprensa noticiou o movimento de ocupação das escolas estaduais, principalmente, quando o enfoque das notícias era a ação política dos secundaristas.

Segundo Laurence Bardin (1977), a AC tem dois principais objetivos: superar as incertezas de nossa leitura, a ponto de constatar sua validade para poder compartilhá-la; e também o enriquecimento da leitura, uma vez que, feita de forma mais atenta, é possível compreender aspectos que *a priori* podem não ser identificados. Portanto, a Análise de Conteúdo

[...] é indicada para os estudos que têm como objetos produtos midiáticos, servindo como ferramenta auxiliar na compreensão de fenômenos sociais, a partir do que é registrado pelos meios de comunicação. Sendo assim, o método encontra terreno fértil em pesquisas na comunicação social, sendo aplicado para análise de textos, áudio, imagens e mais recentemente também para conteúdos digitais. (ASSMANN et. al *apud* HERCOVITZ, 2007).

Como mencionado anteriormente, a Análise de Conteúdo é constituída por um conjunto de técnicas complementares de análise que podem ser utilizadas de acordo com os objetivos que se pretende alcançar. Dentro de sua complexidade, a AC engloba a análise por categorias, análise de avaliação, análise da expressão, análise das relações e a análise de discurso (BARDIN, 1977).

Dentre as diferentes possibilidades, a análise das reportagens selecionadas será iniciada por meio da análise categorial ou temática, uma vez que se pretende identificar e analisar de que forma as ocupações das escolas estaduais foram noticiadas pela imprensa paranaense, sobretudo, no que tange o direito à participação

dos adolescentes e jovens secundaristas. A realização desta etapa permite que, quando necessário, possam ser aplicadas técnicas complementares mais minuciosas para a análise dos dados.

4.1 PRÉ-ANÁLISE

A Análise de Conteúdo é composta por três etapas cronológicas essenciais: a pré-análise, a exploração do material ou sua descrição analítica e o tratamento dos resultados por meio das técnicas de inferência e de interpretação (BARDIN, 1977, p. 95). A primeira etapa, da pré-análise, tem como principal objetivo a organização do material e a sistematização das ideias iniciais. No contexto desta pesquisa, a pré-análise percorreu alguns processos. O primeiro deles foi a escolha dos documentos a serem estudados, isto é, a definição do universo das reportagens que seriam submetidas aos processos analíticos.

A constituição desse *corpus* obedeceu a alguns critérios (BARDIN, 1977, p.95): o *critério da exaustividade*, de modo a contemplar na análise todo o material produzido envolvendo as definições “ocupação das escolas” e “primavera secundarista”²⁶; o *critério da representatividade*, uma vez que foram selecionadas 170 reportagens, sendo 48 do jornal *Folha de Londrina* e 121 reportagens do jornal *Gazeta do Povo*; o *critério da homogeneidade*, visto que o universo da pesquisa segue uma linha constante de publicações em ambos os jornais; e, por fim, o *critério da pertinência*, uma vez que os materiais escolhidos são condizentes com os objetivos do estudo.

A constituição do *corpus* da pesquisa se estabeleceu por meio da busca *on-line* nos *sites* dos referidos jornais, sendo utilizado enquanto mecanismo de busca as expressões: “ocupação das escolas” e “movimento secundarista”, delimitando a escolha das reportagens àquelas que foram publicadas no ano de 2016, período no qual as ocupações atingiram seu ápice. A partir de então, obtivemos acesso²⁷ às reportagens veiculadas nos jornais, mesmo antes de 2016, que tivessem no decorrer do seu texto as expressões determinadas.

²⁶ Num primeiro momento da pesquisa havia sido definido enquanto palavra de busca “primavera secundarista”. Todavia, durante o processo percebeu-se que tal expressão não representava de fato o movimento, visto que na literatura examinada não há utilização deste termo, assim como também não há uma explicação para o surgimento do mesmo. Sendo assim, a palavra de busca “primavera secundarista” foi substituída pela expressão “movimento secundarista”.

²⁷ Ressaltamos a necessidade de ambos os sites para ter acesso à íntegra das reportagens.

Concomitantemente ao processo de constituição do *corpus* da pesquisa foi realizada a preparação do material coletado, ou seja, momento em que as reportagens foram compiladas em uma tabela - em documento do programa Word - contendo os seguintes campos de informação: modalidade (se se trata de uma notícia, um artigo de opinião, um editorial, etc.); um breve resumo da reportagem; link de acesso; data e hora do acesso; data de publicação e nome do responsável pela reportagem.

O segundo momento percorrido durante o processo da pré-análise foi a leitura flutuante. Segundo Bardin (1977, p.96), este momento tem como objetivo estabelecer o primeiro contato com o material coletado. Portanto, foi realizada a leitura flutuante do material coletado, de modo a obter as primeiras impressões e percepções dos jornais, bem como das reportagens a serem analisadas. Tais percepções serão exploradas no decorrer da pesquisa, no momento de inferência e de interpretação dos dados.

Também foi durante o processo de leitura flutuante que ocorreu a categorização das reportagens, de modo a identificar as principais categorias que sintetizam os assuntos abordados em cada uma das unidades de análise. A partir de então, as reportagens foram categorizadas visando elencar as reportagens que tratavam do núcleo deste estudo, qual seja, a ação política dos adolescentes e jovens secundaristas no processo de ocupação das escolas paranaenses.

4.2 DESCRIÇÃO ANALÍTICA E EXPLORAÇÃO DO MATERIAL

A descrição analítica do material é outro procedimento que compõe a Análise de Conteúdo. Com início na pré-análise, o momento da descrição analítica do material busca fazer um estudo mais aprofundado do *corpus* selecionado, tendo em vista os objetivos e o referencial teórico da pesquisa. Os procedimentos como classificação, codificação e categorização são essenciais para este momento.

Segundo Bardin (1977, p.117) “as categorias, são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos [...] sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns destes elementos.”. Nesse sentido, as reportagens que constituem o *corpus* deste trabalho foram identificadas de acordo com as categorias temáticas que apareceram no decorrer da leitura flutuante.

Embora a categorização não seja uma etapa obrigatória em toda AC, no presente estudo se faz fundamental, uma vez que “classificar elementos em

categorias, impõe a investigação do que cada um deles tem em comum com outros. O que vai permitir seu agrupamento é a parte comum existente entre eles.” (BARDIN, 1977, p.118). É por meio desse processo que os dados são transformados de maneira sistemática, permitindo assim que características do conteúdo das reportagens apareçam:

A análise de conteúdo assenta implicitamente na crença de que a categorização (passagem de dados brutos a dados organizados) não introduz desvios (por excesso ou por recusa) no material, mas que dá a conhecer índices invisíveis, ao nível dos dados brutos. (BARDIN, 1977, p.119).

Desta forma, ao longo da leitura flutuante das reportagens, as categorias emergiram tendo sempre como foco central da análise a ação e a participação política dos estudantes secundaristas, sendo estabelecidas as seguintes categorias: Ação Política; Consequências; Natureza da Ação; Dimensão; Informações Periféricas; e Opiniões. Estas foram quantificadas na tabela abaixo:

TABELA 1
QUANTIDADE DE REPORTAGENS POR CATEGORIA EM CADA JORNAL

CATEGORIA	FOLHA DE LONDRINA	GAZETA DO POVO
Ação Política	10	42
Consequências	10	48
Dimensão	10	11
Informações Periféricas	7	6
Natureza da Ação	3	5
Opiniões	8	9
TOTAL	48	121

Fonte: Produzido pela autora (Tabela completa, ver Anexo 1)

É importante salientar que a delimitação das categorias foi um processo de construção realizado no decorrer do desenvolvimento da pesquisa, ou seja, conforme apareciam diferentes reportagens e/ou questionamentos, as categorias iam sendo modificadas.

No início do processo de categorização foram definidas 10 categorias que contemplavam todas as reportagens selecionadas. Todavia, em que pese a fidelidade ao teor das reportagens, algumas delas não tiveram um número tão expressivo, aparecendo em pouca quantidade no jornal *Gazeta do Povo* e inexistente no jornal *Folha de Londrina*. Sendo assim, as categorias foram reorganizadas e delimitadas e, por isso, advertimos que algumas reportagens podem ter algumas ressalvas com relação à categoria em que foram inseridas.

Destacamos também que devido à grande quantidade de reportagens obtidas, a partir de uma leitura mais atenta foi possível identificar, em ambos os jornais, que uma mesma notícia apareceu nas duas palavras de busca utilizadas para a coleta das reportagens.

A partir deste momento, a fim de dinamizar o processo de escrita e leitura, quando nos referirmos ao jornal *Folha de Londrina*, utilizaremos a sigla “F.L.” e quando nos referirmos ao jornal *Gazeta do Povo*, a sigla a ser utilizada será “G.P.”.

4.2.1. Análise das categorias

A definição das categorias de análise e sua sistematização se basearam na relação entre o principal assunto da reportagem com a ação política realizada pelos secundaristas, questão diretamente relacionada com o objetivo desta pesquisa. Tendo em vista essa relação, durante o processo de leitura as reportagens foram sendo aglutinadas em categorias que definiam o que determinado grupo de reportagens tinham em comum.

O primeiro dado que salta aos olhos, considerando a tabela apresentada (Tabela 1), é a diferença significativa do número de reportagens publicadas em cada jornal pesquisado. Tal informação nos permite inferir que houve um maior interesse do jornal *Gazeta do Povo* em noticiar a ação política dos secundaristas. No referido jornal, totalizamos 121 reportagens; por sua vez, obtivemos 48 publicações relacionadas com o tema no jornal *Folha de Londrina*.

Com relação às categorias desenvolvidas, aquela denominada como “Dimensão” se refere ao conjunto de reportagens que tinham como objetivo principal noticiar o aumento do número de ocupações, quantas e quais seriam as escolas ocupadas. Algumas também citam os nomes das instituições que estavam sob o comando dos secundaristas. Em que pese a quantidade (dimensão) de escolas

ocupadas ter proporcionado visibilidade ao movimento, tais reportagens tinham como foco principal quantificar a ação política dos secundaristas por meio do número de escolas ocupadas. Nesta categoria foram encontradas 10 reportagens na “F.L.” e 11 na “G.P.”, totalizando 21 reportagens.

Na categoria “Informações Periféricas” totalizamos 13 reportagens, sendo sete na “F.L.” e seis na “G.P.”. Este conjunto de reportagens engloba aquelas que não tinham como objetivo noticiar nenhum fato relacionado às ocupações, mas que apenas se reportavam à referida ação política; portanto, são notícias ou reportagens que não tinham como principal tema o movimento de ocupação de escolas estaduais. Como exemplo, podemos mencionar aquelas reportagens que tinham como objetivo noticiar a mudança nos locais de votação para as eleições municipais, bem como aquelas que noticiavam a mudança do local do ENEM, devido ao fato de algumas escolas estarem ocupadas.

Na categoria “Natureza da Ação” foram computadas oito reportagens, sendo três no jornal “F.L.” e cinco na “G.P.”. Estas reportagens tinham como objetivo noticiar a natureza da ação política dos secundaristas, ou seja, são aquelas que no decorrer da notícia sobre diferentes aspectos que caracterizaram a ação política dos estudantes, como por exemplo, a dinâmica e a organização das escolas ocupadas por meio de comissões, ou ainda a participação de outros atores importantes durante o movimento, a exemplo da participação da atriz Letícia Sabatella ²⁸.

Também foram inseridas nesta categoria aquelas reportagens que noticiaram os atos e protestos de rua ocorridos antes e durante as ocupações das escolas; tais relatos também indicam aspectos da natureza da ação dos secundaristas, uma vez que já vinham se manifestando contra as alterações no Ensino Médio, mas por terem poucos espaços de diálogo e negociação com o governo se utilizaram das ruas e, posteriormente, do espaço das escolas como mecanismo de resistência a tais mudanças.

Na categoria “Opinião” foram encontradas 17 reportagens, sendo nove na “G.P.” e oito na “F.L.”. Essas reportagens tinham como objetivo principal transmitir a opinião de um sujeito ou de múltiplos sujeitos sobre o movimento secundarista. Esta categoria contempla as reportagens que são identificadas pelos jornais enquanto opinião do leitor ou artigo de opinião, além daquelas que têm como objetivo noticiar o

²⁸ Acessar na íntegra: <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/leticia-sabatella-da-aula-sobre-iliada-a-alunos-da-1-escola-ocupada-no-pr-f4awcdwxnciqqb8yf7lpwrwk2/>

posicionamento de alguma figura pública e/ou política a respeito da ação política protagonizada pelos adolescentes e jovens.

Como exemplos de reportagens que compõem essa categoria indicamos aquelas que trazem os discursos do governador do estado do Paraná, Beto Richa - há várias no jornal *Gazeta do Povo* - bem como aquelas que apresentavam relatos dos ex-presidentes Lula e Dilma Rousseff sobre o discurso da estudante Ana Julia na ALEP - considerado um dos poucos momentos de diálogo com o governo - que foram mais presentes no jornal *Folha de Londrina*.

Ficou demarcado nesta categoria, a partir das reportagens examinadas, as impressões que parte da população tinha a respeito do movimento de ocupação das escolas, uma vez que a maioria das reportagens que trazem a opinião dos leitores deslegitimam a ação política organizada pelos estudantes apontando para o aparelhamento e manipulação destes por parte dos movimentos sindicalista e petista²⁹. Outras reportagens narram o desconhecimento dos estudantes sobre o real motivo das ocupações, bem como sobre a ação política de (supostamente) incentivar o uso de drogas e a iniciação da vida sexual³⁰.

Esses argumentos se intensificam nas reportagens veiculadas no jornal *Gazeta do Povo* quando, por exemplo, o referido jornal publica reportagens que enaltecem as ações violentas realizadas pelo MBL como resposta aos secundaristas que estavam ocupando as escolas³¹. Na sequência, o jornal ainda publica uma reportagem pontuando o fator “imaturidade” da juventude³² diante da ação realizada e de suas consequências, porém não relata a ausência de diálogo por parte do governo. Isso já demonstra a perspectiva contrária do jornal em relação ao movimento de ocupação das escolas.

Tal categoria até merece um espaço ampliado para análise, uma vez que é possível identificar um dos padrões de manipulação da grande imprensa, conforme descrito por Perseu Abramo (2016); trata-se do padrão da *inversão da opinião pela informação*:

²⁹ Na íntegra: <https://www.folhadelondrina.com.br/opiniao/opiniao-do-leitor-963042.html>

³⁰ Na íntegra: <https://www.folhadelondrina.com.br/opiniao/opiniao-do-leitor-961725.html>

³¹ Na íntegra: <https://www.gazetadopovo.com.br/rodrigo-constantino/artigos/despreparo-e-agressividade-dos-estudantes-que-ocupam-escolas-sao-expostos/>

³² Na íntegra: <https://www.gazetadopovo.com.br/rodrigo-constantino/artigos/despreparo-e-agressividade-dos-estudantes-que-ocupam-escolas-sao-expostos/>

[...] substituir, inteira ou parcialmente, a informação pela opinião [...] **o órgão de imprensa apresenta a opinião no lugar da informação**, e com a agravante de fazer passar a opinião pela informação. O juízo de valor é inescrupulosamente utilizado como se fosse um juízo de realidade, quando não como se fosse a própria mera exposição narrativa/descritiva da realidade (ABRAMO, 2016, p.46 - *grifo nosso*).

Nesta prática, há a tentativa por parte dos jornais - principalmente, naquelas reportagens definidas como artigo de opinião - de noticiar a ação política dos estudantes a partir da opinião de uma determinada pessoa, fazendo, como exposto por Abramo (2016), que o juízo de valor seja utilizado como juízo da realidade.

Na categoria “Consequências” foi onde registramos o maior volume de reportagens, totalizando dez na “F.L.” e 48 na “G.P.”. Este grupo de reportagens reúne aquelas produções jornalísticas que noticiaram algum fato resultante da ação política realizada pelos estudantes, ou seja, descrevem fatos e aspectos que vieram à tona devido ao movimento de ocupação das escolas.

As reportagens que mais foram publicizadas nesta categoria foram aquelas que noticiaram a fatalidade ocorrida em um colégio em Santa Felicidade na cidade de Curitiba/PR, marcada pela morte de um estudante ³³, inclusive, destacando o relato do governador do estado culpando os adolescentes pelo ocorrido ³⁴. Sobre esse episódio, a *Gazeta do Povo* publicou uma reportagem que narrou o retorno às aulas no colégio onde o adolescente foi morto publicando depoimento da respectiva equipe pedagógica solicitando que os estudantes que participaram da ocupação não fossem ao primeiro dia de retorno das aulas para “evitar confronto”³⁵. Aqui percebemos uma tentativa de associar a ação política dos estudantes ao espectro da criminalização e do vandalismo.

Ainda sobre esse episódio, é válido salientar e problematizar o grande número de reportagens produzido sobre os respectivos acontecimentos, principalmente, porque o que se divulgava nos jornais era que o uso de substâncias ilícitas dentro das ocupações é que teria acarretado em tal fatalidade; porém, posteriormente, essa “versão” foi descartada pela perícia.

³³ Na íntegra: <https://www.folhadelondrina.com.br/geral/adolescente-de-16-anos-e-encontrado-morto-em-escola-ocupada-no-pr-961583.html>

³⁴ Na íntegra: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/lideres-das-ocupacoes-devem-ser-responsabilizados-por-morte-de-adolescente-diz-richa-aodrx4cpps7hry4cfsuyfky/>

³⁵ Na íntegra: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/colégio-santa-felicidade-reabre-com-homenagem-a-aluno-morto-em-ocupacao-4ubt78gwr1qwan6p82q8l8uaj/>

Além disso, a categoria “Consequências”, ainda contempla as reportagens que noticiaram as ações de reintegração de posse das escolas e também aquelas que noticiavam o intenso conflito judicial travado entre o governo do estado e o Ministério Público, envolvendo outros órgãos de proteção à infância e à juventude - por exemplo, o Conselho Tutelar ³⁶ - que buscavam ora criminalizar e ora legitimar a ação política dos adolescentes e jovens secundaristas.

E, por fim, também foram localizadas reportagens que relataram sobre as ocupações de outras unidades de ensino, como a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), que ocorreu em apoio ao movimento dos secundaristas.

Especificamente, no jornal *Gazeta do Povo* foram selecionadas reportagens que abordaram outros temas relacionados ao movimento de ocupação das escolas, por exemplo, aquelas que buscavam explicar porque o Paraná havia se tornado o epicentro das ocupações ³⁷ ou as que traziam uma retrospectiva de acontecimentos importantes na política de Educação em 2016, como a reforma do ensino, a ocupação das universidades e outros ³⁸.

Embora estas categorias apresentadas até agora não sejam o principal foco de nossa análise, constatamos um volume considerável de reportagens em cada uma delas e que apresentaram informações importantes sobre a ação política dos secundaristas; além disso, foi possível identificar nessas reportagens alguns padrões de manipulação utilizados pela imprensa. Na sequência, vamos nos concentrar naquelas reportagens que dizem respeito à categoria “Ação Política”.

4.3. O FOCO NA AÇÃO POLÍTICA COMO CATEGORIA DE ANÁLISE

Na categoria de análise “Ação Política” também foi obtido um número significativo de reportagens, sendo 10 na “F.L.” e 42 na “G.P.”. As notícias selecionadas nesta categoria têm em comum o objetivo de disseminar algum fato ou informação que se refere diretamente à ação política protagonizada pelos

³⁶ Na íntegra: <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/governo-decreta-recesso-e-chama-conselhotutelar-para-visitar-escolas-ocupadas-nopr-8t12g0szqze78u55lx98msd2s/> e <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/conselho-tutelar-visita-escolas-ocupadas-em-curitiba-e-nao-encontra-irregularidades-2lfh07r5tizc0a8tt8tqyc8yv/>

³⁷ Na íntegra: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/entenda-por-que-o-parana-virou-o-epicentro-das-ocupacoes-de-escolas-a4txqg84gr41a8dt5xt4050gg/>

³⁸ Na íntegra: <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/o-ano-em-que-a-educacao-abalou-a-republica-1fal1n8p2gzw41hg4dzh3icwz/>

adolescentes e jovens secundaristas, isto é, são aquelas reportagens, por exemplo, que tratam das diversas assembleias e discussões realizadas pelos secundaristas para deliberar sobre os rumos do movimento³⁹.

Além deste tipo de reportagem, nesse grupo de notícias também estão inseridas aquelas que relataram a tensão surgida durante a ocupação das escolas, uma vez que emergiram manifestações contrárias à ação política dos secundaristas. Ainda há aquelas que apresentam os sujeitos da ação política a partir do discurso de sua representação na ALEP e notícias que buscavam refletir se a ação política dos adolescentes e jovens seria legítima, bem como aquelas que tratavam de supostos prejuízos trazidos àqueles que não concordavam com o movimento.

Constatamos que no jornal “F.L.”, a partir da palavra de busca “movimento secundarista”, todas as reportagens da categoria “Ação Política” trataram do discurso dos adolescentes durante a sessão da ALEP ou suas repercussões. A maioria das notícias se referia, especificamente, à fala da secundarista Ana Júlia, que se constituiu em um momento ímpar do movimento por ter incomodado os parlamentares e ter ganhado repercussão internacional. É válido ressaltar que algumas destas reportagens também foram identificadas quando utilizamos a outra palavra de busca, como foi o caso das notícias “Discurso de estudante constrange deputados”⁴⁰ e “No Senado, Ana Júlia diz que aprendeu novo significado de resistência”⁴¹.

Ainda nessa temática, outra reportagem localizada foi a que apresentava o discurso do representante do movimento contrário às ocupações das escolas. Consideramos que se trata também de um aspecto da ação política dos secundaristas, visto que o movimento “Desocupa Paraná”, embora envolvesse diferentes atores, também contava com a participação de estudantes secundaristas, estes, no entanto, contrários ao movimento de ocupação.

Podemos afirmar que em tais reportagens não ficaram caracterizados de modo explícito os padrões de manipulação que pudessem produzir grandes prejuízos às informações, pois se tratava de textos bastante específicos em descrever a fala dos

³⁹ Na íntegra: <<https://www.folhadelondrina.com.br/politica/luiz-geraldo-mazza-961751.html>> - Anexo 2; <<https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/estudantes-decidirao-em-assembleias-se-aceitam-dialogar-com-richa-1d3l7nlfhg095gji4r2928it0/>> - Anexo 3.

⁴⁰ Na íntegra: <https://www.folhadelondrina.com.br/politica/discorso-de-estudante-constrange-deputados-961849.html> - Anexo 4; <https://www.folhadelondrina.com.br/politica/no-senado-ana-julia-diz-que-aprendeu-novo-significado-de-resistencia-962187.html> - Anexo 5.

⁴¹ Na íntegra: <https://www.folhadelondrina.com.br/politica/no-senado-ana-julia-diz-que-aprendeu-novo-significado-de-resistencia-962187.html> - Anexo 5.

estudantes. Entretanto, na notícia que tratou do discurso do representante do “Desocupa Paraná” foi percebido que a fala dos parlamentares foi enaltecida, principalmente, com relação ao discurso de Ademar Traiano (PSDB), então presidente da ALEP, quando afirmava a culpa dos secundaristas por uma fatalidade ocorrida dentro das ocupações que foi a morte de um adolescente.

A referida reportagem apresentou o seguinte depoimento de Ademar Traiano: “[...] *tenho convicção absoluta de que esse fato enfraquece o movimento. Imagino que aqueles que ainda insistem em manter esse tipo de ação a partir de agora possam ser responsabilizados*” ⁴² (FOLHA DE LONDRINA, 2016). Apesar de ter sido uma fatalidade, a morte do adolescente se tornou o ápice para a criminalização do movimento, conforme analisaram Fermino e Ribeiro (2019, p.215):

A morte de Lucas foi amplamente divulgada e utilizada na construção de discursos contra as ocupações, tanto do estado, quanto da mídia e das redes. O Secretário Estadual de Segurança declarou oficialmente que a vítima e o acusado do crime, outro estudante, estavam sob efeito de drogas - tendo sido desmentido posteriormente pelo laudo toxicológico.

Também identificamos outras reportagens, por meio da palavra de busca “ocupação das escolas”, em que os padrões de manipulação se apresentaram apenas de forma sutil. Uma das notícias descreve a ação política dos secundaristas ao ocuparem a Câmara de Vereadores de Londrina⁴³; a matéria dá ênfase à fala de alguns estudantes que participavam da ação e também do presidente da Câmara, fatos que, por si só, podem ser considerados justificáveis para sua noticiabilidade.

A reportagem não apresenta as reivindicações do movimento e as ações anteriormente organizadas pelos secundaristas e que não tiveram respostas concretas dos governantes, motivações que levaram à ocupação da Câmara Municipal. Apenas a partir do relato de uma das secundaristas foi possível perceber que a ocupação da Câmara foi uma estratégia para dar visibilidade ao movimento diante da ausência de respostas quando as escolas estavam ocupadas: “*Eles nos tiraram das escolas. A gente desocupou as escolas e ocupou as ruas, mas isso não*

⁴² Na íntegra: [Base aliada culpa membros de ocupações por morte de jovem | Jornal Folha de Londrina | Últimas Notícias de Londrina e do Paraná](#) – Anexo 6

⁴³ Na íntegra: [Câmara de Londrina é ocupada por estudantes | Jornal Folha de Londrina | Últimas Notícias de Londrina e do Paraná](#) – Anexo 7

tá tendo tanto visibilidade quanto a gente pensava e a gente decidiu vir para a câmara [...]” (FOLHA DE LONDRINA, 2016).

Neste sentido, apesar de sutil, o padrão da fragmentação (ABRAMO, 2016) pode ser observado nessa reportagem, uma vez que não são contemplados os outros momentos já protagonizados pelo movimento dos secundaristas ocasionando o processo de seleção de aspectos (ABRAMO, 2016) e, conseqüentemente, na descontextualização das informações.

Embora tenha sido escolhido como um fato jornalístico e, portanto, digno de merecer estar na produção jornalística, o fato é decomposto, atomizado, dividido, em particularidades, ou aspectos do fato, e a imprensa seleciona os que apresentará ou não ao público. (ABRAMO, 2016, p. 42).

Outra reportagem enquadrada na categoria “Ação Política” apresentou um compilado de fatos ocorridos em 2016 que envolviam a política de Educação, dentre eles, a reforma do ensino, a greve dos professores e também as ocupações das escolas. Entretanto, no que tange ao movimento secundarista, a referida parte é intitulada de “democracia demais”, expondo os “[...] abusos em nome da liberdade, visíveis nas ações sindicais e nas estudantis com a ocupação das escolas (anteontem marcada finalmente pela tragédia)”⁴⁴ (FOLHA DE LONDRINA, 2016). A partir de então, a ação política dos secundaristas passa a ser descrita como “romantismo e selvageria” para tentar reverter a situação pós-*impeachment*.

A tragédia mencionada na notícia acima se refere à morte do adolescente Lucas, como já abordamos. Mais uma vez, é notável que a notícia se utiliza da seleção de aspectos, pois a morte do referido adolescente se tornou elemento ímpar para algumas análises jornalísticas da ação política dos secundaristas.

Outro padrão de manipulação também observado nessa cobertura é a inversão da relevância dos aspectos (ABRAMO, 2016, p.44), afinal a ênfase dada na notícia foi que a morte do estudante teria sido ocasionada pela forma como os secundaristas se manifestavam. Contudo, o sucateamento da educação pública por meio da Medida Provisória (MP) e da PEC - aspecto central que efetivamente ocasionou a ocupação das escolas - em nenhum momento foi colocado em pauta na referida notícia.

⁴⁴ Na íntegra: [LUIZ GERALDO MAZZA | Jornal Folha de Londrina | Últimas Notícias de Londrina e do Paraná](#) – Trata-se da mesma reportagem apresentada no Anexo 2

Já no jornal *Gazeta do Povo*, devido ao maior número de reportagens identificadas, foi percebido que há maior diversidade de reportagens e conteúdos, apresentando uma variedade de temas nessa categoria de “Ação Política”. Dentre elas, uma das primeiras reportagens selecionadas foi a que apresentava a ação política protagonizada pelos secundaristas como “*novo método de pressão ao ocupar escolas*”⁴⁵ (GAZETA DO POVO, 2016).

A referida notícia apresenta elementos que explicam o processo de mobilização dos estudantes desde o ano de 2015 com as ocupações dos colégios estaduais de São Paulo. Ao afirmarem que “*as ocupações se revelaram um espaço organizado de interação, debates e atividades - e não um local de depredação ou vandalismo*” (GAZETA DO POVO, 2016), foi ressaltada a legitimação das ocupações como espaço de representação e de resistência dos adolescentes e jovens secundaristas. Além disso, de modo a explicar o movimento, a notícia sinalizava as pautas de reivindicações propostas pelos secundaristas e que direcionava o movimento.

Por outro lado, algumas outras reportagens “tendiam” para uma deslegitimação da ação política protagonizada pelos secundaristas. Em uma delas, um editorial publicado pela “G.P.” - em que pese a manifestação de reconhecimento da importância do envolvimento dos adolescentes no debate sobre as mudanças na educação - foi apontado que “os próprios estudantes não saberiam explicar no que consiste essa ‘defesa’, a não ser que se trata de recusar a proposta da Presidência da República”⁴⁶ (GAZETA DO POVO, 2016). Apesar de afirmar que a participação dos estudantes seria um bom sinal, “*especialmente se o fizerem com conhecimento de causa, analisando o que realmente está na mesa, em vez de se deixarem guiar por slogans e gritos de guerra*”, sinalizava que as ocupações das escolas seriam apenas uma forma de atacar o novo governo e não estariam preocupados com a educação “*devido às preferências político-partidárias*” (GAZETA DO POVO, 2016).

Embora no referido editorial tenha sido indicada a MP como um aspecto central na ação política dos secundaristas e que a própria “G.P.” admitisse que tinha críticas à referida medida, constatamos que as condições objetivas da política de Educação - que sofre com estruturas precárias dos colégios e com falta de recursos, denúncias

⁴⁵ Na íntegra: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/estudantes-secundaristas-criam-novo-metodo-de-pressao-ao-ocupar-escolas-18uw272b7pmhnhshs5rx3qtms/> - Anexo 8.

⁴⁶ Na íntegra: <https://www.gazetadopovo.com.br/opiniaao/editoriais/oprotesto-dos-estudantes-5c3xgstbuqwk5u6z6adp3qfgw/> - Anexo 9.

presentes nas pautas do movimento secundarista - não foram consideradas no desenvolvimento do texto. Além disso, os impactos que a reestruturação do ensino médio traria na vida de muitos adolescentes e jovens foi resumida no editorial como uma questão político-partidária que visava apenas atacar o governo de Michel Temer.

A esse respeito, mesmo em se tratando de editorial e, portanto, de um texto opinativo (nem por isso devem ser negligenciados os princípios da prática do jornalismo), consideramos que são operados alguns dos padrões de manipulação apontados por Abramo (2016) como, por exemplo, a fragmentação. Ao deixar de apresentar elementos centrais no processo resultante das ocupações, assim como ao afirmar a ausência de conhecimento dos adolescentes sobre o que estavam reivindicando, fica demonstrada a forma como a informação foi “despedaçada” e “fragmentada”, de modo a associá-las em um sentido pertinente ao interesse do editorialista e desconexo do real. Portanto, concordamos com Abramo quando expõe que com a fragmentação

O todo real é estilhaçado, despedaçado, fragmentado em milhões de minúsculos fatos particularizados, na maior parte dos casos desconectados entre si, despojados de seus vínculos com o geral, desligados de seus antecedentes e de seus consequentes no processo em que ocorrem, ou reconectados e revinculados de forma arbitrária e que não corresponde aos vínculos reais, mas a outros ficcionais, e artificialmente inventados. (ABRAMO, 2016, p.42).

A partir dos recursos de manipulação da informação, o jornal apresenta uma perspectiva ao leitor sobre a ação política dos adolescentes secundaristas que é definida por Campos (2019, p.91) como “A campanha de difamação que visava à estigmatização dos estudantes que ocupavam suas escolas, criando boatos e calúnias para retratá-los como ‘baderneiros’, ‘vândalos’, ‘desocupados’ ou ‘vagabundos’.” Também foram encontradas outras notícias no mesmo jornal que contribuem para tal construção narrativa.

Foram localizadas várias reportagens - presentes em ambas as palavras de busca - que apresentam ao leitor a ação política dos secundaristas como uma “invasão” às escolas públicas⁴⁷. Em uma destas notícias, a terminologia para se referir ao movimento foi problematizada, apresentando a ação política dos estudantes como

⁴⁷ Na íntegra: <https://www.gazetadopovo.com.br/opiniaio/artigos/nao-sao-ocupacoes-de-escolas-sao-invasoes-agwyj45jk7bgrnsporp6gw8qn/> - Anexo 10.

“invasão” e refletindo sobre as consequências do movimento se autoidentificar como uma “ocupação”.

Em um dos artigos, essa questão foi abordada de modo contundente afirmando que a terminologia correta seria a “invasão”, pois as escolas não estavam sendo ocupadas, mas sim invadidas: “Uma escola é invadida quando um grupo estranho a seu corpo de frequentadores toma a escola à força, com objetivos completamente alheios ao seu fim, usando de violência para impedir a presença alheia.” (MORGENSTERN, 2016)⁴⁸. A reflexão acerca da terminologia para se referir ao movimento demonstra o que já fora abordado anteriormente por Marcondes Filho (1989), quando afirma que toda mercadoria veicula ideologia e que nos jornais isso aparece de forma mais explícita.

Considerando que o movimento secundarista subverte a lógica dominante, colocando em evidência as demandas e as concepções dos próprios estudantes, além de levar adolescentes e jovens a refletirem sobre as contradições da política neoliberal do governo no que diz respeito à educação pública, tal movimento poderia ser visto como uma ameaça às estruturas do capitalismo e, portanto, para os setores dominantes e seus representantes, ele deveria ser repreendido. Neste sentido, pleno de ideologia, o termo “invasão” é utilizado associando a ação política dos secundaristas a um crime e, conseqüentemente, reforçando sua criminalização:

O crime é de invasão. Uma ocupação não é crime. Se o vocábulo ‘ocupação’ passa a ser usado para descrever o fenômeno por toda uma comunidade de falantes, uma atitude criminoso, que prejudica a maioria da população e é reprovada por toda essa maioria, não consegue ser expressa nem mesmo em termos banais, que dirá jurídicos, para que a conduta tenha algum efeito negativo (MORGENSTERN, 2016).

Além de essa definição do movimento - como invasão - reforçar a criminalização da ação política dos secundaristas, também é possível observar um dos padrões de manipulação apresentados por Abramo (2016), qual seja, a inversão da opinião pela informação. O artigo veiculado na “G.P.” apresenta a opinião do autor sobre a ação política dos secundaristas enquanto, supostamente, relata o movimento; isto é, se utiliza da opinião do autor para apresentar a ação política. Nesse sentido, o

⁴⁸ Na íntegra: <https://www.gazetadopovo.com.br/opinioao/editoriais/a-invasao-e-o-autoritarismo-3hmn9mbxwjupcmp870tqpnvrk/> - Anexo 11.

que se constata é “a opinião no lugar da informação, e com a agravante de fazer passar a opinião pela informação.” (ABRAMO, 2016, p.46).

Em outro editorial também está afirmado que a ação política dos secundaristas, além de ser considerada uma invasão, não pode ser legitimada, pois “*a democracia pressupõe a convicção de que há direitos que não podem ser limitados pelos outros.*”⁴⁹. O texto ainda expõe que os objetivos das ocupações, tanto das escolas quanto da UFPR, representavam “*uma postura autoritária, um pequeno grupo se concedeu o poder de decidir suprimir os direitos dos demais.*” (GAZETA DO POVO, 2016).

Ora, lutar contra uma Medida Provisória de caráter classista (XIMENES, 2019, p.61) que segrega aos jovens do ensino médio à possibilidade de formação técnica ou social, enquanto alguns são emaranhados pelas dificuldades de permanência nas escolas - devido à integralidade do ensino médio, associado a uma PEC que congela os gastos em Educação por 20 anos - não seria lutar por um interesse coletivo na melhoria da educação pública?

Enfim, o que se observa é uma concepção ideológica do jornal na tentativa de criminalização e de desmobilização do movimento apresentando-o como uma “invasão” e de deslegitimação da ação política dos adolescentes e jovens. A esse respeito, Marcondes Filho (1989), quando explica os efeitos dos produtos da indústria informativa, nos auxilia a compreender porque certas reportagens disseminavam o movimento secundarista em um viés criminalizador, considerando ainda que a ação política dos adolescentes figurou como uma ameaça às estruturas dominantes de poder. Afirma o referido autor:

Dessa maneira, portanto, pode se imputar aos produtos da indústria informativa da consciência efeitos específicos no que se refere à produção de comportamentos e posicionamentos políticos [...] não se pode negar que eles tenham um papel importante na formação de opiniões adaptadas às argumentações particularistas e classes que são emitidas por seus veículos. (MARCONDES FILHO, 1989, p.22).

Outro tema encontrado nas reportagens em ambas as palavras de busca foi a contradição entre o direito à participação política dos secundaristas e o direito à educação daqueles que não concordavam com o movimento e queriam continuar

⁴⁹ Na íntegra: <https://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/editoriais/as-ocupacoes-e-a-democracia-66eexm2iya3tg2v1poxih2i6q/> - Anexo 12.

tendo aulas nas escolas. As reportagens sinalizam que embora os adolescentes estivessem dentro de seus direitos, participando da vida política, tal forma de participação não poderia ser legitimada, pois violava o direito de outros adolescentes que queriam ter aulas regularmente.

No editorial “As ocupações e a democracia” o texto afirma que *“um grupo de estudantes decidiu por conta própria que interromperia as atividades das escolas, impedindo de trabalhar os professores dispostos a tal e bloqueando o direito à educação dos alunos que desejam continuar a ter aulas.”* E segue o texto: *“não há um suposto conflito entre o direito à manifestação e o direito dos demais de trabalhar e de receber educação, e sim um abuso puro e simples do direito à manifestação.”* (GAZETA DO POVO, 2016).

Fica explícito que a “G.P.” considera a ação política dos secundaristas ilegítima, além de afirmar se tratar de um abuso do direito à manifestação por parte dos que compunham o movimento. Para transmitir tais posicionamentos ao leitor são utilizados alguns padrões de manipulação, sendo possível observar novamente o padrão da seleção de aspectos apontado por Abramo (2016, p.42):

Embora tenha sido escolhido como um fato jornalístico e, portanto, digno de merecer estar na produção jornalística, o fato é decomposto, atomizado, dividido, em particularidades, ou aspectos do fato, e a imprensa seleciona os que apresentará ou não ao público.

Portanto, em que pese a reportagem ter exposto o direito fundamental de participação política dos adolescentes e jovens, os diferentes elementos que justificaram e direcionaram o movimento, bem como as mudanças instituídas no ensino que corroboraram para a acentuação da desigualdade entre a juventude, não foram explicitadas em nenhum momento no texto. O objetivo do editorial era apontar que a estratégia da ação política dos secundaristas, que a ação direta de ocupação das escolas, violou o direito de outros adolescentes e jovens que não concordavam com a ocupação das instituições de ensino.

É neste sentido, a partir da seleção de aspectos dos acontecimentos relacionados ao movimento, que as informações foram descontextualizadas e repassadas ao leitor de modo que a ação política dos secundaristas foi exposta como uma decisão autoritária de um grupo de estudantes que abusaram do direito à manifestação e violaram o direito à educação de outros estudantes.

Em nenhum momento no referido editorial foi tratado das pautas reivindicadas pelo movimento ou das consequências que as mudanças instituídas pelo governo federal trariam à vida de milhares de adolescente e, muito menos, abordado sobre o processo de mobilização dos ocupantes junto aos demais estudantes e também com a comunidade para explicarem porque a estratégia de ação direta foi utilizada. Para contribuir com essa reflexão, Marcondes Filho (1989, p.41) afirma:

A fragmentação da realidade em partes distantes repercute no caráter da veiculação de notícias no jornalismo. Tal fragmentação (que é a forma geral de disposição do mundo na perspectiva burguesa) produz igualmente *mentalidades fragmentadas*, diluídas, difusas, que venham do contexto social, da realidade, sem nenhum nexos, sem nenhum fio ordenador. Para mentalidade fragmentada, a fragmentação noticiosa cai como uma luva.

Em outra reportagem ⁵⁰ ainda sobre o mesmo tema foi exposto o conflito entre normas que possuem a mesma força em um ordenamento jurídico, ou seja, o direito à participação política e o direito à Educação. A notícia trouxe a participação de atores da área jurídica, como professores, advogados e até de um Procurador de Justiça, que discorrem sobre o tema. Embora a ocupação das escolas tenha sido considerada legítima por Olímpio de Sá Maior Sotto Neto, então Procurador de Justiça do Centro de Apoio de Direitos Humanos do Ministério Público, a estratégia de manifestação utilizada pelos secundaristas foi, de certa forma, criticada pelos demais entrevistados, sendo sinalizada a possibilidade de outras formas de manifestação que não violassem o direito de outros estudantes.

O advogado entrevistado salientou que “*os jovens não podem impedir que os professores dêem aulas e os demais alunos as assistam.*” (GAZETA DO POVO, 2016). Neste sentido, outro padrão de manipulação utilizado pelo jornal nos salta aos olhos, o oficialismo. Apontado por Abramo (2016) e caracterizado como expressão do padrão de manipulação da inversão, caracterizamos o oficialismo na respectiva notícia, visto que a versão da autoridade foi apresentada para descrever o fato ocorrido. Sobre o oficialismo, Abramo (2016, p.45) afirma:

⁵⁰ Na íntegra: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/justica-e-direito/ocupacoes-expoem-o-dilema-entre-os-direitos-a-educacao-e-a-manifestacao-6dwqzouvmrli9dyt7ewcyiyky/> - Anexo 13.

No lugar dos fatos uma versão, sim, mas de preferência, a versão oficial. A melhor versão oficial é a da autoridade, e a melhor autoridade, a do próprio órgão de imprensa. À sua falta, a versão oficial da autoridade cujo pensamento é o que mais corresponda ao do órgão de imprensa, quando se trata de apresentar uma realidade de forma “positiva”, isto é, de maneira a que o leitor não apenas acredite nela mas a aceite e adote.

Em outra notícia localizada foram listados alguns fatos ou interpretações que, segundo especulações do jornal, os estudantes secundaristas não saberiam com relação ao movimento⁵¹. Dentre eles, foram citados que a integralidade do ensino médio não aconteceria de imediato em todas as escolas, não ocasionando prejuízos àqueles que trabalham. Outro fato exposto na notícia - e que estaria sendo disseminado pelos secundaristas - era que a MP já seria implementada de imediato; ou ainda que os estudantes queriam escolher as matérias a serem cursadas e até mesmo que o ENEM acabaria.

A reportagem ainda menciona que os secundaristas acreditavam que se tratava de uma mudança idealizada pelo governo de Michel Temer. Entretanto, aponta que a reforma já vinha sendo discutida em momentos anteriores. Neste sentido, novamente percebemos uma seleção de aspectos para a construção da notícia. Embora houvesse no movimento a presença de estudantes que desconheciam todos os aspectos da reforma do ensino médio, é preciso considerar que existiu um movimento estudantil secundarista consciente dos prejuízos que a MP traria aos adolescentes e à juventude trabalhadora.

Portanto, o jornal, enquanto um instrumento portador de ideologia, buscava noticiar a ação política dos secundaristas numa perspectiva de criminalização; ou seja, a partir do padrão da seleção de aspectos, as informações eram associadas e disseminadas como se os secundaristas não tivessem o conhecimento do porquê estavam lutando. Contudo, de acordo com Christian Pierre de Brito Gonçalves e Luiz Carlos Castello Branco Rena (2019, p.239):

Percebe-se que a partir das ocupações, adolescentes e jovens que outrora se encontravam em posição de neutralidade passaram a se posicionar como sujeitos políticos. E essa postura de sujeito diante de conflitos, de luta diante das opressões, extrapolou os limites do espaço e tempo das ocupações, se consolidando como um resultado por esta juventude.

⁵¹ Na íntegra: <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/6-fatos-que-os-estudantes-das-ocupacoes-nao-sabem-ezs9mfd4wq6k5lmhxt5cq913k/> - Anexo 14.

Tanto no jornal *Folha de Londrina* quanto no jornal *Gazeta do Povo* foram localizadas notícias que discorreram sobre o discurso dos adolescentes na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (ALEP) e, posteriormente, no Senado Federal ⁵². Algumas dessas notícias e reportagens, a partir de elementos da vida familiar e cotidiana, buscavam apresentar Ana Julia e Patrick, os secundaristas que discursaram, respectivamente, a favor e contra o movimento.

Encontramos um número expressivo de notícias que retrataram a ação política dos adolescentes secundaristas a partir das relações conflituosas com outros movimentos e com parte da sociedade que se manifestaram contrários às ocupações. Com base em tais reportagens foi percebido o que já fora definido por Marcondes Filho (1989) como fragmentação e, posteriormente, salientado por Abramo (2016) como seleção de aspectos.

A fragmentação das informações aliada à seleção de aspectos foi percebida quando a reportagem noticiava a manifestação contrária ao movimento, explorando apenas relatos de estudantes contrários à ação política: “*Não acho certo protestar impedindo o direito de estudarmos. Também acredito que tudo isso não partiu dos estudantes sozinhos.*” (GAZETA DO POVO, 2016) ⁵³; ou como quando descrevem a manifestação do MBL em frente às escolas ocupadas ⁵⁴.

Esses elementos demarcam os padrões de manipulação da grande imprensa que, ao selecionarem os aspectos a serem noticiados, focam em elementos que enfatizam as relações conflituosas que tal ação proporcionou. Consideramos que tais notícias expõem o caráter ideológico de atemorização que compõe o fato noticioso (MARCONDES FILHO, 1989, p.14); isto é, na tentativa de criminalização e de desmobilização da ação política dos estudantes, as reportagens são disseminadas de modo que pudessem ser associadas de forma negativa pelos leitores.

⁵² Na íntegra: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/no-senado-ana-julia-afirma-que-movimentos-contrarios-as-ocupacoes-usam-taticas-abusivas-22suexoi7q3txu1a6y8welp3v/> - Anexo 15; <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/conheca-o-estudante-que-tambem-discursou-na-assembleia-legislativa-e-e-contra-as-ocupacoes-15gf22tk37v6nxb63leuo8va3/> - Anexo 16; e <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/alunas-que-silenciaram-deputados-do-parana-vao-discursar-no-senado-8sndmpr3qd1pnflx825ed4dci/> - Anexo 17.

⁵³ Na íntegra: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/tentativa-de-desocupacao-de-escola-termina-em-bate-boca-em-curitiba-cywmdvz6yvw5hxsudxscr2j6/> - Anexo 18; <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/alunos-questionam-falta-de-dialogo-por-parte-de-colegas-que-ocupam-escolas-no-parana-4ru1er1i29g27dkq82qsutjgs/> - Anexo 19;

⁵⁴ Na íntegra: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/tensao-cresce-entre-estudantes-ocupados-e-mbl-em-curitiba-993v4awoa83gmndd7khlao902/> - Anexo 20.

Outro conjunto de reportagens categorizadas como “Ação Política” são aquelas que apresentavam a movimentação e a organização da ação política dos secundaristas, isto é, aquelas notícias que divulgavam as assembleias realizadas para deliberar os rumos do movimento ⁵⁵, ou ainda aquelas que apresentavam as pautas de reivindicação, bem como aquelas que apontavam determinado posicionamento dos adolescentes quando rejeitavam a desocupação das escolas ⁵⁶.

A partir de tais reportagens, novamente, são percebidos os padrões de manipulação apontados por Marcondes Filho (1989) e Abramo (2006) no que se refere à fragmentação e à seleção de aspectos. Mesmo noticiando a realização das assembleias que aconteciam de forma pacífica e organizada - contando ainda com a presença dos responsáveis pelos secundaristas e também de atores importantes na garantia de direitos dos adolescentes, como por exemplo, a presença de representantes do Ministério Público -, as notícias também disseminam aspectos que buscavam acentuar o processo de criminalização do movimento.

Exemplo disso foram as matérias que, ao apresentarem as assembleias, citavam a morte do adolescente e os prejuízos que a ocupação das escolas poderiam trazer àqueles que iriam fazer o ENEM: *“Mais vulnerável após a morte do estudante, o movimento estudantil terá de decidir, se as ocupações forem mantidas, como os alunos irão se organizar para evitar possíveis prejuízos a alunos que farão as provas do Enem.”* (GAZETA DO POVO, 2016). Vejamos o que foi publicado em outro texto: *“A morte de um estudante de 16 anos em uma escola ocupada e o movimento de pais, professores e estudantes contra as ocupações tende a acelerar a saída dos estudantes das escolas.”* (GAZETA DO POVO, 2016).

Em outra reportagem tratando da organização da ação política dos secundaristas também foi possível perceber a utilização de um padrão já apontado anteriormente, o oficialismo, a partir da inversão da versão pelo fato (ABRAMO, 2006, p.45). No momento em que a notícia apresenta as pautas de reivindicação do movimento e, na sequência, traz o posicionamento de especialistas acadêmicos o

⁵⁵ Na íntegra: <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/em-dia-decisivo-alunos-se-reunem-em-assembleia-para-discutir-futuro-das-ocupacoes-no-pr-97dykbgr5qzu1md6d3zexaemq/> - Anexo 21; <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/alunos-rejeitam-desocupacao-mas-dizem-que-cada-grupo-tem-autonomia-para-decidir-0jzngl6huncn468072li94az6/> - Anexo 22; <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/com-pauta-de-oposicao-ao-governo-federal-ocupacoes-estao-longo-do-fim-5b41htmfiqkb6bn77peatz5f1j/> - Anexo 23;

⁵⁶ Na íntegra: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/estudantes-docolegio-estadual-voltam-atras-e-decidem-manter-ocupacao-djw66qlok4mqkq6qzng6zjfm/> - Anexo 24.

texto apresentado foi o seguinte: “*A postura de confronto adotada pelos estudantes do estado é vista como uma estratégia equivocada [...]*”; e segue com a afirmação de que “*o discurso muito generalista não vai levar a lugar nenhum.*” (GAZETA DO POVO, 2016).

Neste sentido, pudemos perceber que tais informações dispostas nas reportagens sinalizavam um contraponto à ação política dos adolescentes e jovens - que se mostrava forte e organizada - tentando apresentar ao leitor aspectos do movimento que poderiam trazer prejuízos àqueles estudantes que não concordavam com a ocupação das escolas como forma de resistência às mudanças instituídas pelo governo federal.

Percebemos, ainda, que os padrões de manipulação utilizados iam na contramão do resguardo ao direito fundamental de participação política dos adolescentes e jovens secundaristas, por meio da ocupação das escolas estaduais. O que se pretendia era criminalizar o movimento, a ação política e o direito à participação, uma vez que estes colocavam em evidência as contradições do capitalismo expressas por meio da reforma do ensino médio e do congelamento dos gastos públicos.

Em apenas um artigo opinativo selecionado na “G.P.” a ação política dos secundaristas foi descrita evidenciando o caráter pedagógico que a ocupação das escolas teve na vida dos adolescentes ⁵⁷. Foi exposto que “*os estudantes estão retomando a premissa freireana de que a ‘educação é um ato político’*” (GAZETA DO POVO, 2016). O autor ainda complementa que as ocupações “[...] *estão cheias de ações pedagógicas significativas que levam de fato ao aprendizado. Evidenciam que o ensino é mais que conteúdo, que é arte, é política, é direito [...]*” (GAZETA DO POVO, 2016).

4.4 A ANÁLISE DOS JORNAIS FRENTE À AÇÃO POLÍTICA DOS SECUNDARISTAS

A partir da análise minuciosa das reportagens identificadas na categoria “Ação Política” foi possível notar algumas diferenças substanciais entre os dois jornais analisados. Cada um dos veículos de comunicação analisados “noticiou” o movimento de ocupação das escolas a partir de suas convicções, de sua perspectiva política e

⁵⁷ Na íntegra: <https://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/artigos/o-carater-pedagogico-da-ocupacao-das-escolas-4qd45ib0p7hy6mli685kqzsg/> - Anexo 25.

de seus direcionamentos. Também foi possível identificar alguns padrões de manipulação que se fizeram mais presentes nas notícias analisadas.

Com relação à *Folha de Londrina*, observamos que houve um número significativamente menor de reportagens, se comparado ao jornal *Gazeta do Povo*. Além disso, na “F.L.” as reportagens se apresentaram de maneira mais comedida, isto é, discorriam especificamente sobre o fato ou informação que se propunha noticiar. Em razão disso, as reportagens, via de regra, apresentam conteúdos mais curtos e diretos. Portanto, no referido jornal, não havia reportagens que trouxessem grandes reflexões sobre a ação política dos secundaristas, tornando-se mais difícil localizar os padrões de manipulação da imprensa, devido à sinteticidade das informações.

Tal situação pode ser compreendida se retomarmos o perfil do jornal *Folha de Londrina*. Trata-se de um veículo de comunicação impressa com abrangência de circulação local e regional e que, portanto, prioriza assuntos pertinentes à cidade e à região de Londrina/PR. Considerando que as ocupações das escolas estaduais também ganharam força na referida cidade e região - e que, inclusive, anos mais tarde, vivenciaria as consequências do movimento com a polêmica que envolveu a exibição de uma peça de teatro no colégio Hugo Simas⁵⁸ - tornou-se necessário que tais informações estivessem na pauta do referido jornal.

Enfim, a partir das reportagens analisadas, constatamos que as notícias publicadas pelo jornal *Folha de Londrina* referentes à ação política dos adolescentes e jovens secundaristas se caracterizaram por um conteúdo mais direto e comedido, revelando a perspectiva utilizada pelo respectivo veículo de comunicação de pretender apenas informar sobre os fatos acontecidos. Todavia, ainda assim, foram identificados vários padrões de manipulação que funcionaram de maneira mais sutil, sendo os padrões de fragmentação e de seleção de aspectos os mais recorrentes.

Por sua vez, no jornal *Gazeta do Povo* identificamos um maior número de reportagens, bem como uma variedade maior nos temas abordados pelo jornal quando relacionados à ação política protagonizada pelos secundaristas. Constatamos

⁵⁸ A peça teatral “Quando Quebra Queima” foi apresentada aos estudantes do Colégio Hugo Simas, como atividade pedagógica, no ano de 2019. A referida peça foi construída por estudantes que vivenciaram as ocupações das escolas nos anos de 2015 e 2016. Todavia, alguns responsáveis que tinham os filhos matriculados no colégio, não concordaram com a apresentação da peça que, segundo eles, incitava a violência e a depredação do patrimônio público. Esta situação tornou-se uma polêmica na cidade de Londrina, sendo amplamente divulgada pela *Folha de Londrina*. Na íntegra: <https://www.folhadelondrina.com.br/geral/diretoria-do-hugo-simas-denuncia-ameacas-2972214e.html>

que as reportagens nesse veículo de comunicação possuem maior densidade textual, oferecendo ao leitor uma variedade maior de elementos sobre o movimento de ocupação das escolas. O jornal ofereceu uma diversidade de gêneros jornalísticos (com textos opinativos e reportagens informativas), trazendo comentários de diferentes atores para pensar o movimento, bem como, a partir da legislação, discorrer sobre o conflito entre dois direitos fundamentais.

As diferenças em relação ao jornal *Folha de Londrina* também podem ser explicadas pelo perfil do jornal *Gazeta do Povo* que se propõe ser um jornal de abrangência estadual e até nacional e que, em sua própria caracterização, se apresenta como um jornal crítico⁵⁹ e conservador, sendo possível constatar tais características a partir das notícias analisadas. No próprio *site* da *Gazeta do Povo* já está manifestada sua “postura crítica” e também são apontadas as suas “convicções e valores de caráter conservador”. Também há na equipe do jornal aqueles que se apresentam, declaradamente, como “vozes da direita”⁶⁰, tendo em seu corpo editorial vários profissionais que se alinham ao pensamento liberal conservador.

Diante disso, pudemos contatar de maneira mais explícita alguns padrões de manipulação utilizados pela *Gazeta do Povo* para se reportar à ação política protagonizada pelos adolescentes e jovens secundaristas. Assim como na *Folha de Londrina*, os padrões de manipulação que tiveram maior destaque - visto que foram identificados em várias notícias - foram a fragmentação associada à seleção de aspectos e, exclusivamente na *Gazeta do Povo*, a inversão da versão pelo fato, a partir do oficialismo.

Consideramos que a fragmentação e a seleção de aspectos tiveram destaque em ambos os jornais, visto que se trata de uma etapa decisiva do processo de transformação da informação em notícia. Além disso, a partir do momento em que compreendemos os jornais enquanto empresas de comunicação que transformam a informação em sua mercadoria, compreendemos que determinados fatos e acontecimentos, quando noticiados, servem aos propósitos dos empresários da

⁵⁹ É necessário demarcar que se trata de uma autodefinição assumida no próprio corpo do jornal. Todavia, salientamos a ambiguidade e a contradição da referida autodefinição, uma vez que a caracterização enquanto um jornal crítico implicaria em abordar perspectivas que visem a transformação da realidade social divergindo da caracterização que também é assumida pelo jornal como “conservador”.

⁶⁰ Na íntegra: <https://especiais.gazetadopovo.com.br/100-anos/importancia-da-gazeta-povo-para-o-jornalismo-brasileiro/>

comunicação e, nesse sentido, o jornalismo praticado funciona, predominantemente, como produção ideológica.

Em relação às ocupações, a legitimidade da ação política dos secundaristas, somada à expertise dos adolescentes e jovens ao usarem a ação direta de ocupar as escolas para ganhar visibilidade e denunciar o sucateamento do sistema educacional e o prejuízo que as mudanças propostas pelo governo federal trariam à educação pública, ganhou força e reconhecimento internacional. Diante disso, da parte dos setores conservadores da sociedade, tornava-se necessário que o movimento fosse enfraquecido e mesmo criminalizado e a imprensa, como observado, teve um papel estratégico.

Com a fragmentação e a seleção de aspectos como padrões de manipulação praticados pela imprensa paranaense, o movimento de ocupação das escolas e, conseqüentemente, a ação política dos secundaristas foi, como teorizado por Abramo (2016, p.42), “fragmentado em milhões de minúsculos fatos particularizados, na maior parte dos casos desconectados entre si [...]”. Ao apresentá-las ao leitor, as informações eram organizadas de acordo com a perspectiva e as diretrizes dos respectivos veículos de comunicação que, segundo Marcondes Filho (1989, p.17):

Na medida em que os meios de comunicação ‘de massa’ burgueses produzem a coletivização do temor que tem a burguesia das tendências e movimentos antiburgueses, esses meios de comunicação transferem para o receptor, de forma igualmente anárquica (sem apresentar nem investigar os reais determinantes econômicos-políticos, usando da parcelização, dos reducionistas e etc.), esse temor.

Desta forma, embora no jornal *Folha de Londrina* os padrões de manipulação tenham aparecido de maneira mais sutil, o que observamos de modo geral em nossas análises foi que por meio das reportagens se buscou criminalizar a ação política dos adolescentes e jovens secundaristas. Vários recursos foram utilizados pelos veículos de comunicação nessa tentativa. Pelo padrão do oficialismo - encontrado no jornal *Gazeta do Povo* - ao se utilizar de professores, advogados e até procuradores para comentarem sobre o tema, o jornal buscava a versão de uma autoridade para tentar garantir a maior aceitação por parte do leitor.

O comentário desqualificador de diferentes atores, a denominação das ocupações como “invasão”, o questionamento sobre a legitimidade das ocupações, a

alegação de que os adolescentes e jovens não sabiam os motivos da própria ação política, o enaltecimento da fala de políticos que repreendiam o movimento, a afirmação de que os adolescentes estavam se valendo de questões equivocadas; todos esses aspectos apontaram para a tentativa de deslegitimação e de criminalização do movimento.

A esse respeito, Campos, Medeiros e Ribeiro (2016) apontam que, durante as ocupações das escolas estaduais de São Paulo, dirigentes e diretores das escolas iniciaram uma campanha de desinformação e de difamação do movimento. Tal situação também pode ser observada no Paraná não só por parte de representantes do Estado, mas também pelas reportagens produzidas e veiculadas pela imprensa paranaense que, via de regra, “apresentavam uma imagem falsa do cotidiano das escolas ocupada” (CAMPOS; MEDEIROS, RIBEIRO, 2016, p.190), como pudemos constatar nas notícias analisadas.

Neste sentido, inferimos que a imprensa foi um elemento estratégico para a desmobilização do movimento e a criminalização da ação política. A esse respeito, a análise apresentada por Campos, Medeiros e Ribeiro (2016, p.193) é bastante representativa:

Juntamente com os boatos de que as ocupações seriam desorganizadas e feitas por adolescentes “desocupados” e “baderneiros”, os estudantes também tiveram de enfrentar a percepção de que as ocupações não seriam motivadas por reivindicações legítimas, se tratando de ‘invasões’ feitas sem real motivo por trás além do suposto desejo de ‘matar aula’.

O movimento de ocupação de escolas estaduais ganhou tamanha repercussão e visibilidade que o Estado se utilizava de diferentes recursos para evitar que o movimento tomasse proporções ainda maiores ou fosse compreendido e aceito pelo restante da sociedade. A Polícia Militar foi utilizada como mecanismo de repressão e a imprensa atuou ideologicamente como um veículo estratégico na desmobilização e criminalização do movimento.

Os resquícios desta criminalização ainda podem ser percebidos recentemente. Em 2018, a UBES compartilhou nas redes sociais que os jovens participantes das ocupações e suas famílias, no caso de menores de idade, estavam recebendo notificações judiciais, sendo condenados a pagar multas de até 30 mil reais devido às

ocupações das escolas⁶¹. Os jovens sequer sabiam que estavam sendo processados e não tiveram o direito de defesa.

Tal situação apenas comprova que a ação política dos adolescentes secundaristas, embora seja legítima e garantida em lei, não foi respeitada. Pelo contrário, o que se observou foi a deslegitimação do movimento e a criminalização do direito à participação política dos jovens que se utilizaram da ação direta de ocupar as escolas para denunciar o descaso e o sucateamento com a política de Educação e que, após as mudanças, se tornaria ainda mais precária e excludente.

Embora nossa análise tenha apontado que as reportagens e notícias produzidas e veiculadas pela imprensa paranaense, por meio da aplicação de padrões de manipulação, buscaram criminalizar e desmobilizar o movimento de ocupação das escolas, a ação política dos secundaristas deve ser reconhecida e reafirmada como legítima. O protagonismo político dos adolescentes e jovens que produziram e sustentaram o movimento é direito fundamental garantido pela Constituição Federal, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e também pelo Estatuto da Juventude.

O movimento expressou a vitalidade da ação política dos secundaristas que apontavam os ataques contra a Educação e indicavam os prejuízos da reforma pretendida pelo governo Michel Temer que comprometeria a realidade de muitos adolescentes e jovens. Ao protagonizarem as ações políticas dentro do espaço escolar, desde estruturar todo o processo de organização e de resistência até viabilizar atividades formativas e culturais e mesmo pensar na preparação das refeições e nos cuidados com a limpeza e higiene, os adolescentes e jovens se posicionaram enquanto sujeitos políticos. Nesse sentido,

As ocupações surgem então como atividade política, instituindo uma parte dos que não tem parte, ou seja, a parte composta por estudantes secundaristas que não tinham parte nem voz nos espaços deliberativos, sobre o seu futuro e o futuro da educação no Brasil. (GONÇALVES; RENA, 2019, p.239).

Enfim, consideramos que a ação política dos secundaristas legitimou a construção de adolescentes e jovens enquanto sujeitos políticos, sociais e também detentores de direitos, que por meio da ação direta de ocupação das escolas estaduais se posicionaram frente aos ataques à política de Educação, da qual estes

⁶¹ Na íntegra: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/essencial/jovens-paranaenses-sao-condenados-a-pagar-ate-30-mil-reais-por-ocupacoes-de-escolas-publicas-em-2016/>

são os principais sujeitos, apontando a precarização e o sucateamento da educação pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa se propôs a analisar de que modo a imprensa paranaense noticiou a ação política protagonizada pelos adolescentes e jovens secundaristas no contexto do movimento de ocupação das escolas estaduais ocorrido em 2016 no Paraná. Para tanto, foi necessário, primeiramente, aprofundar alguns aspectos teóricos que pudessem possibilitar a discussão e análise crítica do objeto a ser estudado.

A compreensão das categorias infância, adolescência e juventude foi o ponto de partida do percurso da pesquisa, visto que essa reflexão apontaria elementos significativos para o entendimento do movimento de ocupação das escolas em sua totalidade. Identificamos que, assim como a infância, a adolescência e a juventude, embora possa parecer algo natural nos dias de hoje, são categorias sociais que emergiram a partir das necessidades instituídas pelo modo de produção capitalista.

Apontamos que em outras sociedades, como no caso da era medieval, não existia distinção entre crianças, adolescentes, jovens e adultos, devido à organização social e às condições materiais da época. A partir do momento em que o indivíduo fosse capaz de auxiliar no processo de subsistência da família já era inserido no “mundo adulto”, independente de sua idade ou de sua condição. Todavia, a preocupação com a infância já havia sido sinalizada em outros momentos, como por exemplo, com os gregos e romanos.

A partir das análises de Postman (1999) compreendemos que, com o desenvolvimento do modo de produção, associado ao surgimento da imprensa e de uma cultura letrada, houve a separação entre aqueles considerados adultos daqueles que passaram a ser considerados crianças. Entretanto, foi apenas com o surgimento de questões latentes no modo de produção capitalista que a adolescência e a juventude se tornaram categorias sociais necessárias.

A partir dos estudos de Bock (2007) acerca do desemprego como problema crônico na ordem da sociedade capitalista, identificamos que se tornou necessário retardar o ingresso dos adolescentes e também dos jovens no mercado de trabalho, além de aumentar os requisitos para a inserção no mercado de trabalho, sendo então necessária a extensão do período escolar visando a instrumentalização e a preparação destes para o trabalho.

Foi a partir desta necessidade que a adolescência e a juventude se consolidaram enquanto categorias sociais. A educação formal passou a ser evidenciada, pois seria neste espaço que os adolescentes passariam a maior parte do tempo se profissionalizando e se preparando para a vida adulta. Neste sentido, adolescentes e jovens começaram a ser reconhecidos em suas especificidades e o Estado passou a intervir nas questões sociais e estabelecer políticas voltadas para estes segmentos etários da população.

Com base neste contexto, foram promulgadas diferentes jurisprudências que protegem e asseguram direitos às crianças, adolescentes e jovens. No caso do Estado brasileiro, a Constituição Federal (1988) consolidou o dever do Estado e da sociedade em garantir direitos como saúde, educação, alimentação e também o direito à dignidade, ao respeito e à liberdade. Posteriormente, a instituição do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - 1990) e do Estatuto da Juventude (Ejuve - 2013) reforçaram e evidenciaram a condição de sujeito de direitos dos adolescentes e jovens.

Dentre estes direitos, destacamos o direito à liberdade, respeito e dignidade que confere a garantia dos adolescentes e jovens de se expressarem, de opinarem e de participarem não só da vida familiar e comunitária, mas também da vida política, resguardando-lhes o direito à participação no espaço escolar. Além disso, o Ejuve também aponta a premissa da participação juvenil, resguardando o direito dos jovens de participarem, em posição central, de processos políticos e sociais, bem como de ter participação individual ou coletiva em ações de defesa e de garantias de seus direitos.

A partir desta compreensão foi possível analisar o movimento de ocupação das escolas estaduais em sua totalidade, visto que se tratou de um movimento protagonizado por adolescentes e jovens que, protegidos em seus direitos de liberdade e de participação na vida política, buscavam defender seus interesses contra as propostas de mudança no ensino médio, instituídas pelo governo federal. Identificamos, de acordo com Scherer-Warren (2006), que a ocupação das escolas foi um movimento social como forma de pressão política frente ao ataque neoliberal do respectivo governo.

Posteriormente, verificamos que o movimento dos secundaristas foi influenciado pelas Jornadas de Junho de 2013, afinal muitos dos adolescentes e jovens presenciaram ou até mesmo participaram daquelas mobilizações e

manifestações. Por sua vez, o contexto sociopolítico dos anos posteriores proporcionou a visibilidade de grupos de extrema direita que, anos mais tarde, tentaram criminalizar e desmobilizar o movimento secundarista.

Também foi apontado que o objetivo da ocupação era se contrapor aos ataques neoliberais na política de Educação, pretendidos pelo governo de Michel Temer. O ataque consistia em duas principais medidas: a MP 746 e a PEC 55. Constatamos que a Medida Provisória 746 instituiu mudanças no ensino médio, como a flexibilização no currículo que nada mais é do que a precarização e a desregulamentação da política de Educação, conforme Ferreti e Krawczyk (2017).

Outra mudança constatada era que o ensino técnico e profissionalizante, além de ficar restrito às possibilidades e interesses da instituição (XIMENES, 2019), direcionaria os adolescentes ao pensamento técnico e ao mercado de trabalho, eximindo da política de Educação a possibilidade de uma educação voltado ao pensamento crítico e ao conhecimento. A medida também instituiu um ensino médio em período integral que acentua ainda mais desigualdade entre os adolescentes, visto que torna inviável a conclusão do ensino médio daqueles que conciliam a educação com o trabalho (FIRMINO; RIBEIRO, 2019). Associado a todas essas mudanças, soma-se a PEC 55 que congela os gastos públicos em saúde e educação por 20 anos.

Diante disso, os adolescentes e jovens, atentos e impactados pelas propostas do governo federal que precarizaram ainda mais a educação pública, além de dificultar o acesso para muitas dessas pessoas, mobilizaram uma série de atos e manifestações para participarem e opinarem acerca das mudanças. Não sendo atendidos, organizaram um movimento de proporção nacional que repercutiu internacionalmente por meio das ocupações das escolas.

Por meio do caráter “subversivo” de suas ações, ou seja, ao se colocarem como protagonistas do espaço escolar, os secundaristas se utilizaram de uma estratégia de luta operária, a ação direta, e ocuparam as escolas para denunciarem que tais mudanças além de precarizar e sucatear a educação pública, também acentuaria a desigualdade entre adolescentes e jovens, principalmente, no que se refere ao acesso à Educação.

Esse movimento também foi inspirado na ação dos secundaristas chilenos que em 2006 e 2011 ocuparam as escolas daquele país como forma de protesto contra o governo. No Brasil, a ocupação das escolas estaduais em 2016 ganhou visibilidade também pelas relações democráticas que permearam o movimento, como por

exemplo, a participação dos secundaristas em todas as decisões que diziam respeito ao movimento, desde sua organização até o embate frente aos parlamentares.

Considerados tais aspectos, posteriormente, a fim de alcançar nosso objetivo, apresentamos os principais elementos que constituem a imprensa e seu papel na sociedade. Para que pudéssemos tecer uma análise sobre como a imprensa noticiou a ação política dos secundaristas, se fazia necessário compreender que a imprensa, nas sociedades contemporâneas, adquire um papel estratégico por produzir e manipular informações, convertendo-as em mercadoria, com o objetivo de atender aos interesses dos próprios conglomerados midiáticos.

Também apontamos, a partir de Marcondes Filho (1989), que embora a imprensa tenha na manipulação das informações seu objetivo central, o discurso da imparcialidade e da neutralidade é disseminado como forma de tentar garantir sua credibilidade social. Portanto, a imprensa se configura como uma instituição que opera no plano ideológico e que tende a reforçar ou aniquilar determinadas ideias, opiniões e fatos. O referido autor ainda nos auxiliou a compreender que, na sociedade capitalista, a imprensa é uma empresa e, portanto, precisa gerar lucros por meio de suas informações. Desta forma, é por meio do processo de transformar informações em notícias, a fim de serem comercializáveis, que se operam os padrões de manipulação destacados tanto por Marcondes Filho (1989) e por Abramo (2016). Cada padrão de manipulação apresentado possui sua especificidade e sua função à imprensa.

Também foi necessário apresentar os dois jornais utilizados como fonte de pesquisa, quais sejam, *Folha de Londrina* e *Gazeta do Povo*, visto que o conhecimento do histórico, das características e das particularidades de cada um desses veículos de comunicação revelariam os valores e os posicionamentos ideológicos que direcionam a perspectiva editorial de cada um desses jornais paranaenses.

Na sequência, após pontuado o processo de constituição da adolescência e juventude, assim como da garantia de seus direitos; o conhecimento do movimento de ocupação das escolas, suas reivindicações, características e organização; e explanado o papel social da imprensa nas sociedades atuais, analisamos de que forma a imprensa paranaense noticiou a ação política dos secundaristas a partir da ocupação das escolas estaduais em 2016 no Paraná.

Após apresentar os principais aspectos da Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977), metodologia utilizada para as análises, foram indicadas e definidas as

categorias que incidiram sobre a organização do conjunto de reportagens selecionadas a partir das palavras de busca anteriormente definidas. Posteriormente, identificamos os conteúdos dispostos nas reportagens presentes dentro de cada categoria de análise para que, em seguida, pudéssemos analisar a categoria central da pesquisa, a “Ação Política”.

A partir das análises identificamos uma tendência nos jornais, ao noticiar a ação política dos secundaristas, que foi de criminalizar e de tentar desmobilizar o movimento de ocupação das escolas, utilizando-se de diversos padrões de manipulação. Embora no jornal *Folha de Londrina* tenha sido percebido uma postura mais comedida, ou seja, a opinião e o posicionamento político do jornal a respeito da ação política apareceram de maneira sutil, ainda assim identificamos alguns padrões de manipulação recorrentes que nos permite afirmar que a cobertura do jornal apontou para uma criminalização do movimento.

Por sua vez, no jornal *Gazeta do Povo* constatamos a utilização de padrões de manipulação de modo mais recorrente. Os aspectos de criminalização do movimento apareceram em diversas reportagens de maneira bastante explícita. Desde reportagens que traziam o discurso de advogados, de professores e de outras “autoridades” sobre as ocupações (buscando legitimar uma posição oficialista), até aquelas que questionavam o termo “ocupação” e denominavam a ação política como “invasão” o que se percebeu, via de regra, foi a premissa de deslegitimação da ação política dos secundaristas pela imprensa.

Por fim, a partir das reflexões apontadas nesta pesquisa, consideramos que a comunicação feita pelo próprio movimento de ocupação das escolas estaduais também merece atenção e, nesse sentido, se apresenta como um objeto de estudo para uma pesquisa futura. A imprensa, de modo a atender os interesses dos conglomerados empresariais, foi uma das principais ferramentas de divulgação das narrativas sobre o movimento, por isso o estudo das diferentes estratégias e formas de comunicação realizadas pelo próprio movimento podem indicar potencialidades e fragilidades diante da organização política dos secundaristas.

Outro elemento que também merece destaque são os resultados da organização política protagonizada pelos secundaristas. Embora a reforma do ensino médio e a PEC do teto dos gastos tenham sido aprovadas e se tornaram lei, o processo de mobilização e de organização dos secundaristas proporcionou que esses adolescentes se construíssem de maneira única em todo o processo, reconhecendo

a si mesmos enquanto sujeito de direitos. É, portanto, que os resultados das ocupações – ganhos ou perdas – merecem atenção e também se apresentam como um futuro objeto de pesquisa.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. 2.ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016.

AGUIAR, Wanda Maria Junqueira; BOCK, Ana Mercês Bahia; OZELLA, Sérgio. Uma orientação profissional com adolescentes: um exemplo de prática na abordagem sócio-histórica. *In*: BOCK, Ana Mercês Bahia; GONÇALVES, Maria da Graça M.; FURTADO, Odair (Org.). **Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. São Paulo: Cortez Editora, 2001, p.163-178.

ANDRADE, Maria Carolina Pires de; MOTTA, Vânia Cardoso da. Base Nacional Comum Curricular e Novo Ensino Médio: uma análise à luz de categorias de Florestan Fernandes. **HISTEDBR**, Campinas, v. 20, p.1-26, 2020. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8655150/22302>. Acesso em: 21 mai. 2021.

ARIÈS, Phillipe. **História social da infância e da família**. 2.ed., Rio de Janeiro: LCT, 1981.

ASSMANN, Gabriela et al. Análise de conteúdo nas pesquisas brasileiras em comunicação: aplicações e derivações do método. *In*: BARICHELLO, Eugenia Mariano da Rocha; RUBLESCKI, Anelise (Org.). **Pesquisa em comunicação: olhares e abordagens**. Santa Maria/RS: FACOS-UFSM, 2014, p.89-107

ASSOCIAÇÃO Nacional dos Jornais. **Os maiores jornais do Brasil de circulação paga**. 2014. Disponível em: <http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/jornais-no-brasil/maiores-jornaisdo-brasil/>. Acesso em: 30 maio 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 1977.

BARRETO, Bruna Amaral Lanzillotti. Ocupações secundaristas no Rio de Janeiro em 2016: resistências à precarização da educação. *In*: JANUÁRIO, Adriano; MEDEIROS, Jonas; MELO, Rúion (Org.). **Ocupar e resistir: movimentos de ocupação das escolas pelo Brasil (2015-2016)**. São Paulo: Editora 34, 2019.

BOCK, Ana Mercês Bahia. A adolescência como construção social: estudo sobre livros destinados a pais e educadores. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v.II, n.I, p.63-78, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/LJkJzRzQ5YgbmhcnkKzVq3x/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 30 out. 2021.

BORGES, Altamiro. **Nada mais atual: Marx, Lênin, Gramsci e a imprensa burguesa**. 2010. Disponível em: <http://turcoluis.blogspot.com/2010/03/nada-mais-atual-marx-lenin-gramsci-e.html>. Acesso em: 09/03/2021.

BRASIL. **Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016**. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e

bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm. Acesso em: 20 mar. 2020.

BRASIL. **Lei nº 746, de 22 de setembro de 2016.** Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. Exposição de motivos, Brasília, Câmara dos Deputados. 15 set. 2016. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2016/medidaprovisoria-746-22-setembro-2016-783654-exposicaodemotivos-151127-pe.html>. Acesso em: 20 mar. 2020.

BRASIL. **Lei nº 12852, de 5 de agosto de 2013.** Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Brasília, 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm. Acesso em: 10 jan. 2021.

BRASIL. **Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 10 jan. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2017.

BRASIL. **Lei nº 6697, de 10 de outubro de 1979.** Institui o Código de Menores. Brasília: Diário Oficial da União, 1979. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1970-1979/L6697.htm#art123. Acesso em: 10 jan. 2021.

CAMPOS, Antônia Malta; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Márcio Moretto. **Escolas de luta.** São Paulo: Veneta, 2016.

CAMPOS, Antônia Malta. Escolas de luta, ladrões de merenda: dois momentos das ocupações de escolas de São Paulo. *In*: JANUÁRIO, Adriano; MEDEIROS, Jonas; MELO, Rúlion (Org.). Ocupar e resistir: movimento de ocupação das escolas pelo Brasil (2015-2016). São Paulo: Editora 34, 2019, p.79-102.

CARRANO, Paulo. A participação social e política de jovens no Brasil: considerações sobre estudos recentes. **O social em questão**, Rio de Janeiro, n. 27,

p. 83-100, 2012. Disponível em: http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/osocial27_carrano1.pdf. Acesso em: 12 ago. 2020.

CARVALHO, Soraia de. Caracterização dos governos pós-golpe de 2016 e seus impactos na educação. *In*: CARVALHO, Soraia de (Org.). **Contrarreformas na educação e lutas estudantis**. Curitiba: CRV, 2020a, p.13-26. Disponível em: https://www.ufpe.br/proexc/noticias-da-proexc/-/asset_publisher/vtYtuyaix8uw/content/conheca-o-e-book-gratuito-contrarreformas-na-educacao-e-lutas-estudantis/40659. Acesso em: 20 dez. 2020.

CARVALHO, Soraia de. “Bora Ocupar”: um balanço das ocupações de escola em Recife. *In*: CARVALHO, Soraia de (Org.). **Contrarreformas na educação e lutas estudantis**. Curitiba: CRV, 2020b, p.137-158. Disponível em: https://www.ufpe.br/proexc/noticias-da-proexc/-/asset_publisher/vtYtuyaix8uw/content/conheca-o-e-book-gratuito-contrarreformas-na-educacao-e-lutas-estudantis/40659. Acesso em: 20 dez. 2020.

CARVALHO, Soraia de (Org.). **Contrarreformas na educação e lutas estudantis**. Curitiba: CRV, 2020c. Disponível em: https://www.ufpe.br/proexc/noticias-da-proexc/-/asset_publisher/vtYtuyaix8uw/content/conheca-o-e-book-gratuito-contrarreformas-na-educacao-e-lutas-estudantis/40659. Acesso em: 20 dez. 2020.

CORROCHANO, Maria Clara; CORTI, Ana Paula de Oliveira; SILVA, José Alves da. Ocupar e resistir: a insurreição dos estudantes paulistas. **Educ. Soc.**, Campinas, v.37, n.137, p.1159-1176, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/CwYd9yX9DVrkJP5p3NbRVwN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 mar. 2020.

DIMOULIS, Dimitri; MARTINS, Leonardo. Direitos fundamentais: politicidade, juridicidade e análise metodologicamente rigorosa. *In*: DIMOULIS, Dimitri; MARTINS, Leonardo (Org.). **Teoria geral dos direitos fundamentais**. 3.ed. São Paulo: Imprensa, 2011, p.15-21.

FERMINO, Veridiana Vilharquide; RIBEIRO, Márcio Moretto. Ocupações no Paraná: a luta dos estudantes contra a reforma do ensino médio e a PEC do teto dos gastos públicos. *In*: JANUÁRIO, Adriano; MEDEIROS, Jonas; MELO, Rúion (Org.). **Ocupar e resistir: movimentos de ocupação das escolas pelo Brasil (2015-2016)**. São Paulo: Editora 34, 2019.

FERREIRA, Paulo Roberto Vaz; ALBERNAZ JÚNIOR, Victor Hugo. **Convenção sobre os direitos da criança**. s/d. Disponível em: <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/direitos/tratado11.htm>. Acesso em 28 mar. 2022.

FERREIRA, Eliza Bartolozzi; SILVA, Monica Ribeiro da. Centralidade do ensino médio no contexto da nova "Ordem e Progresso". **Educação & Sociedade**, Campinas, v.38, n.139, p.287-292, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/88zn9TyCkLVg9xCY8ghshCq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 maio 2020.

FERRETI, Celso João; KRAWCZYK, Nora. Flexibilizar pra quê?: meias verdades da "reforma". **Retratos da Escola**, Brasília, v.11, n.20, p.33-44, 2017. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/757>. Acesso em: 11 nov. 2020.

FERRETI, Celso João; SILVA, Monica Ribeiro da. Reforma do ensino médio no contexto da Medida Provisória nº 746/2016: Estado, currículo e disputas por hegemonia. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.38, n.139, p.385-404, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/LkC9k3GXWjMW37FTtfSsKTq/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 8 ago. 2020.

FONSECA, Francisco. Mídia, poder e democracia: teoria e práxis dos meios de comunicação. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n.6, p.41-69, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/6bCYRSVtShSg6wqwhQq6vQQ/?lang=pt>. Acesso em: 13 out. 2021.

FREIRE, Paulo: Educação: o sonho possível. *In*: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **O educador**: vida e morte. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982, p.89-101.

FRIGOTTO, Gaudêncio; MOTTA, Vânia Cardoso da. Por que a urgência da reforma do ensino médio?: Medida Provisória 746/2016 (Lei nº13.415/2017). **Educação & Sociedade**, Campinas, v.38, n.139, p.355-372, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/8hBKtMRjC9mBJYjPwbNDktk/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 22 abr. 2020.

GONÇALVES, Christian Pierre de Brito; RENA, Luiz Carlos Castello Branco. O movimento de ocupação das escolas em Minas Gerais: formação política através da ação coletiva. *In*: JANUÁRIO, Adriano; MEDEIROS, Jonas; MELO, Rúrion (Org.). **Ocupar e resistir**: movimentos de ocupação das escolas pelo Brasil (2015-2016). São Paulo: Editora 34, 2019.

GROPPO, Luís Antonio. **Ocupações secundaristas no Brasil em 2015 e 2016**: Formação e auto-formação das/dos ocupas como sujeitos políticos. Alfenas, MG, 2018. Disponível em: https://cienciassociais.ufes.br/sites/cienciassociais.ufes.br/files/field/anexo/projeto_universa1_cnpq_1_final.pdf. Acesso em: 15 mar. 2022.

GURGEL, Eduardo Amaral. Gêneros jornalísticos na Folha de Londrina. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, XXXVIII, 2015, Rio de Janeiro. **Anais [...]** Rio de Janeiro, 2015, p.1-12. Disponível em: https://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/lista_area_DT1-GJ.htm

HOLANDA, Francisco Uribam Xavier de. Tirando o paletó e a máscara do príncipe: ocupações de escolas no Ceará. *In*: JANUÁRIO, Adriano; MEDEIROS, Jonas; MELO, Rúrion (Org.). **Ocupar e resistir**: movimentos de ocupação das escolas pelo Brasil (2015-2016). São Paulo: Editora 34, 2019.

JANUÁRIO, Adriano; MEDEIROS, Jonas; MELO, Rúrion. Introdução. *In*: JANUÁRIO, Adriano; MEDEIROS, Jonas; MELO, Rúrion (Org.). **Ocupar e resistir**: movimentos de ocupação das escolas pelo Brasil (2015-2016). São Paulo: Editora 34, 2019.

LONGO, Isis Sousa. Ser criança e adolescente na sociedade brasileira: passado e presente da história dos direitos infanto-juvenis. *In*: III Congresso Internacional de Pedagogia Social, 3., 2010, São Paulo, p.1-20. **Proceedings online...** Associação Brasileira de Educadores Sociais (ABES). Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/pdf/cips/n3/n3a13.pdf>. Acesso em: 30 out. 2020.

LOPES, Roseli Esquerdo et al. Adolescência e juventude de grupos populares urbanos no Brasil e as políticas públicas: apontamentos históricos. **HISTEDBR Online**, Campinas, n.23, p.114-130, 2006. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4933/art08_23.pdf. Acesso em: 30 out. 2020.

LÖWY, Michael. Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil. *In*: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Org.). **Por que gritamos golpe?**: para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016, p.61-67.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia**: jornalismo como produção social da segunda natureza. 2.ed. São Paulo: Ática, 1989.

MOREIRA, Márcio Alan Menezes. A democracia radicalizada: crianças e adolescentes como agentes de participação política. *In*: Encontro Nacional do CONPEDI, XIX, 2010, Fortaleza. **Anais**. Fortaleza: 2010, p.7105-7126.

MORGENSTERN, Flávio. Não são “ocupações” de escolas, são invasões. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 13/11/2016. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/opiniaio/artigos/nao-sao-ocupacoes-de-escolas-sao-invasoes-agwyj45jk7bgrnsporp6gw8qn/>. Acesso em 28 mar. 2022.

NOBRE, Marcos. Apresentação. *In*: JANUÁRIO, Adriano; MEDEIROS, Jonas; MELO, Rúrion (Org.). **Ocupar e resistir**: movimentos de ocupação das escolas pelo Brasil (2015-2016). São Paulo: Editora 34, 2019. p.7-18.

O MAL-EDUCADO. **Como ocupar um colégio?** Manual escrito por estudantes secundaristas da Argentina e Chile. 2015. Disponível em: <https://gremiolivre.files.wordpress.com/2015/10/como-ocupar-um-colc3a9gio.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2020.

PACHECO, Carolina Simões. **Ocupar e resistir**: as ocupações das escolas públicas como parte do ciclo atual de mobilização juvenil no Brasil. 2018. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/55227/R%20%20D%20%20CAROLINA%20SIMOES%20PACHECO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 21 jun. 2020.

PARTICIPATÓRIO. **Boletim Juventude Informa - Educação**. Observatório Participativo da Juventude/SNG/SG/PR; Instituto de Pesquisa Econômica Aplica,

IPEA, n.1, ano 1, agosto 2014. Disponível em: https://issuu.com/participatorio/docs/boletim_juventude_web. Acesso em 06 ago. 2020.

POSTMAN, Neil. **O desaparecimento da infância**. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

PAULILO, Maria Angela Silveira. Juventudes e políticas sociais públicas. *In*: JEOLÁS, Leila Sollberger; PAULILO, Maria Angela Silveira; CAPELO, Maria Regina Clivati (org.). **Juventudes, desigualdades e diversidades**: estudos e pesquisas. Londrina: Eduel, 2013. p.131-150. Disponível em: http://www.uel.br/editora/portal/pages/arquivos/juventude%20e%20desigualdade_digital.pdf. Acesso em: 2 nov. 2021

QUADROS, Mirian; ASSMANN, Gabriel; LOPEZ, Débora Cristina. **Análise de conteúdo nas pesquisas brasileiras em comunicação**: aplicações e derivações do método. *In*: BARRICHELLO, Eugênia Mariano da Rocha; RUBLESCKI, Anelise (Org.). Pesquisa em comunicação: olhares e abordagens, Santa Maria: Facos - UFSM, 2014, p.89-107.

QVORTRUP, Jens. **Visibilidades das crianças e da infância**. Linhas críticas, Brasília, v.20, n.41, p.23-42, 2014.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil**: percurso histórico e desafios presentes. Rio de Janeiro: PUC Rio, 2004.

ROCHA, Rita de Cássia Luiz da. História da infância: reflexões acerca de algumas concepções correntes. **Analecta**, Guarapuava/PR, v.3, n.2, p.51-63, jul/dez 2002.

ROSEMBERG, Fúlvia. Crianças e adolescentes na sociedade brasileira e a Constituição de 1988. *In*: OLIVEN, Ruben George; RIDENTI, Marcelo; BRANDÃO, Gildo Marçal (Org.). **A Constituição de 1988 na vida brasileira**. São Paulo: Hucitec, 2008, p.296-333.

ROSSATO, Luciano Alves; LÉPORE, Paulo Eduardo; CUNHA, Rogério Sanches. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: comentado artigo por artigo. 11.ed., ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2019.

SANTOS, Romer Mottinha. **Mídia e política**: a cobertura da Folha de Londrina e os enquadramentos da eleição municipal de Londrina em 2012. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014. Disponível em: <http://www.cienciapolitica.ufpr.br/ppgcp/wp-content/uploads/sites/4/2015/12/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Romer-Mottinha.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2021.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, ano 1, v.21, p.109-130, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/BF3dYyyqYgB7RX7fj7SrpQk/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 dez. 2021.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2017. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/51xnn0>. Acesso em: 1 jul. 2021.

SEVERO, Ana Karla da Silveira; NETO, Antônio Fausto. Um olhar sobre três jornais paranaenses e suas relações de comunicação, consumo e práticas sociais. **Revista Anagrama: Revista Científica Interdisciplinar da Graduação**, São Paulo, ano 3, ed. 2, p.1-19, 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anagrama/article/view/35415/38134>. Acesso em: 30 maio 2021.

SILVA, Letícia Gabrielle Lima da Costa; SANTOS, Paulo Jackson Garcez; CARVALHO, Soraia de. A política da direção da União Nacional de Estudantes e União Brasileira de Estudantes Secundaristas de 2014 a 2019. *In*: CARVALHO, Soraia (Org.). **Contrarreformas na educação e lutas estudantis**. Curitiba: CRV, 2020, p.107-136. Disponível em: https://www.ufpe.br/proexc/noticias-da-proexc/-/asset_publisher/vtYtuyaix8uw/content/conheca-o-e-book-gratuito-contrarreformas-na-educacao-e-lutas-estudantis/40659. Acesso em: 20 dez. 2020.

SINGER, André. Classes e ideologias cruzadas. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, p.23-40, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/6WV7TBcKVrbZDdb7Y8mFVZp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 jul. 2020.

SOUZA, Osvaldo de. Juventude proletária: entre a classe e a categoria social. *In*: CARVALHO, Soraia de (Org.). **Contrarreformas na educação e lutas estudantis**. Curitiba: CRV, 2020, p.83-106. Disponível em: https://www.ufpe.br/proexc/noticias-da-proexc/-/asset_publisher/vtYtuyaix8uw/content/conheca-o-e-book-gratuito-contrarreformas-na-educacao-e-lutas-estudantis/40659. Acesso em: 20 dez. 2020.

SPOSITO, Marília Pontes. Trajetórias na constituição de políticas públicas de juventude no Brasil. *In*: FREITAS, Virginia de; PAPA, Fernanda de Carvalho (Org.). **Políticas Públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez. 2003, p.57-75.

STEIMBACH, Allan Andrei. **Escolas ocupadas no Paraná: juventudes na resistência política à reforma do ensino médio (MP 746/2016)**. 2018. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/58018/R%20-%20T%20-%20ALLAN%20ANDREI%20STEIMBACH.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 dez. 2020.

TAVARES, Camilla Quesada; MASSUCHIN, Michele Goulart. A cobertura da greve no Paraná pelas redes sociais: uma análise do conteúdo publicado pela página da Gazeta do Povo no facebook. *In*: GADINI, Sérgio Luiz (Org.). **Coberturas jornalísticas (de)marcadas: a greve dos professores na mídia paranaense em 2015**. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2015, p.34-48. Disponível em: https://www.academia.edu/19519419/2015_Coberturas_jornal%C3%ADsticas_de_marcadas_a_greve_dos_professores_na_m%C3%ADdia_paranaense_em_2015. Acesso em: 17 dez. 2021

TEIXEIRA, Ana Paula Scorsin. **Levantamento das imagens de transporte nas capas da 'nova Gazeta do Povo'**. 2018. Monografia (Especialização em Narrativas visuais) - Faculdade Federal Tecnológica do Paraná, Curitiba, 2018. Disponível em: http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/15361/1/CT_CENAV_II_2018_02.pdf. Acesso em: 30 maio 2021.

VOLANIN , Leopoldo. **Poder e mídia: a criminalização dos movimentos sociais no Brasil nas últimas trinta décadas**. 2007. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/760-4.pdf>. Acesso em: 13 out. 2021.

VOLPATO, Alana Nogueira. **A infância representada nas charges da imprensa sindical: entre a conquista e a violação dos direitos da criança**. 2015. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015. Disponível em: <http://www.uel.br/pos/mestrado/comunicacao/wp-content/uploads/A-inf%C3%A2ncia-representada-nas-charges-da-imprensa-sindical.pdf>. Acesso em: 24 set. 2020.

XIMENES, Salomão Barros. **Contra quem os estudantes lutam?: as ocupações secundaristas no epicentro das disputas sobre a escola pública**. In: JANUÁRIO, Adriano; MEDEIROS, Jonas; MELO, Rúion (Org.). **Ocupar e resistir: movimento de ocupação de escolas pelo Brasil (2015-2016)**. São Paulo: Editora 34, 2019, p.53-74.

ZIBAS, Dagmar Maria Leopoldi. "A revolta dos pinguins" e o novo pacto da educação chileno. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v.38, n.13, p.199-408, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782008000200002&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 17 dez. 2020.

ANEXOS

ANEXO 1

Reportagens obtidas dos jornais Folha de Londrina e Gazeta do Povo a partir das palavras de busca “movimento secundarista” e “ocupações das escolas”

Jornal Folha de Londrina – Movimento Secundarista				
Modalidade (notícia, editorial)	Link	Acesso em	Escritor - Data	Categoria
Notícia	https://www.folhadelondrina.com.br/geral/ocupacao-chega-a-31-colegios-de-londrina-afirmam-estudantes-961070.html	13/12/2021 às 12:02	Redação Bonde - 18/10/2016	Dimensão
Notícia	https://www.folhadelondrina.com.br/politica/discursode-estudante-constrange-deputados-961849.html	13/12/2021 às 12:06	Mariana Franco Ramos - 27/10/2016	Ação Política
Notícia	https://www.folhadelondrina.com.br/politica/base-aliada-culpa-membros-de-ocupacoes-por-morte-de-jovem-961750.html	13/12/2021 às 12:08	Mariana Franco Ramos - 26/10/2016	Ação Política
Notícia	https://www.folhadelondrina.com.br/geral/estudantes-ocupam-o-vice-rijo-e-londrina-chega-a-24-colegios-em-posse-do-movimento-960977.html	13/12/2021 às 12:10	Redação Bonde - 17/10/2016	Dimensão
Informe	https://www.folhadelondrina.com.br/geral/estudantes-ocupam-o-vice-rijo-e-londrina-chega-a-24-colegios-em-posse-do-movimento-960977.html	13/12/2021 às	Equipe Folha -	Opinião

	adelondrina.com.br/politica/informe-folha-962790.html	12:14	09/11/2016	
Notícia	https://www.folhadelondrina.com.br/geral/retomada-das-aulas-na-uel-ainda-e-incerta-nos-departamentos-ocupados-962570.html	14/12/2021 às 11:10	Gabriela Nogueira e Luis Fernando Wiltemburg - 05/11/2016	Informações periféricas
Notícia	https://www.folhadelondrina.com.br/geral/com-ocupacoes-alunos-devem-fazer-enem-com-presos-962230.html	14/12/2021 às 11:13	Agência Estado - 01/11/2016	Consequências
Notícia	https://www.folhadelondrina.com.br/politica/no-dia-do-meu-aniversario-ganhei-o-presente-de-ver-essa-menina-falando-diz-lula-961885.html	14/12/2021 às 11:16	Folha de Londrina - 27/10/2016	Opiniões
Notícia	https://www.folhadelondrina.com.br/geral/adolescente-de-16-anos-e-encontrado-morto-em-escola-ocupada-no-pr-961583.html	14/12/2021 às 11:17	Mariana Franco Ramos - 24/10/2016	Consequências
Notícia	https://www.folhadelondrina.com.br/politica/justica-eleitoral-muda-205-locais-de-votacao-apos-ocupacao-de-escolas-no-	14/12/2021 às 11:20	Mariana Franco Ramos - 21/10/2016	Informações periféricas

	parana-961429.html			
Notícia	https://www.folhadelondrina.com.br/geral/estudantes-decidem-pela-continuacao-das-ocupacoes-961796.html	14/12/2021 às 11:22	Mariana Franco Ramos - 26/10/2021	Ação política
Notícia	https://www.folhadelondrina.com.br/geral/estudantes-de-colegios-ocupados-de-londrina-se-reunem-para-definir-rumos-do-movimento-961784.html	14/12/2021 às 13:45	Auber Silva - 26/10/2016	Consequências
Notícia	https://www.folhadelondrina.com.br/politica/nosenado-anajulia-diz-que-aprendeu-novo-significado-de-resistencia-962187.html	14/12/2021 às 13:51	Mariana Franco Ramos - 30/10/2016	Ação Política
Notícia	https://www.folhadelondrina.com.br/geral/ocupacoes-chegam-a-180-escolas-960600.html	14/12/2021 às 13:53	Celso Felizardo - 11/10/2016	Dimensão
Notícia	https://www.folhadelondrina.com.br/geral/mesmo-apos-acordo-estudantes-desocupam-maior-colegio-do-pr-962044.html	14/12/2021 às 13:56	Mariana Franco Ramos - 29/10/2016	Consequências
Notícia	https://www.folhadelondrina.com.br/geral/especialistas-defendem	14/12/2021 às 14:00	Celso Felizardo - 28/07/2016	Opiniões

	ampla-discussao-em-reforma-do-ensino-medio-959267.html			
Notícia	https://www.folha.com.br/geral/nao-houve-avancos-efetivos-na-negociacao-961176.html	14/12/2021 às 14:04	Folha de Londrina - 19/10/2016	Informações periféricas
Notícia	https://www.folha.com.br/politica/foruns-eleitorais-recebem-justificativas-962021.html	14/12/2021 às 14:09	Folha de Londrina - 29/10/2016	Informações Periféricas
Notícia	https://www.folha.com.br/geral/parana-chega-a-cem-escolas-ocupadas-nove-em-londrina-960471.html	14/12/2021 às 14:12	Celso Felizardo - 10/10/2016	Dimensão
Notícia	https://www.folha.com.br/geral/estudantes-voltam-as-ruas-em-protesto-contrareforma-do-ensino-medio-959902.html	14/12/2021 às 14:14	ThamirisGeraldini - 05/10/2016	Natureza da ação

Jornal Folha de Londrina – Ocupação das Escolas				
Modalidade (notícia, editorial)	Link	Acesso em	Escritor - Data	Categoria
Notícia	https://www.folhadelondrina.com.br/geral/rotina-em-	14/11/2020 às 18:16	Celso Felizardo - 25/10/2016	Natureza da ação

	ocupacao-e-marcada-por-divisao-de-tarefas-e-oficinas-961659.html			
Notícia	https://www.folhadelondrina.com.br/geral/presidente-do-tse-acredita-que-nao-havera-tumulto-por-ocupacao-de-escolas-962062.html	14/11/2020 às 18:19	Agência Brasil - 30/10/2016	Informações periféricas
Notícia	https://www.folhadelondrina.com.br/geral/adolescente-de-16-anos-e-encontrado-morto-em-escola-ocupada-no-pr-961583.html	14/11/2020 às 18:24	Mariana Franco Ramos - 24/10/2016	Consequências
Notícia	https://www.folhadelondrina.com.br/geral/ocupacao-chega-a-31-colegios-de-londrina-afirmam-estudantes-961070.html	14/11/2020 às 18:35	Redação Bonde - 18/10/2016	Dimensão
Notícia	https://www.folhadelondrina.com.br/geral/ocupacao-das-escolas-estaduais-nao-afetara-vestibular-da-ufpr-961098.html	14/11/2020 às 18:48	Redação bonde - 18/10/2016	Informações periféricas
Notícia	https://www.folhadelondrina.com.br/geral/autor-de-homicidio-em-	14/11/2020 às 18:53	Celso Felizardo - 26/10/2016	Consequências

	escola-pode-pegar-pena-de-ate-3-anos-961756.html			
Notícia	https://www.folhadelondrina.com.br/geral/movimento-vai-protestar-contra-ocupacao-de-escolas-estaduais-de-londrina-961684.html	14/11/2020 às 18:57	Rafael Machado - 25/10/2016	Consequências
Opinião do Leitor	https://www.folhadelondrina.com.br/opiniao/opiniao-do-leitor-961725.html	15/11/2020 às 16:42	Opinião do leitor - 26/10/2016	Opiniões
Notícia	https://www.folhadelondrina.com.br/geral/numero-de-escolas-ocupadas-sobe-para-600-961055.html	15/11/2020 às 16:49	Mie Francine Chiba - 18/10/2016	Dimensão
Notícia	https://www.folhadelondrina.com.br/geral/ocupacoes-chegam-a-180-escolas-960600.html	15/11/2020 às 16:54	Celso Felizardo - 11/10/2016	Dimensão
Opinião do Leitor	https://www.folhadelondrina.com.br/opiniao/opiniao-do-leitor-962277.html	15/11/2020 às 16:59	Opinião do leitor - 02/11/2016	Opiniões
Notícia	https://www.folhadelondrina.com.br/geral/ocupacoes-de-escolas-ganham-forca-em-maringa-946833.html	15/11/2020 às 17:04	Viviane Costa - 25/05/2016	Natureza da ação

Opinião do Leitor	https://www.folhadelondrina.com.br/opiniao/opiniao-do-leitor-963042.html	15/11/2020 às 17:07	Opinião do leitor - 12/11/2016	Opiniões
Notícia	https://www.folhadelondrina.com.br/geral/justica-determina-mais-seis-reintegracoes-961862.html	15/11/2020 às 17:13	Aline Machado Parodi e Fernanda Circhia - 27/10/2016	Consequências
Notícia	https://www.folhadelondrina.com.br/politica/no-senado-ana-julia-diz-que-aprendeu-novo-significado-de-resistencia-962187.html	15/11/2020 às 17:31	Mariana Franco Ramos - 31/10/2016	Ação política
Opinião do Leitor	https://www.folhadelondrina.com.br/opiniao/opiniao-do-leitor-961012.html	15/11/2020 às 17:38	Opinião do leitor - 18/10/2016	Opiniões
Notícia	https://www.folhadelondrina.com.br/geral/pm-usa-spray-de-pimenta-para-tirar-alunos-da-sede-da-secretaria-de-educacao-946515.html	15/11/2020 às 17:47	Agência Brasil - 21/05/2016	Consequências
Notícia	https://www.folhadelondrina.com.br/geral/camara-de-londrina-e-ocupada-por-estudantes-962551.html	15/11/2020 às 17:54	Rafael Machado, Vitor Ogawa e Viviane Costa - 05/11/2016	Ação política
Notícia	https://www.folhadelondrina.com.br/politica/luz-gerald	15/11/2020 às 17:56	Luiz Geraldo Mazza - 26/10/2016	Ação política

	mazza-961751.html			
Notícia	https://www.folhadelondrina.com.br/geral/parana-chega-a-cem-escolas-ocupadas-nove-em-londrina-960471.html	15/11/2020 às 18:02	Celso Felizardo - 10/10/2016	Ação política
Notícia	https://www.folhadelondrina.com.br/politica/di-scurso-de-estudante-constrange-deputados-961849.html	21/11/2020 às 13:35	Mariana Franco Ramos - 27/10/2016	Ação política
Notícia	https://www.folhadelondrina.com.br/geral/nao-houve-avancos-efetivos-na-negociacao-961176.html	21/11/2020 às 13:41	Sem autoria - 19/10/2016	Dimensão
Notícia	https://www.folhadelondrina.com.br/geral/numero-de-escolas-ocupadas-no-parana-chega-a-210-960629.html	21/11/2020 às 13:44	Agência Estado - 12/10/2016	Dimensão
Opinião do Leitor	https://www.folhadelondrina.com.br/opiniao/opiniao-do-leitor-963866.html	21/11/2020 às 13:47	Opinião do leitor - 24/11/2016	Opiniões
Notícia	https://www.folhadelondrina.com.br/politica/quase-uma-londrina-de-votos-nulos-brancos-e-abstencoes-	21/11/2020 às 13:55	Mariana Franco Ramos - 30/10/2016	Informações periféricas

	962124.html			
Notícia	https://www.folhadelondrina.com.br/geral/sobre-para-210-o-numero-de-escolas-ocupadas-no-parana-dezesseis-em-londrina-960659.html	21/11/2020 às 13:59	Fernanda Circhia - 12/10/2016	Dimensão
Notícia	https://www.folhadelondrina.com.br/geral/alu-nos-desocupam-colegio-em-londrina-960873.html	21/11/2020 às 14:03	Fernanda Circhia - 14/10/2016	Consequências
Notícia	https://www.folhadelondrina.com.br/norte-pioneiro/movimento-ocupadez-escolas-do-norte-pioneiro-961118.html	21/11/2020 14:16	Carol Santos - 19/10/2016	Ação política

Jornal Gazeta do Povo – Movimento Secundarista				
Modalidade (notícia, editorial)	Link	Acesso em	Escritor - Data	Categoria
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/entenda-por-que-o-parana-virou-o-epicentro-das-ocupacoes-de-escolas-a4txqg84gr41a8dt5xt4050qg/	13/12/2021 às 12:31	João Guilherme Frey - 04/11/2016	Consequências

Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/estudantes-secundaristas-criam-novo-metodo-de-pressao-ao-ocupar-escolas-18uw272b7pmhnhshs5rx3qtm/	13/12/2021 às 12: 40	Carolina Pompeo - 18/05/2016	Ação política
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/apos-manha-tensa-reitoria-ameaca-pedir-reintegracao-do-predio-historico-a66n9n070jrxj0tcw53j13cp9/	13/12/2021 às 13:53	Eriksson Denk - 04/11/2016	Consequências
Editorial	https://www.gazetadopovo.com.br/opinioao/editoriais/oprotesto-dos-estudantes-5c3xqstbuqwk5u6z6adp3qfgw/	23/12/2021 às 10:02	Gazeta do Povo - 08/10/2016	Ação política
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/enem/enem-sera-adiado-para-mais-488-mil-alunos-veja-se-sua-escola-esta-na-lista-1qg4oc2mi4zrl9gp2320f41w0/	23/12/2021 às 10:03	Gazeta do Povo - 04/11/2016	Informações periféricas
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/	23/12/2021 às 10:06	Eriksson Denk e Antoniele Luciano -	Consequências

	m.br/vida-e-cidadania/pec-dos-gastos-publicos-gera-mais-protestos-em-curitiba-predio-da-ufpr-seque-ocupado-3eu4p97pwanqevva6mfa07c7m/		25/10/2016	
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/estudantes-secundaristas-ocupam-camaras-de-vereadores-de-colombo-e-de-cascavel-ctzln69b8oueillhoabwk19vj/	23/12/2021 às 10:08	Carolina Olinda e Luiza Carlos da Cruz - 08/11/2016	Ação Política
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/governo-espera-que-cep-seja-desocupado-nesta-semana-e-preve-que-outras-escolas-seguirao-o-mesmo-caminho-48dqlv2hvggw779qll8sf4abj/	23/12/2021 às 10:12	Felippe Aníbal - 07/11/2016	Consequências
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/em-dia-decisivo-alunos-se-reunem-em-assembleia-para-discutir-futuro-das-	23/12/2021 às 10:14	Eriksson Denk, Sharon Abdalla e Felipe Aníbal - 26/10/2016	Ação Política

	ocupacoes-no-pr-97dykbgr5qzu1md6d3zexae/mq/			
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/movimento-ocupacao-parana-anuncia-o-fim-das-ocupacoes-nas-escolas-estaduais-0wpc50l9zif5ueo48bw8gmszj/	23/12/2021 às 10:17	Eriksson Denk - 09/11/2016	Consequências
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/semana-comeca-com-protestos-e-novas-escolas-ocupadas-no-parana-4aos1heb8fory8r1i9awd7ltg/	23/12/2021 às 10:21	Eriksson Denk, Luiz Carlos da Cruz - 10/10/2016	Natureza da ação Também entra na categoria Dimensão
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/alunos-rejeitam-desocupacao-mas-dizem-que-cada-grupo-tem-autonomia-para-decidir-0jzngl6huncn468072li94az6/	23/12/2021 às 10:24	Denise Drechsel e Felipe Aníbal - 26/10/2016	Ação política Também se encaixa na categoria consequências
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/mas-de-dois-tercos-dos-paranaenses-	23/12/2021 Às 10:34	Sharon Abdalla - 04/11/2016	Opiniões

	sao-contrarios-as-ocupacoes-701qkyyb7gcr9hl91jcoii9ao/			
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/governo-perde-nos-primeiros-pedidos-de-reintegracao-e-escolas-ocupadas-no-pr-chegam-a-143-e7upydob49i5aygk487h5lrg4/	23/12/2021 às 10:36	Eriksson Denk - 11/10/2016	Consequências Também se encaixa na categoria dimensão
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/no-senado-ana-julia-afirma-que-movimentos-contrarios-as-ocupacoes-usam-taticas-abusivas-22suexoi7q3txu1a6y8wel3v/	23/12/2021 às 10:47	Catarina Scortecci - 31/10/2016	Ação Política
Editorial	https://www.gazetadopovo.com.br/opiniaoe/ditoriais/a-invasao-e-o-autoritarismo-3hmn9mbxwjupcmp870tqpnv rk/	23/12/2021 às 10:49	Gazeta do Povo - 04/11/2021	Ação Política
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/alunos-ocupam-o-colegio-estadual-do-parana-e-	23/12/2021 às 10:57	Eriksson Denk 07/10/2016	Dimensão

	outras-29-escolas-no-estado-dyfygzf0zhg0ln00yxs4b9ao/			
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/pela-1-vez-richa-fala-em-uso-de-forca-policial-para-desocupar-escolas-tomadas-por-estudantes-4rz3s4zstbprxploxrps4ffiz/	23/12/2021 às 10:59	Antoniele Luciano - 31/10/2016	Consequências
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/leticia-sabatella-da-aula-sobre-iliada-a-alunos-da-1-escola-ocupada-no-pr-f4awcdwxcniggb8yf7lpwrwk2/	23/12/2021 às 11:06	Eriksson Denk - 30/10/2016	Natureza da ação
Consequências	https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/reintegracoes-de-1-liminar-contra-escolas-ocupadas-em-curitiba-sao-cumpridas-cdq5l04c6k0fctd4twx6rnifh/	23/12/2021 às 11:08	Eriksson Denk - 03/11/2016	Consequências
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/estudantes-fazem-caminhada-	23/12/2021 às 12:04	Felippe Aníbal - 29/10/2016	Natureza da ação

	contra-reforma-do-ensino-medio-8r09b5ukuak1r6e27feptmqoi/			
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/estudantes-fazem-ato-no-centro-de-curitiba-em-solidariedade-as-ocupacoes-auxrlx6isprnpn7o9yedx0uxe/	23/12/2021 às 12:19	Laura Beal Bordin - 27/10/2016	Natureza da ação
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/ocupacoes-atingem-20-das-unidades-com-ensino-medio-no-parana-f2c9wmclwcwy2jzidrqa1ir8/	23/12/2021 às 12:38	Eriksson Denk e Antoniele Luciano - 13/10/2016	Dimensão
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/conheca-o-estudante-que-tambem-discursou-na-assembleia-legislativa-e-e-contra-as-ocupacoes-15gf22tk37v6nxb63leuo8va3/	23/12/2021 às 12:40	Sharon Abdalla - 31/10/2016	Ação Política
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/ocupacao-cheqa-a-50-colegios-em-15-cidades-no-parana-47b7n4poe53	23/12/2021 às 12:42	Katia Brembatti 08/10/2016	Dimensão

	vega5ikmvkmvk/			
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/com-pauta-de-oposicao-ao-governo-federal-ocupacoes-estao-longe-do-fim-5b41htmfvkb6bn77peatz5f1j/	23/12/2021 às 12:43	Sharon Abdalla 18/10/2016	Ação política
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/o-ano-em-que-a-educacao-abalou-a-republica-1fal1n8p2qzw41hg4dzh3icwz/	28/12/2021 às 09:03	Sharon Abdalla - 30/12/2016	Consequências
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/numero-de-escolas-ocupadas-sobe-para-460-no-parana-7p9eruevrsagfojg6fpcyc20k/	28/12/2021 às 09:07	Redação - 15/10/2016	Dimensão
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/reitoria-da-ufpr-ocupada-por-estudantes-universitarios-em-curitiba-de84uatrh12wmqkz5y961q176/	28/12/2021 às 09:09	Laura Beal Bordin e Fernanda Leitóles - 24/10/2016	Consequências
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/reitoria-da-ufpr-ocupada-por-estudantes-universitarios-em-curitiba-de84uatrh12wmqkz5y961q176/	28/12/2021 às 09:12	Antoniele Luciano 07/11/2016	Dimensão

	m.br/vida-e-cidadania/numero-de-escolas-ocupadas-por-estudantes-cai-para-55-no-parana-4jgc4bzsmbrx5embgyjho4zj/			Também se encaixa nas categorias opiniões e ação política
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/apos-um-mes-estudantes-desocupam-o-colegio-estadual-do-parana-770f480ccco78hq3qbirt9hb/	28/12/2021 às 09:16	Laura Beal Bordin, Felipe Aníbal e Fernanda Leitóles 07/11/2016	Consequências
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/apos-atingirem-600-escolas-ocupacoes-chegam-a-nucleo-regional-de-educacao-3vmr98uoiqcf06i2jrghi0yv/	28/12/2021 às 09:19	Sharon Abdalla 17/10/2016	Dimensão Também se encaixa na categoria ação política
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/manutencao-de-ocupacoes-pode-deixar-enem-de-72-mil-inscritos-para-outra-data-no-parana-5tuxwdbm7uc48zrrqdsee4k2/	28/12/2021 às 09:24	Antoniele Luciano, Denise Drechsel e Felipe Aníbal 26/10/2016	Informações Periféricas
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/manutencao-de-ocupacoes-pode-deixar-enem-de-72-mil-inscritos-para-outra-data-no-parana-5tuxwdbm7uc48zrrqdsee4k2/	28/12/2021 às	Marcos Xavier	Ação Política

	zetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/lideres-das-escolas-ocupadas-pedem-que-governo-aquarde-decisao-da-assembleia-7ikumc9i7yd30qrkuzcivdehe/	09:30	Vicente 25/10/2016	
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/ocupacao-na-ufpr-chega-ao-politecnico-paralisacao-de-alunos-e-servidores-segue-bjf6txxwo8ayw2qjky3f0zkst/	28/12/2021 às 09:33	Laura Beal Bordin 03/11/2016	Consequências
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/camara-vai-propor-que-reforma-do-ensino-medio-volte-a-ser-discutida-em-projeto-de-lei-diz-jornal-d8aotwvswb935n6x0b0dg0uvv/	28/12/2021 às 09:38	Da Redação 02/11/2016	Ação Política Também se encaixa na categoria consequências
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/nove-predios-estao-ocupados-na-ufpr-no-centro-politecnico-sao-tres-3h6zy1a5hb7p77jnlmo2vjz/	28/12/2021 às 09:41	Eriksson Denk 10/11/2016	Consequências

Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/alunos-que-silenciaram-deputados-do-parana-voao-discursar-no-senado-8sndmpr3qd1pnflx825ed4dci/	28/12/2021 às 09:46	Felippe Aníbal - 30/10/2016	Ação Política
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/desocupacao-pontual-sera-discutida-semana-que-vem-alunos-tomam-800-escolas-no-pr-1h10co4puc4aufd2rr1z1gg2v/	28/12/2021 às 09:50	Antoniele Luciano 20/10/2016	Consequências Também se encaixa na categoria dimensão
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/em-reuniao-com-estudantes-ufpr-pede-desocupacao-imediata-e-negociacao-pacifica-4j67h1zyynrmpjkita4qfznl/	28/12/2021 às 09:54	Eriksson Denk - 09/11/2016	Consequências
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/instituto-de-educacao-e-mais-179-escolas-estao-ocupadas-no-parana-4nw2or2q3f0do3oxf2ww6sd2s/	28/12/2021 às 10:00	Antoniele Luciano, Katia Brembatti - 11/10/2016	Ação Política Também se encaixa na categoria dimensão

Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/greve-e-ocupacoes-mantem-30-da-escolas-estaduais-do-pr-sem-atividades-7e6rhsw1zlprwt2ekecazyzc7/	28/12/2021 às 10:10	Antoniele Luciano 18/10/2016	Ação política
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/tens-ao-cresce-entre-estudantes-ocupados-e-mbl-em-curitiba-993v4awoa83gmndd7khlao902/	28/12/2021 às 10:13	João Guilherme Frey, Sharon Abdalla, Antoniele Luciano e Laura Beal Bordin 28/10/2016	Ação Política
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/grupo-de-mascarados-toma-predio-da-utfpr-em-curitiba-182melqs08s8lnmhu2xl6qqe/	28/12/2021 às 10:22	Gazeta do Povo 19/11/2016	Consequências
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/reintegracao-de-posse-da-utfpr-deve-ocorrer-nesta-segunda-feira-1r2a3naex4ld6m0nplhl50gjx/	28/12/2021 às 10:24	Da Redação com informações de Eriksson Denk e Angieli Maros 21/11/2016	Consequências
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/reintegracao-de-posse-da-utfpr-deve-ocorrer-nesta-segunda-feira-1r2a3naex4ld6m0nplhl50gjx/	28/12/2016 às 10:34	Antoniele Luciano 27/10/2016	Ação política

	m.br/vida-e-cidadania/tentativa-de-desocupacao-de-escola-termina-em-bate-boca-em-curitiba-cywmdvz6yvw/5hxsudxscr2j6/			
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/justica-cumpre-reintegracao-de-posse-na-primeira-escola-ocupada-no-parana-9c8ukozo5o97su2388srqhz0w/	28/12/2021 às 10:36	Antoniele Luciano 04/11/2016	Consequências
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/estudantes-retirados-de-escolas-se-reagrupam-e-ocupam-a-camara-de-londrina-dy6rrcf41ceml/dd3k9xf85yfk/	28/12/2021 às 10:39	Fábio Silveira - 04/11/2016	Ação Política
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/estudantes-decidiram-em-assembleias-se-aceitam-dialogar-com-richa-1d3l7nlfhg095gji4r2928it0/	28/12/2021 às 10:42	Angela Corrêa 12/10/2016	Ação Política Também se encaixa na categoria dimensão
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/estudantes-decidiram-em-assembleias-se-aceitam-dialogar-com-richa-1d3l7nlfhg095gji4r2928it0/	28/12/2021 às 10:45	Da Redação, com Estadão Conteúdo	Dimensão

	m.br/educacao/ocupacao-cresce-para-87-escolas-no-pr-e-governo-pede-reintegracao-de-posse-cb94n4j2nab3hpopi8kk5dph0/		10/10/2016	
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/justica-de-araucaria-decide-que-pais-poderao-ser-indiciados-por-menores-de-18-anos-nas-ocupacoes-9dd1n10h1wmevir5qn8iw1ms2/	28/12/2021 às 10:50	Eriksson Denk, especial para a Gazeta do Povo 28/10/2016	Ação política Também se encaixa na categoria consequências
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/grupo-de-mascarados-invade-predio-central-da-ufpr-com-quebra-quebra-e-violencia-7et073q1cyksegerri0h4zrwt/	28/12/2021 às 11:01	Fernanda Trisotto, Fabiano Klostermann, Carlos Vicelli, Marcus Ayres e Joana Neitsch 03/11/2016	Consequências

Jornal Gazeta do Povo – Ocupação das Escolas				
Modalidade (notícia, editorial)	Link	Acesso em	Escritor - Data	Categoria
“Perguntas e respostas”	https://www.gazetadopovo.com.br/educacao	17/03/2021 às 14:28	Redação - 27/10/2016	Consequências

	/tudo-sobre-a-greve-e-a-ocupacao-nas-escolas-do-parana-b6t39taw4sm8yw0yg4l8q379u/			
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/eleicoes/2016/locais-de-votacao-no-parana-mudam-apos-ocupacao-de-escolas-veja-onde-voce-vai-votar-9wxqlftjst5y6zmtndpht53l3/	17/03/2021 às 14:34	Laura Beal Bordin - 21/10/2016	Informações periféricas
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/entenda-por-que-o-parana- virou-o-epicentro-das-ocupacoes-de-escolas-a4txqg84qr41a8dt5xt4050gg/	17/03/2021 às 14:40	João Guilherme Frey - 04/11/2016	Consequências
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/adolescente-e-encontrado-morto-dentro-de-escola-ocupada-em-curitiba-awtqoc4ieg953jllh xv946glu/	17/03/2021 - 14:52	Laura Beal Bordin, Antoniele Luciano, Fernanda Leitóles e Angieli Maros 24/10/2016	Consequências
Artigo - Opinião	https://www.gazetadopovo.com.br/opinia o/artigos/o-carater-	17/03/2021 às 14:59	Fernando José Martins - 14/10/2016	Ação política

	pedagogico-da-ocupacao-das-escolas-4qd45ib0p7hy6mli685kqzsxg/			
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/conheca-a-aluna-que-discursou-na-assembleia-legislativa-em-defesa-da-ocupacao-das-escolas-cau79btqxx9wd6ku73qjcio2/	17/03/2021 às 15:24	Felippe Aníbal - 27/10/2016	Natureza da ação
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/justica-e-direito/morte-em-escola-ocupada-de-quem-e-a-responsabilidade-1fuu7g2n5w3pw0yl7gmtcyp8y/	17/03/2021 às 15:31	Joana Neitsch - 25/10/2016	Consequências
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/estudantes-acatam-reintegracoes-e-comecam-a-deixar-escolas-ocupadas-no-interior-ak4xq9jdi4qbg5bc2tgemmhsi/	17/03/2021 às 15:38	Fábio Silveira, Gisele Barão e VacyAlvaro - 28/10/2016	Consequências
Notícias	https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/cai	17/03/2021 às 16:01	Rogério Galindo - 14/10/2016	Informações periféricas

	xa-zero/ocupacao-de-escolas-onde-ha-votacao-preocupa-tre-data-do-segundo-turno-nao-muda/			
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/ong-fornece-manual-de-ocupacao-de-escolas-que-ensina-a-parar-o-transito-6kzhx7bavrvp6pyah7omfzlw4/	17/03/2021 às 16:03	Agência O Globo - 06/04/2016	Ação política
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/escola-em-que-aluno-foi-morto-em-curitiba-volta-as-aulas-com-ferida-aberta-151rysoj3lidpynia280mjzpu/	18/03/2021 às 09:53	Marcos Xavier Vicente - 27/10/2016	Consequências
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/promessa-de-reuniao-com-governador-suspende-ocupacao-de-escolas-em-maringa-2m0z7jek0pib26oxybt4xlf5/	18/03/2021 às 09:57	Sandro Moser - 29/05/2016	Ação política
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/tenta	18/03/2021 às 10:02	Antoniele Luciano - 27/10/2016	Ação política

	tiva-de-desocupacao-de-escola-termina-em-bate-boca-em-curitiba-cywmdvz6yvfw5hxsudxscr2i6/			
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/tens-ao-cresce-entre-estudantes-ocupados-e-mbl-em-curitiba-993v4awoa83gmndd7khlao902/	18/03/2021 às 10:05	João Guilherme Frey , Sharon Abdalla, Antoniele Luciano, Laura Beal Bordin - 28/10/2016	Consequências
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/justica-cumpre-reintegracao-de-posse-na-primeira-escola-ocupada-no-parana-9c8ukozo5o97su2388srqhz0w/	18/03/2021 às 10:09	Antonieie Luciano - 04/11/2016	Consequências
Notícia - "Debate"	https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/justica-e-direito/ocupacoes-expoem-o-dilema-entre-os-direitos-a-educacao-e-a-manifestacao-6dwqzouvmlri9dvt7ewcyivyky/	18/03/2021 às 10:11	Kamila Mendes Martins, com informações de Sharon Abdalla - 26/10/2016	Ação política
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/justica-e-direito/ocupacoes-expoem-o-dilema-entre-os-direitos-a-educacao-e-a-manifestacao-6dwqzouvmlri9dvt7ewcyivyky/	18/03/2021 às 10:20	Antonieie Luciano, Fernanda Leitóles -	Consequências

	m.br/vida-e-cidadania/policia-militar-e-acionada-para-conter-confusao-em-escola-ocupada-no-juveve-abxg9c5p9r04w3kpxtj7vww4b/		31/10/2016	
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/morte-de-aluno-em-escola-ocupada-choca-pais-alunos-professores-e-moradores-em-santa-felicidade-cs2phq25l2ea46d9185ojn2xe/	18/03/2021 às 10:24	Antoniele Luciano - 24/10/2016	Consequências
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/adolacente-suspeito-de-matar-estudante-em-escola-ocupada-de-curitiba-e-apreendido-0qk63mybt57ts1n2rl9xcn9ua/	18/03/2021 às 10:26	Laura Beal Bordin e Fernanda Leitóles - 24/10/2016	Consequências
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/estudantes-deixam-escolas-e-ocupam-o-nucleo-regional-de-	18/03/2021 às 10:29	Felippe Aníbal, Kátia Brembatti, Raphael Marchiori e Eriksson Denk - 31/10/2016	Ação política

	educacao-em-curitiba-0mh0idxmzftfjiwqc3ozl32qa/			
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/aulas-em-colegio-de-ponta-grossa-sao-retomadas-depois-de-uma-semana-de-ocupacao-7cgg90n650wzpt330yg8rawot/	20/03/2021 às 15:53	Gisele Barão - 08/08/2016	Informações periféricas
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/conheca-o-estudante-que-tambem-discursou-na-assembleia-legislativa-e-e-contra-as-ocupacoes-15gf22tk37v6nxb63leuo8va3/	20/03/2021 às 15:59	Sharon Abdalla - 31/10/2016	Ação Política
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/159-escolas-foram-desocupadas-no-parana-afirma-secretaria-de-educacao-426b7ha38azn1r18lz7m8128i/	20/03/2021 às 16:06	Antoniele Luciano e Denise Drechsel - 26/10/2016	Ação política
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/colégio-santa-	20/03/2021 às 16:13	Eriksson Denk - 31/10/2016	Consequências

	felicidade-reabre-com-homenagem-a-aluno-morto-em-ocupacao-4ubt78qwr1qwan6p82q8l8uaj/			
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/ricla-lamenta-morte-de-estudante-e-critica-ocupacoes-5ud2dl53l6c1n6et4lq3uitua/	20/03/2021 às 16:19	Laura Beal Bordin e Fernanda Leitóles - 24/10/2016	Opiniões
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/o-ano-em-que-a-educacao-abalou-a-republica-1fal1n8p2qzw41hg4dzh3icwz/	20/03/2021 às 16:25	Sharon Abdalla - 30/12/2016	Consequências
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/licoes-de-uma-escola-nao-ocupada-40d0uyg7ys7xziznlb0xv68k6/?ref=aba-ultimas	24/03/2021 às 15:33	Rosana Felix - 24/11/2016	Ação política
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/laudo-aponta-que-aluno-morto-em-escola-ocupada-nao-usou-drogas-sinteticas-	24/03/2021 às 15:42	Redação - 10/12/2016	Consequências

	2y6q339om2z413ato3tqvkvjk/			
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/6-fatos-que-os-estudantes-das-ocupacoes-nao-sabem-ezs9mfd4wg6k5lmhxt5cq913k/	24/03/2021 às 15:51	Denise Drechsel, Antoniele Luciano - 07/10/2016	Ação política
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/greve-e-ocupacoes-fecham-mais-de-700-escolas-no-pr-53ttvr9m0z357mnggrfxnhy7b/	24/03/2021 às 15:58	Sharon Abdalla, KelliKadanus - 17/10/2016	Dimensão
Artigo - opinião	https://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/artigos/nao-sao-ocupacoes-de-escolas-sao-invasoes-agwyj45jk7bgrnsporp6qw8qn/	28/03/2021 às 14:58	Flavio Morgenstern é analista político, criador do portal Senso Incomum e autor de Por trás da máscara: do passe livre aos blackblocs - 13/11/2016	Ação política
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/em-dia-decisivo-alunos-se-reunem-em-assembleia-para-discutir-futuro-das-ocupacoes-no-pr-97dykbgr5qzu1md6d3zexae mq/	28/03/2021 às 15:08	Eriksson Denk, com informações de Sharon Abdalla e Felipe Aníbal 26/10/2016	Ação política

Editorial - Opinião	https://www.gazetadopovo.com.br/opiniaoes/ditoriais/tragedia-na-ocupacao-c5j6mvhza8rq3x3iy834rocr6/	28/03/2021 às 15:18	Gazeta do Povo - 25/10/2016.	Consequências
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/em-brasilia-betoricha-afirma-que-ocupacoes-tem-vies-politico-e-partidario-7cpsn9aubhkm0xxrux5hrxwmf/	28/03/2021 às 15:43	Catarina Scortecci - 18/10/2016	Opiniões
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/lideres-das-ocupacoes-devem-ser-responsabilizados-por-morte-de-adolescente-diz-richa-aodrx4cppsd7hry4cfsuyfky/	28/03/2021 às 15:48	Denise Drechsel e Euclides Lucas Garcia - 25/10/2016	Consequências
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/novo-secretario-da-educacao-promete-mais-dialogo-em-sao-paulo-9n74jhz6s50ii7bnsl823vn4/ampgp/	28/03/2021 às 15:52	Estadão Conteúdo - 23/01/2016	Consequências
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/novo-secretario-da-educacao-promete-mais-dialogo-em-sao-paulo-9n74jhz6s50ii7bnsl823vn4/ampgp/	28/03/2021 às 15:58	Fernanda Trisotto - 26/10/2016	Informações periféricas

	m.br/vida-publica/eleicoes/2016/transtornos-das-ocupacoes-criam-super-local-de-votacao-em-curitiba-clguydy0xheuag9zrdtqkh3m/			
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/ano-letivo-de-2016-das-escolas-ocupadas-so-vai-terminar-em-fevereiro-diz-governo-4m7oc08xswngxnafg0gbaedlz/	28/03/2021 às 16:04	Denise Drechsel, Felipe Aníbal e Raphael Marchiori - 17/10/2016	Consequências
	https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/aparato-policial-contrasta-com-clima-de-tranquilidade-nas-reintegracoes-de-escolas-ocupadas-em-curitiba-7ubpl13zj6no82mup3pzt847v/	28/03/2021 às 16:10	Raphael Marchiori - 31/10/2016	Consequências
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/alunos-questionam-falta-de-dialogo-por-parte-de-colegas-que-ocupam-escolas-no-	28/03/2021 às 16:17	Laura Beal Bordin - 15/10/2016	Ação Política

	parana-4ru1er1i29g27dkq82qsutjqs/			
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/apos-ocupacoes-comunidade-escolar-aposta-no-dialogo-e-acompanha-convivencia-entre-alunos-7fwvnujoauzob4i7qrmvvm1j3/	28/03/2021 às 16:28	Sharon Abdalla - 11/11/2016	Consequências
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/planos-de-fechamento-de-escolas-no-pr-e-em-sp-abrem-discussao-sobre-a-reestruturacao-do-ensino-no-pais-7015hjxkrpd6tbplusi1tc3je/	28/03/2021 às 16:35	Marcela Campos - 11/12/2015	Consequências
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/politica/parana/lula-homenageia-estudante-curitibana-que-se-emocionou-em-discurso-na-assembleia-adurvzq4juwuoias2nqk5s2se/	28/03/2021 às 16:42	Euclides Lucas Garcia - 11/05/2017	Opiniões
"Giro de opinião" - opinião	https://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/colunistas/giro-	28/03/2021 às 16:52	Lhuba Saucedo - 21/10/2016	Opiniões

	de-opinioao/mama-e-falei-na-ocupacao-do-colegio-estadual-do-parana-8r5mc4midfs1fdct9bm6m5ahz/			
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/lideres-das-escolas-ocupadas-pedem-que-governo-aguarde-decisao-da-assembleia-7ikumc9i7yd30qrkuzcivdehe/	28/03/2021 às 16:56	Marcos Xavier Vicente - 25/10/2016	Ação política
Editorial	https://www.gazetadopovo.com.br/opinioao/editoriais/as-ocupacoes-e-a-democracia-66eexm2iya3tg2v1poxih2i6q/	28/03/2021 às 17:02	Gazeta do Povo - 28/10/2016	Ação política
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/alunos-ja-ocupam-54-escolas-estaduais-no-rio-de-janeiro-38yql6epb1rahj4krqgsn12c7/	28/03/2021 às 18:18	Estadão Conteúdo Web - 18/04/2016	Dimensão
Artigos	https://www.gazetadopovo.com.br/rodrigo-constantino/artigos/despreparo-e-agressividade-dos-	28/03/2021 às 18:20	Rodrigo Constantino - 21/10/2016	Opiniões

	estudantes-que-ocupam-escolas-sao-expostos/			
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/dois-estudantes-saem-algemados-de-escola-ocupada-no-tocantins-81qi4bt27qwppmehn7c5n42oi/	28/03/2021 às 18:24	Estadão Conteúdo 27/10/2016	Consequências
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/estudantes-docolegio-estadual-voltam-atras-e-decidem-manter-ocupacao-djw66qlok4mqkq6qzmq6zjfrm/	28/03/2021 às 18:27	Felippe Aníbal - 29/10/2016	Ação política
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/governo-decreta-recesso-e-chama-conselhotutelar-para-visitar-escolas-ocupadas-nopr-8t12g0szqze78u55lx98msd2s/	28/03/2021 às 18:31	Raphael Marchiori - 16/10/2016	Consequências
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/alunos-ocupam-escola-em-sjp-	28/03/2021 às 18:39	Da Redação - 04/10/2016	Ação política

	em-protesto-contra-reforma-do-ensino-medio-a1w3v5fr4edc1gpxcu9scixu8/			
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/apos-perda-de-amigo-estudioso-e-rockn-roll-em-ocupacao-alunos-tentam-seguir-em-frente-3pg5owga6y67pv5yumaqmeoi/a/	29/03/2021 às 09:52	Laura Beal Bordin e Antoniele Luciano - 25/10/2016	Consequências
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/numero-de-escolas-ocupadas-sobe-para-460-no-parana-7p9eruevrsagfoig6fpcyc20k/	29/03/2021 às 09:54	Redação - 15/10/2016	Dimensão
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/enem/ministro-aciona-agu-e-da-prazo-para-alunos-desocuparem-escolas-no-pr-8vb8u1srwrr92xa6kkgeq4kfb/?ref=aba-ultimas	29/03/2021 às 09:56	Catarina Scortecci, correspondente, com informações da Agência Brasil - 19/10/2016	Consequências
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/leticia-	29/03/2021 às 10:06	Eriksson Denk - 30/10/2016	Ação política

	sabatella-da-aula-sobre-iliada-a-alunos-da-1-escola-ocupada-no-pr-f4awcdwxcniggb8yf7lpwrwk2/			
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/semana-comeca-com-protestos-e-novas-escolas-ocupadas-no-parana-4aos1heb8fory8r1i9awd7ltg/	29/03/2021 às 10:34	Eriksson Denk com informações de Luiz Carlos da Cruz - 10/10/2016	Ação política Também se encaixa na categoria dimensão
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/bomgourmet/pessoas/cheff-paola-carosella-masterchef-cozinha-para-estudantes-de-escola-ocupada-em-sp/	29/03/2021 às 10:37	Da Redação - 07/12/2015	Ação política
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/morte-torna-evidente-omissao-no-impasse-das-escolas-ocupadas-no-parana-1gatb157mnge335u2ca84p09e/	29/03/2021 às 10:39	Sharon Abdalla - 25/10/2016	Consequências
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/estudantes-	29/03/2021 às 10:45	Carolina Pompeo - 18/05/2016	Ação política

	secundaristas-criam-novo-metodo-de-pressao-ao-ocupar-escolas-18uw272b7pmhnhshs5rx3qtm/			
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/conselho-tutelar-visita-escolas-ocupadas-em-curitiba-e-nao-encontra-irregularidades-2lfh07r5tizc0a8tt8tqyc8yv/	29/03/2021 às 10:51	Antonieie Luciano - 17/10/2016	Consequências
Artigo - Opinião	https://www.gazetadopovo.com.br/rodrigo-constantino/artigos/esquerda-tem-as-maos-sujas-de-sangue-no-caso-do-estudante-morto-durante-ocupacao/	29/03/2021 às 10:53	Rodrigo Constantino - 25/10/2016	Opiniões
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/estudantes-desocupam-escola-apos-morte-de-aluno-em-curitiba-5j5zupo3xm5887rj92lx2cfwy/	29/03/2021 às 12:38	Antonieie Luciano - 24/10/2016	Consequências
Artigo - opinião	https://www.gazetadopovo.com.br/rodrigo-constantino/artigos/esquerda-tem-as-maos-sujas-de-sangue-no-caso-do-estudante-morto-durante-ocupacao/	29/03/2021 às 12:40	Rodrigo Constantino - 14/11/2016	Opiniões

	gos/verdade-que-poucos-revelam-sobre-as-ocupacoes-das-escolas/			
"Vozes" - notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/certas-palavras/ana-julia-lider-das-ocupacoes-de-escolas-se-filia-ao-pt/	29/03/2021 às 12:44	Célio Martins - 11/05/2017	Consequências
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/greve-e-ocupacoes-mantem-30-da-escolas-estaduais-do-pr-sem-atividades-7e6rhw1z1prwt2ekecazyzc7/	29/03/2021 às 12:46	Antoniele Luciano - 18/10/2016	Dimensão
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/no-senado-ana-julia-afirma-que-movimentos-contrarios-as-ocupacoes-usam-taticas-abusivas-22suexoi7q3txu1a6y8welp3v/	29/03/2021 às 16:04	Catarina Scortecci - 31/10/2016	Ação política
Notícia	https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/alunos-ocupam-o-colegio-estadual-do-parana-e-outras-29-escolas-no-	29/03/2021 às 16:16	Da Redação, com informações de Eriksson Denk - 07/10/2016	Ação política Também se encaixa na categoria dimensão

	estado-dyfygzzf0zhg0ln00yxs4b9ao/			
Artigo - opinião	https://www.gazetadopovo.com.br/rodrigo-constantino/artigos/liderancas-nas-escolas-uma-acao-pelo-liberalismo-cultural/	29/03/2021 às 16:18	Rodrigo Constantino - 15/04/2016	Opinião

ANEXO 2

Reportagem 1



PUBLICAÇÃO

quarta-feira, 26 de outubro de 2016

AUTOR

Democracia demais

Democracia implica em respeito à ordem e à lei, algo que tem sentido dialético e que fixa limites à liberdade, o bem maior a ser preservado. Pelos abusos em nome da liberdade, visíveis nas ações sindicais e nas estudantis com a ocupação das escolas (anteontem marcada finalmente pela tragédia) mais as costumeiras barragens no Hospital de Clínicas (de 3.000 funcionários apenas 261 estão na greve, segundo a direção, assegurando o fermento da sublevação) e agora ainda com uma invasão de instalações por estudantes de Pedagogia, temos um coral contra a MP da reforma do ensino médio e também contra a PEC dos gastos. Atos políticos, e aí está viva a persistência da greve, tentam reverter o quadro nacional pós-impeachment num espetáculo de romantismo e selvageria ao mesmo tempo. Ocorre que as instituições nacionais estão todas sob revisão, e isso não apenas em função da Lava Jato, mas ainda na vitalidade de conflito intrapoderes como o proporcionado pela reação vigorosa da presidente do STF, ministra Carmen Lúcia, aos transbordamentos retóricos de Renan Calheiros, presidente do Senado, alegando que a prisão da polícia da Câmara Alta era ato de desrespeito à independência dos poderes.

democratismo que em suas várias versões se assenta, de forma clara, no assembleísmo, no mito das barricadas e atos congêneres, a carnavalização da política e até da desobediência civil nesse "revolucionarismo" tolerado em forma de gincana.

Bloqueio

A Justiça autorizou o bloqueio de R\$ 5 milhões da Explopar, empresa depositária do dinamite que explodiu em Bocaiúva do Sul, como garantia de indenização das centenas de vítimas e também da imensa área de mata secundária atingida. Empresa vai recorrer porque alega, posto que isso não esteja comprovado, que a ocorrência teve origem criminosa.

Minoria

Uma diferença pequena de votos- apenas cinco - decidiu pela continuidade da greve da APP Sindicato. Obviamente, o dissenso insuficiente se deve à má imagem do governo que mente por método tanto na situação fiscal quanto na dos compromissos assumidos (a data-base já foi burlada mais de uma vez, isso sem falar na lei das promoções e progressões existente há mais de quatro anos e descumprida) e os sindicalistas não viram alternativa melhor do que essa, a de manter a parede de qualquer



Pelo choque entre autoridades ¶ e é claro que não é o primeiro e muito menos será o último ¶, isso é muito mais relevante do que aquilo que aparentemente paralisa o país nas greves e ocupações. O Brasil vive o jogo da verdade e ele é mais contundente por certo do que o segundo turno, por vezes radicalizado, das eleições municipais. Essa renúncia à contenção, aos meneios da cordialidade, deixando em aberto o conflito entre poderes de Estado, evidentemente não é o desejável aos formalistas, especialmente os que confundem por método a essência diferencial entre forma e fundo, aspecto dominante ainda da cultura do direito que fomentamos, o ornamental valendo mais do que o essencial.

Renan alega que houve transbordamento da Lava Jato na prisão dos policiais do Senado, sob acusação de atrapalharem a investigação, e ingressa com recurso no STF, mesmo depois da reação inconformada da presidente da Corte. Sua demanda será apreciada, apesar do tom usado para caricaturar juízes e autoridades participantes por ação ou omissão. Estamos pois diante de um psicodrama que só pode nos beneficiar.

Discute-se sempre quando se estabelece qualquer limite à liberdade, todavia jamais se avaliou, quando, por absurdo que pareça, ela é demasiada, levada ao exagero e posta paradoxalmente como uma caricatura na visão do democratismo que em suas várias versões se assenta de

melhor do que essa, a de manter a parede de qualquer jeito. Um consenso tão precário não deveria legitimar causa tão extrema, como a da suspensão das aulas. O mesmo se dá, se verdadeiro for o informe da Reitoria, com o caso do bloqueio no Hospital de Clínicas: apenas 261 seriam os grevistas num quadro de três mil servidores. A greve é política, o que não impede a autoridade, em razão do caráter essencial da atividade, de obrigar os paredistas a observarem normas mínimas de funcionamento, o que se torna mais grave se tratar-se de posição de minorias como a Reitoria alega.

Assembleia

A União Paranaense dos Estudantes Secundários faz assembleia hoje pela manhã para avaliar o fluxo das ocupações escolares e os casos concretos de reação de pais buscando o despejo e também avaliar e refletir o ocorrido com a tragédia de Santa Felicidade. Boletim oficial ontem à tarde registrava 425 ocupações e 58 desocupações obtidas judicialmente ou por acordo.

Por engano

O vereador Cicarelli, acusado de ter votado por outro colega, já está incurso em processo disciplinar: alega que foi descuido tal qual o do atacante Kleber, do Coritiba, que não ofendeu o árbitro e sim chamava a atenção do seu colega defensor.

ocorrido com a tragédia de Santa Felicidade. Boletim oficial ontem à tarde registrava 425 ocupações e 58 desocupações obtidas judicialmente ou por acordo.

Por engano

O vereador Cicarelli, acusado de ter votado por outro colega, já está incurso em processo disciplinar: alega que foi descuido tal qual o do atacante Kleber, do Coritiba, que não ofendeu o árbitro e sim chamava a atenção do seu colega defensor.

Folclore

A resposta da presidente do STF, Carmen Lúcia, pelo tom de classe, ao presidente do Senado, Renan Calheiros, lembra, pelo estupor provocado, aquele “por que não te calas?” do rei da Espanha ao presidente Chavez da Venezuela, a fala do civilizado ao bruto.

 Tags



texto -



texto +



escuro



PUBLICAÇÕES RELACIONADAS

ANEXO 3

Reportagem 2

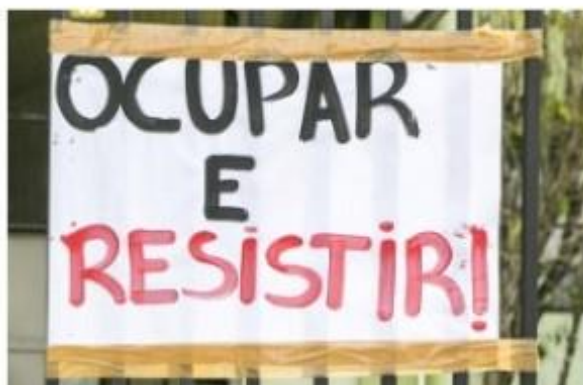
 **GAZETA DO POVO**
Domingo, 08 de Junho de 2022

Em pronunciamento divulgado no Facebook na última terça-feira (11), o governador Beto Richa (PSDB) convidou a União Paranaense dos Estudantes Secundaristas (Upes) e seu presidente, Matheus dos Santos, para dialogar sobre as ocupações das escolas em todo o estado.

O movimento começou gradualmente no dia 5, em reação às [mudanças anunciadas no ensino médio](#), e já atinge mais de 210 colégios, segundo contagem da Upes divulgada nesta quarta-feira.

Em coletiva de imprensa na tarde desta quarta-feira (12), em Curitiba, Matheus Santos explicou que o convite não será aceito prontamente. Todos os alunos que ocupam as escolas serão consultados, ainda nesta semana, por meio de assembleias nos cerca de 40 municípios onde há ocupação. "Queremos construir assembleias de maneira democrática. Tem muito estudante que nem conhece a Upes, é preciso que saibam do nosso trabalho. Não vamos responder sozinhos a esse convite", afirmou o presidente.

Número de escolas ocupadas no Paraná chega a 210





Veja também

Professores aprovam greve geral a partir de segunda-feira; governo descontará dias parados

Governo perde nos primeiros pedidos de reintegração de escolas ocupadas no PR
Sem cuidado, educação integral pode aumentar a desigualdade social

A expectativa é que as consultas sejam realizadas ainda nesta semana. Serão escolhidos representantes em cada um dos municípios, que participarão de uma assembleia estadual que vai definir as bases do diálogo com o governo estadual. A ideia é exigir que Richa convoque uma conferência no Paraná que discuta as bases do ensino médio. “Nós queremos a reforma do ensino médio, não o ‘reboco’ do Temer”, diz Santos sobre a Medida Provisória 746, que apresenta as mudanças.

Os estudantes afirmam que seguirão ocupando mais escolas até que a proposta seja aceita pelo governador. “Nós queremos a retirada da Medida Provisória. Sabemos que o governo do estado tem peso no governo federal, nós somos uma das maiores economias do Brasil”, completou.

Reintegrações de posse



Os primeiros pedidos de reintegração de posse dos prédios das escolas já estão sendo feitos, em cidades como Londrina, Ponta Grossa e São José dos Pinhais e outros devem chegar até o fim da semana. Mas isso ainda não é motivo de desespero para Upes, diz o presidente. “Estamos,

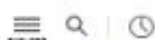
Os primeiros pedidos de reintegração de posse dos prédios das escolas já estão sendo feitos, em cidades como Londrina, Ponta Grossa e São José dos Pinhais e outros devem chegar até o fim da semana. Mas isso ainda não é motivo de desespero para Upes, diz o presidente. “Estamos, ao mesmo tempo, tranquilos e preocupados. Temos uma equipe de advogados acompanhando as ocupações, mas várias reintegrações já foram negadas (como foi o caso do Colégio Estadual Albino Feijó Sanches, em Londrina). O Ministério Público reconhece a legitimidade das ocupações”, afirma.

Durante a coletiva, realizada no Colégio Cecília Meirelles, em Curitiba, Santos chegou a dizer que conversou com o governador Beto Richa pelo telefone na segunda-feira (10). “Perguntei também para ele sobre as reintegrações de posse em Ponta Grossa e ele disse que não eram do conhecimento dele e que nenhuma escola vai ser reintegrada no estado”, contou o estudante, que afirmou ter gravado o diálogo. Na escola, cerca de 30 alunos se revezam e têm recebido doações de alimentos dos comerciantes da região. Também fazem faxina e cozinham.

A liderança também rebateu críticas do governador em entrevistas. Richa chegou a dizer que os estudantes não sabiam a razão pela qual protestavam. “Essas declarações não nos espantam, é o perfil dele. Nós não estamos a mando de movimento político nenhum, nós somos o movimento político, apartidário. São muitas linhas de pensamento, mas são estudantes que estão participando”, rebate o estudante.

Seminários





GAZETA DO POVO

Domingo, 05 de Junho de 2022

Santos chegou a dizer que conversou com o governador Beto Richa pelo telefone na segunda-feira (10). "Perguntei também para ele sobre as reintegrações de posse em Ponta Grossa e ele disse que não eram do conhecimento dele e que nenhuma escola vai ser reintegrada no estado", contou o estudante, que afirmou ter gravado o diálogo. Na escola, cerca de 30 alunos se revezam e têm recebido doações de alimentos dos comerciantes da região. Também fazem faxina e cozinham.

A liderança também rebateu críticas do governador em entrevistas. Richa chegou a dizer que os estudantes não sabiam a razão pela qual protestavam. "Essas declarações não nos espantam, é o perfil dele. Nós não estamos a mando de movimento político nenhum, nós somos o movimento político, apartidário. São muitas linhas de pensamento, mas são estudantes que estão participando", rebate o estudante.

Seminários



O governo estadual marcou para quinta-feira (13), Seminários sobre educação em 32 pontos do estado. A ideia é fazer a consulta popular, mas a Upes não deve participar, "nós não queremos discutir a Medida Provisória, para nós não vai ter impacto nenhum", conta Santos.

Assista do vídeo do governador Beto Richa



ANEXO 4 Reportagem 3



Política - Publicado em 26/10/2016, 20:28

Discurso de estudante constrange deputados

PUBLICAÇÃO
quinta-feira, 27 de outubro de 2016

MARILINA FRANCO
EVALUADOR DE REPORTAGEM
LOCAL
AUTORA



texto -



texto -



texto -



texto -



texto -



texto -



texto -



texto -



texto -



texto -



texto -



texto -

Curitiba - O discurso de uma estudante de apenas 16 anos deixou os deputados estaduais que acompanhavam a sessão ontem na Assembleia Legislativa (AL) do Paraná constrangidos. Aluna do Colégio Estadual Senador Manoel Alencar Guimarães, em Curitiba, Ana Julia Pires Ribeiro subiu à tribuna para defender a "Primavera Secundarista" e responder a acusações dos próprios parlamentares, feitas no dia anterior, de que o movimento foi o responsável pela morte do jovem Lucas Eduardo Araújo Mota, também de 16 anos, na última segunda-feira (24), numa escola ocupada.

"A minha pergunta inicial é: de quem é a escola? A quem a escola pertence? Eu acredito que todos aqui já saibam essa resposta. É com a confiança de que vocês conhecem essa resposta que eu falo para vocês sobre a legitimidade desse movimento, sobre a legalidade (...)", afirmou. O movimento já atinge mais de mil escolas no Brasil, sendo cerca de 800 no Paraná. "Ontem eu estava no velório do Lucas. E eu não me recordo de nenhum desses rostos aqui. Não me recordo de nenhum (...). Vocês estão aqui representando o Estado e eu os convido a olhar nas mãos de vocês. Estão sujas de sangue", disparou.

Conforme a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária (Sesp), Lucas foi esfaqueado por um colega de 17 anos após ambos terem usado drogas sintéticas com mais um rapaz e se desentendido. O crime aconteceu nas dependências do Colégio Estadual Santa Felicidade. As declarações de Ana Júlia irritaram o presidente da Casa, Ademar Traiano (PSDB), que ameaçou encerrar a plenária. "Vou fazer uma intervenção. Com o devido respeito a sua idade e a sua família. Aqui você não pode



Conforme a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária (Sesp), Lucas foi esfaqueado por um colega de 17 anos após ambos terem usado drogas sintéticas com mais um rapaz e se desentendido. O crime aconteceu nas dependências do Colégio Estadual Santa Felicidade. As declarações de Ana Júlia irritaram o presidente da Casa, Ademar Traiano (PSDB), que ameaçou encerrar a plenária. "Vou fazer uma intervenção. Com o devido respeito a sua idade e a sua família. Aqui você não pode agredir o parlamentar", disse o tucano. Ela então se desculpou e continuou falando.

Outra secundarista, Nicolly Moreira do Nascimento, de 15 anos, que estuda no mesmo colégio de Lucas, também discursou: "A cada ano, muitos adolescentes morrem dentro de escolas, mas isso não parece ser preocupação para o governo. Entretanto, morre um jovem dentro de uma ocupação pacífica e organizada e, de repente, parece que todo mundo se importa. Querem que voltemos para sala de aula, salas sucateadas, sem recurso e com professores sem incentivo para nos ensinar. Precisamos de uma reforma, mas não dessa forma. Mais horas de aula não vão significar nada se não vierem acompanhadas de qualidade".

O convite para ambas participarem da sessão partiu do deputado Tadeu Veneri (PT). Anteriormente, Traiano havia concedido espaço para representantes do recém-criado movimento "Desocupa Paraná", contrário à "Primavera Secundarista", falarem, motivo pelo qual o petista pediu "isonomia". "Propicie essa oportunidade. Acho que democraticamente tenho que dar a chance para os dois lados se pronunciarem, virem aqui para expor o que pensam", afirmou o tucano. "As meninas estão de parabéns, falam com a emoção de quem está vivendo o movimento. A escola é transitória, mas o que os estudantes aprendem é permanente", opinou Veneri.

PUBLICAÇÕES RELACIONADAS



2m de leitura

Kassio deve levar à 2ª turma do



2m de leitura

Francischini fala em "equilíbrio" e



2m de leitura

Bi

ANEXO 5

Reportagem 4



No Senado, Ana Júlia diz que aprendeu novo significado de resistência

PUBLICAÇÃO
segunda-feira, 31 de
julho de 2016

MARIANA
PEREIRA
DANOS E
REPORTAGEM
LOCAL
AUTOR




Facebook



Facebook



Instagram

Curitiba - A estudante Ana Júlia Ribeiro, de 16 anos, que se tornou conhecida ao fazer um discurso emocionado na quarta-feira (24) passada na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep), hoje esteve no Senado, participando de uma audiência pública destinada a debater a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 55/2016, conhecida como "PEC do teto dos gastos públicos". Aluna do Colégio Estadual Senador Manoel Alencar Guimarães, em Curitiba, a jovem condenou a repressão ao movimento de ocupação de escolas, por parte de grupos contrários, e novamente falou em "mãos sujas de sangue". "Nós, estudantes, só temos de dizer uma coisa: aqueles que votarem contra a educação estarão com suas mãos sujas por 20 anos", disse.



O encontro desta segunda-feira (31) foi organizado no âmbito da Comissão de Direitos



escolas, por parte de grupos contrários, e novamente foram em mãos sujas de sangue.

"Nós, estudantes, só temos de dizer uma coisa: aqueles que votarem contra a educação estarão com suas mãos sujas por 20 anos", disse.



O encontro desta segunda-feira (31) foi organizado no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da Casa e o convite à estudante partiu das senadoras Fátima Bezerra (PT-RN) e Gleisi Hoffmann (PT-PR), respectivamente titular e suplente do colegiado. Antes de iniciar sua fala, a adolescente pediu desculpas por uma possível decepção. O primeiro discurso dela, na Aleg, a favor da "Primavera Secundarista", acabou viralizando nas redes sociais e chamando a atenção até mesmo de veículos da imprensa internacional. "Na última quarta-feira fiz uma fala na qual eu não entendi por que tamanha repercussão, já que ela se trata de algo tão básico, ou que pelo menos deveria", afirmou.

"Em relação à Medida Provisória 746, só temos a dizer que, até o dia 20 de janeiro de 2017, nós esperamos e acreditamos que ela não se concretize em lei. Nós esperamos que aproveitem essa oportunidade de levar ela aos profissionais da Educação, que ela seja debatida, que a sociedade possa debater sobre ela, que a voz dos estudantes sobre ela possa ser escutada. Que a voz do movimento estudantil seja ouvida. Que os profissionais da área tenham espaço e tenham como debatê-la, tenham como estudá-la", prosseguiu.



aproveitem essa oportunidade de levar ela aos profissionais da Educação, que ela seja debatida, que a sociedade possa debater sobre ela. Que a voz dos estudantes sobre ela possa ser escutada. Que a voz do movimento estudantil seja ouvida. Que os profissionais da área tenham espaço e tenham como debatê-la, tenham como estudá-la", prosseguiu.



Segundo a adolescente, a repressão aos alunos dos colégios ocupados tem sido violenta. "Repressão essa, a qual na calada da noite, passa nas escolas. Repressão essa que na calada da noite passa o som alto do hino nacional, como se nós não respeitássemos o hino. Repressão essa que olha para nós e nos desmoraliza. Desmoraliza para o nosso pessoal, que usa de táticas abusivas, que usa para falar da nossa pessoa e não dos nossos ideais", opinou. Ana Júlia também argumentou que os jovens só estão defendendo o ensino público de qualidade. "Nós frisamos a importância dele, nós frisamos a legitimidade do nosso movimento. Nós frisamos que estamos lá porque acreditamos no futuro do Brasil".

A estudante reiterou que não vê problema em pessoas serem contra as ações. "Nós vivemos em uma democracia e sabemos que é importante ter os dois lados. Só que a repressão violenta nós abominamos e vamos continuar abominando, porque nós estamos lá pacificamente". Ela disse ainda que aprendeu, desde o início do movimento, um novo significado de resistência. "A resistência não acaba quando a gente sai do portão da escola. Resistência é quando olham para nós e falam [larga isso, larga porque vocês não vão conseguir nada, que vocês estão do lado errado]. A gente olha para eles, ergue a cabeça e fala: [não, eu não vou largar]. É quando a gente ergue a cabeça e fala: [eu acredito na educação pública, eu acredito no futuro do Brasil e eu vou continuar lutando]".

ANEXO 6 Reportagem 5

Q BUSCAR
FL FOLHA DE LONDRINA
16/10/2016 14:08

Base aliada culpa membros de ocupações por morte de jovem

PUBLICAÇÃO
quarta-feira, 20 de outubro de 2016

MARIANA FRANCO
BANCO DE REPORTAGEM
LOCAL
ALTO



facebook



twitter



whatsapp

Curitiba - A morte de um adolescente de 16 anos no Colégio Estadual Santa Felicidade, em Curitiba, na última segunda-feira (24), repercutiu ontem na Assembleia Legislativa (AL) do Paraná. O presidente da Casa, Ademar Traiano (PSDB), que chefa ainda o PSDB estadual, concedeu espaço para representantes do recém-criado movimento "Desocupa Paraná", contrário à "Primavera Secundarista", discursarem na tribuna por 15 minutos. Durante mais de duas horas, parlamentares da base aliada também se pronunciaram, culpando os estudantes, membros de sindicatos e ainda partidos de esquerda pelo episódio.

"Comentava-se muito sobre os riscos dessas ocupações. [Havia] falta de controle dentro dos estabelecimentos de ensino e pouco se sabia do que vinha ocorrendo internamente nas escolas. Lamentavelmente tivemos uma tragédia. Que isso sirva de lição tanto para os invasores como para os pais, que permitiram que os alunos lá ficassem", opinou Traiano. Segundo ele, é chegado o momento de dar um basta. "Tenho convicção absoluta de que esse fato enfraquece o movimento. Imagino que aqueles que ainda insistem em manter esse tipo de ação a partir de agora possam ser responsabilizados."

Conforme dados da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubess), já são 1.072 as escolas ocupadas no Brasil, sendo 90% delas no Paraná. Os jovens protestam contra a proposta de reforma do ensino médio, com flexibilização de currículo, apresentada pela gestão do presidente Michel Temer via medida provisória. De acordo com a Secretaria da Segurança Pública, o garoto foi esfaqueado por um colega após ambos terem usado drogas sintéticas e se desentendido. O crime aconteceu nas dependências do colégio, que estava na lista dos mais de 800 tomados pelo movimento no Estado.

Questionado sobre a possibilidade de realizar uma audiência pública na AL, como sugerido no dia anterior por Tadeu Veneri (PT) e ouvindo também estudantes das ocupações, Traiano disse ser contrário. Entretanto, reiterou que a Casa é "democrática e aberta a todos que quiserem expor suas opiniões". "Veja bem, para que serve uma audiência pública sobre esse tema? Esse tema vem sendo comentado ao longo de todos os dias. É de conhecimento público. Ninguém mais se dá por satisfeito com o que está



facebook



linkedin



twitter



whatsapp




...são os que estão sendo responsabilizados. Imagino que aqueles que ainda insistem em manter esse tipo de ação a partir de agora possam ser responsabilizados."

Conforme dados da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubres), já são 1.072 as escolas ocupadas no Brasil, sendo 90% delas no Paraná. Os jovens protestam contra a proposta de reforma do ensino médio, com flexibilização do currículo, apresentada pela gestão do presidente Michel Temer via medida provisória. De acordo com a Secretaria da Segurança Pública, o garoto foi esfaqueado por um colega após ambos terem usado drogas sintéticas e se desentendido. O crime aconteceu nas dependências do colégio, que estava na lista dos mais de 800 tomados pelo movimento no Estado.

Questionado sobre a possibilidade de realizar uma audiência pública na AL, como sugerido no dia anterior por Tadeu Veneri (PT) e ouvindo também estudantes das ocupações, Traiano disse ser contrário. Entretanto, reiterou que a Casa é "democrática e aberta a todos que quiserem expor suas opiniões". "Veja bem, para que serve uma audiência pública sobre esse tema? Esse tema vem sendo comentado ao longo de todos os dias. É de conhecimento público. Ninguém mais se dá por satisfeito com o que está acontecendo aí. Uma audiência não vai promover nada. Vai ouvir? O que precisamos é tomar decisão; é parar de incentivar as invasões", argumentou.

A expressão tragédia anunciada foi repetida à exaustão ao longo da plenária. O universitário Patrick Egnaszewski, de 18 anos, porta-voz do "Desocupa", criticou a posição das entidades estudantis e sindicais. "Todos aqueles que trabalharam em prol dessa ocupação, como a APP-Sindicato, a UNE [União Nacional dos Estudantes], a Upes [União Paranaense dos Estudantes Secundaristas] ou, por omissão, no caso de quem viu e nada fez, como o Conselho Tutelar e o Ministério Público, tiveram algum grau de culpa na morte de um estudante", acusou.

Hussein Bakri (PSD), Elio Rusch (DEM), Pedro Lupion (DEM), Stephanes Junior (PSB) e Missionário Ricardo Arruda (DEM) fizeram discursos inflamados, apartados ainda por Nelson Justus (DEM), Schiavinato (PP) e pelo professor Gilmar Tsalinks. Do outro lado, Veneri falou que não se intimida e que apoia sim a "Primavera". "Nenhum deles [deputados] sabia sequer dizer o nome do menino. Não sabiam nada sobre o menino. Isso é hipocrisia", disparou. O também petista Professor Lemos contou que vai requerer o mesmo espaço na tribuna para que a APP e o "Ocupa Paraná" se defendam. "Não se pode usar um assassinato para culpabilizar o movimento estudantil, professores ou sindicatos."

ANEXO 7

Reportagem 6

FL FOLHA DE LONDRINA

EDUCAÇÃO
Sexto, 05 de novembro
2016

3A
VÍDEO
007A-B

Câmara de Londrina é ocupada por estudantes



Fachada foi tomada por cartazes com críticas e reivindicações e poucos funcionários puderam entrar no prédio | Foto: Marcos Zanillo

Cerca de 30 estudantes secundaristas ocuparam a Câmara Municipal de Londrina (CML) na manhã desta sexta-feira (4) e prometem ficar no local por tempo indeterminado. O grupo é contrário à PEC 55 que congela gastos e investimentos públicos por 20 anos, à Medida Provisória (MP) 746 que estabelece a reforma do ensino médio e também à proposta "Escola Sem Partido", cujo objetivo é eliminar supostas "doutrinações ideológicas" durante as aulas. A fachada do prédio foi tomada por cartazes com críticas e reivindicações. Poucos funcionários puderam entrar na Câmara. Uma solenidade que estava programada para a noite foi transferida para o auditório de um colégio particular. Durante a tarde, os estudantes se manifestaram em frente ao prédio e reforçaram os

Fachada foi tomada por cartazes com críticas e reivindicações e poucos funcionários puderam entrar no prédio | Foto: Marcos Zanatta

Cerca de 30 estudantes secundaristas ocuparam a Câmara Municipal de Londrina (CML) na manhã desta sexta-feira (4) e prometem ficar no local por tempo indeterminado. O grupo é contrário à PEC 55 que congela gastos e investimentos públicos por 20 anos, à Medida Provisória (MP) 746 que estabelece a reforma do ensino médio e também à proposta "Escola Sem Partido", cujo objetivo é eliminar supostas "doutrinações ideológicas" durante as aulas. A fachada do prédio foi tomada por cartazes com críticas e reivindicações. Poucos funcionários puderam entrar na Câmara. Uma solenidade que estava programada para a noite foi transferida para o auditório de um colégio particular. Durante a tarde, os estudantes se manifestaram em frente ao prédio e reforçaram os motivos da ocupação. A adolescente C. L. D., de 15 anos, explicou como foi a escolha pelo prédio do Legislativo. "Eles nos tiraram das escolas. A gente desocupou as escolas e ocupou as ruas, mas isso não está tendo tanta visibilidade quanto a gente pensava e a gente decidiu vir para a Câmara. O motivo foi que eles [os vereadores] são nossos representantes e eles não estão sabendo fazer o trabalho deles. A gente está pedindo o apoio deles e eles não estão dando. A gente quer que eles nos apoiem e nos representem", justificou.

A Câmara de Vereadores de Londrina pretende formar uma comissão para levar as reivindicações dos estudantes secundaristas aos governos estadual e federal. O presidente da Câmara, Fábio Testa, declarou que os estudantes se comprometeram a deixar o prédio no início da tarde de segunda-feira (7) e que, por isso, o legislativo não deve ingressar com pedido de reintegração de posse. "A manifestação é legítima. A gente vê em nível nacional a péssima qualidade, infelizmente, do nosso ensino público. As condições que esses alunos encontram em sala de aula, mais dia ou menos dia, acabariam repercutindo na sociedade. É um momento de reflexão para todos. É um bom momento para a gente discutir e cobrar", ressaltou.

Já os estudantes informaram que não vão deixar o prédio na segunda-feira e que a ocupação será realizada por tempo indeterminado. Conforme os integrantes do movimento, a entrada dos vereadores e dos funcionários será permitida a partir do início da tarde de segunda. Porém, o grupo continuará na Câmara. Nesta sexta, alimentos e colchões foram levados para dentro do prédio.

ANEXO 8 Reportagem 7





GAZETA DO POVO

Domingo, 20 de Junho de 2022




Estudantes secundaristas ‘criam’ novo método de pressão ao ocupar escolas

No Paraná, cerca de 120 estudantes secundaristas ocuparam nesta quarta-feira (18) o Colégio Estadual Gerardo Braga, o mais antigo de Maringá

Por Carolina Pompeo 18/05/2016 21:00

10 COMENTÁRIOS

Como você se sentiu com essa matéria?

0 Surpresas





Escola ocupada em Goiás, estado que propôs terceirizar a gestão das escolas públicas. | Foto: Walter Campanato/Agência Brasil/

Desde o ano passado, o Brasil assiste a uma espécie de “levante” de secundaristas. Inspirados pelos estudantes de São Paulo que, em 2015, lançaram o movimento “Não feche minha escola” contra a política de reorganização escolar proposta pelo governo estadual, estudantes de outros estados – como Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Goiás e Ceará – já ocuparam dezenas de escolas em protesto contra o sucateamento, a terceirização e o fechamento de unidades e em defesa de um modelo de ensino menos amarrado ao currículo mínimo praticado hoje. No Paraná, a falta de merenda levou alunos a ocuparem uma escola em Maringá. [\(Leia mais abaixo.\)](#)



Estudantes acenderam uma chama



Estudantes acenderam uma chama

Seja porque as ocupações se revelaram um espaço organizado de interação, debates e atividades – e não um local de depredação ou vandalismo –, seja porque as carências da escola pública são amplamente conhecidas, a mobilização de garotos e garotas entre 14 e 18 anos acabou sendo legitimada por parte da sociedade e as ocupações conquistaram a adesão de pais, professores e artistas.

Criaram-se movimentos paralelos em apoio aos estudantes, como o “Doe uma aula” ou o “Observatório das Escolas Ocupadas”, em que voluntários ministravam aulas nas escolas ocupadas. Do mesmo modo, personalidades fizeram sua contribuição – a chef Paola Carosella, jurada do Masterchef, preparou refeições para alunos de São Paulo; a cantora Marisa Monte esteve em ocupações no Rio de Janeiro; Gregório Duvalier, do Porta dos Fundos, também visitou ocupações.

“É como se a juventude tivesse acendido uma chama à qual as pessoas reagiram”, diz a educadora Maria Rita Cesar, professora da UFPR.

Sem tradição de protestos como os universitários, os estudantes secundaristas inauguraram uma nova dinâmica de relacionamento com a educação pública e com o processo de construção de políticas para o setor. Especialistas avaliam que, por meio das ocupações, eles fizeram crescer o movimento de defesa da educação, antes restrito aos professores e universitários. Acostumados às margens da discussão política, adolescentes de não mais que 18 anos passaram a reivindicar protagonismo. E conseguiram.

A movimentação dos secundaristas é um divisor de águas, explica Maria Rita Cesar, doutora em Educação e docente da UFPR, tanto





crescer o movimento de defesa da educação, antes restrito aos professores e universitários. Acostumados às margens da discussão política, adolescentes de não mais que 18 anos passaram a reivindicar protagonismo. E conseguiram.

A movimentação dos secundaristas é um divisor de águas, explica Maria Rita Cesar, doutora em Educação e docente da UFPR, tanto porque faz surgir novos agentes políticos quanto porque aponta para a necessidade de transformação do modelo de educação existente.



“A grande lição desse movimento é que nossa concepção de juventude estava errada. Achava-se que essa moçada estava alienada, que apenas reagia a estímulos – mas não é isso que se vê agora. As ocupações nos mostram que talvez os estudantes não estejam interessados no que tem sido oferecido como escola e como educação, mas que eles estão, sim, muito interessados na escola e na educação.”

Veja também

‘Pátria educadora’ de Dilma ficou apenas na boa intenção

Aprovação de lei que proíbe opiniões nas escolas reacende debate sobre liberdade de expressão dos professores

Os próximos passos da Base Nacional Curricular Comum

Para a educadora, a tarefa de casa quem tem são gestores públicos e professores: é preciso pensar a educação a partir do protagonismo dos jovens. “Eles não vão aceitar retornar para a mesma escola. A mudança reivindicada não é mais apenas estrutural – não é mais suficiente

-na-boa-intenc... de reformas estruturais e mudanças curriculares”



expressão dos professores

Os próximos passos da Base Nacional Curricular Comum

Para a educadora, a tarefa de casa quem tem são gestores públicos e professores: é preciso pensar a educação a partir do protagonismo dos jovens. “Eles não vão aceitar retornar para a mesma escola. A mudança reivindicada não é mais apenas estrutural – não é mais suficiente fornecer merenda e reformar a escola –, a mudança agora é subjetiva”, afirma.

Governos negociam

O esforço empreendido pelos estudantes secundaristas surtiu efeito: em São Paulo, o governador Geraldo Alckmin viu sua popularidade cair e o secretário estadual de Educação, Herman Voolward, pediu para sair do cargo após a suspensão da reorganização escolar.

Em Goiás, o governo adiou o projeto de transferir a gestão das escolas para organizações sociais.

No Ceará, um pacote de investimentos foi anunciado em resposta a parte das reivindicações dos estudantes e, no Rio de Janeiro, um projeto de lei prevendo a eleição de diretores das escolas foi aprovado e o movimento “Ocupa” conseguiu uma reunião com a secretaria estadual de Educação.

No Paraná, em 2015, o governador Beto Richa *desistiu de fechar escolas*. A ideia do estado era economizar o valor gasto com o aluguel dos imóveis.



Motivos e nova política

A mobilização secundarista não é exatamente recente – já acontecia em grêmios, congressos e no apoio às pautas dos professores. No entanto, as ocupações se tornaram símbolo porque lançam mão de um jeito não tradicional de fazer política, sem ligação direta com partidos e por meio da criação de espaços de ação e discurso político onde antes não existia.

Além disso, a ocupação do espaço público fez surgir outras pautas: o que antes era indignação pelo fechamento de escolas, transformou-se em crítica a uma série de limitações estruturais, pedagógicas e orçamentárias que, segundo os estudantes, precariza o ensino público. Por isso, o movimento se pulverizou por outros estados além de São Paulo.

Hermes Leão, presidente da APP Sindicato, entidade representante dos professores estaduais do Paraná, avalia o movimento de estudantes secundaristas de vários estados como uma resposta a um longo período de denúncias que já vinham sendo feitas pelos professores: corpo docente deficiente; infraestrutura precária e, mais recentemente, a proposta de projetos de lei que proíbem opiniões em sala de aula.



“Acredito que se chegou a um limite quando o fechamento de escolas foi anunciado. Fechar escolas é a linha divisória.” A ameaça aos locais de ensino, acrescenta, fez surgir uma relação afetiva com esses espaços. alunos decidiram ocupar o prédio para denunciar a

Carolina Pompeo

No Paraná, cerca de 120 estudantes secundaristas ocuparam nesta quarta-feira (18) o Colégio Estadual Gerardo Braga, o mais antigo de Maringá, no Noroeste do estado. De acordo com a União Paranaense dos Estudantes Secundaristas (Upes), os alunos decidiram ocupar o prédio para denunciar a precariedade da alimentação oferecida na rede estadual.

“Há mais de 30 dias as escolas estão praticamente sem receber merenda. Na última semana, o governo distribuiu um pouco de merenda, mas não recebemos saladas, legumes nem feijão”, explicou Matheus dos Santos, presidente da Upes.

Leia também: [O que os estudantes secundaristas podem ensinar sobre política](#)

Após a ocupação, os estudantes se reuniram com a direção do colégio, com a Polícia Militar e com o Núcleo Regional de Educação de Maringá. Segundo Santos, a ação foi considerada legítima. Agora, os secundaristas aguardam um posicionamento da Secretaria de Estado da Educação (Seed).

A desocupação da escola não tem data prevista e, segundo a Upes, está condicionada à implantação de uma “CPI da Merenda” para investigar possíveis desvios na compra e distribuição da merenda escolar, a exemplo do que acontece em São Paulo. Os estudantes também querem impulsionar a Operação Quadro Negro, que investiga o desvio de verba destinada a obras em escolas estaduais no Paraná.

Segundo a Seed, as escolas de Maringá e região já haviam recebido as remessas de alimentos não-perecíveis e de congelados e que, a partir do fim do mês, deve começar a chegar mais um lote e também os produtos da Agricultura

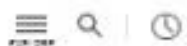
A desocupação da escola não tem data prevista e, segundo a Upes, está condicionada à implantação de uma “CPI da Merenda” para investigar possíveis desvios na compra e distribuição da merenda escolar, a exemplo do que acontece em São Paulo. Os estudantes também querem impulsionar a Operação Quadro Negro, que investiga o desvio de verba destinada a obras em escolas estaduais no Paraná.

Segundo a Seed, as escolas de Maringá e região já haviam recebido as remessas de alimentos não-perecíveis e de congelados e que, a partir do fim do mês, deve começar a chegar mais um lote e também os produtos da Agricultura Familiar, cuja entrega estava atrasada por causa da licitação.

Em relação à ocupação, a pasta informou ter registrado boletim de ocorrência e acionado o Ministério Público do Paraná e o Conselho Tutelar – medidas de praxe tanto porque envolvem adolescentes como porque o local ocupado é um prédio público.

ANEXO 9

Reportagem 8



GAZETA DO POVO
Domingo, 05 de Junho de 2016

> Opinião > Editoriais

| Editorial

O protesto dos estudantes

É ótimo que os estudantes se envolvam no debate sobre o ensino médio, especialmente se causa em vez de se deixarem guiar por slogans e gritos de guerra

Por Gazeta do Povo | 05/05/2016 00:01



| Foto: Jonathas Campos/Gazeta do Povo

O Colégio Estadual do Paraná, uma das mais tradicionais escolas da rede pública paranaense, amanheceu com suas atividades paralisadas na sexta-feira depois que centenas de estudantes ocuparam o prédio, situação que se repete em dezenas de outras escolas da região metropolitana, do interior do Paraná e em outros estados. O motivo do protesto é a proposta de reforma do ensino médio, presente em medida provisória assinada pelo presidente Michel Temer em setembro e que prevê, entre outros itens, a implantação do período integral e de um currículo flexível, com redistribuição de disciplinas de acordo com as



Foto: Jonathan Campos/Gazeta do Povo

Domingo, 05 de Junho de 2022

O Colégio Estadual do Paraná, uma das mais tradicionais escolas da rede pública paranaense, amanheceu com suas atividades paralisadas na sexta-feira depois que centenas de estudantes ocuparam o prédio, situação que se repete em dezenas de outras escolas da região metropolitana, do interior do Paraná e em outros estados. O motivo do protesto é a proposta de reforma do ensino médio, presente em medida provisória assinada pelo presidente Michel Temer em setembro e que prevê, entre outros itens, a implantação do período integral e de um currículo flexível, com redistribuição de disciplinas de acordo com as preferências dos estudantes, que poderão também direcionar seus estudos para a área técnica, preparando-se para o mercado de trabalho.

O presidente da União Paranaense dos Estudantes Secundaristas (Upes), Matheus dos Santos, disse tratar-se de "uma corrente nacional de ampla defesa do ensino médio". Mas os próprios estudantes não saberiam explicar no que consiste essa "defesa", a não ser que se trata de recusar a proposta da Presidência da República. Os estudantes pretendem que fique tudo como está, com os resultados medíocres exibidos por esse sistema? Esperamos que não. Mas, então, que mudança desejam? Os jovens conhecem a reforma suficientemente bem – lembremo-nos de que já se espalhou, falsamente, que disciplinas como Filosofia e Sociologia seriam extintas – para compará-la com seus anseios?

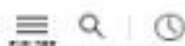
**Os jovens conhecem a reforma
suficientemente bem para compará-la
com seus anseios?**

Veja também

Curiosamente, o próprio movimento estudantil já teve mais afinidade com o conteúdo da reforma. O site Implicante fez uma varredura em publicações da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), que trata o movimento como “Primavera Secundarista”, e descobriu que a entidade já apoiou enfaticamente boa parte das mudanças agora propostas: de 2011 a 2014, há vários textos defendendo a educação tecnológica/profissionalizante; em 2013, a então presidente da Ubes criticava o excessivo número de disciplinas; e mesmo o ensino médio integral constava de um documento da entidade elaborado para as eleições de 2014.

O que mudou de lá para cá? O ocupante do Palácio do Planalto. Dilma Rousseff – cujo governo, aliás, foi responsável por algumas das propostas adotadas na MP – foi cassada e assumiu Michel Temer, que a Ubes, em seu site, chama de “golpista”. Diante disso, é preciso questionar até que ponto o protesto nas escolas de ensino médio do país está guiado por uma genuína preocupação com a educação (afinal, rejeita agora o que entidades como a Ubes defendiam até há pouco) ou se é apenas uma oportunidade de o movimento estudantil, cujas preferências político-partidárias não são segredo para ninguém, atacar o novo presidente. A **Gazeta do Povo** apurou que diversos professores do Colégio Estadual do Paraná apoiam o protesto, desde que o seu propósito não seja “deturpado”. O “Fora, Temer” – pauta declarada em movimentos semelhantes em outros estados – seria deturpação ou extensão natural do escopo da manifestação?

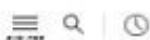
A reforma proposta não é perfeita – a **Gazeta do Povo** já mostrou sua preocupação com alguns itens, e também criticou o uso de uma MP para implantar as mudanças, em vez de um projeto de lei. Que os estudantes se preocupem com o assunto é um ótimo sinal. Melhor ainda que se envolvam ativamente no debate, especialmente se o fizerem com



A reforma proposta não é perfeita – a **Gazeta do Povo** já mostrou sua preocupação com alguns itens, e também criticou o uso de uma MP para implantar as mudanças, em vez de um projeto de lei. Que os estudantes se preocupem com o assunto é um ótimo sinal. Melhor ainda que se envolvam ativamente no debate, especialmente se o fizerem com conhecimento de causa, analisando o que realmente está na mesa, em vez de se deixarem guiar por slogans e gritos de guerra. Mas a maneira escolhida para tal acaba prejudicando diversos outros estudantes (especialmente os do último ano do ensino médio, que estão às portas do vestibular) ao privá-los das aulas e tem eficácia duvidosa, ao colocar pressão sobre quem tem pouca influência no desfecho da possível reforma – desfecho esse que será definido não em alguma sala de diretoria ou secretaria estadual, mas no Congresso Nacional, que precisa analisar e votar a MP.

ANEXO 10

Reportagem 9



GAZETA DO POVO
 Domingo, 07 de Junho de 2016



> Opinião > Artigos

| Artigo

Não são “ocupações” de escolas, são invasões

Se o vocábulo “ocupação” passa a ser usado para descrever o fenômeno, uma atitude criminosa não consegue ser expressa nem mesmo em termos banais, que dirá jurídicos.

Por Flávio Monzenstein 13/01/2016 23:02

37 COMENTÁRIOS



Foto: Daniel Castellano/Gazeta do Povo

Numa investigação criminal, a maior dificuldade é conseguir traduzir as evidências e provas de um crime para a linguagem jurídica. Todos podem ver um corpo e saber que ele foi assassinado: a dificuldade é provar quem, como, onde, quando e, inclusive, por quê. O crime resta óbvio: falta saber qual foi, se houve mais crimes envolvidos (sequestro, tortura, formação de quadrilha, estupro etc). Mesmo com o criminoso identificado, o desafio de entender o que aconteceu é o que determina seu julgamento.

Como você se sentiu com essa matéria?

0 Surpresas



Publicidade

BAIXE NOSSO APP!

Disponível em Google Play e na App Store

seu julgamento.

Saber qual o crime, o que está em discussão, é simplesmente o ponto central de uma investigação, justamente o que se quer saber. No caso das “ocupações” das escolas, que seguiram com força mesmo após atrapalharem tantos alunos no Enem e só agora parecem diminuir, o erro de investigação já se dá ao se narrar o fenômeno: dos invasores – nem todos alunos – à imprensa, todos falam em “ocupações”, como se as escolas estivessem mesmo sendo “ocupadas”. As escolas estavam sendo invadidas.

**Uma escola é ocupada quando
estudantes ocupam seus bancos,
sobretudo com a função de estudar**

Veja também

O atentado fascista na universidade (artigo de René Ariel Dotti, publicado em 9 de novembro de 2016)

A invasão e o autoritarismo (editorial de 5 e 6 de novembro de 2016)



O crime é de invasão. Uma ocupação não é crime. Se o vocábulo “ocupação” passa a ser usado para descrever o fenômeno por toda uma comunidade de falantes, uma atitude criminosa, que prejudica a maioria da população e é reprovada por toda essa maioria, não constitui um crime, nem mesmo em termos legais, pois não

O crime é de invasão. Uma ocupação não é crime. Se o vocábulo “ocupação” passa a ser usado para descrever o fenômeno por toda uma comunidade de falantes, uma atitude criminosa, que prejudica a maioria da população e é reprovada por toda essa maioria, não consegue ser expressa nem mesmo em termos banais, que dirá jurídicos, para que a conduta tenha algum efeito negativo.

Uma escola é ocupada quando estudantes ocupam seus bancos, sobretudo com a função de estudar. Ocupa-se seguindo um ordenamento, respeitando-se normas não escritas e um fim determinado. Finda a aula, o estudante desocupa o seu assento para que outro o ocupe em outra aula.

Uma escola é invadida quando um grupo estranho a seu corpo de frequentadores toma a escola à força, com objetivos completamente alheios ao seu fim, usando de violência para impedir a presença alheia – sejam professores, alunos e funcionários ou outras pessoas –, sequestrando-a para propósitos particulares do grupo que a invade, à revelia e prejuízo da sociedade, que arca pela escola, e daqueles que ela concordou em custear para aprimorar seu destino.

Se a imprensa acata o nome fantasia da ação dos invasores, furtando-se também ao seu fim esperado de ser desconfiada e investigativa, explicando a seus leitores o que subjaz por detrás das aparências, a imprensa inverte o seu papel de investigadora para ser replicadora de discursos. Em vez de quarto poder, se torna órgão de propaganda de quem está ou quer algum poder, inclusive por meios ilícitos.





Tampouco há “direito à greve” de “estudantes”. Greve é se recusar a trabalhar. Alunos obtêm um benefício. Podem, sim, fazer um boicote. Mas não há, na Constituição, direito de forçar outra pessoa a aderir a um boicote.

As invasões permanecem como a última bala de um discurso de esquerda que só convence os mais afastados das preocupações da vida real (incluindo Enem e faculdade), julgando-se representar o povo ou coletivos como “os estudantes” ou “os pobres” quanto mais se afastar daqueles que podem perder um ano de suas vidas por interesses político-partidários individuais, justamente forçando a sociedade, com violência, a aceitar suas demandas impopulares no muque.

Flávio Morgenstern é analista político, criador do portal Senso Incomum e autor de Por trás da máscara: do passe livre aos black blocs.

ANEXO 11

Reportagem 10



> Opinião > Editoriais

| Editorial

A invasão e o autoritarismo

As sementes da invasão no Prédio Histórico da UFPR já estavam plantadas havia várias semanas, e com a conivência de muitos que agora se dizem perplexos

Por Gazeta do Povo - 04/11/2016 23:01

45 COMENTÁRIOS



Foto: Jonathan Campos/Gazeta do Povo

Na noite de quinta-feira, um grupo de mascarados invadiu o Prédio Histórico da UFPR, na Praça Santos Andrade, intimidando alunos, professores e funcionários, chegando inclusive a ameaçar e agredir alguns deles, de acordo com relatos de quem estava no local; em outros casos, os invasores impediram os demais de sair do prédio, mantendo-os contra a vontade dentro das instalações da UFPR. Os motivos são os já conhecidos: a PEC do Teto de Gastos e a medida provisória da reforma do ensino médio.

As cenas da invasão chocaram os paranaenses, mas as sementes do ato

Como você se sentiu com esta matéria?

0 Surpresas



Publicidade



As cenas da invasão chocaram os paranaenses, mas as sementes do ato na UFPR já estavam plantadas havia várias semanas, e com a convicção de muitos que agora se dizem perplexos. No início de outubro, pequenos grupos de estudantes se julgaram os porta-vozes de toda uma comunidade escolar e resolveram impedir os direitos alheios – o direito de trabalhar, no caso dos professores e funcionários; e o direito à educação, no caso dos alunos. Tomaram conta de várias escolas, paralisando as atividades docentes. E, quando se formaram movimentos de pais preocupados com o que ocorria dentro dos colégios, esse mesmo grupo ainda se autoatribuiu o poder de decidir quem poderia entrar e quem ficaria de fora. Não houve agressões nem quebra-quebra, mas mesmo assim tratou-se de um movimento autoritário desde o seu início – por mais nobre que fosse o desejo desses jovens de colocar seu idealismo em prática, envolvendo-se no debate sobre a reforma do ensino médio.

A natureza e os objetivos de ambas as ações – nas escolas estaduais e na UFPR – são exatamente os mesmos

E a resposta que esse movimento recebeu, em sua grande maioria, oscilou entre a omissão e o apoio. Para muitos, os estudantes estariam apenas exercendo seu direito democrático à manifestação. Eles eram motivo de orgulho, chegou a escrever a senadora Gleisi Hoffmann (PT). Conselheiros tutelares tomaram o lado dos manifestantes e os ajudaram a impedir os pais de entrar nas escolas tomadas pelo movimento. Reintegrações de posse foram negadas (só passaram a ser concedidas posteriormente). Os líderes dos protestos se tornaram estrelas, viralizando na internet e discursando em Brasília.

Só um acontecimento trágico – a morte de um estudante de 16 anos dentro de uma escola em Curitiba – quebrou o torpor, e ainda assim apenas parcialmente. Entidades importantes passaram a se posicionar e a pedir a liberação das escolas, mas sem deixar evidente o caráter antidemocrático do movimento. Faltou a certeza de que, como expusemos em editorial no último fim de semana, “a democracia pressupõe a convicção de que há direitos que não podem ser limitados pelos outros”, e de que “nem mesmo a absoluta nobreza de uma ideia justifica que se tente fazê-la valer pela força ou pela marra, sem diálogo e prescindindo dos canais institucionais”. Como tanta gente pôde perder isso de vista?

Ora, quando se tolera ou até se defende esse tipo de situação, quando se considera legítimo que um pequeno grupo se aproprie de uma escola inteira, prejudicando toda uma comunidade com a interrupção das aulas, quando não se percebe o risco antidemocrático que está embutido no próprio DNA desses protestos, as consequências mais graves não tardam a chegar. À medida que o movimento dos estudantes secundaristas é enfraquecido com decisões de reintegração de posse, a turma para quem os fins justificam os meios percebe que a via pacífica pode não ser suficiente, e julga que é chegado o momento de fazer algo mais para chamar a atenção.

mais para chamar a atenção.

A verdade é que a natureza e os objetivos de ambas as ações – nas escolas estaduais e na UFPR – são exatamente os mesmos: em uma postura autoritária, um pequeno grupo se concedeu o poder de decidir suprimir os direitos dos demais. Vítimas do déficit democrático de que falamos dias atrás, muitos paranaenses não perceberam o ovo da serpente escondido no protesto secundarista. Pois o ovo eclodiu agora, com a mudança nos métodos usados pelos manifestantes. E quanto mais legitimidade se lhes concede mesmo diante de circunstâncias como as da invasão do Prédio Histórico, maior é a confusão conceitual que toma conta da sociedade e da qual se aproveitam os adversários da democracia.

ANEXO 12

Reportagem 11



> Opinião > Editoriais

| Editorial

As ocupações e a democracia

A democracia pressupõe a convicção de que há direitos que não podem ser limitados pelos outros e de que não se impõe o próprio parecer sobre os demais

Por Gazeta do Povo 28/10/2016 23:01

39 COMENTÁRIOS



Foto: Daniel Castellano, Gazeta do Povo

“A quem a escola pertence?” Foi a partir dessa pergunta que a estudante Ana Julia Pires Ribeiro ficou internacionalmente conhecida, argumentando em favor das ocupações de escolas – que começam a perder força com decisões de reintegração de posse em todo o Paraná – em seu discurso na Assembleia Legislativa, na última quarta-feira. Segundo a estudante, “em uma semana de ocupação aprendemos mais sobre política e cidadania do que muitos anos que passamos em sala de aula”. Mas saber a resposta correta à pergunta da estudante mostraria que a “política e cidadania” aprendidas no protesto contra o governo federal não são aquelas compatíveis com o exercício democrático.

Como você se sentiu com essa matéria?

0 Surpresas



federal não são aquelas compatíveis com o exercício democrático.

A democracia pressupõe a convicção de que há direitos que não podem ser limitados pelos outros e de que não se impõe o próprio parecer sobre os demais. E não importa se as propostas em questão são as melhores e mais corretas, porque nem mesmo a absoluta nobreza de uma ideia justifica que se tente fazê-la valer pela força ou pela marra, sem diálogo e prescindindo dos canais institucionais – que podem ser falhos, mas são a garantia de que a sociedade não regredirá ao proverbial “quem pode mais chora menos”.

**Nem mesmo a absoluta nobreza de
uma ideia justifica que se tente fazê-la
valer pela força ou pela marra**

Veja também

[A lição das ocupações \(editorial de 17 de outubro de 2016\)](#)

[Democracia não se faz na marra \(editorial de 3 de maio de 2015\)](#)

Para melhor compreender essa verdade profunda, recorremos a um exemplo que muitos conhecem: o da greve. Por que a legislação proíbe os piquetes, meio pelo qual os grevistas impedem outros trabalhadores de continuar exercendo sua função se assim o desejarem? Porque o direito de greve não permite “violiar ou constranger os direitos e

Para melhor compreender essa verdade profunda, recorremos a um exemplo que muitos conhecem: o da greve. Por que a legislação proíbe os piquetes, meio pelo qual os grevistas impedem outros trabalhadores de continuar exercendo sua função se assim o desejarem? Porque o direito de greve não permite “violiar ou constranger os direitos e garantias fundamentais de outrem”, como afirma o artigo 6.º da Lei de Greve – que, para não deixar dúvida alguma, acrescenta: “As manifestações e atos de persuasão utilizados pelos grevistas não poderão impedir o acesso ao trabalho”. Ainda que a maioria dos trabalhadores tenha optado pela paralisação, continuar a trabalhar é um direito do empregado, cujo exercício nenhuma greve pode bloquear.

Ora, as ocupações são o equivalente educacional do piquete grevista. Um grupo de estudantes decidiu por conta própria que interromperia as atividades das escolas, impedindo de trabalhar os professores dispostos a tal e bloqueando o direito à educação dos alunos que desejam continuar a ter aulas, independentemente do motivo. Isso nada mais foi que a imposição das convicções de uns a todo um grupo, que sofre as consequências ao ter direitos violados. E aqui voltamos à pergunta de Ana Julia: a quem a escola pertence? Pertence a toda a comunidade: aos alunos e suas famílias, aos professores, aos funcionários. Não a um grupo disposto a fazer todos os demais se curvarem às suas decisões.

Por isso, não se pode argumentar nem sequer que as ocupações teriam sido inicialmente legítimas, mas depois “perderam o rumo” ou se tornaram exageradas em algum momento – por exemplo, quando o governador Beto Richa foi a Brasília levar os pedidos dos estudantes, ou após a morte de um jovem em uma escola de Curitiba. Se é verdade que não se protesta bloqueando o direito dos demais, as ocupações jamais foram legítimas. Não há um suposto conflito entre o direito à manifestação e o direito dos demais de trabalhar e de receber educação, e sim um abuso puro e simples do direito à manifestação. Nem mesmo



alunos e suas famílias, aos professores, aos funcionários. Não a um grupo disposto a fazer todos os demais se curvarem às suas decisões.

Por isso, não se pode argumentar nem sequer que as ocupações teriam sido inicialmente legítimas, mas depois “perderam o rumo” ou se tornaram exageradas em algum momento – por exemplo, quando o governador Beto Richa foi a Brasília levar os pedidos dos estudantes, ou após a morte de um jovem em uma escola de Curitiba. Se é verdade que não se protesta bloqueando o direito dos demais, as ocupações jamais foram legítimas. Não há um suposto conflito entre o direito à manifestação e o direito dos demais de trabalhar e de receber educação, e sim um abuso puro e simples do direito à manifestação. Nem mesmo se a ocupação tivesse sido decidida em assembleia poderíamos considerá-la correta, pois ela continuaria negando direitos aos demais.

Discursar na Assembleia Legislativa e realizar passeatas foram meios legítimos encontrados pelos estudantes para se fazer ouvir. É triste, no entanto, que tenham escolhido a ocupação como principal forma de protesto. Ignorar que as próprias ideias não podem ser impostas à força revela um déficit democrático que, a julgar pela reação de tantos que louvaram as ocupações como “expressões de democracia”, afeta não só os estudantes, mas boa parte da sociedade – inclusive autoridades, instituições e formadores de opinião. Talvez, se todos tivessem uma convicção democrática mais arraigada, o Paraná já teria saído desse impasse há muito tempo, sem ânimos acirrados e com um aprendizado valioso exatamente no momento em que os estudantes iniciam sua participação na vida pública.



Legitimidade

O próprio MP-PR acha legítimo o protesto dos alunos, contudo o procurador de justiça do Centro de Apoio de Direitos Humanos do MP, Olímpio de Sá Maior Sotto Neto, afirmou na manhã desta quarta-feira (26/10) durante assembleia dos estudantes em uma escola estadual de Curitiba, que é possível que se continue o movimento, mas, ao mesmo tempo, que se garanta a possibilidade do funcionamento regular do sistema educacional.

"O Ministério Público acha legítima a manifestação dos estudantes, aliás este é um direito constitucional, mas há que se assegurar o funcionamento regular do sistema educacional e o acesso dos estudantes à escola, à aprendizagem", declarou o procurador.

A proposta do órgão é que se estabeleça um espaço para que os estudantes continuem com sua manifestação, mas que ao mesmo tempo se garantam as aulas. A sugestão é que os alunos possam se reunir na biblioteca, no ginásio e nos salões dos colégios, permitindo que haja aulas de forma regular e garantindo o direito de acesso aos demais estudantes.

ANEXO 13

Reportagem 12



GAZETA DO POVO

Domingo, 03 de Junho de 2022.



> Vida Pública > Justiça e Direito

| Debate

Ocupações expõem o dilema entre os direitos à educação e à manifestação

O que deve se sobressair: o direito dos alunos de se oporem às mudanças impostas pelo governo federal ou o direito dos demais estudantes de terem aulas regularmente?

Por Kamila Mendes Martins, com informações de Sharon Abdalla 26/10/2016 17:39

66 COMENTÁRIOS



| Foto: Henry Milnes/Gazeta do Povo

A ocupação das escolas públicas estaduais do Paraná trouxe à tona o confronto entre dois direitos garantidos pela Constituição Federal: o de livre manifestação e o de acesso e permanência na escola. Os estudantes estão protestando contra a *medida provisória (MP) 746*, que trata da reforma do Ensino Médio em todo o Brasil. Segundo eles, as mudanças não poderiam ter sido impostas pelo governo federal por meio de uma MP, mas sim debatidas com toda a sociedade e encaminhadas ao Congresso Nacional por meio de um projeto de lei.

Como você se sentiu com essa matéria?

0 Surpresas



Em situações como essa, o que deve se sobressair: o direito dos alunos de se oporem às mudanças impostas pelo governo federal ou o direito dos demais estudantes de terem aulas regularmente? Vale lembrar que o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) acontece na primeira semana de novembro e é utilizado pela maioria das universidades públicas como forma de ingresso nas instituições. Com as ocupações, milhares de alunos não estão tendo aulas às vésperas da realização da prova.

Conflito entre normas



Juridicamente falando, esse é um caso de antinomia, ou seja, quando há um conflito entre duas normas que possuem a mesma força dentro do ordenamento jurídico, como explica a coordenadora da pós-graduação em Direito e Educação: Interfaces Jurispedagógicas da Universidade Positivo, Angela Christianne Lunedo de Mendonça.

Neste caso das ocupações, os jovens, além de terem o direito à livre manifestação do pensamento, garantido pelo art. 5º, IV, da Constituição Federal, ainda estão amparados pelo art. 16, VI, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que garante a eles o direito de participar da vida política, na forma da lei. “O direito de livre manifestação é garantido, mas entendo que o objetivo, que era de demarcar politicamente esse descontentamento com a forma pela qual querem alterar a lei, já ficou bastante claro nacional e localmente.



ordenamento jurídico, como explica a coordenadora da pós-graduação em Direito e Educação: Interfaces Jurispedagógicas da Universidade Positivo, Angela Christianne Lunedo de Mendonça.

Neste caso das ocupações, os jovens, além de terem o direito à livre manifestação do pensamento, garantido pelo art. 5º, IV, da Constituição Federal, ainda estão amparados pelo art. 16, VI, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que garante a eles o direito de participar da vida política, na forma da lei. “O direito de livre manifestação é garantido, mas entendo que o objetivo, que era de demarcar politicamente esse descontentamento com a forma pela qual querem alterar a lei, já ficou bastante claro nacional e localmente. Parece-me que agora é hora de tratar isso com o MEC e com o governo federal, daí a importância de senadores e deputados federais paranaenses nessa discussão”, explica a professora da UP.

Segundo Angela, uma maneira de lidar com esse conflito seria fazer com que a participação política na forma da lei se desse por outras estratégias. “Seria uma forma de mediar esse movimento de participação sem ferir o direito de acesso e a permanência na escola, que é também um grande princípio constitucional”, ressalta. Tal direito está previsto no art. 206 da CF.

Um estratégia seria, sugere a professora, firmar um compromisso jurídico com o governo estadual, com mediação da OAB, do Ministério Público (MP) e da Defensoria Pública, de não implantar nenhuma mudança no estado sem antes entrar em consenso com professores e alunos.





Ilegalidade

O advogado e mestrando em Direito Constitucional pela Universidade de São Paulo (USP) João Paulo Jacob faz uma analogia entre as ocupações e a paralisação dos serviços públicos quando há greves dos servidores. Segundo ele, assim como não é permitido que sejam feitas barricadas impedindo os funcionários e os usuários do serviço de adentrarem o órgão público, os jovens não podem impedir que os professores deem aulas e os demais alunos às assistam.

“Estão impedindo o acesso dos alunos que não compactuam com isso e podem fazer esse mesmo protesto de outras formas. Essa ocupação gera prejuízo ao erário que está remunerando os professores que não podem dar aula, aos próprios professores e aos alunos, já que dificilmente essas aulas serão todas repostas”, enfatiza.

Segundo ele, cabe à procuradoria geral do estado do Paraná ajuizar ações de reintegração de posse de todas as escolas ocupadas. Ele defende que, assim que saírem as decisões judiciais que autorizem a medida, o governo componha uma equipe formada por membros da OAB, psicólogos, professores, familiares dos estudantes e policiais para cumprir os mandados. Essa seria uma boa tática para evitar o confronto. “A escola é pública, mas é de responsabilidade do Estado. Os alunos não podem ser impedidos de entrar e ter aula. É um prejuízo que acaba se tornando insanável no final.”



O que diz a lei

Constituição Federal

Art. 5.º

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;



XVI - todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)



Art. 16. O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos:

I - ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais;

II - opinião e expressão;

III - crença e culto religioso;



IV - brincar, praticar esportes e divertir-se;

V - participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação;

VI - participar da vida política, na forma da lei;

VII - buscar refúgio, auxílio e orientação.

ANEXO 14

Reportagem 13



GAZETA DO POVO
 Domingo, 10 de junho de 2016



> Educação

| mitos e verdades

6 fatos que os estudantes das ocupações não sabem

Alguns alunos protestam por ideias equivocadas como, por exemplo, pensar que o Enem vai acabar ou que todas as escolas de ensino médio serão de tempo integral em 2017

Por Denise Drechsel com informações de Antoniele Luciano - 07/10/2016 17:46

106 COMENTÁRIOS



Escola ocupada em São José dos Pinhais | Foto: Henry Milro, Gazeta do Povo.

Há dois temas em que os estudantes em *escolas ocupadas* estão certos. O primeiro é que o ensino médio está ruim e precisa melhorar. O segundo é que o governo federal quer fazer a maior reforma da *educação básica* de forma atabalhoada e sem recursos, ao invés de criar projetos-piloto, discutir o que deu certo e errado e replicar com calma as experiências bem-sucedidas. Mas, saindo disso, há muita confusão de ideias nos corredores desses colégios. A *Gazeta do Povo* fez entrevistas com mais de dez alunos dessas ocupações, que não

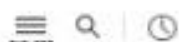
Como você se sentiu com essa matéria?

0 Surpresas >

Publicidade

BAIXE NOSSO APP!

Disponível na Google Play | Disponível na App Store



Escola ocupada em São José dos Pinhais | Foto: Henry Milleo, Gazeta do Povo

Há dois temas em que os estudantes em *escolas ocupadas* estão certos. O primeiro é que o ensino médio está ruim e precisa melhorar. O segundo é que o governo federal quer fazer a *maior reforma da educação básica* de forma atabalhoada e sem recursos, ao invés de criar projetos-piloto, discutir o que deu certo e errado e replicar com calma as experiências bem-sucedidas. Mas, saindo disso, há muita confusão de ideias nos corredores desses colégios. A *Gazeta do Povo* fez entrevistas com mais de dez alunos dessas ocupações, que não quiseram dar seus nomes, e listou seis ideias equivocadas que os movem a participar da mobilização.

1. Eles acham que os alunos que trabalham não vão poder mais estudar porque em curto prazo as escolas serão de tempo integral.

“Com o ensino médio integral, só vai estudar quem é rico e quem é pobre vai ter de sair da escola para trabalhar”, comentou um aluno da ocupação, depois de perguntado por que ele era contra a reforma do ensino médio. O fato é que por mais que a *MP realmente preveja* a elevação da carga horária anual no ensino médio, dificilmente a maior parte das escolas do Brasil será de tempo integral, simplesmente porque o governo não tem recursos para isso – e nem interesse imediato. Das 400 escolas do Paraná, por exemplo, *hoje três são de tempo integral* e apenas 30 poderão participar do edital do governo para tentar conseguir verba para transformar a carga horária de quatro horas para sete horas diárias. Como o governo disse que vai disponibilizar só R\$ 1,5 bilhão em 2017 para ser dividido entre todas as escolas do Brasil, claramente não haverá dinheiro para todos.

Veja também

MEC já trabalha com possibilidade de aplicar novo ensino médio só em 2019

Alunos ocupam o Colégio Estadual do Paraná e outras 29 escolas no estado

2. Alguns acreditam que o Enem vai acabar.

Ao percorrer o interior de uma das escolas ocupadas de São José dos Pinhais, alguns garantiram à reportagem que o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que facilita a entrada dos estudantes em algumas universidades, vai terminar. “Vai ser mais difícil entrar na faculdade”, garantiram. Na realidade, essa questão não está nem em discussão.

3. Eles acham que a medida provisória da reforma do ensino médio (MP 746) já começou a ser adotada nos colégios.

Ao perguntar aos alunos por que eles decidiram ocupar a escola, a primeira resposta é algo do estilo “para acabar com a reforma do ensino médio aqui no meu colégio”. O que eles não entendem é que, apesar de uma medida provisória em teoria produzir efeitos imediatos, no caso da MP 746 nada do que ela prevê pode ser colocado em prática agora. Ela depende, principalmente, da aprovação do currículo comum das escolas (a Base Nacional Curricular Comum), em discussão há mais de um ano, e da capacidade dos estados de fazer tudo o que a MP prevê. Além disso, se o Congresso Nacional não votar o tema em 120 dias – e o assunto nem passou ainda pela comissão destinada para avaliá-lo – ou não aprovar o texto, a MP nem entrará em vigência.



4. Alguns estudantes disseram que estavam ocupando a escola porque queriam escolher as matérias que vão estudar.

“O que você quer que mude no ensino médio?”, perguntou um repórter a um aluno. “Queremos escolher o que estudar, eu quero ser professor de História, porque estudo Química e Física?”, respondeu, repassando a pergunta. “Mas não é isso o que diz a MP?”, retrucou o repórter, sem receber resposta. O que o estudante não sabe é que é exatamente isso que a MP prevê, ou seja, que os alunos possam, a partir do segundo semestre do segundo ano do ensino médio, dedicar-se a matérias afins ao seu futuro profissional.

5. Alguns alunos acreditam que as escolas técnicas serão privatizadas.

“Vão privatizar todas as escolas técnicas, as empresas vão se aproveitar das escolas públicas”, disse um aluno de ocupação. A MP não fala de “privatização”, mas de parcerias para a experiência prática em cursos técnicos, como ocorre hoje nesse tipo de ensino, por exemplo, nos institutos técnicos federais.



6. Eles acham que a ideia da reforma é do governo recém-formado por Michel Temer.

“Como o governo Temer pensa em uma mudança dessa do dia para noite?”, perguntou uma menina na ocupação de uma escola de ensino



6. Eles acham que a ideia da reforma é do governo recém-formado por Michel Temer.

“Como o governo Temer pensa em uma mudança dessa do dia para noite?”, perguntou uma menina na ocupação de uma escola de ensino médio, com a concordância dos colegas. O que ela não sabe é que existe uma preocupação por mudar o ensino médio há mais de 10 anos, manifestada de forma concreta em 2013, por meio do [projeto de lei 6.840](#). Com medo de que a educação continuasse a não se prioridade no Brasil, a equipe de [Dilma Rousseff](#), já na época do ex-ministro Renato Janine, tinha formulado esse projeto, que estava à espera de um bom momento para ser apresentado. Temer só o apresentou no pior momento possível.

ANEXO 15

Reportagem 14



GAZETA DO POVO
Domingo, 25 de Junho de 2016



› Vida e Cidadania

UNIPAR

VIAJEM A BRASÍLIA

No Senado, Ana Júlia afirma que movimentos contrários às ocupações usam “táticas abusivas”

Estudante de Curitiba – que ficou conhecida por discurso na Assembleia Legislativa do Paraná – participou de audiência pública no Senado sobre a PEC do Teto

Por Catarina Scortecchi, correspondente. Brasília 31/10/2016 12:16

110 COMENTÁRIOS



Estudante Ana Júlia participou de audiência pública sobre a PEC do Teto. Foto: Geraldo Magela/Agência Senado

Em Brasília nesta segunda-feira (31), a estudante de Curitiba Ana Júlia Ribeiro, 16 anos, discursou desta vez no Senado, dentro de uma audiência pública destinada ao debate da “PEC do teto dos gastos públicos”.

Apesar de ser bastante conhecida a “tática” pelo público formado

Como você se sentiu com essa matéria?

0 Surpresas >



Acabou sendo bastante aplaudida e “tietada” pelo público, formado principalmente por críticos da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 55/2016, agora em trâmite no Senado, após ser aprovada pela Câmara dos Deputados (onde era chamada de PEC 241/2016).

Conhecida pelo discurso que fez na tribuna da Assembleia Legislativa do Paraná na última quarta-feira (26) – a fala emocionada e firme da estudante diante dos parlamentares “viralizou” na internet –, Ana Júlia foi incluída de última hora para participar da audiência pública.

Conheça a aluna que discursou na Assembleia Legislativa em defesa da ocupação das escolas





“Eu não entendi tamanha repercussão. E já peço desculpas se eu decepcionar hoje”, brincou a estudante logo no início do seu discurso no Senado.

Durante cerca de dez minutos, além de reforçar as críticas à PEC 55/2016 – “Aqueles que votarem contra a educação estarão com as mãos sujas por 20 anos” –, Ana Júlia também falou que as ocupações no Paraná estão sendo alvos de “repressão violenta”.

Conheça o estudante que também discursou na Assembleia Legislativa e é contra as ocupações



[Leia a matéria completa](#)

“Infelizmente estamos sofrendo uma repressão violenta. Na calada da noite, passam com o som alto do hino nacional, como se nós não respeitássemos o hino nacional. Usam também de táticas abusivas, para



Leia a matéria completa

"Infelizmente estamos sofrendo uma repressão violenta. Na calada da noite, passam com o som alto do hino nacional, como se nós não respeitássemos o hino nacional. Usam também de táticas abusivas, para falar de nossas pessoas e não dos nossos ideais. Respeitamos o direito deles, mas a repressão violenta nós abominamos", disse ela, ao enfatizar a necessidade de "criar métodos pacíficos de resistência".



A audiência pública foi organizada no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado, e o convite à estudante foi feito pela senadora Fátima Bezerra (PT-RN), que é titular do colegiado, e também pela senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), suplente no grupo. As senadoras organizaram a logística para trazê-la a Brasília, cidade que a estudante visita pela primeira vez.

Ana Júlia chegou à audiência pública pontualmente, às 9 horas, junto com os pais e o irmão, e acabou deixando o debate antes do término, já que tinha outros compromissos, como uma ida à Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que também já se posicionou contra a PEC 55/2016.

Pai de Ana Júlia

Em entrevista à reportagem, tanto Ana Júlia quanto o advogado Júlio Ribeiro, seu pai, rechaçaram a visão de opositores ao movimento dos estudantes, que sustentam que os protestos no Paraná têm conexão com legendas partidárias, como o PT.



“Não faz muito tempo que eu formalizei o meu desligamento do PT, mas eu deixei de militar há muito tempo, há mais de cinco anos. E nunca fui candidato a nada”, disse o pai da estudante.

Veja também

Assembleia da APP-Sindicato nesta segunda decide destino da greve dos professores
Estudantes deixam escolas e ocupam o Núcleo Regional de Educação em Curitiba
Aparato policial contrasta com clima de tranquilidade nas reintegrações de escolas ocupadas em Curitiba

Colégio Santa Felicidade reabre com homenagem a aluno morto em ocupação

O advogado, que também já trabalhou na área de assistência social, disse que gosta de política, e lembra inclusive que já estudou sociologia política na Universidade Federal do Paraná, mas que “de forma alguma” interfere no movimento dos estudantes. “É um direito do cidadão se associar a partidos políticos”, reforçou ele.

A própria Ana Júlia enfatiza que é uma “estudante comum”, que não participa “nem do grêmio da escola”, mas que agora naturalmente acabou entrando em contato com o movimento estudantil. “Toda ajuda é bem vinda”, disse ela.





A aluna do Ensino Médio já participa de uma ocupação em uma escola em Brasília e, por isso, prefere não ter o nome divulgado para evitar eventual represália. “Os pais têm medo, a gente também tem medo. E não pensem que a gente não preferia dormir em uma cama quentinha, comer sem depender de doação. Mas não estamos de brincadeira”, completou ela.

O discurso de Ana Júlia no Senado

“Exm^o Presidente, Senadora Fátima Bezerra, Exm^{os} Senadores e Senadoras aqui presentes, colegas de luta e demais presentes, bom dia.

Devido aos acontecimentos da última semana, acredito que todos vocês já saibam que eu sou a Ana Júlia, estudante secundarista do Colégio Estadual Senador Manoel Alencar de Guimarães, localizado em Curitiba. Tenho 16 anos.

Na última quarta-feira, fiz uma fala, e não entendi por que tamanha repercussão, já que se trata de algo tão básico, ou que, pelo menos, deveria ser assim. Eu já peço desculpas se, por acaso, eu decepcioná-los hoje... (Risos.)

Mas eu peço que lembrem que eu sou estudante de escola pública. Tanto em toda minha trajetória estudantil quanto ontem, visitando as escolas em Brasília, percebi a precariedade do ensino público. Percebi como nós precisamos dar ênfase a isso, como precisamos melhorar a educação pública, como temos uma falta de infraestrutura e como precisamos realmente voltar nossos olhares a isso.

Nós, estudantes, em relação à Medida Provisória nº 746, só temos a dizer que, até o dia 20 de janeiro de 2017, esperamos –



Mas eu peço que lembrem que eu sou estudante de escola pública. Tanto em toda minha trajetória estudantil quanto ontem, visitando as escolas em Brasília, percebi a precariedade do ensino público. Percebi como nós precisamos dar ênfase a isso, como precisamos melhorar a educação pública, como temos uma falta de infraestrutura e como precisamos realmente voltar nossos olhares a isso.

Nós, estudantes, em relação à Medida Provisória nº 746, só temos a dizer que, até o dia 20 de janeiro de 2017, esperamos – e acreditamos nisso – que ela não se concretize em lei.”

[Veja o vídeo com o discurso de Ana Júlia na íntegra](#)

ANEXO 16

Reportagem 15

GAZETA DO POVO
Domingo, 05 de Junho de 2016

> Vida e Cidadania

| Contraste:

Conheça o estudante que também discursou na Assembleia Legislativa e é contra as ocupações

Com repercussão menor do que a alcançada pela colega Ana Júlia, Patrick Ignaszewski questiona o que chama de "invasão" dos colégios e defende a desocupação dos espaços escolares.

Por Sharon Abdalla 31/10/2016 17:22

165 COMENTÁRIOS

Foto: Daniel Castellani/Gazeta do Povo

Um dia antes da fala da estudante Ana Júlia Ribeiro, que viralizou na internet, o também estudante Patrick Ignaszewski, porta-voz do movimento Desocupa Paraná, já havia discursado na Assembleia Legislativa sobre o movimento de ocupação das escolas. Contrário ao protesto realizado há cerca de um mês pelos secundaristas do estado, o manifesto apresentado por Patrick na sessão da última terça-feira (25)

Como você se sentiu com essa matéria?

0 Surpresas >

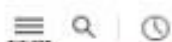


Foto: Daniel Castellano/Gazeta do Povo

Um dia antes da fala da estudante Ana Júlia Ribeiro, que viralizou na internet, o também estudante Patrick Ignaszewski, porta-voz do movimento Desocupa Paraná, já havia discursado na Assembleia Legislativa sobre o movimento de ocupação das escolas. Contrário ao protesto realizado há cerca de um mês pelos secundaristas do estado, o manifesto apresentado por Patrick na sessão da última terça-feira (25) parece não ter encontrado a mesma ressonância que o proferido pela colega, que participou nesta segunda-feira (31) de uma audiência pública sobre a PEC do teto dos gastos, no Senado.

Conheça a aluna que discursou na Assembleia Legislativa em defesa da ocupação das escolas


[Leia a matéria completa](#)

Patrick contou em entrevista por telefone à Gazeta do Povo que tem recebido manifestações de apoio à sua fala em redes sociais



Leia a matéria completa

Patrick contou em entrevista por telefone à Gazeta do Povo que tem recebido manifestações de apoio à sua fala em páginas nas redes sociais e que também foi convidado por um deputado federal (ele não divulgou o nome do parlamentar) para ir a Brasília, o que deve ocorrer até a semana que vem.

“Recebi o convite para falar sobre o movimento Desocupa Paraná e sobre tudo o que está acontecendo nas invasões das escolas. Vamos para Brasília em um grupo de cinco pessoas para colocar nosso ponto”, ressalta o estudante, de 18 anos, que já concluiu o ensino médio, no Colégio Estadual Alfredo Chaves, em Colombo, e hoje cursa Jornalismo na Universidade Tuiuti do Paraná (UTP), com bolsa do Fies (Fundo de Financiamento Estudantil).



“Invasões”

Participante ativo de manifestações de rua desde 2013 e integrante do Desocupa Paraná há cerca de três semanas, Patrick definiu as ocupações realizadas pelos estudantes como “ridículas” no discurso que proferiu na Assembleia. Assista abaixo. Segundo ele, tal adjetivo se

“Invasões”

Participante ativo de manifestações de rua desde 2013 e integrante do Desocupa Paraná há cerca de três semanas, Patrick definiu as ocupações realizadas pelos estudantes como “ridículas” no discurso que proferiu na Assembleia. *Assista abaixo*. Segundo ele, tal adjetivo se deve ao fato de os alunos estarem lutando pela educação com as escolas fechadas e sem diálogo, o que não trouxe nenhum resultado além dos transtornos causados aos estudantes, que tiveram o ano letivo comprometido.

Veja também

Estudantes deixam escolas e ocupam o Núcleo Regional de Educação em Curitiba
Aparato policial contrasta com clima de tranquilidade nas reintegrações de escolas ocupadas em Curitiba

No Senado, Ana Júlia afirma que movimentos contrários às ocupações usam “táticas abusivas”

Assembleia da APP-Sindicato nesta segunda decide destino da greve dos professores

“Não somos contra o direito [de os estudantes] se manifestarem, mas a rua está aí para isso. O movimento não é a favor nem contra a PEC [241] e da MP do ensino médio. Acreditamos que deve haver um debate para se construir uma reforma de qualidade, que possa abranger todos os estudantes e não prejudique ninguém. Mas esse debate não [deve ser realizado] com as escolas fechadas, pois já vimos que isso não trouxe resultado”, avalia.



A questão do jovem, que foi filiado ao PMDB por cerca de seis meses

A sugestão do jovem, que foi filiado ao PMDB por cerca de seis meses, em 2014, é a de que essas manifestações ocorressem fora da escola, sem tirar dos estudantes (dos colégios e das universidades) o direito de ir e vir e de frequentar as aulas.

Contrariando a fala da colega Ana Júlia, que acusou os deputados de estarem com as “mãos sujas de sangue” pela morte do estudante assassinado há uma semana, Patrick responsabilizou os organizadores do movimento de ocupação, os integrantes da APP-Sindicato e das entidades estudantis pelo crime, que ocorreu dentro de uma escola ocupada.

“Um estudante morreu por causa das invasões. Quando ela [Ana Júlia] fala que ‘as mãos dos deputados estão cheias de sangue’ está mentindo, pois quem está com sangue nas mãos são os líderes dos movimentos que promoveram as ocupações das escolas. Ao invés de ocupar, nós fomos conversar com a Secretaria de Educação, com o [deputado] Ademar Traiano, fomos buscar soluções”, aponta.



Daniel Castellano/Gazeta do Povo

Partidarismo

Filho de uma professora da rede municipal e de um auxiliar de serviços gerais, o jovem também não acredita na versão dos estudantes que definem como apartidário o movimento de ocupação das escolas. Para ele, muitos dos alunos que estão dentro dos colégios lutam pela educação e não percebem que, muitas vezes, estão sendo “doutrinados” pelo sindicato dos professores e por pessoas ligadas a partidos políticos que tiram proveito da causa.

Em seu discurso, inclusive, Patrick lançou uma provocação à APP-Sindicato pedindo a instauração de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) na instituição. A justificativa, segundo ele, seria o fato de a entidade tornar transparente o destino dos recursos que recebe dos contribuintes. “Será que este dinheiro está sendo usado para financiar as ocupações nas escolas?”, questiona.

Em relação a uma possível antipatia por parte dos colegas, o jovem diz não ter medo de expor sua opinião e avalia de forma positiva a repercussão de ambos os discursos. “Deu para mostrar os dois lados. Eu respeito o discurso dela [Ana Júlia], mesmo não concordando com ele”, resume Patrick.

ANEXO 17

Reportagem 16



GAZETA DO POVO

Domingo, 25 de Junho de 2022

Alunas que silenciaram deputados do Paraná vão discursar no Senado

Ana Júlia Ribeiro e Nicolly Moreira vão participar de audiência sobre a PEC 241

Por Felipe Anibal 20/10/2016 14:20



Ana Júlia, na escola em que estuda e que permaneceu ocupada por 15 dias | Foto: Henry Milleo/Gazeta do Povo

A estudante Ana Júlia Ribeiro, que, na última semana, silenciou deputados paranaenses ao discursar na Assembleia Legislativa, vai ter a oportunidade de, mais uma vez, dar voz ao movimento deflagrado pelos secundaristas paranaenses. Ela será ouvida em audiência pública da comissão de direitos humanos da Câmara e do Senado, em sessão que será realizada na segunda-feira (31). Outra aluna que falou aos deputados do Paraná, Nicolly Moreira do Nascimento também participará da sessão.

A audiência da qual as estudantes paranaenses vão participar terá como tema o impacto da PEC 241 (que prevê limitação dos gastos públicos) nas políticas educacionais e sociais. Neste domingo (30), Ana Júlia já estava em Brasília e, por telefone, disse que estava se preparando para o

Como você se sente?

0 Felizes 😊





participará da sessão.

A audiência da qual as estudantes paranaenses vão participar terá como tema o impacto da PEC 241 (que prevê limitação dos gastos públicos) nas políticas educacionais e sociais. Neste domingo (30), Ana Júlia já estava em Brasília e, por telefone, disse que estava se preparando para o encontro, mas, por causa de outros compromissos de que participava, preferiu não adiantar o que vai apresentar aos parlamentares.

Ana Júlia Ribeiro ganhou destaque na última quarta-feira (26), quando defendeu as ocupações dos colégios estaduais (dizendo que os alunos aprenderam mais sobre política e cidadania nas escolas tomadas do que em “aulas-padrão”) e disse que os deputados tinham “as mãos sujas de sangue” (em alusão à morte de um estudante em uma ocupação).

Interrompida pelo deputado Ademar Traiano (PSDB), que disse que não toleraria ataques aos deputados, Ana Júlia pediu desculpas, mas apontou que, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a responsabilidade da educação é da sociedade, da família e do Estado.



O vídeo do discurso da estudante viralizou na internet e chegou a ser compartilhado pela ex-presidente Dilma Rousseff (PT). Ana Júlia também recebeu um telefonema do ex-presidente Lula (PT), que a parabenizou pelo discurso. Na ocasião, a estudante agradeceu pelo apoio, mas demonstrou preocupação quanto a se ver vinculada a algum

O vídeo do discurso da estudante viralizou na internet e chegou a ser compartilhado pela ex-presidente Dilma Rousseff (PT). Ana Júlia também recebeu um telefonema do ex-presidente Lula (PT), que a parabenizou pelo discurso. Na ocasião, a estudante agradeceu pelo apoio, mas demonstrou preocupação quanto a se ver vinculada a algum partido.

“Somos apartidários. Não temos lado. Aqui, mesmo [na ocupação], tem gente de direita, de esquerda. A nossa única bandeira é a educação”, ressaltou à Gazeta do Povo, na ocasião. “Eles [Dilma e Lula] tem o direito de compartilhar o vídeo. Eu não posso intervir nesse direito de manifestação deles”, ponderou.

Posteriormente à repercussão, a estudante chegou a ser perseguida por pessoas e grupos contrários ao movimento de ocupação. A garota chegou a ser hostilizada por homens que teriam se identificado como integrantes do Movimento Brasil Livre (MBL). Na página do Facebook, a ocupação do colégio em que Ana Júlia estuda – o Senador Manoel Guimarães (Cesmag) – informou que os alunos deixaram a escola no sábado (29), depois de terem permanecido na unidade por 15 dias.

Outro discurso



Antes de Ana Júlia ter discursado aos deputados naranhaenses, outra

Outro discurso



Antes de Ana Júlia ter discursado aos deputados paranaenses, outra estudante secundárias, Nicolly Moreira do Nascimento, havia falado à Assembleia Legislativa. Em seu pronunciamento, ela chamou a atenção para a violência dentro das escolas.

“A cada ano muitos adolescentes morrem dentro de escola. Talvez por agressões, uso de entorpecentes e até intolerância, mas isso não parece ser preocupação para o governo. Entretanto, morre um jovem dentro de uma ocupação pacífica e organizada e, de repente, parece que todo mundo se importa com as escolas”, apontou.

Veja também

[Estudantes fazem caminhada contra reforma do Ensino Médio](#)

[Estudantes do Colégio Estadual voltam atrás e decidem manter ocupação](#)

[Governo vai aguardar desocupação voluntária das escolas até segunda-feira](#)

ANEXO 18

Reportagem 17



> Vida e Cidadania



MOBILIZAÇÃO

Tentativa de desocupação de escola termina em bate-boca em Curitiba

Cerca de cem pessoas participaram de ato no Colégio Estadual Leônico Correia, no Bacacheri

Por Antaniele Luciano 27/10/2016 20:47

7 COMENTÁRIOS



Foto: Hugo Harada/Gazeta do Povo

A tentativa de desocupação de uma das 590 escolas tomadas por estudantes em Curitiba terminou em protesto e bate-boca na noite desta quinta-feira (27). Cerca de cem pessoas participaram da manifestação que tinha, segundo a organização, o objetivo de tentar convencer os secundaristas a deixarem as instalações do Colégio Estadual Leônico Correia, no bairro Bacacheri.

Manifestantes fazem protestos em

Como você se sentiu com essa matéria?

0 Surpresas



Manifestantes fazem protestos em frente a escolas ocupadas de Curitiba e PM é acionada



[Leia a matéria completa](#)

Alunos, familiares e professores contrários à mobilização estudantil participaram do ato. Eles levaram uma bandeira do Brasil, um carro de som e cantaram o hino nacional no portão da escola. Após se declararem contra a ocupação, houve discussões acaloradas e bate-boca entre alguns manifestantes e pessoas a favor do movimento que acompanhavam a situação.

“Infelizmente, é uma ação que acaba acirrando ainda mais os ânimos. A maioria dos que vieram protestar não são da escola e são contra algo que é legítimo. Vim observar para o caso de, se fosse necessário, intervir”, disse um professor, que preferiu não ser identificado.



Já a estudante Maria Cristina Ribeiro Pereira, de 18 anos, relatou que a manifestação era importante porque, na opinião dela, o processo de ocupação não ocorreu de maneira democrática. Ela também disse que está preocupada com os conteúdos que vem perdendo por conta da mobilização. “Muitos não estão se importando com isso na ocupação, porque não são alunos do 3.º ano, não vão fazer Enem nem vestibular”, comentou.

Veja também

Justiça determina reintegração de posse de 25 escolas ocupadas em Curitiba

Conheça a aluna que discursou na Assembleia Legislativa em defesa da ocupação das escolas

Estudantes fazem ato no Centro de Curitiba em solidariedade às ocupações

Tudo sobre a greve e a ocupação nas escolas do Paraná

Governo Richa vai descontar dias parados do salário dos professores em greve

Justiça determina a suspensão da greve da Polícia Civil do Paraná

O aluno Allan Geovani Lara, de 18 anos, também foi um dos que pediram pela desocupação do Leôncio Correia. “Não acho certo protestar impedindo o direito de estudarmos. Também acredito que tudo isso não partiu dos estudantes sozinhos”, completou.

Para a professora Lilian dos Santos, de 40 anos, a discussão sobre a PEC 241 e a MP 746 precisa ocorrer pacificamente e envolver todos os estudantes. Ela relatou que os manifestantes vêm tentando dialogar com os alunos há dias, porém sem sucesso. “A conversa não evolui. Sabiam que viríamos e não saíram, se fecharam lá dentro”, pontuou.

Para a professora Lilian dos Santos, de 40 anos, a discussão sobre a PEC 241 e a MP 746 precisa ocorrer pacificamente e envolver todos os estudantes. Ela relatou que os manifestantes vêm tentando dialogar com os alunos há dias, porém sem sucesso. "A conversa não evolui. Sabiam que viríamos e não saíram, se fecharam lá dentro", pontuou.



Os estudantes ocupam a escola desde o dia 13 de outubro. O grupo é contra a MP 746, que trata sobre a reforma do Ensino Médio, e a PEC 241, que estabelece um teto de gastos para o governo federal pelos próximos 20 anos.

De acordo com a Secretaria de Estado de Educação, 241 de 831 escolas estaduais que estavam ocupadas foram liberadas na última semana. O movimento Ocupa Paraná não confirma o cálculo. As ocupações no estado começaram no dia 3 de outubro, em São José dos Pinhais.

ANEXO 19

Reportagem 18

GAZETA DO POVO

Domingo, 03 de Junho de 2016

Urban

> Educação

| educação

Alunos questionam falta de diálogo por parte de colegas que ocupam escolas no Paraná

Movimentos que lideraram manifestações em favor do impeachment afirmam que vão questionar ação da APP-Sindicat ocupações

Por Laura Beal Bordin | 15/10/2016 17:50

45 COME

Grupos que lideraram manifestações pró-impeachment e estudantes convocaram entrevista coletiva para falar das ocupações nas escolas do estado. Foto: Laura Beal Bordin, Gazeta do Povo

Diante do grande número de escolas ocupadas no estado do Paraná,

Como você se sentiu com essa matéria?

0 Surpresas



Grupos que lideraram manifestações pró-impeachment e estudantes convocaram entrevista coletiva para falar das ocupações nas escolas do estado | Foto: Laura Beal Sordin/Gazeta do Povo

Diante do grande número de escolas ocupadas no estado do Paraná, alguns estudantes, liderados pelos grupos que pediam o **impeachment de Dilma Rousseff**, questionam a falta de diálogo dos colegas com todo o corpo estudantil no momento nas ocupações. De acordo com os estudantes, não houve debate sobre as questões que levaram às manifestações, como a Medida Provisória (MP) 746, que propõe uma reforma no ensino médio no país.

Laura Albertoni Fabro, de 15 anos, aluna do 1º ano do ensino médio do Colégio Estadual do Paraná (CEP), afirmou que não houve debate no momento da ocupação da instituição, **desde o dia 7 de outubro**. “São cinquenta pessoas falando por mais de 5 mil. Não houve discussão, fizeram tudo sem debate. Nós queremos ter aulas, o Enem está chegando”, disse. O Chefe da Casa Civil, Valdir Rossoni, chegou a afirmar que o **Enem poderia ser suspenso no estado**, o que foi negado pelo Ministério da Educação.

Número de escolas ocupadas sobe para 460 no Paraná





Já o universitário Patrick Ignaszevski afirma que as ocupações estão sendo feitas não apenas por estudantes, mas por pessoas ligadas a partidos políticos. “Nós acreditamos que invadir as escolas não é a solução”, diz o universitário, que estuda em uma instituição privada que não foi ocupada. O estudante ainda pede um posicionamento firme do governador Beto Richa (PSDB). “O governo precisa chegar a uma solução. Postar vídeo nas redes sociais não vai adiantar”, questionou.

A professora de química Aline Mendes, que leciona no Colégio Estadual Bento Munhoz da Rocha Neto, afirmou que há um grande prejuízo pedagógico diante da paralisação. “Nós chegamos a oferecer a última hora para o debate, o que não foi aceito. Não há mais tempo hábil de repor estas aulas”, comentou.

Representação e manifestação

Estes grupos, juntamente com os estudantes, realizaram uma coletiva de imprensa neste sábado (15) para informar que devem realizar uma representação contra a APP- Sindicato ao Ministério Público por considerar que a entidade incita as ocupações. Segundo Willian Rocha, do Curitiba Contra a Corrupção e Patriotas Paraná, o grupo reúne provas de que isso vem acontecendo dentro das escolas.

Rocha disse que o grupo marcou uma manifestação para o dia 23 de outubro, na Santos Andrade, no Centro de Curitiba, para questionar as ocupações, falar sobre o projeto Escola Sem Partido e cobrar uma posição “mais firme” do governo do Paraná. “Tem alunos que querem estudar. O governo precisa tomar uma posição, inclusive se for no uso da força policial”, afirmou.

Para APP, posição de grupos é autoritária

Para o presidente da APP-Sindicato, professor Hermes Leão, a atitude dos grupos colabora para a polarização de um debate que deveria ser de toda a sociedade. “É um gesto muito autoritário desta entidade. Essas medidas só impedem que o debate seja feito”, disse. Ainda de acordo com ele, a APP-Sindicato considera legítima a ocupação das escolas, mas diz que não há incitação para que os alunos participem das manifestações. “Vemos que há um caráter pedagógico quando estudantes se manifestam em defesa de direitos. Mas não há incitação de qualquer tipo”, concluiu.

ANEXO 20

Reportagem 19



GAZETA DO POVO
 Domingo, 05 de Junho de 2022



> Vida e Cidadania

UNIPAR

Mobilização

Tensão cresce entre estudantes ocupados e MBL em Curitiba

Estudantes que ocupam o Colégio Pedro Macedo, em Curitiba, relatam que grupos contrários à ocupação têm se manifestado diariamente em frente à escola

Por João Guilherme Frey, Sharon Abdalla, Antoniele Luciano, especial para a Gazeta do Povo, e Laura Beal Bordin - 28/10/2016 18:32

25 COMENTÁRIOS



Integrante do MBL (de camiseta azul) e professor favorável à ocupação discutem em frente ao Colégio Estadual do Paraná. Foto: Henry Milles/Gazeta do Povo

A exemplo do que ocorreu na noite de quinta-feira (27), integrantes do Movimento Brasil Livre (MBL) em conjunto com familiares e alunos contrários ao movimento de ocupação das escolas estaduais realizam protestos em frente a colégios ocupados nesta sexta-feira (28). Já durante a tarde, no Colégio Estadual do Paraná, houve bate-boca entre os alunos ocupantes e o MBL.

Como você se sentiu com essa matéria?

0 Surpresas >



De um lado, integrantes do MBL dizem que os estudantes não tem direito de parar o funcionamento de um órgão público. De outro, alunos e professores do CEP a favor do movimento rebatiam. Integrantes de ambos os grupos filmavam tudo o que o outro declarava.

Veja também

Governo volta atrás e aceita adiar reintegração do CEP: outros 24 colégios serão desocupados

Justiça de Araucária decide que pais poderão ser indiciados por menores de 18 anos nas ocupações

Tudo sobre a greve e a ocupação nas escolas do Paraná

Defensoria e MP fazem mediação de negociações entre governo e estudantes ocupados

Também estava marcada para a noite de hoje uma manifestação do MBL em frente ao Colégio Pedro Macedo, no Portão, que foi alvo de protestos nos últimos dias.



O protesto marcado pelo MBL levou um grupo de cerca de cem pessoas entre pais, professores e apoiadores da ocupação para frente da instituição. Por volta das 20h, o grupo fez um cordão de isolamento no portão da escola. Minutos antes, um carro de som chegou a ficar parado no local e, de acordo com os alunos, um grupo chegou a se aproximar do local, mas foi dispersado sem confusões. O Colégio Pedro Macedo não figura entre as instituições que tiveram a reintegração de posse decretada pela Justiça.

A mãe de um dos alunos que participa da Ocupação informou que um



A mãe de um dos alunos que participa da Ocupação informou que um grupo foi até o Colégio durante a tarde e ameaçou os estudantes, o que levou pais até a frente da instituição. “A situação chegou a um ponto que não importa se você é a favor ou contra as ocupações. Não há diálogo, está tudo sendo resolvido com muita violência”, desabafou a mãe, que organiza os pais para permanecerem no local.

Os estudantes do Pedro Macedo já tinham decidido reforçar a segurança do local. Uma das medidas foi a colocação de uma lona em frente a fachada da escola de modo a evitar que objetos sejam lançados para a parte do imóvel onde os jovens passam a maior parte do tempo. Segundo um estudante de 17 anos, aluno do 2.º ano do Colégio Pedro Macedo, quando a situação fica mais tensa, eles recorrem a pais, professores e advogados. “Eles vêm aqui fazer nossa segurança. Cruzam os braços e fazem um cordão para ninguém pular o muro.” Outro estudante, também de 17 anos, afirmou que o grupo deve continuar no local. “Nós não vamos recuar, o nosso movimento continua forte”, afirmou o aluno. Por volta das 22h, um grupo de professores e pais entrou no colégio com os alunos e devem permanecer lá durante a noite para ajudar a proteger os jovens.

Segundo a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), mais de 80 escolas em Curitiba estão ocupadas. Vinte e cinco delas são alvo de mandados de reintegração de posse, que devem começar a ser cumpridos ainda nesta sexta-feira.



“Enquanto durar esta situação, nós estaremos participando ativamente desta pauta”, disse coordenador do MBL no Paraná, Eder Borges.

Uma queixa dos alunos que ocupam a escola é que nos movimentos pela desocupação que têm se manifestado em frente ao Pedro Macedo não há estudantes do colégio. Seriam apenas pessoas estranhas à comunidade escolar e pais de alunos que eles não conhecem.

Borges, por sua vez, rebate essa afirmação. Ele diz que o objetivo do movimento é justamente apoiar os pais e estudantes que são contra a ocupação. “Nosso objetivo é apoiar os pais, os alunos que querem estudar e os professores que querem exercer o seu ofício. É apoiar a sociedade, mas também chamar a atenção dela e desses alunos que estão sendo usados como massa de manobra para uma guerra político-partidária”, explica o coordenador do MBL.

Há também acusações de atos de violência por parte do MBL. Uma professora do Colégio Pedro Macedo, que preferiu não se identificar, disse que os professores e pais ajudam na segurança, mas a situação é tensa. “Eu sou professora, se vem uma pessoa insuflada me empurrar e querer tirar os alunos à força, eu fico à mercê desta violência, à mercê deste ódio”, afirmou.

Na noite desta quinta-feira (27), integrantes do MBL, pais e alunos protestaram em frente a duas escolas de Curitiba na tentativa de desocupar os espaços: o Colégio Lysimaco Ferreira da Costa, no Água Verde, e o Colégio Estadual Leôncio Correia, no Bacacheri.

No primeiro deles, a Polícia Militar chegou a ser acionada. Um dos policiais presentes informou à reportagem da **Gazeta do Povo** que não houve confronto entre os manifestantes e os alunos ocupados. Borges confirma a versão da PM e diz que o “confronto foi apenas verbal e de ideias”. Um professor que estava no local afirmou que o grupo estava bastante agressivo.

Sobre a convivência com os estudantes e grupos que apoiam o movimento de ocupação das escolas, Borges aponta que, da parte do MBL, ela será “absolutamente pacífica”.

ANEXO 21

Reportagem 20



GAZETA DO POVO

Domingo, 26 de Junho de 2016

› Educação

| Curitiba

Em dia decisivo, alunos se reúnem em assembleia para discutir futuro das ocupações no PR

Estudantes de várias partes do estado estão no encontro, que ocorre em uma escola da capital

Por Eriksson Denk, especial para a Gazeta do Povo, com informações de Sharon Abdalla e Felipe Anibal. 26/10/2016 07:46



Alunos chegam para o debate | Foto: Heiry Milko/Gazeta do Povo

Cerca de 400 alunos participam da assembleia de alunos que ocorre desde o fim da manhã desta quarta-feira (26) em Curitiba. Ministério Público, Defensoria Pública, pais e professores também acompanham o encontro - que será decisivo para as ocupações que chegaram a mais de 850 escolas em todo o Paraná e agora, segundo alunos, envolve 827 unidades. A Secretaria de Estado da Educação fala em 672 escolas. Na assembleia, os estudantes secundaristas deliberam pela continuidade

Como você se sente?

0 Surpresas

PROT
MAI
Nossa es

BasilS



Alunos chegam para o debate | Foto: Henry Milão/Gazeta do Povo

Cerca de 400 alunos participam da assembleia de alunos que ocorre desde o fim da manhã desta quarta-feira (26) em Curitiba. Ministério Público, Defensoria Pública, pais e professores também acompanham o encontro - que será decisivo para as ocupações que chegaram a mais de 850 escolas em todo o Paraná e agora, segundo alunos, envolve 827 unidades. A Secretaria de Estado da Educação fala em 672 escolas. Na assembleia, os estudantes secundaristas deliberam pela continuidade ou pelo fim das manifestações, que foram estabelecidas como um protesto contra a MP que prevê alterações no currículo do ensino médio e a PEC 241, que delimita um teto para os gastos públicos, aprovada na noite desta terça (25) no plenário da Câmara dos Deputados.

Participam da reunião alunos da capital e também do interior do estado. Representantes das ocupações foram escolhidos para participar dessa discussão. Entre as prioridades dos estudantes é, no caso de haver um consenso para desocupar as unidades, garantir anistia para quem participou dos protestos. Isso significa que os alunos querem encontrar meios de não serem perseguidos pelas direções das escolas.

[Alunos, pais e professores chegam para a assembleia; veja fotos](#)

Segundo a reportagem da **Gazeta do Povo**, há vans e ônibus com placas de Jacarezinho, Coronel Vivida, Campo Mourão, Marechal Cândido Rondon e Londrina. Houve revista nas bolsas e mochilas dos estudantes logo após a abertura dos portões, para garantir que ninguém entrasse com materiais cortantes, e todos os participantes foram cadastrados.

[Colégio Estadual Santa Felicidade.](#)



Ao chegar à assembleia, por volta das 10 horas, o presidente da União Paranaense dos Estudantes Secundaristas, Matheus dos Santos, disse que, independentemente da decisão dos alunos, "as ocupações são um movimento democrático já vitorioso".

Segundo ele, além da questão do Enem, será discutida a possibilidade de abrir diálogo com o governo. À imprensa, que acompanha o encontro do lado de fora da escola, Santos lamentou novamente a morte do estudante na escola ocupada, mas disse que o saldo das ocupações "é o exercício da cidadania, da pluralidade, da diversidade e da luta dos estudantes do Paraná". "Vamos discutir a questão do Enem, das eleições, se vamos ou não dialogar com o governo, que chamou para o diálogo, mas quem decide são os estudantes".

Morte torna evidente omissão no impasse das escolas ocupadas no Paraná

[Leia a matéria completa](#)

Veja também

[Richa lamenta morte de estudante e critica ocupações](#)

[Após perda de amigo "estudioso e rock'n roll" em ocupação, alunos tentam seguir em frente](#)

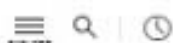
MP, Defensoria, pais e professores acompanham

Representante da Defensoria Pública e do Ministério Público também estão no local. Segundo Ricardo Menezes da Silva, defensor público, o órgão quer se colocar à disposição dos alunos. “A Defensoria que explicar a atuação da instituição, mais uma vez se colocar à disposição dos estudantes para o que for necessário e reforçar a necessidade do diálogo para que se ache um meio termo para essa situação”.

Silva disse ainda que a intenção, hoje, é só explorar o papel da Defensoria e não mediar a assembleia. “A assembleia é um espaço de deliberação dos estudantes, e um movimento deles, no qual a Defensoria acha que não tem que interferir”.

Já Olympio de Sá Sotto Maior, do Ministério Público, afirma que a posição do órgão é de que os estudantes possam fazer o debate acerca da PEC 241 e da MP que altera o ensino médio sem prejuízo do funcionamento regular das escolas.

“O Ministério Público acha legítima a manifestação dos estudantes. Aliás, este é um direito constitucional, mas há que se assegurar o funcionamento regular do sistema educacional e o acesso dos estudantes à escola, à aprendizagem”, afirma. Segundo ele, é possível



“O Ministério Público acha legítima a manifestação dos estudantes. Aliás, este é um direito constitucional, mas há que se assegurar o funcionamento regular do sistema educacional e o acesso dos estudantes à escola, à aprendizagem”, afirma. Segundo ele, é possível que se continue o movimento, mas, ao mesmo tempo, se garanta a possibilidade do funcionamento regular do sistema educacional.

O encontro desta quarta também registra participação de pais dos alunos. Juarez Huinka, pai de uma aluna, acompanhou a chegada da filha na assembleia. Os dois são de Campina Grande do Sul e vieram juntos porque a jovem não conhece a cidade. A filha participa de ocupações na Região Metropolitana de Curitiba e ele apoia o movimento. À Gazeta do Povo, disse que “os estudantes estão certos e têm o direito de procurar o que é melhor para eles”.

O vice-prefeito de Santa Maria do Oeste, Oscar Delgado, também acompanha o filho no encontro. Ele parabenizou a organização dos estudantes. Disse que entrou no colégio e que os alunos estão muito bem organizados, “sabendo o que querem, com uma pauta de reivindicação justa”.

Thiago Francisco Solak, representante da Unicentro, de Guarapuava, chegou à assembleia defendendo a importância de unificar o movimento. “Os professores, estudantes e todos os que atuam na educação devem se unir. É ridículo congelar os gastos com saúde, educação e funcionalista por 20 anos”, afirma. Solak espera sair da assembleia com um horizonte de movimento mais fortalecido. Segundo ele, as universidades estaduais - que seguem em greve - “já sofrem com o governo do estado”.

Enem em jogo

Mais vulnerável após a morte do estudante, o movimento estudantil terá de decidir, se as ocupações forem mantidas, como os alunos irão se organizar para evitar possíveis prejuízos a alunos que farão as provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). O assunto entrou em pauta na semana passada, após o ministro da Educação, Mendonça Filho (DEM), ter declarado que as ocupações colocam em risco a realização do exame deste ano.

Logo após a declaração do ministro, as lideranças do movimento afirmaram, em nota divulgada pelo Ocupa Paraná, que não “hesitariam em suspender temporariamente as ocupações para que a prova acontecesse”.

Movimento contrário chega e gera clima tenso



Ao menos dois movimentos populares contrários às ocupações das escolas no Paraná já chegaram à assembleia: Mais Brasil e Curitiba Contra a Corrupção.

Movimento contrário chega e gera clima tenso



Ao menos dois movimentos populares contrários às ocupações das escolas no Paraná já chegaram à assembleia: Mais Brasil e Curitiba Contra a Corrupção.

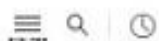
Segundo Ertile Angelo Pasinato, participante do Mais Brasil, os alunos “não têm a noção de que estão sendo orientados”. “Temos uma soberania, que é a Constituição, que é bem clara, no artigo quinto, que todos nós temos o direito de ir e vir. Então, estamos aqui pedindo para que os estudantes que não concordam com a ocupação possam exercer o direito de ir e vir”, afirma.

Apesar de um pequeno momento de tensão quando representantes do movimento antiocupação chegaram ao local, a assembleia ocorre sem interferências.

O portão que dá acesso à unidade está trancado com correntes, e alunos que pedem para participar precisam fazer cadastro e ter a adesão avaliada.

ANEXO 22

Reportagem 21



GAZETA DO POVO
 Domingo, 05 de junho de 2016

> Educação

| assembleia

Alunos rejeitam desocupação, mas dizem que cada grupo tem 'autonomia' para decidir

Mais de 400 estudantes participaram de uma assembleia nesta quarta-feira (26)

Por Denise Drechsel e Felipe Anibal 26/10/2016 16:34



A assembleia dos estudantes foi realizada no Colégio Estadual Lourivaldo Fernandes, em Curitiba. Foto: Henry Milão/Gazeta do Povo

Em assembleia realizada nesta quarta-feira (26), os estudantes secundaristas do Paraná decidiram manter as ocupações das escolas da rede estadual de ensino, mas garantiram autonomia a cada colégio, para que os alunos de cada unidade decidam se querem manter a ocupação ou não. O grupo aprovou, ainda, uma série de propostas a ser encaminhada ao governador Beto Richa (PSDB). Entre elas, estão a anistia dos discentes e professores que participaram do movimento e a

Como você se sentiu com e

0 Surpresas



PROTEC
MARCA
 Nossa especial





A assembleia dos estudantes foi realizada no Colégio Estadual Loureiro Fernandes, em Curitiba | Foto: Henry Milini/Gazeta do Povo

Em **assembleia** realizada nesta quarta-feira (26), os estudantes secundaristas do Paraná decidiram manter as ocupações das escolas da rede estadual de ensino, mas garantiram autonomia a cada colégio, para que os alunos de cada unidade decidam se querem manter a ocupação ou não. O grupo aprovou, ainda, uma série de propostas a ser encaminhada ao governador Beto Richa (PSDB). Entre elas, estão a anistia dos discentes e professores que participaram do movimento e a criação de um comitê estadual de educação, em que os alunos possam ser ouvidos sobre a reforma do ensino médio.

O movimento - chamado "Ocupa Paraná" - começou no dia 3 de outubro, em protesto contra a proposta de reforma do ensino médio feita pelo governo federal. Segundo os estudantes, 827 colégios permanecem tomados. A Secretaria de Estado da Educação, por sua vez, afirma que há 672 escolas ocupadas.

Realizada no Colégio Estadual Loureiro Fernandes, a assembleia reuniu cerca de 600 alunos, cada um representando uma escola ocupada, de diversas regiões do Paraná, segundo os organizadores. O Ocupa Paraná informou que mais de 20 propostas foram levadas a votação e a "sistematização" destas deve ser divulgada pelo movimento ainda nesta quarta-feira. Os estudantes, no entanto, confirmam que foi aprovado o pedido de anistia a quem tenha participado das ocupações - sejam professores ou alunos -, como forma de evitar eventuais perseguições por parte de diretores ou chefes de núcleos de ensino.

Outro ponto diz respeito à criação de um comitê estadual de educação, com participação efetiva dos estudantes. Os alunos reivindicam serem ouvidos e poderem apresentar propostas no processo de reforma do

aprovado o pedido de anistia a quem tenha participado das ocupações - sejam professores ou alunos -, como forma de evitar eventuais perseguições por parte de diretores ou chefes de núcleos de ensino.

Outro ponto diz respeito à criação de um comitê estadual de educação, com participação efetiva dos estudantes. Os alunos reivindicam serem ouvidos e poderem apresentar propostas no processo de reforma do ensino médio. Eles defendem a criação de uma lei estadual que impeça a implantação da Medida Provisória 746, proposta pelo governo federal e que alteraria o sistema de educação.



“O que nós queremos é participar desse processo de reforma, queremos ser ouvidos pelo governo. A nossa proposta é que essa conferência ocorra até o fim do ano”, disse uma aluna, que pediu para não ser identificada.

As propostas devem ser encaminhadas ao governador por intermédio do Ministério Público do Paraná (MP-PR) e da subseção paranaense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR). O movimento espera obter uma resposta do governo dentro de sete dias.

Ocupações

O movimento sequer levou à votação uma proposta que previsse a desocupação imediata das escolas. Os estudantes rejeitaram a

uma resposta do governo dentro de sete dias.

Ocupações

O movimento sequer levou à votação uma proposta que previsse a desocupação imediata das escolas. Os estudantes rejeitaram a possibilidade de se retirarem das 145 escolas estaduais tomadas em que seriam realizados o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). O Ocupa Paraná alega que não teve acesso à lista de qual seriam esses colégios. Em contrapartida, os estudantes aprovaram a proposta de que as provas do Enem sejam transferidas para escolas municipais.



“Cada ocupação vai responder por si e decidir se continua ou não”, disse uma estudante, que pediu para não ser identificada.

O Ministério da Educação (MEC), porém, reafirmou nesta quarta-feira que não fará a transferência dos locais de prova. Por isso, a aplicação do Exame Nacional corre o risco de não acontecer nas escolas ocupadas caso os alunos não saiam até segunda-feira (31). De acordo com o MEC, quem faria o exame nesses locais terá a oportunidade de participar do Enem em outro momento, ainda não agendado.

Quando deixavam a Colégio Loureiro Fernandes logo após a assembleia, os estudantes davam mostras de que queriam manter as ocupações. Aos gritos de “fora, Beto Richa” e “fora Temer”, os alunos promoveram



quem faria o exame nesses locais terá a oportunidade de participar do Enem em outro momento, ainda não agendado.

Quando deixavam a Colégio Loureiro Fernandes logo após a assembleia, os estudantes davam mostras de que queriam manter as ocupações. Aos gritos de “fora, Beto Richa” e “fora Temer”, os alunos promoveram uma rápida manifestação diante da escola, enquanto esperavam para embarcar em vans e ônibus para voltar às suas respectivas cidades - estiveram presentes estudantes de vários municípios, como Jacarezinho, Coronel Vivida, Campo Mourão, Marechal Cândido Rondon e Londrina.

Movimento heterogêneo



Ao longo da tarde, foi possível constatar o quanto o Ocupa Paraná é um movimento heterogêneo e que tenta ressaltar seu caráter “horizontal”, ou seja, que não há uma única liderança reconhecida pelos diferentes grupos. Após a assembleia, muitos alunos protestaram quando souberam que o presidente da União Paranaense dos Estudantes Secundaristas (UPES), Matheus dos Santos, concederia entrevista. “A UPES não nos representa. Este é um movimento apartidário e sem lideranças, em que cada escola tem sua autonomia”, declarou uma estudante.

Diante do impasse, Matheus dos Santos não concedeu entrevista, mas



Diante do impasse, Matheus dos Santos não concedeu entrevista, mas fez um rápido pronunciamento, em que apenas ressaltou o caráter “democrático” da assembleia, em que todos os alunos que quiseram se manifestar puderam tomar a palavra.

A diversidade do movimento também passa pelas demandas dos próprios alunos e pelas especificidades sociais e geográficas da região em que as escolas se encontram. Uma aluna de uma escola ocupada de Umuarama, por exemplo, disse que os estudantes encontraram dificuldades estruturais para permanecerem no movimento. “Para uma escola aqui de Curitiba, que tem mais de dois mil alunos, é fácil ficar ocupada. Mas para nós é muito difícil. A nossa ocupação era duas salas e um banheiro. A nossa ideia é desocupar”, disse.

Para outros estudantes, no entanto, participar das ocupações representa o primeiro contato com a política, na prática. Uma aluna ressaltou o caráter coletivo do movimento, em uma luta pela manutenção de direitos sociais. “O que a gente está fazendo é algo histórico e movidos pelo interesse social”, destacou.

Veja também

5 aspectos preocupantes da reforma do ensino médio

159 escolas foram desocupadas no Paraná, afirma Secretaria de Educação

Morte torna evidente omissão no impasse das escolas ocupadas no Paraná

Desocupações

Veja também

5 aspectos preocupantes da reforma do ensino médio

159 escolas foram desocupadas no Paraná, afirma Secretaria de Educação

Morte torna evidente omissão no impasse das escolas ocupadas no Paraná

Desocupações

A morte de um estudante de 16 anos em uma escola ocupada e o movimento de pais, professores e estudantes contra as ocupações tende a acelerar a saída dos estudantes das escolas. A Procuradoria-Geral do Estado (PGE) intensificou nos últimos dias os pedidos de reintegração de posse e fez um apelo ao Poder Judiciário que decida a favor "da maioria que deseja trabalhar e estudar", nas palavras do procurador-geral do Estado, Paulo Sérgio Rosso.

Na maior parte dos colégios antes ocupados e que agora voltaram a ter aulas, as desocupações ocorreram ou por vontade própria ou por pressão das famílias.

ANEXO 23

Reportagem 22



GAZETA DO POVO

Domingo, 05 de Junho de 2022.



> Educação

| Impasse

Com pauta de oposição ao governo federal, ocupações estão longe do fim

Pauta difícil de ser negociada no âmbito estadual e falta de diálogo entre as partes impossibilita um desfecho a curto prazo

Por Sheron Abdalla 18/10/2016 16:43

3 COMENTÁRIOS



| Foto: Henry Milles/Gazeta do Povo

A adesão **relativamente baixa** dos professores à greve deflagrada nesta segunda-feira (17) mantém a ocupação das escolas como foco principal de atenção do governo do estado. Ao contrário do movimento – que cresce a cada dia e já atinge **688 instituições do estado**, segundo balanço parcial divulgado nesta terça-feira (18) pelo Ocupa Paraná –, as discussões para que as escolas sejam desocupadas e a rotina de aulas retomada não avançam, fazendo com que não seja possível vislumbrar uma solução para este impasse.

Como você se sentiu com essa matéria?

0 Felizes >



A pauta levantada pelos estudantes, que pedem a retirada da MP 746 (que trata da reforma do ensino médio) e também são contrários à PEC 241 (do teto dos gastos), é um dos entraves para a resolução da questão. Por envolver iniciativas do governo federal, sobra para o Palácio Iguaçu quase que um papel de mediador da discussão, uma vez que o estado não tem “poderes” para dar conta de tais questões.

LEIA TAMBÉM: Entenda a proposta de reforma do ensino médio

[Acesse a íntegra da Medida Provisória 746/2016](#)



Ano letivo de 2016 das escolas ocupadas só vai terminar em fevereiro

Autônomas, ocupações carecem de liderança

“Realizamos tudo o que foi possível para atender as reivindicações dos estudantes. Tentamos dialogar dentro das escolas, organizamos seminários, disponibilizamos um instrumento de consulta em nossa página sobre o tema e levamos os resultados deles até o ministro [da Educação, Mendonça Filho]. O governo não tem mais nada a fazer, pois como o governador vai conseguir impedir uma MP?”, questiona a secretária estadual de Educação, Ana Seres.

O presidente da União Paranaense dos Estudantes Secundaristas (Unes) Mathheus dos Santos discorda. Para ele, o governo do Paraná



página sobre o tema e levamos os resultados deles até o ministro [da Educação, Mendonça Filho]. O governo não tem mais nada a fazer, pois como o governador vai conseguir impedir uma MP?”, questiona a secretária estadual de Educação, Ana Seres.

O presidente da União Paranaense dos Estudantes Secundaristas (Upes), Matheus dos Santos, discorda. Para ele, o governo do Paraná pode assumir uma posição contrária à medida provisória e fazer articulações com os deputados federais para que votem contra a proposta.



Veja também

Procurador-geral refuta uso da força para reintegrar escolas ocupadas no PR
Alunos questionam falta de diálogo por parte de colegas que ocupam escolas no Paraná
6 fatos que os estudantes das ocupações não sabem

“[Com as ocupações esperamos] alcançar esse posicionamento do governo, de negar a MP. O governo pediu para o Conselho Tutelar visitar as escolas e ele não encontrou irregularidades. Com isso estamos impulsionando [estudantes de] outros estados a ocuparem para barrar a MP a nível nacional, de forma a que ela não chegue a ser votada”, projeta Santos.

“A autonomia do movimento é interessante, mas ela tende a ter fôlego curto. Os estudantes perdem



“[Com as ocupações esperamos] alcançar esse posicionamento do governo, de negar a MP. O governo pediu para o Conselho Tutelar visitar as escolas e ele não encontrou irregularidades. Com isso estamos impulsionando [estudantes de] outros estados a ocuparem para barrar a MP a nível nacional, de forma a que ela não chegue a ser votada”, projeta Santos.

“A autonomia do movimento é interessante, mas ela tende a ter fôlego curto. Os estudantes perdem aula e deixam de fazer outras coisas de suas vidas, ou seja, é muito custoso permanecer o tempo inteiro mobilizado. Então, se isso não se traduzir logo em algum tipo de encaminhamento, há uma tendência de esvaziamento e de perda de impacto”

Renato Perissinotto Cientista político, professor da UFPR

Ponto de vista



A postura de confronto adotada pelos estudantes do estado é vista como



A postura de confronto adotada pelos estudantes do estado é vista como uma estratégia equivocada pelo sociólogo Antônio Flávio Testa, da Universidade de Brasília. Para ele, mais do que se colocarem contrários à medida provisória, o que pode não surtir efeito junto ao governo federal, este é o momento de os estudantes apresentarem propostas para melhorá-la.

“A discussão sobre se [a reforma deveria se dar por] projeto de lei ou medida provisória é vazia, e o papel do estado é residual em relação a isso, porque a regulamentação vem do MEC. Seria mais inteligente os estudantes tentarem negociar os avanços, apresentar do que estão ou não dispostos a abrir mão. O discurso muito generalista não vai levar a lugar nenhum”, avalia.

Já o cientista político Renato Perissinotto, professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR), considera que, se o movimento continuar crescendo e se expandir para outros estados, em especial os mais centrais, como Rio de Janeiro e São Paulo, ele pode ter impactos significativos sobre o governo federal.

“Este é um movimento estudantil autônomo, então ainda é uma incógnita a potencialidade dos efeitos políticos que ele pode produzir. Se ele tomar corpo e se transformar em algo mais institucionalizado, tende a dar uma contribuição ainda maior para o cenário brasileiro, de trazer esse sopro para dentro do sistema político”, explica. Do contrário, acrescenta Perissinotto, ele pode perder o fôlego.



Autônomas, ocupações carecem de liderança

A descentralização do movimento de ocupação das escolas, que atinge mais de 680 instituições no Paraná, é outro entrave para o encaminhamento das discussões e o desenho de soluções que permitam a retomada das aulas nos espaços ocupados.

Segundo a Secretaria Estadual de Educação (Seed), é difícil para o estado encontrar uma liderança que responda pelo movimento e possa atuar como interlocutor junto ao governo. De acordo com Matheus dos Santos, presidente da União Paranaense dos Estudantes Secundaristas (Upes), isso acontece porque cada ocupação tem liderança e organização próprias – movidas, principalmente, pelas redes sociais. Ainda segundo ele, a entidade irá realizar uma assembleia com os representantes das escolas para instituir uma comissão que será responsável por dialogar com o governo do estado.

Coordenação

Para o cientista político Renato Perissinotto, a institucionalização do movimento por meio da definição das lideranças é fundamental para que ele produza resultados (independentemente de quais sejam).

“A autonomia do movimento é interessante, mas ela tende a ter fôlego curto. Os estudantes perdem aula e deixam de fazer outras coisas de suas vidas, ou seja, é muito custoso



Segundo a Secretaria Estadual de Educação (Seed), é difícil para o estado encontrar uma liderança que responda pelo movimento e possa atuar como interlocutor junto ao governo. De acordo com Matheus dos Santos, presidente da União Paranaense dos Estudantes Secundaristas (Upes), isso acontece porque cada ocupação tem liderança e organização próprias – movidas, principalmente, pelas redes sociais. Ainda segundo ele, a entidade irá realizar uma assembleia com os representantes das escolas para instituir uma comissão que será responsável por dialogar com o governo do estado.

Coordenação

Para o cientista político Renato Perissinotto, a institucionalização do movimento por meio da definição das lideranças é fundamental para que ele produza resultados (independentemente de quais sejam).

“A autonomia do movimento é interessante, mas ela tende a ter fôlego curto. Os estudantes perdem aula e deixam de fazer outras coisas de suas vidas, ou seja, é muito custoso permanecer o tempo inteiro mobilizado. Então, se isso não se traduzir logo em algum tipo de encaminhamento, há uma tendência de esvaziamento e de perda de impacto”, projeta.

ANEXO 24

Reportagem 23



GAZETA DO POVO

Domingo, 03 de Junho de 2023



Estudantes do Colégio Estadual voltam atrás e decidem manter ocupação

Decisão pela desocupação, tomada na noite de sexta-feira (28), foi submetida a uma nova assembleia dos estudantes do movimento neste sábado (30) e revertida

Por Felipe Anibal 29/10/2016 14:41

77 COMENTÁRIOS



Estudantes fazem ato com flores durante o anúncio da manutenção da ocupação. Foto: Pedro Serapiá/Gazeta do Povo

Alunos do Colégio Estadual do Paraná (CEP) se reuniram em (nova) assembleia nesta tarde de sábado (30) com colegas de outras escolas ocupadas e voltaram atrás da **decisão de desocupar o estabelecimento**. Na noite de sexta-feira (28), após outra deliberação, alunos do colégio haviam anunciado que deixariam o prédio neste sábado, rejeitando a proposta mediada pelo Ministério Público com o governo do Paraná, que incluía a desocupação de outras 24 escolas em troca da permanência do movimento no CEP por mais dez dias.

Assista ao vídeo do anúncio da manutenção da ocupação

Veja também

[Estudantes acatam reintegrações e começam a deixar escolas ocupadas no interior](#)

Como você se sentiu com essa matéria?

0 Surpresas



RUDEGON
A loja de móveis online

buratex

Conheça nosso showroom de ambientes na loja Boqueirão!

www.lojasrudegon.com.br

SAIBA MAIS



Estudantes acaçam reintegrações e começam a deixar escolas ocupadas no interior

Tensão cresce entre estudantes ocupados e MBL em Curitiba

Juristas analisam as pautas levantadas pelos alunos das ocupações

Além de “resistir” no principal colégio público do Paraná, os estudantes ainda “conclamaram” os colegas a ocuparem outras escolas pelo estado.



Do lado de fora do CEP, cerca de cem pessoas permaneceram em vigília, em apoio ao movimento. Muitos carregam flores, como forma de simbolizar a “Primavera Estudantil” - como chamam a mobilização que chegou a ocupar mais de 800 escolas estaduais no estado. Após o fim da assembleia, os apoiadores entregaram as flores aos alunos.

Após o anúncio, os estudantes seguiram para fora do colégio, com a intenção de fazer um protesto na Avenida Cândido de Abreu. Aconselhados pelos adultos da vigília, decidiram ficar “por perto” e interromperam o tráfego da rua Luiz Leão, que passa pela lateral do CEP, em frente ao Passeio Público. A via foi liberada cerca de 15 minutos depois.

Em seu pronunciamento, o movimento de ocupação convocou no Colégio Estadual uma reunião entre alunos de escolas ocupadas da Região Metropolitana de Curitiba para este domingo (30), dia do segundo turno das eleições municipais.

Reintegrações de escolas

Reintegrações de posse



Ao todo, os 25 estabelecimentos ocupados de Curitiba foram alvo de ordens judiciais de reintegração de posse. Em algumas escolas, os alunos saíram voluntariamente. É o caso do Cesmag, onde estuda Ana Júlia Ribeiro, de 16 anos, que discursou na Assembleia Legislativa, defendendo as ocupações e criticando a proposta de reforma do ensino médio.

Pela manhã, estudantes, pais e professores fizeram uma passeata em defesa do movimento. Eles caminharam do Terminal do Capão Raso até o Colégio Pedro Macedo, que está ocupado e não foi alvo de reintegração de posse até o momento.

ANEXO 25

Reportagem 24



GAZETA DO POVO

Domingo, 25 de Junho de 2022



> Opinião > Artigos

| Artigo

O caráter pedagógico da ocupação das escolas

As ocupações são um processo rápido, no qual os estudantes constroem processos educativos mutuamente, encorajam e auxiliam estudantes de outras escolas

Por Fernando José Martins 14/10/2016 09:01

4 COMENTÁRIOS



Foto: Marcelo Andrade/Gazeta do Povo

Anteriormente, em outros estados brasileiros – nomeadamente pode-se evidenciar os casos de São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás e Ceará –, as ocupações das escolas ganharam destaque nacional. Talvez não da grande mídia, mas as ações dos estudantes, de fato, foram multiplicadoras, repetidas por mais e mais instituições, e tornando a garotada centro de uma ação política e educativa digna de nota para outras situações. O fenômeno, que já passou em outros tempos pelas escolas paranaenses, volta, nos dias atuais, com muita força: na

Como você se sentiu com essa matéria?

0 Surpresas



Publicidade

**PROTEGER
MARCAS**
Nossa especialidade!





Foto: Marcelo Andrade/Gazeta do Povo

Anteriormente, em outros estados brasileiros – nomeadamente pode-se evidenciar os casos de São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás e Ceará –, as ocupações das escolas ganharam destaque nacional. Talvez não da grande mídia, mas as ações dos estudantes, de fato, foram multiplicadoras, repetidas por mais e mais instituições, e tornando a garotada centro de uma ação política e educativa digna de nota para outras situações. O fenômeno, que já passou em outros tempos pelas escolas paranaenses, volta, nos dias atuais, com muita força: na contagem atualizada, já são mais de duas centenas de escolas do Paraná ocupadas.

Essas manifestações de ocupações de escolas que estamos presenciando no Paraná não são inéditas. Em minha tese de doutorado em Educação evidenciei tal fato. Podem ser listadas as escolas construídas pelo movimento operário na década de 1910 e 20 ou a luta dos desprovidos de escola pública, das mães por creches nas décadas de 1940 e 50, as escolas que as próprias comunidades constroem e, ainda, a prática das escolas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que, ao ocupar a terra, logo constroem uma escola. No caso paranaense, tal prática foi reconhecida pelo estado e aprovada pelo Conselho Estadual de Educação sob o Parecer 1012/03, em 8 de dezembro de 2003, com o reconhecimento da chamada "Escola Itinerante", que acompanha a população para manutenção do atendimento escolar.

Tanto as experiências históricas da realidade brasileira elencadas como o movimento que vemos hoje pelo estado do Paraná e em outros lugares do Brasil manifestam-se com um ponto de intersecção: o direito à educação e à escola. No caso histórico das experiências, fica claro que a negação desse direito movimenta a população na luta pela escola. O que pode ser visto também com o fenômeno contemporâneo das ocupações

Tanto as experiências históricas da realidade brasileira elencadas como o movimento que vemos hoje pelo estado do Paraná e em outros lugares do Brasil manifestam-se com um ponto de intersecção: o direito à educação e à escola. No caso histórico das experiências, fica claro que a negação desse direito movimentava a população na luta pela escola. O que pode ser visto também com o fenômeno contemporâneo das ocupações das escolas: os estudantes de São Paulo lutaram para que sua escola não feche, ou por melhores condições nas escolas do Rio de Janeiro, ou contra a gestão privada das escolas em Goiás, o passe livre e aumento da merenda no Ceará, ou, no caso paranaense, sobre a reforma do ensino médio, que subtrai a obrigatoriedade de elementos curriculares fundamentais.

Em tempos que se debate a “escola sem partido”, os estudantes estão retomando a premissa freireana de que a “educação é um ato político”



Veja também

[A justa manifestação dos estudantes \(coluna de Bruno Meirinho, publicada em 12 de outubro de 2016\)](#)

[O protesto dos estudantes \(editorial de 8 e 9 de outubro de 2016\)](#)

[Além do exercício de fato do direito à educação – que, certamente, trai](#)



Além do exercício de fato do direito à educação – que, certamente, vai deixar um sentimento de pertença maior para os estudantes que estão ocupando as escolas –, está aqui atrelada uma formação política considerável. Em tempos que se debate a “escola sem partido”, os estudantes estão retomando a premissa freireana de que a “educação é um ato político”. E, por mais que haja críticos, ou mesmo gestores, que tentem atrelar as ocupações a uma “manipulação partidária”, são fenômenos locais, autogestionados, coletivos e identitários e, dessa forma, evidenciam que a prática educativa também é política.

Outro fator pedagógico é o caráter integrador, colaborativo e contagiante das iniciativas. As ocupações se somam, multiplicam-se! São um processo rápido, no qual os estudantes são solidários uns com os outros, constroem processos educativos mutuamente, encorajam e auxiliam outros estudantes de outras escolas, ou seja, constroem redes de processos educativos, conceito muito usado no vocabulário educativo, distante das práticas escolares e em pleno uso nas ocupações das escolas.

Essas práticas culminam no exercício de outra categoria, essencial, mas pouco praticada nas escolas convencionais: a auto-organização dos estudantes. No cotidiano escolar, os estudantes são tomados como meros receptáculos de conteúdos, são objetos da escola e de seu conjunto. As ocupações materializam o que a produção científica já evidencia: quando os estudantes são sujeitos do processo educativo, esse processo ocorre com maior êxito. Nas ocupações, são os estudantes que dirigem os processos formativos, buscam atividades, parceiros, debatem, se organizam e, dessa forma, aprendem.



As ocupações das escolas estão cheias de ações pedagógicas significativas que levam de fato ao aprendizado. Evidenciam que o ensino é mais que conteúdo, que é arte, é política, é direito e, mais importante, faz-se com os sujeitos que a compõem e não é feito “para” eles. Os estudantes organizados buscam parcerias com a sociedade civil e evidenciam que há possibilidade de formação continuada com instituições até então distantes da vida escolar – mesmo as universidades, que teriam essa função. Artistas, estudiosos ou simples cidadãos passam a se integrar com as escolas públicas, o que é extremamente saudável para a vida escolar. E mais do que tudo isso: com suas práticas, os estudantes mostraram que a escola pode ser diferente dos modelos que estão estabelecidos. E a participação popular, estudantil e social é uma ferramenta indispensável para fazer uma escola melhor.

Em tempos temerosos, nos quais reinam a desesperança, a apatia e o fatalismo, a juventude mostra, com seu vigor próprio da idade, que não se pode deixar de lutar pelo que se acredita e, ainda, vai indicando que é possível transformar práticas escolares. E não só isso: as ocupações que vemos nas escolas paranaenses, nestes dias, mostram também que é possível reinventar a política, a resistência, com novos formatos, inéditas práticas que resistem e criam e, quem sabe, revelem alternativas para o pleno desenvolvimento dessa juventude em todos seus aspectos, além dos intelectuais, também políticos, éticos, sociais, físicos, artísticos, em uma palavra: humanos.

Fernando José Martins, pedagogo, mestre e doutor em Educação (com a tese “Ocupação da Escola: uma categoria em construção” defendida em 2009 na UFRGS), é professor de Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), campus de Foz de Iguaçu.